



Supremo Tribunal Federal

Ofício eletrônico nº 8957/2021

Brasília, 21 de junho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador OMAR AZIZ
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal - CPI da Pandemia

Medida Cautelar Em Mandado de Segurança nº 37997

IMPTE.(S) : CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS
ADV.(A/S) : ADELMO DA SILVA EMERENCIANO (19009/BA, 01908/A/DF, 30168/
ES, 1693A/MG, 51029/PE, 69169/PR, 002462-A/RJ, 80583A/RS,
41467/SC, 91916/SP)
IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
SENADO FEDERAL - CPI DA PANDEMIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

(Processos Originários Cíveis)

Senhor Presidente,

A fim de instruir o processo em epígrafe, solicito informações, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre o alegado na petição inicial e demais documentos cujas cópias acompanham este expediente (art. 7º, I, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009).

Informo que os canais oficiais do Supremo Tribunal Federal para recebimento de informações são: malote digital, fax (61- 3217-7921/7922) e Correios (Protocolo Judicial do Supremo Tribunal Federal, Praça dos Três Poderes s/n, Brasília/DF, CEP 70175-900).

Atenciosamente,

Ministra ROSA WEBER
Relatora
Documento assinado digitalmente

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO PRESIDENTE DO
EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

URGENTE!

Quebra de sigilo telefônico, fiscal, bancário e telemático realizada no dia 16/04/2021

(Req. 00857/2021)

CPI PANDEMIA

CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS, brasileiro, casado, empresário, portador do RG 12173288, com endereço na Rua Barão de Itapura, 2294, 12º andar – Jardim Guanabara, Campinas, Estado de São Paulo, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, por seus procuradores constituídos (*ut* instrumento de procuração, doc. 01 anexo), com fundamento no art. 5º, incisos X, XII e LXIX, da Constituição Federal, e na Lei 12.016/2009, impetrar

MANDADO DE SEGURANÇA

com pedido de concessão de medida liminar

contra ato abusivo e ilegal, violador de direito líquido e certo do Impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Senador **PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**, denominada **CPI da Pandemia Covid-19**, que votou e aprovou no dia 16/04/2021, por meio do Requerimento **00857/2021** ilegal quebra indiscriminada, desarrazoada e imprópria de seu sigilo telefônico, fiscal, bancário e telemático em evidente devassa a sua vida íntima, privada e de suas informações pessoais, incluindo de sua vida financeira, com afronta objetiva e direta aos seus fundamentais direitos e garantias constitucionais, assegurados expressamente pelo Art. 5º, incisos X e XII, da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, como se passa a demonstrar:

SÃO PAULO | CAMPINAS | BRASÍLIA

I. SOBRE O ABUSIVO ATO COATOR

1. O ato abusivo e coator (**doc. 2 anexo – ato coator**) praticado em 16 de junho de 2021, contra o qual se insurge o Impetrante foi praticado pelo Sr. Senador Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Pandemia da Covid-19 (CPI da Pandemia) cujo objetivo é delimitado exclusivamente para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus (**doc. 3 anexo - comunicado de instauração**).

2. O Impetrante, empresário e empreendedor social dedicado à causas humanitárias cujas ações e atividades são custeadas sempre às suas expensas pessoais esteve, como mero convidado do então secretário Executivo do Ministério da Saúde, Gen. Eduardo Pazuello, pelo período aproximado de 20 dias úteis em Brasília, de forma absolutamente voluntária e *pro bono*, à disposição para contribuir com seu relacionamento com a sociedade civil enquanto aquele realizava a transição no Ministério da Saúde após a saída do ex-Ministro da Saúde Nelson Teich¹. Nessa

¹ Depoimento do Gen. Eduardo Pazuello perante a Comissão Parlamentar de Inquérito (**doc. 4 anexo notas taquigráficas sessão 19 de maio**): O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, objetivamente, o empresário Carlos Wizard, ao defender que a Covid-19 poderia ser tratada na primeira fase da doença, disse, em entrevista à TV Brasil, aspas: Passei um mês [atuando] em Brasília, junto ao Ministro Eduardo Pazuello, atuando como um conselheiro do ministério [...]. Posteriormente, fui convidado a assumir uma das secretarias... O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito. O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No entanto, preferi não aceitar o convite e trabalhar de forma independente e solidária ao combate da Covid-19. [...] E foi neste momento que eu tive, então, a oportunidade de conhecer autoridades médicas que são reconhecidas tanto no Brasil [...] [como] no exterior, [...] Nise Yamaguchi, [...] Roberto Zeballos, [...] Anthony Wong, Dante Serra e muitos outros que [...] [participavam] desse conselho científico independente [de voluntários]. Pergunto a V. Exa.: V. Exa. confirma que essas pessoas o aconselhavam acerca de assuntos relacionados à pandemia? O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sr. Relator, deixa-me voltar a quem é Carlos Wizard? Se o senhor permitir, posso começar pelo Carlos Wizard? O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, eu citei uma declaração dele para embasar a pergunta. O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, é só para dizer quem é. O Dr. Carlos Wizard, logicamente, vem

brevíssima passagem nenhuma função pública ocupou, decisões administrativas não tomou e recursos públicos não manejou.

3. Porém, o Impetrante se vê vitimado por uma perseguição midiática empreendida pelos integrantes da referida e r. Comissão Parlamentar que em busca de fatos de repercussão em mídias sociais e veículos de imprensa empreendem verdadeira cassada à pessoa conhecida e fora dos círculos comuns de situações típicas investigatórias.

daquela franquia de inglês Wizard, de idiomas, e eu o conheci na Operação Acolhida como voluntário para tratar das pessoas. Ele e a esposa são mórmons, são da religião mórmon. Ele foi cumprir uma ação da igreja e lá ficou dois anos, morando lá, trabalhando e ajudando, de todas as formas, as pessoas que estavam em vulnerabilidade. Se tornou, então, um amigo, e é claro que me relacionei com ele nesses dois anos. E, quando fui chamado para cá, puxei o Wizard, liguei para ele e falei: "Você tem condição de tirar mais um tempo e vir nos ajudar aqui, porque você pode ser um grande link entre o ministério e a compreensão da parte social, do público?", pelas amizades dele, pela relação dele. E ele veio pro bono, ficou conosco aqui por quase um mês. Cheguei a indicá-lo para trabalhar na Secretaria de Ciência e Tecnologia, que é uma secretaria que tem muita ligação com a parte civil, as empresas etc., tal. Poderia ser uma boa relação. Mas ele não achou que conseguiria se desvincular da administração das empresas dele e achou melhor não entrar. O Wizard... O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – **É, mas ele disse que passou um mês ajudando no ministério... O SR. EDUARDO PAZUELLO – Passou um mês conosco. O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ajudando a administração. O SR. EDUARDO PAZUELLO – Passou um mês ajudando.** Eu o indiquei. E, na análise da indicação dele, ele desistiu, porque tinha que ter outras ações dos conselhos de empresa etc. Não dava para ser aceito na indicação oficial do cargo. E, a partir daí, ele se desvinculou da tarefa, digamos assim. Ele, por si só, propôs reunir médicos para serem aconselhadores. E eu confesso ao senhor que eu não aceitei. A primeira vez que eu sentei para ouvir as ideias desses médicos, eu não gostei da dinâmica da conversa. E foi só uma vez, por 15 minutos, e nunca mais. Não tive assessoramento nem aconselhamento de grupos de médicos. Eu não gosto disso, desse formato das pessoas sentadas, e um fala, o outro grita, o outro... Não, isso não dá! O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então só houve uma reunião... O SR. EDUARDO PAZUELLO – **Meia reunião, por 15 minutos. O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no formato proposto pelo... O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pelo Carlos Wizard. O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Carlos Wizard. O SR. EDUARDO PAZUELLO – E mais nada!** Uma vez! E eu não aceitei o formato de aconselhamento que ele tinha pensado. O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas pessoas tinham também interesse ou interlocução junto ao Presidente da República? O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desconheço, Sr. Relator. O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – **Carlos Wizard fazia parte do grupo de pessoas que aconselhavam o Presidente especificamente? O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que não. Nunca o vi em Brasília indo especificamente falar com o Presidente da República.**

4. Isso porque, não é temporalmente possível que tão curta, voluntária e bem intencionada passagem de aproximadamente **20 dias úteis** em apoio à medidas de proteção contra a terrível pandemia e sua participação em uma audiência virtual que durou **15 minutos**, possa ser concebida como prática de qualquer ilícito que autoriza a violenta, grave e ilimitada devassa na sua vida privada, na sua intimidade, privacidade e no universo dos seus negócios pessoais, mediante a transferência total e irrestrita de seus sigilos bancários, fiscal, telefônicos e telemáticos, incluindo todos os dados de geolocalização, arquivos pessoais, fotos, pesquisas na internet, conversas familiares, arquivos em nuvens, documentos pessoais e temas típicos de sua vida empresarial pelo período de **16 meses!**

5. À evidenciar essa caçada indiscriminada em face do Impetrante, o ato coator que ora se ataca trata-se de pedido de quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático e substituiu um primeiro pedido de devassa indiscriminada de seus dados telefônicos e telemáticos, aprovado em 11 de junho através do Requerimento 753, que tinha escopo semelhante (**doc. 5 anexo – primeiro pedido de quebra telefônico e telemático**).

6. O ato coator agora praticado contra o Impetrante é despropositada e ilegalmente um ato que inaugura uma surpreendente e fantasiosa investigação da Comissão Parlamentar contra o Impetrante que *ab initio*, sem qualquer fato concreto quebrou sua privacidade e determinou a transferência integral de seus sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático, sem que nenhuma outra providência de caráter investigatório preliminar tenha sido realizada, sem que nenhum ato concreto tenha sido por ele praticado que leve à suspeita de ter praticado qualquer crime ou outro ato que ofenda a ordem jurídica, e, mesmo tendo insistido para depor, mesmo que virtualmente por conta de seu impedimento de estar presente ao depoimento presencial que lhe traria riscos pessoais de contaminação e exigiria que deixasse à sorte familiares que estão sob tratamento médico urgente fora do país, houve a completa afronta, desproporcional e ilegal supressão dos seus direitos constitucionais fundamentais, em especial ao de não ter sua intimidade, privacidade e sigilo de dados violados. E mais, sem que essa medida

seja indiscutivelmente necessária para esclarecimentos de fatos nos quais supostamente pudesse estar envolvido.

7. Por oportuno, informa-se que foi solicitado à r. Comissão Parlamentar a realização de depoimento virtual pelo Impetrante (**doc. 06 anexo - requerimento**), já que está fora do país desde o dia 30 de março de 2021, para acompanhamento de tratamento médico de familiar, bem como seja franqueado acesso pelos seus advogados aos documentos que lhe dizem respeito na investigação, o que foi indeferido pela r. Comissão Parlamentar. (**doc. 07 anexo – indeferimento CPI**).

8. Destaca-se ainda que o Impetrante não é funcionário público ou recebeu qualquer verba pública que justifique sequer estar envolvido como investigado pela r. Comissão Parlamentar, já que os crimes que supostamente possa ter cometido, que inexistem, seriam de apuração exclusiva do Ministério Público.

9. O cidadão comum não pode e nem deve sofrer tamanha violência e ter seus direitos constitucionais suprimidos de maneira tão desarrazoada e agressiva como se limites não existissem para qualquer órgão investigativo de qualquer natureza.

10. Ressalta-se, ainda, que à exemplo do Impetrante, diversas outras pessoas tiveram a transferência dos sigilos fiscal, bancário, telefônicos e telemáticos aprovadas em bloco pela mesma Comissão Parlamentar, o que resultou na impetração de diversos Mandados de Segurança similares perante esse Excelso Sodalício, sendo que em alguns destes já houve o **deferimento de medidas liminares suspendendo o ato coator pelas mesmas razões apontadas no presente Mandado de Segurança** que busca proteger direito líquido e certo do Impetrante vítima de descabido abuso de poder. É o que ocorreu, como exemplo de situação símile nos **MS 37972** e

37975, de relatoria do Exmo. Ministro Luís Roberto Barroso, e **37968** e **37971**, de relatoria do Exmo. Ministro Nunes Marques.

11. Inobstante a todas essas questões, na data de ontem, 16 de junho, através de mais uma medida coercitiva e ilegal em face do Impetrante, foi votado e aprovado **também em bloco** o Requerimento 00857/2021, o qual aprovou-se, mais uma vez, uma absurda e ilimitada devassa em sua vida pessoal em todos os quadrantes como se observa de seu abrangente conteúdo (ato coator – doc. 02 anexo):

Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, do disposto na Lei nº 1.579/52, bem como dos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requero a TRANSFERÊNCIA DOS SIGILOS:

a) telefônico, de 2020 até o presente, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originais e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país;

b) fiscal, de 2020 até o presente, através do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados:

- *Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica);*
- *Cadastro de Pessoa Física;*
- *Cadastro de Pessoa Jurídica;*
- *Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada);*
- *Compras e vendas de DIPJ de Terceiros;*
- *Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física);*
- *Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica);*
- *DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da*

Pessoa Jurídica);

- *DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito);*
- *DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde);*
- *DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira);*
- *DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF);*
- *DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias);*
- *DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte);*
- *DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural);*
- *DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais);*
- *DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais);*
- *CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados);*
- *DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais);*

DAI (Declaração Anual de Isento);

- *DASN (Declaração Anual do Simples Nacional);*
- *DBF (Declaração de Benefícios Fiscais);*
- *PAES (Parcelamento Especial);*
- *PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação);*
- *SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados);*
- *SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal);*
- *SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito);*
- *COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).*

c) **bancário**, de 2020 até o presente, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras;

d.1) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa Google Brasil Internet Ltda. (Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º andar, CEP 04538- 133, São Paulo/SP), para que forneça:

- *Dados cadastrais;*
- *Registros de conexão (IPs) Informações de Android (IMEI) Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Drive, incluindo o backup do WhatsApp;*
- *Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF);*
- *Lista de contatos vinculados as contas mencionadas, com números de telefones e nomes;*
- *Cópia integral de todas as mensagens (Gmail) enviadas/recebidas/armazenadas (rascunhos e lixeira), com seus anexos, em formato originalmente salvo pelo usuário, preservando a estrutura de diretórios criada pelo mesmo;*
- *Cópia integral de todas as mensagens enviadas, recebidas e armazenadas, conteúdos multimídias (fotos, vídeos, áudios) e qualquer outro anexo compartilhado através do sistema de troca de mensagens instantâneas Hangout;*
- *Localizações pretéritas e atuais do uso da(s) conta(s) (Location History), incluindo localizações geográficas___ específicas, por meio de GPS, Bluetooth ou sinal Wi-Fi;*
- *Relação dos locais salvos no GOOGLE MAPS e demais dados armazenados no aplicativo;*
- *Os históricos de pesquisas realizadas pelo usuário do dispositivo, incluindo pesquisas no Google Maps;*

- *Informações de pagamento, incluindo dados dos cartões de crédito (operadoras);*
- *Listagem das redes WI-FI acessadas pelas contas indicadas;*
- *Informações dos aplicativos baixados e instalados no Google Play;*

d.2) telemático, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa WhatsApp Inc., para que forneça:

- *"User Info, IP Addresses, Sym Address Book, Account Notes, Full Group Memberships e Profile Picture" (dados cadastrais da conta, informações do aparelho, versão da APP, data e horário do registro, status de conexão, última conexão com data, hora e porta lógica, endereço de email, informações de cliente Web;*
- *registros de acessos IPs desde 2020 e IP da última conexão;*
- *histórico de mudança de números;*
- *perfil do usuário com foto; about - antigo "status";*
- *Nomes dos grupos, seus administradores, integrantes dos grupos com seus respectivos números de telefones e fotos - lista de grupos; e*
- *agenda de contatos simétricos e assimétricos).*

d.3) telemático, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa Facebook para que forneça, a respeito das plataformas Facebook, Instagram e Facebook Messenger, todo o conteúdo relativo às contas de titularidade do investigado, em especial mensagens privadas, participação em grupos fechados, comentários e postagens, lista de amigos e toda atividade nelas realizada.

d.4) telemático, de 2020 até o presente, oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda, por meio da Privacy & Law Enforcement Compliance (e-mail lawenforcement@apple.com) para que forneça todo

o conteúdo relativo às contas e aparelhos de titularidade do investigado, especialmente dados de localização, GPS, Bluetooth, endereço IP, localização de pontos de acesso Wi-Fi e torres de celular e outras tecnologias para determinar a localização aproximada de seu dispositivo, bem como o conteúdo armazenado no iCloud.

TODOS do Sr. Carlos Wizard Martins, CPF 358.707.459-34, para esta Comissão, de março de 2020 até o presente.

A presente ordem de transferência há de ser cumprida, sob pena de desobediência, devendo as informações requeridas serem enviadas em meio eletrônico.

12. Como se observa, trata-se de uma indecorosa devassa contra alguém que não cometeu delito algum e sequer teve atribuída a si a prática de qualquer crime e, conforme apurado pela própria Comissão, esteve apenas e tão somente pelo período de 20 dias úteis desenvolvendo com propósito de contribuir com o País em momento tão grave vivido pela população, um trabalho voluntário na condição de convidado voluntário pelo ex- Ministro da Saúde Eduardo Pazuello. Da leitura atenta da suposta *justificativa* abaixo transcrita, evidenciam-se as desconexas suposições levantadas, desprovidas de qualquer fato típico:

JUSTIFICAÇÃO

Os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito já demonstraram a existência de um "gabinete das sombras" que ditaram os rumos da atuação do governo federal no combate à pandemia. Esse gabinete defendia a utilização de medicação sem eficácia comprovada, apoiava teorias como a da imunidade de rebanho, e fez campanha contra as vacinas.

O Sr. Carlos Wizard Martins é um de seus membros mais influentes e um de seus financiadores. Em junho do ano passado, o Sr. Wizard chegou a declarar, em primeira pessoa: "Temos uma equipe de inteligência do ministério. Essa equipe encontrou indícios de que alguns municípios e estados estão inflacionando os dados para receber benefícios federais, isso é lamentável."

Mais do que um mero conselheiro do ex-Ministro Pazuello, o Sr. Wizard também defendeu publicamente o tratamento precoce contra o coronavírus e se posicionou contrariamente a medidas de confinamento, havendo indícios de que tenha mobilizado recursos financeiros para fortalecer a aceitação das medidas que o Presidente da República julgava adequadas, mesmo sem qualquer comprovação científica.

Em seu depoimento perante esta Comissão, o ex-ministro Pazuello afirmou que convidou Wizard a assumir a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde em junho de 2020, mas que o empresário não aceitou a proposta. Na época, repercutiu uma fala do Sr. Martins em que ele acusou governadores e prefeitos de inflacionar o número de mortes por Covid-19, o que gerou uma nota de repúdio por parte de secretários da Saúde.

Ainda que não tenha assumido o cargo de secretário do Ministério da Saúde, Wizard atuou oficialmente como conselheiro da pasta por cerca de um mês.

Esta Comissão, inclusive, aprovou a convocação do Sr. Carlos Wizard mas o convocado não respondeu às convocações encaminhadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito e seu paradeiro, hoje, é incerto. Há suspeitas de que ele tenha ido aos Estados Unidos para se vacinar. Fato curioso um membro do assessoramento "das sombras" ao governo federal que fez campanha contra a vacina.

Portanto, a transferência dos dados ora solicitados é essencial para os trabalhos desta Comissão para que seja possível delimitar a participação do Sr. Martins, e do "gabinete das sombras", na definição das políticas públicas de combate à pandemia.

13. Observa-se que a ilegalidade é tamanha que a r. Comissão já havia requerido e aprovado o afastamento do sigilo telemático e telefônico e os fez substituir por este novo ato coator, que derroga o anterior e o supera não só cronologicamente mas, também, em abrangência. Mais ainda, desconsidera as declarações realizadas perante a Comissão de que ele jamais participou de qualquer atuação junto ao Ministério, bem como o fato de que na data de 14 de junho [portanto em momento anterior ao documento acima], apresentou suas justificativas do motivo pelo qual não poderia comparecer presencialmente à CPI, requerendo sua oitiva remota, o que lhe foi negado.

14. Diante dessa situação, é inafastável que a referida CPI passou a transbordar seus limites e a praticar de maneira contínua e reiterada atos que atentam contra a Constituição Federal, dentre eles, no dia de ontem, mais uma violação evidente, desarrazoada e ilegal da intimidade, privacidade e do sigilo de dados do Impetrante, previstos no art. 5º, inciso X e XII, da Constituição Federal, uma vez que autoridade coatora determinou por um novo ato verdadeira devassa indiscriminada de sua vida pessoal com supedâneo em decisão que não apresenta os fundamentos jurídicos mínimos exigidos para qualquer ato dessa natureza e sem qualquer observância do quanto expressamente exigido pelo art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

15. É contra esse ilegal e abusivo ato coator praticado que viola direito seu líquido e certo que ora se impetra o presente mandado de segurança a fim de fazer cessar a devassa indiscriminada, com base em decisão contrária à

Constituição Federal, desprovida de fundamentação **concreta e individualizada, desproporcional pelo período** que pretende abarcar e das **informações que pretende buscar**, as quais não dizem respeito ao escopo da investigação conduzida pela autoridade coatora, conforme se passa a expor.

II. DA ILEGALIDADE DA MEDIDA INVASIVA DE AFASTAMENTO DE SIGILO BANCÁRIO E FISCAL

16. A despeito da garantia constitucional individual, identificada como cláusula pétreia, a jurisprudência é uníssona em reconhecer, também, que a intimidade e a privacidade das pessoas tem, como um de seus corolários, a proteção ao sigilo de dados bancários e fiscais.

17. Ocorre que, justamente por se tratarem de direitos individuais e sensíveis do cidadão esta Suprema Corte possui entendimento de que para a decretação da quebra do sigilo bancário e fiscal devem atender aos seguintes requisitos: i) demonstração de indícios de existência de delito; ii) demonstração da necessidade/imprescindibilidade da medida para obtenção de prova da autoria e/ou materialidade do delito; iii) indicação da pertinência temática entre as informações obtidas e a natureza do delito; iv) delimitação dos sujeitos titulares dos dados a serem investigados e do lapso temporal abrangido pela ordem de ruptura dos registros sigilosos mantidos por instituição financeira.

18. Inclusive no âmbito das Comissões Parlamentares de Inquérito, as quais em razão dos seus poderes de autoridade judiciária também não escapam da determinação de atender aos requisitos legais:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PODERES DE INVESTIGAÇÃO (CF, ART. 58, § 3º) - LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS - LEGITIMIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL - POSSIBILIDADE DE A CPI ORDENAR, POR AUTORIDADE PRÓPRIA, A QUEBRA DOS SIGILOS BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO - NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO

DO ATO DELIBERATIVO - QUEBRA DE SIGILO ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADA - VALIDADE - MANDADO DE SEGURANÇA INDEFERIDO. A QUEBRA DO SIGILO CONSTITUI PODER INERENTE À COMPETÊNCIA INVESTIGATÓRIA DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.

A quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico de qualquer pessoa sujeita a investigação legislativa pode ser legitimamente decretada pela Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que esse órgão estatal o faça mediante deliberação adequadamente fundamentada e na qual indique a necessidade objetiva da adoção dessa medida extraordinária. Precedentes.

O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico (sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos e que não se identifica com a inviolabilidade das comunicações telefônicas) - ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X, da Carta Política - não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar. As Comissões Parlamentares de Inquérito, no entanto, para decretar, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação), justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CF, art. 5º, XXXV).

As deliberações de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, à semelhança do que também ocorre com as decisões judiciais, quando destituídas de motivação, mostram-se írritas e despojadas de eficácia jurídica, pois nenhuma medida restritiva de direitos pode ser adotada pelo Poder Público, sem que o ato que a decreta seja adequadamente fundamentado pela autoridade estatal. (MS 24817, Relator(a): CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 03/02/2005, DJe-208 DIVULG 05-11-2009 PUBLIC 06-11-2009 EMENT VOL-02381-03 PP-00571)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FATOS CONCRETOS - FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA -

INADMISSIBILIDADE - CONTROLE JURISDICIONAL - POSSIBILIDADE - CONSEQÜENTE INVALIDAÇÃO DO ATO DE "DISCLOSURE" - INOCORRÊNCIA, EM TAL HIPÓTESE, DE TRANSGRESSÃO AO POSTULADO DA SEPARAÇÃO DE PODERES - MANDADO DE SEGURANÇA DEFERIDO. A QUEBRA DE SIGILO - QUE SE APÓIA EM FUNDAMENTOS GENÉRICOS E QUE NÃO INDICA FATOS CONCRETOS E PRECISOS REFERENTES À PESSOA SOB INVESTIGAÇÃO - CONSTITUI ATO EIVADO DE NULIDADE.

A quebra do sigilo inerente aos registros bancários, fiscais e telefônicos, por traduzir medida de caráter excepcional, revela-se incompatível com o ordenamento constitucional, quando fundada em deliberações emanadas de CPI cujo suporte decisório apoia-se em formulações genéricas, destituídas da necessária e específica indicação de causa provável, que se qualifica como pressuposto legitimador da ruptura, por parte do Estado, da esfera de intimidade a todos garantida pela Constituição da República. Precedentes. Doutrina. O CONTROLE JURISDICIONAL DE ABUSOS PRATICADOS POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. - O Supremo Tribunal Federal, quando intervém para assegurar as franquias constitucionais e para garantir a integridade e a supremacia da Constituição, neutralizando, desse modo, abusos cometidos por Comissão Parlamentar de Inquérito, desempenha, de maneira plenamente legítima, as atribuições que lhe conferiu a própria Carta da República. O regular exercício da função jurisdicional, nesse contexto, porque vocacionado a fazer prevalecer a autoridade da Constituição, não transgride o princípio da separação de poderes. Doutrina. Precedentes.

(MS 25668, Relator(a): CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 23/03/2006, DJ 04-08-2006 PP-00027 EMENT VOL-02240-03 PP-00410 RTJ VOL-00200-02 PP-00778 RCJ v. 20, n. 129, 2006, p. 55-66)

A autorização do afastamento dos sigilos fiscal e bancário deverá indicar, mediante fundamentos idôneos, a pertinência temática, a necessidade da medida, “que o resultado não possa advir de nenhum outro meio ou fonte lícita de prova” e “existência de limitação temporal do objeto da medida, enquanto predeterminação formal do período” (MS 25812 MC, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, publicado em DJ 23-2-2006).

19. Mais ainda, a Lei Complementar 105 de 2001, a qual dispõe as informações sigilosas de cunho bancário, estabelece apenas como exceção a abertura dessas informações nas seguintes hipóteses:

4º A quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente nos seguintes crimes: I – de terrorismo; II – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins; III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção; IV – de extorsão mediante seqüestro; V – contra o sistema financeiro nacional; VI – contra a Administração Pública; VII – contra a ordem tributária e a previdência social; VIII – lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores IX – praticado por organização criminosa.

20. No caso do Impetrante não se encontram presentes nenhuma das hipóteses elencadas pela Jurisprudência pátria, muito menos em razão dos dispositivo legais indicados.

21. Isso porque, basicamente, a autoridade coatora embasa as supostas necessidade de devassa em pseudo *justificativas*: de que o Impetrante teria integrado um *gabinete das sombras que ditariam os rumos do governo federal*, que apoiaria *teoria da imunidade de rebanho e fez campanha contra as vacinas*, de que teria *declarado que tem uma equipe de inteligência no ministério*, que essa *equipe encontrou indícios de que alguns municípios e estados estão inflacionando os dados para receber benefícios federais*, que teria *mobilizado recursos para fortalecer medidas de aceitação que julgava adequada*, de que *teria sido convidado para um ministério e não aceitou a proposta*, de que *Wizard atuou oficialmente como conselheiro na pasta por um mês e, ainda , porque não respondeu as convocações encaminhadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito e seu paradeiro, hoje, é incerto.*

22. E, por fim, aduz que a *transferência dos dados ora solicitados é essencial para os trabalhos desta Comissão para que seja possível delimitar a participação do Sr. Martins, e do "gabinete das sombras", na definição das políticas públicas de combate à pandemia.*

23. Veja, Excelência, que qualquer leitor, por mais mediano que seja, é capaz de observar que as denominadas “*justificativas*” não passam de um relato genérico e impreciso que não descreve qualquer conduta imprópria ou ilícita ou que envolva recursos financeiros ou qualquer conexão com o propósito de investigação de mau uso de recursos públicos ou atos praticados por ele na qualidade de autoridade ou funcionário público que é o escopo da r.Comissão Parlamentar. É apenas uma descrição sem qualquer referência a um fato determinado, uma conduta ilegal específica ou um fato que constitua crime.

24. É fácil perceber, de pronto, que o Impetrante terá todos os seus dados fiscais, bancários, telefônicos e telemáticos abertos indiscriminadamente, pelo período retroativo de mais de um ano (até março de 2020), sem qualquer razão ou fundamento que atenda aos critérios da veracidade, da necessidade, adequação, proporcionalidade e posterior à investigações prévias que demonstrem a mínima possibilidade de ter havido uma conduta ilícita.

25. Sua boa vontade e até mesmo bons propósitos de realizar um trabalho de natureza voluntária como contribuição para o país, por período de 30 dias no ano de 2020, com o intuito único de auxiliar o governo no enfrentamento da pandemia, que naquela ocasião era nova e desconhecida mundialmente, se transformou em conduta tida como ilegal e que mereceria ser objeto de repressão.

26. E isso ocorre mesmo após a declaração do ex-Ministro Pazuello perante a Comissão, que foi informada de que o Impetrante foi um voluntario na causa do enfrentamento do covid-19 e que houve apenas uma única reunião

virtual de 15 minutos com médicos reconhecidos e nenhum encontro com o Presidente da República ou outra Autoridade que comande os destinos do país. (**doc. 04 anexo – notas taquigráficas**):

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, objetivamente, o empresário Carlos Wizard, ao defender que a Covid-19 poderia ser tratada na primeira fase da doença, disse, em entrevista à TV Brasil, aspas: Passei um mês [atuando] em Brasília, junto ao Ministro Eduardo Pazuello, atuando como um conselheiro do ministério [...]. Posteriormente, fui convidado a assumir uma das secretarias... O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito. O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No entanto, preferi não aceitar o convite e trabalhar de forma independente e solidária ao combate da Covid-19. [...] E foi neste momento que eu tive, então, a oportunidade de conhecer autoridades médicas que são reconhecidas tanto no Brasil [...] [como] no exterior, [...] Nise Yamaguchi, [...] Roberto Zeballos, [...] Anthony Wong, Dante Serra e muitos outros que [...] [participavam] desse conselho científico independente [de voluntários]. Pergunto a V. Exa.: V. Exa. confirma que essas pessoas o aconselhavam acerca de assuntos relacionados à pandemia? O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sr. Relator, deixa-me voltar a quem é Carlos Wizard? Se o senhor permitir, posso começar pelo Carlos Wizard? O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, eu citei uma declaração dele para embasar a pergunta. O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, é só para dizer quem é. O Dr. Carlos Wizard, logicamente, vem daquela franquía de inglês Wizard, de idiomas, e eu o conheci na Operação Acolhida como voluntário para tratar das pessoas. Ele e a esposa são mórmons, são da religião mórmon. Ele foi cumprir uma ação da igreja e lá ficou dois anos, morando lá, trabalhando e ajudando, de todas as formas, as pessoas que estavam em vulnerabilidade. Se tornou, então, um amigo, e é claro que me relacionei com ele nesses dois anos. E, quando fui chamado para cá, puxei o Wizard, liguei para ele e falei: "Você tem condição de tirar mais um tempo e vir nos ajudar aqui, porque você pode ser um grande link entre o ministério e a compreensão da parte social, do público?", pelas amizades dele, pela relação dele. E ele veio pro bono, ficou conosco aqui por quase um mês. Cheguei a indicá-lo para trabalhar na Secretaria de Ciência e Tecnologia, que é uma secretaria que tem muita ligação com a parte civil, as empresas etc., tal. Poderia ser uma boa relação. Mas ele não achou que conseguiria se desvencilhar da administração das empresas dele e achou melhor não entrar. O Wizard... O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas ele disse que passou um mês ajudando no ministério... O SR. EDUARDO PAZUELLO – Passou um mês conosco. O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ajudando a administração. O SR. EDUARDO PAZUELLO – Passou um

*mês ajudando. Eu o indiquei. E, na análise da indicação dele, ele desistiu, porque tinha que ter outras ações dos conselhos de empresa etc. Não dava para ser aceito na indicação oficial do cargo. E, a partir daí, ele se desvinculou da tarefa, digamos assim. Ele, por si só, **propôs reunir médicos para serem aconselhadores. E eu confesso ao senhor que eu não aceitei. A primeira vez que eu sentei para ouvir as ideias desses médicos, eu não gostei da dinâmica da conversa. E foi só uma vez, por 15 minutos, e nunca mais.** Não tive assessoramento nem aconselhamento de grupos de médicos. Eu não gosto disso, desse formato das pessoas sentadas, e um fala, o outro grita, o outro... Não, isso não dá! O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então só houve uma reunião... O SR. EDUARDO PAZUELLO – Meia reunião, por 15 minutos. O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no formato proposto pelo... O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pelo Carlos Wizard. O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Carlos Wizard. O SR. EDUARDO PAZUELLO – E mais nada! Uma vez! E eu não aceitei o formato de aconselhamento que ele tinha pensado. O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas pessoas tinham também interesse ou interlocução junto ao Presidente da República? O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desconheço, Sr. Relator. O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Carlos Wizard fazia parte do grupo de pessoas que aconselhavam o Presidente especificamente? O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que não. Nunca o vi em Brasília indo especificamente falar com o Presidente da República.*

27. Nessa linha, sobreleva dizer que se pretende obter dados telemáticos, telefônicos, fiscais e bancários que sequer dizem respeito aos fatos objeto da comissão parlamentar de inquérito (**documento anexo – comunicado de instalação e documento anexo - plano de trabalho**), lastreado em declarações de opinião pessoal do Impetrante a respeito de tratamentos recomendados por profissionais médicos sob guarida do Conselho Federal de Medicina, o que nem de perto configura delito algum.

28. Do mesmo modo, o fato de ter prestado por alguns dias um apoio voluntário às ações do Ministério da Saúde em momento em que tudo era novo e desconhecido na busca de soluções para a grave crise enfrentada não o faz incurso em nenhuma conduta típica penal e que dê azo para a busca indiscriminada de seus dados

peçoais, muito menos de informações bancárias e fiscais como se, descabidamente, tivesse praticado crime de opinião que, para o Impetrante seria um crime impossível.

29. Registre-se: não incumbia ao Impetrante a adoção de qualquer medida pública, sua opinião não era capaz de influenciar qualquer ato, muito menos tinha poderes para tanto, sendo que o Requerimento de quebra dos sigilos tampouco apontou a prática delito, mas meras declarações peçoais e suspeitas que são levantadas pela própria autoridade coatora, que cunhou o nome para efeito de *marketing* de “ministério paralelo” ou “ministério das sombras” a fim de dar uma conotação negativa ao Impetrante.

30. Aliás, em situação também no âmbito da presente CPI, essa questão foi observada na decisão concessiva de liminar no HC 37971 de relatoria do Eminente Ministro Nunes Marques que bem assentou:

*Impetrante sequer tinha autoridade para deliberar sobre o ponto. A sua opinião não tinha relevância jurídica alguma para determinar a adoção ou não, pelo Brasil, da vacinação obrigatória. Portanto, era apenas uma opinião mesmo, que não pode ser considerada ilícita, dada a liberdade de expressão do pensamento constitucionalmente assegurada (CF, art. 5º, IV). O requerimento feito à CPI não se ocupou em indicar qual seria o crime formal (de mera conduta) ou mesmo o ilícito que se consumaria com a simples fala — certa ou errada — em favor do uso de um remédio, mediante prescrição médica. Aliás, o requerimento não aponta em momento algum nenhum tipo penal ou ilícito civil que tenha sido cometido pelo autor. Isso já é motivo suficiente para demonstrar que a quebra de sigilo carece de fundamentação, porquanto é necessário que se indique onde reside a aparente ilicitude (e não apenas inconveniência) da conduta do investigado, para que se possa quebrar sigilo. (...) Porém, isso não torna criminosa, ou sequer ilícita, a sua manifestação de pensamento, ainda que viesse posteriormente a se mostrar errada tecnicamente, conforme maiores conhecimentos adquiridos pelos cientistas, tanto mais porque no início da pandemia, não apenas no Brasil, senão no mundo inteiro, estabeleceu-se no seio da própria comunidade médica acerba discussão sobre o uso *off label* de certos medicamentos, de tal maneira que mesmo leigos, autoridades ou não, sentiram-se animados a externar essa ou aquela posição, expressando as suas convicções. Isso faz parte da democracia: todos querem opinar sobre tudo.*

31. A situação está tão absurdamente desenfreada, que a justificativa de quebra de todos os seus dados vieram baseada no ilegal argumento de que *não respondeu às convocações encaminhadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito e seu paradeiro, hoje, é incerto*, o que estampa, também por esse motivo, que a autoridade coatora pretende a devassa de dados como uma forma de constranger o Impetrante, apesar de todas elas terem sido respondidas pelos seus advogados e inclusive, quando solicitado, apresentado documentos comprobatórios.

32. Acresça-se que a quebra de sigilos, pela gravidade e por ser medida extrema, deve ser medida que se segue para aprofundamento de investigações e eventual coleta de provas mas nunca pode ser o primeiro ato investigatório para pescar eventuais informações indeterminadas e inespecíficas de interesse daquele que investiga. Muito menos ser determinada se as mesmas provas puderem ser obtidas por outros meios. Mas, com isso não se preocupou a Comissão investigatória.

33. Sobre a situação do depoimento do impetrante, se esclarece que na data de 14 de junho, **portanto antes mesmo desse absurdo pedido de devassa que ora se combate**, o Impetrante havia encaminhado manifestação à comissão, informando que não poderia comparecer pessoalmente para depoimento no dia 17 de junho por estar fora do país acompanhando familiar em tratamento médico continuado e solicitou que seu depoimento fosse realizado na forma de virtual como tem sido em todo o Poder Judiciário e, até mesmo, pela Polícia Federal, como medida de proteção a todos contra o risco de contaminação..

34. Não obstante a disposição do Impetrante, a autoridade coatora entendeu por indeferir o pedido! De modo que não é verdadeiro o que alega na *justificativa*, no sentido de que não teria sido encontrado e/ou respondido à notificação (o que sequer é exigido de um investigado – diga-se de passagem).

35. Assim sendo, todas essas situações acima estampam que a determinação de abertura indiscriminada de todos os seus dados

bancários, fiscais, telemáticos e telefônicos não encontra fundamento **em fato concreto algum**, também não está lastreada em fato típico descrito como crime algum, muito menos encontra pertinência com o escopo da investigação (que é apurar a negligência e ações do governo junto ao enfrentamento da pandemia), mostrando-se incompatível até mesmo com o período que o Impetrante esteve como voluntário à causa, já que permaneceu em Brasília por menos de 30 dias, no ano de 2020, realizando uma única reunião de 15 minutos, como já fartamente provado!

36. Inclusive, em casos de determinação de abertura de sigilo telemático e telefônico referentes a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, em recente decisão liminar do Excelentíssimo Ministro Barroso, no MS 37975, entendeu-se por afastar a quebra justamente em razão da ausência de fatos concretos:

Em primeira análise, não identifiquei a indicação de situações concretas referentes aos impetrantes que justifiquem suspeitas fundadas da prática de atos ilícitos por eles. O fato de terem ocupado cargos relevantes no Ministério da Saúde no período da pandemia de Covid-19 não implica, por si só, que sua atuação tenha se revestido de ilicitude. Em verdade, a justificação dos requerimentos em questão não parece cogitar da prática de ilícito pelos impetrantes, já que afirma expressamente que o acesso aos seus dados é primordial para a investigação da “real atuação comissiva ou omissiva dos principais responsáveis no Governo Federal na condução das políticas durante a pandemia”.

37. E não apenas. Veja-se que os dados que a autoridade coatora pretende abrir para “*delimitar os contornos da participação*” do Impetrante não tem utilidade nenhuma para a investigação ou instrução probatória, tais como dados de DIPJ, DIPF, DIMOB, DCTF, informações sobre retenção de tributos, as quais acabam por atingir dados patrimoniais pessoais e, ainda, pasme, de pessoas jurídicas que sequer dizem respeito ou contribuem para a elucidação dos fatos.

38. Cumpre destacar, ainda, de maneira enfática que a extensa lista de quebra de sigilo fiscal inclui, como apontado, documentos que são próprios e específicos de pessoas jurídicas. Nenhuma pessoa jurídica é mencionada em

qualquer investigação empreendida contra o Impetrante bem como nenhum fundamento ou motivo está contido no requerimento de quebra e que alcance qualquer pessoa jurídica. Por esta evidente e inequívoca prova se vê que a investigação e a devassa empreendida perambula de maneira incerta e tortuosa sem qualquer foco ou fato determinado que funcione como substrato necessário e antecedente ao pedido de quebra.

39. É tão abusivo o ato Exa. que incluíram dados, declarações, demonstrativos que não dizem respeito à movimentação patrimonial de uma pessoa física e cujo acesso é regulado de maneira estreita pela Lei Complementar 105 que estabelece balizas estreitas, rígidas e condicionantes prévias que o indigitado pedido de quebra nem de longe atende quanto aos requisitos elencados ou aos propósitos.

40. É mais gritante ainda a invalidade do ato não só pela abrangência, impertinência mas, também e mais grave, por demonstrar que a r.Comissão sequer sabe indicar a razão de incluir este ou aquele elemento supostamente de prova que se pretende obter ou que seja um fato que mereça ser investigado eis que transborda os limites estreitos da autorização recebida do Senado Federal para se promover a indigitada investigação.

41. Resta, indubitável, sob esse aspecto que a gravosa medida é evidentemente não uma busca de apuração de fatos determinados mas sim uma despropositada invasão de privacidade com contornos meramente políticos mas que devem ser obstados pela mão firme do poder judiciário.

42. Assim, como não se aponta em que medida o acesso ao conteúdo de conversas privadas do Impetrante, a seus arquivos de fotos, áudio e vídeo, seus históricos de pesquisa na internet, suas informações de geolocalização e suas atividades sociais teria utilidade para a verificação das ações e omissões de autoridades do Governo Federal no enfrentamento à pandemia (nesse sentido MS 37972, Rel. Min. Luís Barroso, decisão de 12 de junho de 2021).

43. Esse tipo de requerimento, amplo, genérico e indeterminado, que atinge até mesmo terceiros em sua privacidade e que nada tem a ver com o escopo da investigação sequer é admitido por este e. Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, é a decisão liminar do Min. Nunes Marques no MS 3797:

*Verifica-se, pela leitura dos citados requerimentos (em especial das partes que sublinhei), que **não há um foco definido previamente para a quebra do sigilo**. A medida é **ampla e genérica**, atingindo, o mais das vezes, **todo o conteúdo das comunicações privadas do Impetrante**, inclusive todas as fotografias, geolocalização, lista de contatos inteiras, grupos de amigos, etc. Em pelo menos um caso (“registro de acessos de IP”, no requerimento do Sen. Alessandro Vieira), o **pedido de quebra retroage a 2019** (mas a CPI diz respeito às possíveis ações irregulares do autor no âmbito das políticas de combate à **pandemia de Covid-19, que apenas chegou ao Brasil em 2020**). Os pedidos de listas inteiras de contatos, com as respectivas fotos trocadas, por exemplo, representam manifesto **risco de violação injustificada da privacidade não apenas do Impetrante, mas desses terceiros também, que sequer são investigados**. Logo, o caso se enquadra perfeitamente naquela ideia de “devassa”, a que se refeririam os precedentes do Tribunal, que citei há pouco. Em casos análogos, já houve outras decisões do próprio Supremo Tribunal Federal impedindo a violação de sigilos requerida ao **arrepio de fatos concretos e com violação do princípio da razoabilidade**: MS 25.812, Ministro César Peluso; e MS 25.668 MC, Ministro Celso de Mello.*

44. E a doutrina pátria também concorda com esse mesmo propósito: “*como imperativo de eficiência e a bem da preservação de direitos fundamentais, a Constituição determina que a CPI tenha por objeto fato determinado. Ficam impedidas devassas generalizadas. Se fossem admissíveis investigações livres e indefinidas haveria o risco de se produzir um quadro de insegurança e de perigo para as liberdades fundamentais*”. (MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: IDP/Saraiva, 2019, p. 793)

45. Ainda à demonstrar a total ilegalidade que se pretende com a quebra indiscriminada de dados, busca-se a violação de informações sensíveis pelo extenso período de mais de um ano, retroativamente a março de 2020,

sendo que, conforme acima demonstrado, o paciente esteve junto ao ministério, exercendo seus trabalhos voluntários pelo período de 30 dias, no mês de maio de 2020.

46. Isto é, a **adequação temporal do pedido de abertura**, também não está presente, evidenciando-se que se pretende perquirir a vida do impetrante para **além dos fatos supostamente objeto da investigação** conduzida pela comissão parlamentar de inquérito

47. Nesse contexto, é inegável que os pedidos veiculados são excessivamente amplos, abrangendo o fornecimento da íntegra de conversas mantidas, de terreiros em sua relação de contatos pessoais, dos arquivos armazenados em nuvens, da cópia integral de mensagens de correio eletrônico, sejam de que natureza forem, das informações de localização dos seus dispositivos eletrônicos, do seu histórico de pesquisas, suas informações de pagamento, informações de aplicativos baixados e instalados, aplicações financeiras, investimentos, extratos bancários, entre outros que nenhuma pertinência possuem com relação ao objeto investigado. Os requerimentos não especificam quais informações e dados dentro desse universo guardariam relação com o objeto da investigação e seriam, então, do interesse da CPI.

48. Concomitante a tudo isso, por fim, é imperioso destacar que a aprovação do pedido de afastamento do sigilo, ocorrida na sessão deliberativa, se deu de maneira totalmente nula, uma vez que foi aprovada em bloco, sem individualizar os investigados, respectivas condutas de natureza ilícita e fundamentos da necessidade de devassa de sigilo para cada um deles. sequer foi indicado o nome de cada um dos investigados, apenas foi lido o número do requerimento e, logo após, a aprovação conforme as notas taquigráficas da sessão (documento anexo 09 – ata sessão deliberativa dia 16 de junho).

49. Cabe destacar, também que com o advento da Lei 12.965/2014, a quebra de sigilo de informações e dados pessoais armazenados pelo

provedor de serviços de internet possui requisitos claros e expressos, como se vê do quanto contido no seu artigo 22, *in verbis*:

Art. 22. A parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial cível ou penal, em caráter incidental ou autônomo, requerer ao juiz que ordene ao responsável pela guarda o fornecimento de registros de conexão ou de registros de acesso a aplicações de internet.

Parágrafo único. Sem prejuízo dos demais requisitos legais, o requerimento deverá conter, sob pena de inadmissibilidade:

I - fundados indícios da ocorrência do ilícito;

II – justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória

50. A CPI é investida de poderes próprios e para o seu mister pode muito, mas não pode tudo. Está adstrita ao cumprimento das leis e da Constituição Federal e a elas devem estrita obediência. Como se verifica não há na fundamentação, como já dito, qualquer indicação de qual ilícito foi cometido pelo Impetrante e para o qual se torne necessário a violência perpetrada o que, como já registrado, torna o ato absolutamente ilegal e violador de direito líquido e certo do Impetrante.

51. Ora, situações como essas são rechaçadas por este Supremo Tribunal Federal, como já assentou o Min. Celso de Mello, em julgado no qual se verificou exatamente a situação de ausência de motivação:

NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DO ATO DELIBERATIVO - DELIBERAÇÃO DA CPI QUE, SEM FUNDAMENTAÇÃO, ORDENOU MEDIDAS DE RESTRIÇÃO A DIREITOS - MANDADO DE SEGURANÇA DEFERIDO. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO -MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM CONSTANTE DA DELIBERAÇÃO EMANADA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE

INQUÉRITO. *Tratando-se de motivação per relationem, impõe-se à Comissão Parlamentar de Inquérito - quando esta faz remissão a elementos de fundamentação existentes alinde ou constantes de outra peça - demonstrar a efetiva existência do documento consubstanciador da exposição das razões de fato e de direito que justificariam o ato decisório praticado, em ordem a propiciar, não apenas o conhecimento do que se contém no relato expositivo, mas, sobretudo, para viabilizar o controle jurisdicional da decisão adotada pela CPI. É que tais fundamentos - considerada a remissão a eles feita - passam a incorporar-se ao próprio ato decisório ou deliberativo que a eles se reportou. (MS 23.452, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno).*

52. Diante de todo o exposto, é evidente a abusividade e ilegalidade do ato praticado que viola direito líquido e certo seu e de maneira direta os mais importantes artigos da Constituição Federal, motivo pelo qual se requer seja concedida a presente ordem de segurança, a fim de cessar a ilegalidade e a coação impingida ao Impetrante.

III. DO PEDIDO DE CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR

53. Conforme acima exposto, a Autoridade Impetrada não apresentou razões fundadas e adequadas que demonstrem qualquer necessidade ou utilidade nas informações que se pretende obter pois não indicam um ilícito cometido ou em andamento que justifique a completa lesão à privacidade, à intimidade e ao sigilo de dados bancários, fiscais, telemáticos, telefônicos e de dados pessoais, protegidos Constitucionalmente pelos artigos 5º, X e XII, da Constituição Federal, pela Lei Complementar 105/200 e 12.965/14.

54. Assim como é garantia Constitucional a devida necessidade da medida, sua pertinência, proporcionalidade e fundamentação da decisão que determina a quebra e transferência do sigilo o que, como demonstrado, não ocorre no presente caso, tornando presente a violação a direito líquido e certo.

55. Demonstrada também a ilegalidade e o abuso de poder consistente na descabida aprovação transferência de todos os dados telefônicos e telemáticos do impetrante no período de 20 de março de 2020 até o presente na sessão deliberativa do dia 16 de junho de 2021, conforme notas taquigráficas já indicadas o que está **na iminência de ocorrer**, através do cumprimento das ordens e remessas de ofícios às empresas detentoras de tais informações e dados, todos de natureza pessoal.

56. Especial destaque cabe também à ilegal aprovação em bloco das ordens de quebra, sem individualização de condutas, da necessidade, utilidade da medida, sua pertinência, fundamentação suficiente e que aponte um mínimo de ilicitude nas condutas do Impetrante ou até mesmo sua proporcionalidade e necessidade com demonstração inequívoca de que os mesmos resultados não podem ser obtidos por outros meios.

57. Assim, uma vez demonstrada a existência de ato abusivo e ilegal e presentes os requisitos legais exigidos para concessão da medida liminar, requer-se, de imediato e sem oitiva da Autoridade Coatora, a suspensão imediata dos da eficácia e dos efeitos jurídicos já produzidos pelo ilegal ato apontado como coator praticado abusivamente contra o Impetrante.

58. Outrossim, caso já tenham sido emitidos os ofícios, requer-se seja determinado o imediato recolhimento, bem como seja comunicado às empresas, órgãos bancários e fiscais destinatários para que adotem todas as cautelas possíveis em não encaminhar quaisquer dados ilegalmente solicitados, sob pena de responsabilização cível e criminal.

59. Ainda, caso a Comissão Parlamentar de Inquérito já tenha recebido as informações sigilosas requisitadas que informe a V.Exa. e adote as cautelas de descarte, para tornar indisponível qualquer informação ou dado referente ao Impetrante, sob pena de responsabilização cível e criminal, e, de tudo, dando conhecimento a essa Corte.

IV. DO PEDIDO FINAL

60. Diante do todo o exposto, requer-se seja concedida a ordem no presente mandado de segurança, confirmando-se a decisão liminar, para fazer **cessar a violação** de direito líquido e certo, bem como a coação ilegal a que sendo submetido o Impetrante, reconhecendo a ilegalidade do ato coator fulminando-o de completa invalidade.

61. Requer-se, também, que seja solicitado as informações à D. Autoridade Impetrada no prazo legal bem como a intimação da União nos termos do artigo 7º, II, da Lei nº 12.016/09 e a oitiva do Ministério Público Federal.

62. Por fim, requer-se que todas as publicações e/ou intimações referentes ao presente feito sejam efetuadas exclusivamente em nome do **Dr. Adelmo da Silva Emerenciano – OAB/SP 91.916**, com escritório na Rua Cincinato Braga, 340, 7º andar – São Paulo - SP – CEP 01333-010 e endereço no eletrônico publicacao@emerenciano.com.br

Dá-se a causa o valor de R\$ 10.000,00.

Nestes termos, pedem deferimento.

Brasília/DF, 17 de junho de 2021.

ADELMO DA SILVA EMERENCIANO

OAB/SP nº 91.916

SERGIO DE PAULA EMERENCIANO

OAB/SP 195.469

MARIA ISABEL BERMUDEZ COLOMBO

OAB/SP nº 319.900

DOCUMENTO 01

PROCURAÇÃO



SÃO PAULO | CAMPINAS | BRASÍLIA

Escritórios Internacionais*: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, México, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Suíça (*Lawrope)

www.emerenciano.com.br

PROCURAÇÃO AD - JUDICIA ET EXTRA

Outorgante: **CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS**, brasileiro, empresário, inscrito no RG de nº 12173288, com endereço na Rua Barão de Itapura, 2294, 12º. Andar – Jardim Guanabara, Campinas, Estado de São Paulo, pelo presente instrumento constitui seus bastantes procuradores:

Outorgados: **ADELMO DA SILVA EMERENCIANO**, brasileiro, Advogado inscrito na OAB/SP sob nº 91.916 e na OAB/DF sob nº 1.908-A, **ROBERTSON SILVA EMERENCIANO**, brasileiro, Advogado inscrito na OAB/SP sob nº 147.359, e na OAB/DF sob nº 2.101-A, e **ARI DE OLIVEIRA PINTO**, brasileiro, Advogado inscrito na OAB/SP sob nº. 123.646, todos integrantes da sociedade de advogados **EMERENCIANO, BAGGIO E ASSOCIADOS - ADVOGADOS**, inscrita na OAB/SP sob nº 1.488, com endereços na Rua Cincinato Braga, nº 340 - 7º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01333-010 e SCN - Quadra 02 – Bloco 'A' - nº 190 – Sala 502 – Parte L2, Ed. Corporate Financial Center, Brasília/DF, CEP 70712-900 e na Rua Barão de Jaguara, nº 655 - 2º andar, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-925, com endereço eletrônico unico:publicacao@emerenciano.com.br

Poderes conferidos: *ad judicium* amplos para o foro em geral, podendo atuar em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal para propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, em todas e quaisquer instâncias até final decisão, podendo manejar todo e qualquer recurso legal e incidentes, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir, transigir, e firmar compromissos ou acordos.

Poderes específicos: Para propor Mandado de Segurança perante o Supremo Tribunal Federal contra ilegal e abusivo ato praticado pela Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada em 27/04/2021 pelos Requerimentos RQS 1371/2021 e 1372/2021 e em tramitação perante o Senado Federal.



SÃO PAULO | CAMPINAS | BRASÍLIA

Escritórios Internacionais*: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, México, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Suíça (*Lawrope)

www.emerenciano.com.br

Cláusula Especial de Renúncia e validade desta procuração:

1- Em caso de renúncia dos poderes expressos nesta procuração e para este exclusivo fim, fica eleito desde já o advogado **ADELMO DA SILVA EMERENCIANO** que, assinando isoladamente, representará todos os que figurem nesta ou que venham a ter poderes conferidos por substabelecimento com reserva de iguais, podendo praticar todos os atos necessários à renúncia.

2- Os Outorgados nomeados no presente instrumento ou por substabelecimento com reserva de iguais e que pertençam a este escritório, poderão agir somente enquanto integrarem o escritório **EMERENCIANO, BAGGIO e ASSOCIADOS - ADVOGADOS**, considerando-se automaticamente revogados, independentemente de qualquer notificação, os poderes daqueles que por qualquer motivo deixarem de integrar o referido escritório.

Substabelecimento: possível com ou sem reserva de iguais poderes.

Validade: indeterminada.

11 de junho de 2021

CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS

CARLOS
ROBERTO
WIZARD
MARTINS:358707
45934

Assinado de forma
digital por CARLOS
ROBERTO WIZARD
MARTINS:35870745934
Dados: 2021.06.11
16:52:59 -03'00'



SÃO PAULO | CAMPINAS | BRASÍLIA

Escritórios Internacionais*: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, México, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Suíça (*Lawrope)

www.emerenciano.com.br

DOCUMENTO 03

COMUNICADO DE INSTALAÇÃO DA CPI



SÃO PAULO | CAMPINAS | BRASÍLIA

Escritórios Internacionais*: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, México, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Suíça (*Lawrope)

www.emerenciano.com.br



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 001/2021 - CPIPANDEMIA

Brasília, 27 de abril de 2021

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Instalação da CPI da Pandemia**

Senhor Presidente,


Informo a Vossa Excelência que, na presente data, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos do Senado Federal nºs 1371 e 1372, de 2021, para “apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios”, tendo sido preenchidos os cargos da Comissão da seguinte forma:



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

PRESIDENTE	Senador Omar Aziz
VICE-PRESIDENTE	Senador Randolfe Rodrigues
RELATOR	Senador Renan Calheiros

Respeitosamente,


Senador OMAR AZIZ
Presidente da CPI da Pandemia

DOCUMENTO 04

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SESSÃO DO DIA 19 DE MAIO DE 2021



SÃO PAULO | CAMPINAS | BRASÍLIA

Escritórios Internacionais*: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, México, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Suíça (*Lawrope)

www.emerenciano.com.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO
19/05/2021 - 10ª - CPI da Pandemia

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas das 8ª e 9ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Alguma questão de ordem? Posso mandar o nosso convidado entrar? *(Pausa.)*

Eu peço à Secretaria que conduza o Sr. Eduardo Pazuello à mesa para início do seu depoimento. *(Pausa.)*

Quero esclarecer que o depoente está amparado por medida cautelar no *Habeas Corpus* nº 201.912, do Ministro Ricardo Lewandowski, que lhe garante os seguintes direitos: o direito ao silêncio, isto é, de não responder às perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não obrigados a esta causa; o direito a ser assistido pelo advogado durante todo o depoimento; o direito a ser inquirido com dignidade, humanidade e respeito, ao qual, de resto, fazem jus todos os depoentes, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaça de prisão ou de processo, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos acima explicitados, servindo essa decisão como salvo-conduto.

Eu irei lhe fazer uma pergunta, Ministro: V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos no art. 203 do Código de Processo Penal.

Esclareço que o art. 4º, inciso I, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Diante da decisão do Supremo reverenciada, que não confere ao depoente um direito ao silêncio irrestrito, solicito ao depoente que, exercendo o direito ao silêncio, o faça especificando a condição em que esse direito é exercido, qual seja, de não responder a uma pergunta que possa, por qualquer forma, incriminá-lo.

V. Exa. deseja falar antes que o Relator?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique à vontade!

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão; Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, nosso Relator da Comissão; Sras. e Srs. Senadores que compõem esta Comissão; demais Senadores que estão conosco, hoje, aqui presentes; senhoras e senhores que acompanham; imprensa; meu bom-dia a todos! Eu agradeço a oportunidade, inicialmente, de estar aqui no Senado Federal, para ajudar a esclarecer para todos os brasileiros os fatos e as verdades sobre a pandemia de coronavírus que assola o nosso País.

Antes de iniciar, quero apresentar os meus sinceros sentimentos a todos aqueles que perderam parentes e amigos pela Covid-19. Gostaria também de apresentar meus reconhecimentos a todos os profissionais de saúde que, na ponta da linha, estejam ajudando a salvar mais vidas. Já salvamos mais de 13 milhões de brasileiros.

Sras. e Srs. Senadores, inicio minhas considerações dizendo que quem está aqui sentado hoje é um homem comum; um filho que perdeu sua mãe muito cedo e que perdeu seu pai há pouco tempo. Minha mãe era D. Vera, uma gaúcha da fronteira, nascida em Bagé. Meu pai, Seu Nissim, era paraense, de família judaica, que imigrou para o Brasil, saindo da Espanha, fugindo da inquisição, passando por Marrocos e vindo para o Brasil, Belém e Manaus. Enfim, um cidadão brasileiro, mas que, por opção, jurou defender o seu País, independentemente dos riscos inerentes às missões recebidas.

Eu entrei para a vida militar muito cedo, aos 10 anos, no Colégio Militar de Manaus. Aos 17, fui para a Academia Militar das Agulhas Negras e, aos 21, voltei para servir em Manaus como oficial.

Durante a minha vida no Exército, pude aliar os conhecimentos logísticos e administrativos da formação acadêmica aos novos conhecimentos operacionais alcançados nas especializações que eu optei como oficial. Tive a oportunidade, como coronel de comandar dois batalhões logísticos e, como general, de comandar duas grandes unidades. A grande unidade logística do Exército, a maior de todas, e um grande comando logístico.

Cabe ressaltar que, nesses comandos, existem estruturas de saúde operacional que vão até o escalão de um hospital de campanha. Estas experiências foram fundamentais para me preparar para o primeiro grande desafio logístico humanitário da minha vida militar.

Em fevereiro de 2018, recebi do então Presidente da República, Sr. Michel Temer, a missão de ser o coordenador operacional das ações interministeriais para conter a crise humanitária causada pelo fluxo migratório de venezuelanos em Roraima, a Operação Acolhida. Tivemos a oportunidade ali de ajudar mais de 600 mil pessoas que cruzaram a nossa fronteira; fugiam da fome, da miséria e da violência, todos em estado de extrema vulnerabilidade. Essa missão foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas e suas principais agências como exemplo humanitário para o mundo. Fruto de um grande trabalho em equipe, também tive a honra de ser agraciado com o Prêmio nacional Direitos Humanos, oferecido pelo Ministério dos Direitos Humanos, em 2018.

Ainda naquele ano, em dezembro, tendo em vista a grave crise que se instalou no Estado de Roraima, o Presidente da República decidiu pela intervenção federal naquele Estado. Recebi a missão de ser interventor federal, juntamente com o Governador eleito, para que pudéssemos garantir a segurança da população e ajudar naquele momento tão conturbado por que passava um dos Estados da Federação.

Depois de quase 47 anos da minha entrada no Colégio Militar de Manaus, fui nomeado Comandante da 12ª Região Militar. Foi uma sensação de realização e reconhecimento; fiquei muito feliz de voltar a Manaus. A 12ª Região Militar é um Grande Comando, sediado em Manaus, responsável pela logística e assuntos administrativos em quatro Estados – Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre – e possui, em sua estrutura, cinco hospitais regionais, todos subordinados diretamente a mim.

Entre os dias 14 e 16 de abril de 2020, recebi algumas ligações telefônicas dos oficiais-gerais que estavam no Governo Federal, para discutir uma possível indicação para que eu pudesse auxiliar na transição do Ministro Mandetta para o ministro que seria nomeado. Confesso que fiquei muito dividido. Estava ciente de minhas responsabilidades como Comandante da 12ª Região Militar e honrado com a possibilidade de ajudar o nosso País naquele momento tão conturbado e crítico. Aquela sensação de coração dividido acabou no dia 16 de abril à tarde, quando o Comandante Supremo das Forças Armadas, o nosso Presidente da República, me ligou e se posicionou de forma clara e direta para eu vir.

A partir daquele momento, organizei a minha partida, peguei meus uniformes, embarquei com meu assistente-secretário, para vir cumprir a missão. Já em Brasília, eu me reuni com o Comandante do Exército, e ficou acertado que nós receberíamos 15 oficiais para auxiliar em cargos chaves e que a missão teria um período de 90 dias. Ao final de 90 dias, nós reverteríamos para a Força, e, no meu caso, eu voltaria para o Comando da 12ª Região Militar, em Manaus.

Cabe ressaltar que passarmos à situação de adido ou agregado, que são situações excepcionais, e termos sido nomeados em cargos civis comissionados foram condicionantes *sine qua non* para o cumprimento da missão, para que pudéssemos gerar atos e fatos administrativos legais, senão não poderia fazer as coisas acontecerem.

Os fatos, a partir daí, são públicos, mas relembro que a minha função inicial seria de secretário executivo, e os oficiais, para cargos administrativos e logísticos.

Com a saída repentina do Ministro Teich, passei a responder de forma interina, por força do cargo de secretário executivo, até setembro de 2020, quando fui efetivado Ministro de Estado da Saúde.

O primeiro desafio que encontramos foi o de mantermos e aprimorarmos as ações do ministério, considerando que praticamente não houve a passagem de funções de forma adequada. A lei dos afastamentos protocolares por suspeita e contaminação pelo coronavírus fez com que diminuísse drasticamente a nossa força de trabalho.

Passo agora a apresentar, de uma forma rápida, a visão e as ações do Governo Federal, principalmente por intermédio do Ministério da Saúde, no enfrentamento à Covid-19, com o objetivo de dirimir possíveis dúvidas dos Srs. e Sras. Senadores.

A Covid-19 é uma doença desconhecida que atingiu de forma contundente o mundo inteiro. Não há medicação antiviral específica e também não há tratamentos com medicamentos cientificamente comprovados. A prescrição de medicamentos de forma *off-label* é uma prerrogativa dos médicos e está alicerçada em seu juramento de aplicar os regimes da Medicina para o bem do doente, segundo o seu entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém.

O Governo Federal agiu prontamente, publicando a Portaria 188, em fevereiro, decretando emergência em saúde pública e, três dias depois, iniciou o resgate brasileiros que estavam em risco na cidade de Wuhan na China.

O desconhecimento dos riscos da pandemia levou alguns gestores a manterem e incentivarem o Carnaval em 2020. E, novamente, o desconhecimento da gravidade das nossas cepas que circulavam pelo mundo no final de 2020 permitiu às autoridades estaduais e municipais conduzirem os processos eleitorais e as festas de final de ano.

O Governo Federal, desde o início da pandemia, tem trabalhado nos dois principais riscos dessa pandemia: o sanitário e o econômico. Estamos falando de saúde, mas também de trabalho e sustento das famílias. De forma acelerada, o Governo Federal, em articulação com o Congresso Nacional, criou o auxílio emergencial, que atingiu diretamente mais de 77 milhões de pessoas, totalizando R\$288 bilhões em 2020, e já caminhamos para R\$7 bilhões em 2021, preservando a estabilidade e o sustento de muitas famílias.

Em meados de 2020, a Organização Mundial de Saúde confirma, de forma inequívoca, a importância de efetivar ações para preservar a saúde e a economia. Comandei uma das pastas mais importantes nessa grande mobilização do Governo brasileiro, tive em minhas mãos a ferramenta mais adequada possível para desencadearmos prontamente as respostas à pandemia. Cuidamos de todos os cidadãos através do SUS, o nosso Sistema Único de Saúde. Ao meu lado, ombreamos as equipes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), e do Conselho Nacional de Secretarias de Saúde Municipais (Conasems), que dividiram com o Ministério o peso da responsabilidade com tomadas de decisão pactuadas. A Lei 8.080, de 1990, que cria e norteia o SUS, define as responsabilidades da União, Estados e Municípios de forma tripartite. Cabe à União, por intermédio do Ministério da Saúde, elaborar ações e disponibilizar recursos para as secretarias de saúde estaduais e municipais, baseados em critérios técnicos ou atendendo programas e projetos voltados às políticas de saúde pública pactuadas. Repito: a União disponibiliza recursos para que Estados e Municípios executem as ações de saúde. Aos Estados e Municípios cabe, por intermédio de suas secretarias de saúde, de forma plena, executar as ações de atenção à saúde.

A decisão do STF em abril de 2020 limitou ainda mais a atuação do Governo Federal nessas ações. Assim, não há possibilidade de o Ministério da Saúde interferir na execução das ações dos Estados na saúde sem usurpar as competências dos Estados e Municípios. Isso seria possível em caso de uma intervenção federal na saúde em algum Estado.

A interpretação da decisão do STF referente à adoção de medidas restritivas e de isolamento serviu para reafirmar as competências dos Estados e Municípios para execução das medidas sanitárias, de acordo com os cenários epidemiológicos locais. É bom lembrar que o gestor pleno do SUS é o secretário municipal de saúde. Então, fica clara ali a posição de Municípios e Estados, e do Governo.

Coube então ao Ministério da Saúde, em razão da interpretação da decisão proferida pelo STF, apoiar Estados e Municípios na execução das medidas e ações planejadas. Inclusive, uma das formas mais significativas de apoio foi a elaboração de uma ferramenta de gestão com os índices e medidas sugeridas, entregue a todos os Municípios. Essa ferramenta foi desenvolvida pelo Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE), foi pactuada pelo Conselho Nacional de Saúde dos Estados e dos Municípios e distribuída pelo Conasems, tendo em vista que essa ferramenta de apoio e decisão é direcionada exclusivamente aos Prefeitos gestores do SUS nos Municípios.

Todos os programas, projetos ou portarias emanados pelo Ministério da Saúde são previamente pactuados com o Conass e o Conasems, bem como todas as transferências de recursos ou distribuição de equipamentos, insumos, medicamentos e imunizantes para Estados e Municípios. O Ministro não decide sozinho nada no SUS; divide por um terço, os outros dois terços, pelo Conass e pelo Conasems, iguais.

Os valores transferidos pelo Governo Federal, fundo a fundo, para Estados e Municípios, tanto para as rotinas do SUS quanto para combater a Covid, são impactantes. Em 2020, quase 82,8 bilhões de rotinas do SUS foram transferidos – recursos de rotinas originais do SUS – e 32 bilhões a mais para combater a Covid-19, totalizando R\$115 bilhões. Em 2021, até a presente data, foram 30 bilhões para a rotina do SUS e 4,2 bilhões para combater a Covid-19, totalizando R\$34,2 bilhões. Isso apenas fundo a fundo, com execução direta para Estados e Municípios.

Além das transferências de recursos para Estados e Municípios fundo a fundo, o Ministério da Saúde entregou equipamentos, insumos, medicamentos e imunizantes para todos os Estados e Municípios da Federação no valor de 46,5 bilhões em 2020 e 11,2 bilhões em 2021. Nunca, repito, nunca se investiu tanto em saúde em toda a nossa história. Estes recursos, além de terem permitido ações para salvar mais vidas, deixarão ao povo brasileiro um legado em estrutura, equipamentos, soluções administrativas e pesquisas.

A organização das informações, no momento em que nós chegamos, não havia praticamente estrutura que captasse informações para a tomada da decisão. Ela foi focada em dois objetivos: a transparência e o suporte à decisão. Para atender ao objetivo transparência, foi desenvolvido o Localiza SUS, que permite a exploração até por *smartphone* e conta com 22 painéis que permitem acessar tanto os dados das ações Covid como das ações regulares do ministério. O Localiza SUS está direcionado para as secretarias estaduais e municipais, órgãos de controle, imprensa, órgãos internacionais, pesquisadores e, principalmente, para o cidadão brasileiro comum. Para o suporte à decisão, foram desenvolvidos painéis de BI (Business Intelligence), que interagem com a área finalística do ministério, com foco nas decisões executivas em todos os níveis. Ambas as ferramentas possuem acesso 24 horas e atualização em tempo real.

Sras. e Srs. Senadores, o nosso País pode se orgulhar de termos o Localiza SUS funcionando *on-line* e aberto para consulta pela internet, para todo o mundo, uma plataforma que permite acessar a realidade da pandemia no País, nas regiões, nos Estados e chegando até aos Municípios. Já apresenta também as entregas e aplicações de doses de vacinas contra a Covid-19. Lembro que hoje chegaremos a 100 milhões de vacinas disponibilizadas – 100 milhões de vacinas.

Para melhor interagirmos de forma institucional, reorganizamos o atendimento institucional e parlamentar em três coordenações: Assuntos Legislativos, Assuntos Orçamentários e Assuntos Federativos, permitindo, assim, dar mais presteza aos atendimentos institucionais e respostas mais eficientes às demandas recebidas.

Nas relações internacionais, o Ministério da Saúde obteve a cessão de dois diplomatas de carreira do Itamaraty, o que permitiu criar protocolo junto a organizações internacionais, como a ONU, a OMS, a Opas, a União Europeia e o Mercosul. Permitiu também aliar ações sanitárias com países fronteiriços para o combate à Covid-19. Realizamos entendimentos e acordos com a China, com a Índia, com a Inglaterra, Estados Unidos, Rússia, Argentina e Uruguai, o que facilitou a aquisição de insumos, vacinas e medicamentos.

Para fomentar os princípios da administração pública diante da pandemia, o Ministério da Saúde, de forma inédita, assinou vários termos e acordos de cooperação com o Tribunal de Contas da União, com a Controladoria-Geral da União, com o Conselho Nacional do Ministério Público, com a Procuradoria-Geral da República e com o Conselho Nacional de Justiça. Esses acordos permitiram total transparência em relação à prestação de contas do Ministério da Saúde. Referidos termos e acordos possibilitaram a união do sistema de controle externo com o sistema de controle interno do ministério, otimizando as ações de auditoria, bem como o auxílio na tomada de decisões no Ministério da Saúde.

Nossa estratégia de comunicação foi baseada em ações voltadas aos brasileiros mais vulneráveis. Investimos em grupos e emissoras de jornais que representam e falam mais diretamente ao povo comum. Fomos pessoalmente à maioria dos Estados da Federação e de lá nos dirigimos ao povo, ressaltando sempre as medidas preventivas, a busca imediata pelo atendimento profissional, mas, principalmente, a manutenção da esperança na vitória.

Buscamos as mídias regionais, publicamos informativos, criamos materiais, fizemos inúmeras coletivas e entrevistas, mantivemos um relacionamento direto e transparente com os representantes dos meios de comunicação. Fizemos parceria de mídia com 25 empresas, o que permitiu economizar centenas de milhões de reais e, principalmente, atingir toda a sociedade brasileira. Atingimos 0,5 bilhão de visualizações no Facebook, 80 milhões no Twitter, 0,5 bilhão na internet, realizamos 20 mil inserções na televisão, 300 mil inserções em rádios, 11 campanhas publicitárias, uma por mês, 271 vídeos, 1.042 *releases* para a imprensa e 1.069 boletins para rádios.

Criamos, em maio de 2020, a Força Tarefa de Fundamentação para garantir os critérios objetivos para aquisição, distribuição de equipamentos e de insumos, de medicamentos e recursos, habilitação de leitos de UTI para o enfrentamento à Covid. Então, os critérios foram todos criados por uma força tarefa.

Com base nesses critérios, custeamos: a ampliação de leitos de suporte ventilatório pulmonar no valor de R\$135 milhões; a expansão de 66 UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), R\$120 milhões; para a habilitação de leitos de retaguarda nos hospitais de pequeno porte, R\$88 milhões; expansão assistencial para o Samu, 428 unidades, R\$67 milhões; expansão assistencial de 187 leitos de UTI, no valor de R\$16 milhões. Somando essas ações, foram quase R\$0,5 bilhão.

A estratégia de testagem foi um dos pilares no combate à pandemia. Foi baseada no programa Diagnosticar para Cuidar, a primeira grande estratégia criada pelo ministério, que incluiu ações que vão desde aquisições de testes RT-PCR e rápidos, passando pela capacitação dos profissionais e distribuição de equipamentos para os LACENs até a implementação de quatro plataformas de alta capacidade de processamento de testes.

O Brasil possuía, em março de 2020, a capacidade de processar 1,1 mil testes RT-PCR por dia. Com a implementação do programa Diagnosticar para Cuidar, atingimos a marca de 66 mil processamentos de testes por dia em abril de 2021. Hoje temos registrado no sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial 46 milhões de resultados, representando 23% da nossa população testada.

Na atenção primária, atendendo ao planejamento estratégico do ministério, foram implementadas várias ações, dentre elas a ampliação do horário de atendimento das unidades básicas de saúde, que é o programa saúde emergencial, R\$125 milhões. A estruturação de centros de atendimento para enfrentamento à Covid, com repasses de R\$1,6 bilhão; a criação de pontos de referência para atendimentos à Covid nas comunidades carentes, com repasse de R\$52 milhões; a contratação de médicos, pelo Programa Mais Médicos para o Brasil e pelo Programa Mais Médicos, para suprir a falta de recursos humanos, com investimento de R\$1 bilhão.

Ainda nas ações básicas, trabalhamos na informatização da atenção primária, com repasses de R\$380 milhões; no apoio à retomada segura das atividades presenciais nas escolas da educação básica pós-Covid, repasse de R\$455 milhões; no cuidado emocional aos profissionais que estão envolvidos diretamente no enfrentamento à pandemia, Projeto Atenção e Saúde Mental, por teleatendimento, R\$3 milhões.

Foi criado um cadastro nacional de profissionais da saúde, que possibilitou o recrutamento e a contratação de profissionais de saúde, o Brasil Conta Comigo, focado em profissionais de saúde, residentes e acadêmicos na área da saúde. O programa proporcionou a disponibilização de 6,5 mil profissionais de saúde para a Região Norte: Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia.

Para o enfrentamento à chamada quarta onda da Covid, lembro que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... quatro ondas: a onda da contaminação e óbitos, a onda do represamento das demais doenças não tratadas, a onda do agravamento das doenças crônicas e a onda da automutilação e do suicídio, que é a quarta onda. Essas são as quatro ondas de uma pandemia. Para a quarta onda da Covid, foram elaborados cursos de prevenção à automutilação e ao suicídio e lançado o programa Mentalize, marco inicial das ações voltadas ao fortalecimento das políticas para a saúde mental, além da transferência de recursos financeiros para a aquisição de medicamentos, nesse caso, R\$650 milhões.

O Brasil atualmente possui mais de 340 mil agentes de saúde comunitários e mais dezenas de milhares de agentes de combate às endemias. Com o intuito de aproveitar melhor esses profissionais no combate à Covid-19, criou-se o Programa Saúde com Agente, para prover a formação técnica em saúde desses agentes.

No que tange à saúde indígena, foi priorizada a vacinação contra a Covid-19, com a criação de unidades de atenção primária indígena com suporte de condensadores de oxigênio e com o envio de mais de 7 milhões de equipamentos de EPI. Para levar às comunidades indígenas o atendimento especializado de enfrentamento à Covid-19, foram realizadas 20 ações interministeriais com o Ministério da Defesa, levando pediatras, ginecologistas, infectologistas e clínicos gerais, reforçando, assim, os esforços já empreendidos pelos DSEI (Distritos Sanitários Especiais Indígenas).

No campo da medicina de precisão, criamos o Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão. Seremos, assim, o maior banco genômico multiétnico do mundo. Teremos acesso ao diagnóstico genético e às terapias mais avançadas, da mesma forma que já estamos monitorando as variantes do novo coronavírus por intermédio da rede genômica da Fiocruz.

O Ministério da Saúde disponibiliza, no Painel de Evidências *on-line* no Localiza SUS, as sínteses de evidências científicas sobre tratamentos, vacinas e temas diversos no contexto do enfrentamento à Covid-19. Repito: o Ministério da Saúde

disponibiliza, no Pannel de Evidências *on-line* no Localiza SUS, as sínteses de evidências científicas sobre tratamentos, vacinas e temas diversos no contexto do enfrentamento à Covid-19.

No programa para estratégias de reabilitação pós-Covid, executamos uma parceria com a Rede Sarah, a reestruturação dos centros especializados de reabilitação e executamos também o Projeto Reab, do Proadi.

Durante a pandemia, além de suas competências previstas, o Ministério da Saúde também auxiliou os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na execução e na gestão de políticas que foram elaboradas. O aumento desordenado da demanda por medicamentos para intubação orotraqueal causou uma grande instabilidade do mercado nacional no final de maio. Apoiamos as ações dos Estados e Municípios a partir de tratativas com a indústria, remanejamentos e licitações nacionais. Um exemplo de pronta resposta foi a Operação Uruguai, com a aquisição de medicamentos no mercado uruguaio, capitaneada pela Embaixada brasileira naquele país. A medicação chegou ao solo brasileiro em menos de 72 horas, salvando, assim, milhares de vidas. Nessa operação, foram envolvidos o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Saúde do Uruguai, o Ministério da Defesa, a Anvisa e a Receita Federal. Alcançamos a equalização nacional de medicamentos para intubação orotraqueal com a implantação de uma ferramenta de BI, que possibilitou o monitoramento em tempo real da produção da indústria nacional, bem como de toda a distribuição dos estoques desses medicamentos nos entes federativos. Desde junho, as ações já mais consistentes foram integradas também pela Anvisa e pela Receita Federal e garantiram o acesso nacional aos medicamentos e ao abastecimento adequado, superando uma crise internacional.

No começo de 2021, fomos expostos a um desafio maior do que qualquer um poderia esperar. Vi e vivi o impacto somatório de dois fatores: o surgimento de uma nova e mais agressiva variante do vírus e o colapso da rede de saúde de Manaus, o que resultou em milhares de mortes em um curto espaço de tempo.

Ainda no final de dezembro, antecipando-me aos fatos do Estado do Amazonas, tomei a decisão de destacar uma equipe do Ministério da Saúde para avaliar *in loco* a realidade da situação e propor medidas de apoio. Mesmo antes de conhecermos a profundidade plena dos fatos, decidi deslocar imediatamente o gabinete do Ministro, juntamente com todos os secretários nacionais de saúde, para Manaus e de lá prestarmos todo o apoio possível ao Governo do Estado e ao Município.

A crise sanitária de Manaus nos levou a montar uma das maiores operações logísticas emergenciais já realizadas na história. Graças ao apoio incondicional da Força Aérea Brasileira e ao desprendimento de nossas tripulações, foram transportados 1,6 milhão de metros cúbicos de oxigênio e equipamentos, nos permitindo estabilizar o fornecimento de oxigênio em seis dias. Simultaneamente foi estabelecida uma ponte aérea para efetuar a remoção de pacientes hospitalizados com Covid-19 de Manaus para várias cidades do Brasil.

Mesmo enquanto não se falava em imunizantes, o Governo Federal já estava agindo de forma rápida... *(Pausa.)*

Desculpe-me.

Mesmo enquanto não se falava em imunizantes, o Governo Federal já estava agindo de forma rápida e estávamos em contato com todos os fabricantes de vacinas em desenvolvimento no mundo. Iniciamos com 16 prospecções mais adiantadas, acompanhávamos direto a produção da Moderna e a produção da Pfizer, nos Estados Unidos, e a produção da AstraZeneca, em Oxford, na Inglaterra. Esses foram os primeiros, a prospecção inicial entre as 16. E assim nós fomos trabalhando, escolhendo, inicialmente, a tecnologia que pudesse ser transferida para nós, para produção nacional, em detrimento daquela só de compra direta. Esse trabalho nos permitiu alcançar números que vão além do que nós estamos pensando hoje. Nós falamos de, ainda no final de setembro, já termos uma encomenda tecnológica que chegaria a quase 200 milhões de doses e os acordos de Covax Facility, que nos dariam 42 milhões de doses.

Na sequência das discussões, conseguimos fazer acordos e memorandos de entendimento que nos levaram a mais de 200 milhões de doses até o final do ano e, a partir de janeiro, com as adequações da lei, nós conseguimos fazer as contratações finais, chegando, até abril – desculpe, até março –, com a contratação da Pfizer nos levando a próximos de 550 milhões de doses. Lembro que em diversas fases dos contratos – em diversas fases dos contratos.

Hoje o Brasil figura entre os países que mais imunizaram no mundo. Ficamos atrás apenas de Estados Unidos, China e Índia, e nós não vamos passar nenhum dos três. Estados Unidos, China e Índia vão continuar sendo os países um, dois e três, e o Brasil já está em quarto. E lembro que esses três países detêm quase 100% da produção de insumos de vacinas no mundo – quase 100%!

Esta pandemia constitui um desafio inédito da história recente do Brasil e da humanidade. Todos os brasileiros esperam que esta CPI mostre as ações planejadas e executadas pelo Governo Federal de forma técnica, imparcial e sem interesses político-ideológicos.

Recebi o desafio de servir ao País no Ministério da Saúde como uma missão. Já vivíamos o caos da pandemia. Não poderia me eximir de tal responsabilidade. Nós, brasileiros, não cantamos em vão nosso Hino Nacional quando gritamos: "Verás que um filho teu não foge à luta". Eu não fugi.

No Ministério da Saúde, fui acolhido por inúmeros especialistas tecnicamente qualificados na gestão da saúde pública, pessoas que dedicam suas vidas em apoio aos mais vulneráveis. A missão de enfrentar a pandemia impôs um esforço cooperativo de todos nós. As experiências e atributos que trouxemos do Exército Brasileiro foram fundamentais para agirmos juntos, de forma coordenada e organizada, em prol de uma única meta: salvar mais vidas de nossos irmãos brasileiros, mas tendo como premissa o respeito aos princípios que devem nortear os gestores públicos, quais sejam: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Apesar de possuir a segunda mais alta patente do Exército Brasileiro, afirmo que o que faz notável o trabalho de um homem público à frente de um ministério ou de qualquer cargo de confiança não é a sua formação acadêmica, mas o seu caráter, sua retidão, o seu comprometimento com o bem público. Encerrei minha jornada à frente do Ministério da Saúde tendo passado pelo momento mais crítico desta pandemia, certo de ter me dedicado ao máximo para bem cumprir a missão de servir o meu País e salvar o maior número de vidas.

A verdadeira luta para salvar vidas está sendo travada nas enfermarias. Lá é o campo de batalha onde os profissionais de saúde se expõem, sofrem, se contaminam e, às vezes, morrem, tentando fazer o seu melhor. Esses são os verdadeiros heróis.

A pandemia serviu para escancarar uma realidade bastante conhecida na saúde pública: a superlotação, leitos nos corredores, falta de medicamentos, falta de insumos, equipamentos e profissionais insuficientes, profissionais da área da saúde desvalorizados e algumas vezes desmotivados. São problemas que se arrastam há décadas, resultado de anos de negligência, de inoperância e de desvio de recursos públicos em todas as áreas.

Muito antes dessa pandemia, o Brasil já sofria com a disseminação de dois vírus tão avassaladores quanto o novo coronavírus: o vírus da corrupção e o da impunidade, ainda bastante presentes e que também matam milhões de brasileiros todos os dias – registro – de forma tão avassaladora e cruel quanto o coronavírus, pois sugam recursos da saúde pública do Brasil.

Espero, do fundo d'alma, que essa pandemia, um capítulo triste de nossa história, sirva de ponto de inflexão, para que todos os representantes públicos e gestores façam verdadeiramente uma defesa ativa da nossa Constituição na forma mais ampla, sobretudo nas ações de saúde pública, inclusive, ou melhor, principalmente quando a luz dos holofotes se apagarem.

Eu gostaria de colocar dessa forma. Sei que me alonguei aqui um pouquinho para poder colocar tudo ou uma boa parte dessas ações. Isso representa uma pequena parte do que o ministério faz.

Os senhores precisavam conhecer como conhece o Senador Humberto Costa, que foi Ministro, o tamanho da estrutura do Ministério da Saúde e a amplitude de trabalhos que se fazem em todas as áreas. É realmente uma máquina que atinge 550 mil, desculpa, 5.540 Municípios no nosso País, que permite a capilarização da saúde pública em seus projetos de uma forma espetacular.

Nós não poderíamos estar hoje com a resposta que nós tivemos sem o SUS. Fica aqui uma defesa direta minha sobre isso. Muito obrigado, Presidente. Desculpe por me alongar aqui um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Ministro.

Eu vou passar a palavra ao Senador Renan Calheiros, que irá fazer as perguntas necessárias para os esclarecimentos.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Srs. Senadores; Sras. Senadoras; Senador Eduardo Braga, Líder do MDB – cumprimentando V. Exa., quero cumprimentar todos os Líderes aqui presentes –, o Ministro Eduardo Pazuello, ex-titular da pasta da Saúde, foi convocado, como todos sabem, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em razão da aprovação dos Requerimentos 117, 132, 196, 235 e 273, de autoria, respectivamente, dos Senadores Eduardo Girão, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Humberto Costa e Renan Calheiros, todos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse fato já nos demonstra o absoluto interesse do Senado Federal nessa convocação, em razão da importância das informações de que ele dispõe para esclarecimento das ocorrências que ora investigamos.

Seu depoimento estava – todos lembram – inicialmente marcado para o dia 5 de maio, exatamente na mesma semana em que os demais ministros da gestão Bolsonaro seriam ouvidos. No entanto, por haver tido contato com pessoas acometidas pela Covid-19, e receoso de oferecer risco para as Senadoras e Senadores, solicitou que sua oitiva fosse adiada em pelo menos 14 dias, período em que se manteria em absoluto isolamento e em constante observação médica.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, às vésperas da nova audiência, o Ministro Eduardo Pazuello decidiu impetrar *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal alegando risco de sofrer constrangimento ilegal e de ter seus direitos individuais desrespeitados pelo Presidente desta Comissão, por seu Relator ou por qualquer um dos seus membros.

Prontamente, como membro da CPI e também como Relator, dirigi-me ao Relator da ação no Supremo Tribunal Federal, o Exmo. Ministro Ricardo Lewandowski, para esclarecer os seguintes pontos: que o Ministro Eduardo Pazuello compareceria na condição de testemunha, pois não havia elementos que o colocassem como investigado; que seu depoimento para a Comissão Parlamentar de Inquérito seria de vital importância para as investigações; e que estariam garantidos a ele, bem como a todos os que aqui compareceram para depor, os direitos previstos em lei e na Constituição Federal, inclusive o de se fazer assistir por advogados e o de não fazer prova contra si.

Por fim, acrescentei para o Ministro Lewandowski: o paciente esteve à frente da pasta por dez dos quinze meses que até então caracterizam a pandemia de Covid-19; é, pois, peça fundamental no fornecimento de informações quanto à participação de pessoas que, de algum modo, contribuíram para o colapso do nosso sistema de saúde e, conseqüentemente, podem ser responsabilizadas pela lamentável morte de 439.379 brasileiros e brasileiras.

Será, portanto, com essas observações em mente que farei, Presidente Omar Aziz, as minhas perguntas, indagações. Meu objetivo – e creio que é o de todos os presentes aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – é, em respeito a essas 439.379 vítimas dessa terrível doença, buscar, com total obstinação, em cada decisão, em cada tomada de ação pelas autoridades, detalhe por detalhe, os erros e falhas que colocaram o Brasil como um dos líderes mundiais em número de casos e em número de mortes nessa calamitosa pandemia.

Vamos ao depoimento.

V. Exa. é militar de carreira, tendo chegado ao honroso posto de general de divisão do Exército Brasileiro, patente que ocupa até hoje. Cumpru com sucesso missões difíceis, como aqui foi colocado, como a coordenação logística do Exército nas Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro.

Sua chegada ao Ministério da Saúde ocorreu em abril de 2020, já no cargo de Secretário-Executivo, por indicação direta do Presidente da República, conforme esclareceu a esta CPI o então Ministro Nelson Teich. Segundo o Ministro Teich, sua nomeação veio para melhorar a parte logística e de aquisições do ministério, embora V. Exa. não tivesse, até então, experiência alguma na área de saúde.

Pergunto, Ministro, V. Exa. pode nos detalhar quais eram suas qualificações para ocupar o segundo maior cargo do Ministério da Saúde e, mais tarde, para assumir o cargo de ministro?

O SR. GEN. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Sr. Senador, muito obrigado pela sua pergunta. Ela já nos coloca de frente para uma posição fundamental, e eu vou colocar de forma bem clara. Só na 12ª Região Militar, eu tinha cinco hospitais sob a minha guarda. Toda a saúde de 30 mil homens estava sob a minha responsabilidade, e ações de saúde, ações de contratações de empresas para fazer a parte de saúde privada também, em paralelo – só na 12ª Região Militar.

Na Operação Acolhida, toda a saúde dos 600 mil venezuelanos que passavam por lá estava sob a nossa responsabilidade. Desenvolvemos, em conjunto com o Ministério da Defesa, equipes de saúde em todos os níveis, inclusive com transferências, com operações, com partos, com tudo.

Só no comando da base logística do Exército, eu tinha, além das estruturas de saúde normais de um quartel, um hospital de campanha nível 3 da ONU. No meu comando, nós recebemos o nível 3, que é o de prontidão máxima da ONU, permitindo desdobramento completo em qualquer lugar do mundo. Esse trabalho era feito e treinado diuturnamente.

Nos batalhões logísticos que eu comandeí, tinham companhias de saúde, saúde operacional, onde você tinha que prestar o apoio aos paraquedistas ou à tropa para fazer a evacuação, a estabilização e evacuação dos doentes até os hospitais de campanha que eu viria a comandar depois.

Isso só para falar para o senhor sobre área de saúde.

Sobre gestão e liderança, eu acredito que seria perguntar se a chuva molha, se o oficial-general tem competência em gestão e liderança. Se nós não tivermos, tem que começar do zero a nossa instituição.

Então, eu acho que gestão e liderança são uma coisa que eu não preciso colocar, pela própria colocação, como o senhor colocou a mim, com relação à carreira militar. Quanto ao desconhecimento da minha vida militar e os meus comandos na área de saúde, eles são bem colocados, como eu coloquei assim.

Então, eu me considero, sim, senhor, plenamente apto a exercer o cargo de Ministro da Saúde. E lembro que nós tivemos aí, nas últimas duas décadas, quatro, cinco, seis ministros – se não me engano, quatro ministros – que não têm absolutamente nada com ligação de saúde, como os senhores conhecem, o Ministro José Serra, o Ricardo Barros, Occhi e outros. São profissionais que fizeram trabalhos especiais no ministério e não tinham ligação alguma com a área de saúde. Para ser Ministro da Saúde ou qualquer ministro nesse nível, ele tem que ter assessoria técnica, ele tem que ter capacidade de ouvir, ele tem que ter sensibilidade para a tomada de decisão e decidir rápido, porque, todos os dias, vidas eram perdidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais eram os problemas logísticos do Ministério da Saúde e como seu trabalho contribuiu para resolvê-los?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, quando nós chegamos com a equipe, quando eu cheguei com a minha equipe ao ministério, cheguei com 15 oficiais, e a ideia era, obviamente, trabalhar na Secretaria Executiva. E eu repito uma frase que falei outro dia: eu acho que aquele primeiro desenho foi muito bacana, quando o Presidente nomeou o Teich, médico, e me colocou como executivo para fazer o suporte de gestão e logística administrativa para ele.

Eu me lembro – desculpe-me falar dessa forma; não foi uma pergunta direta sua, mas eu acho que isso faz parte da contextualização da resposta – de que eu me sentei com o Ministro Teich e disse: "Olha, a parte finalística, que são as secretarias, eu, neste momento, não tenho como ajudá-lo muito. Eu preciso aprender sobre isso. Agora, sobre a parte de gestão e logística administrativa, eu vou tocar. Então, o senhor fique tranquilo nessa parte e o senhor foque na parte finalística, e a gente vai fazer um excelente trabalho". Foi assim que nós começamos a conversar. Infelizmente, o Ministro Teich decidiu partir, e o resto da conversa os senhores sabem. Mas eu repito que aquele primeiro desenho ali seria realmente a melhor coisa que a gente poderia ter tido. Mas a conduta acontece, e aí a gente vai respondendo à conduta.

Então, voltando à pergunta sobre logística, nós estávamos vivendo a pandemia, e a pandemia precisaria de entrega de equipamentos, ventiladores, EPIs; precisaria de contratação de estruturas para fazer processamento de testagens; a pandemia precisa ter um acompanhamento de recursos que seriam transferidos, criação de critérios. Isso tudo precisava trabalhar na Executiva. Essa primeira compreensão demonstra o tamanho do trabalho que precisaria ser feito. E nós estávamos vivendo exatamente a crise de falta de respiradores, habilitação de leitos, a compreensão do que estava acontecendo. Precisávamos fazer isso de forma rápida, de forma legal e tempestiva, rápida – já falei. Precisava ser rápido, e a gente não tinha tempo para perder. Essa é a resposta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, que medidas foram tomadas e quais os resultados?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A primeira medida foi nós centralizarmos os Centros de Operações de Emergência junto à Executiva. O COE já existia, centrado numa Secretaria de Vigilância. Então, continuou lá a parte de vigilância, e nós trouxemos uma representação de cada secretaria mais o Conass, o Conasems e a Opas para sentarmos juntos e ali recebermos as demandas e tomarmos as decisões de como resolver, sempre pactuando com o Conass e o Conasems de forma técnica, critérios técnicos. Esta foi a primeira medida: criação do COE.

A segunda medida foi nós buscarmos o fornecimento, a prospecção das indústrias nacionais para a fabricação de respiradores. Foi fantástico esse trabalho em conjunto com o MD. Cederam-me do MD uma estrutura de prospecção de indústrias. Nós fomos às indústrias nacionais e, a partir dali, nós não compramos um respirador importado, e fornecemos e apoiamos todos Estados e Municípios que precisavam com respiradores nacionais, fomentados na indústria nacional. Isso eu acho que é uma grande resposta, eu acho que a gente precisa compreender que a logística disso tudo num país continental foi um desafio fantástico. Aí, trabalhou a infraestrutura, trabalhou a Casa Civil e nós conseguimos fazer a logística externa e interna nacional e municipal, entregando até na ponta da linha tudo: EPIs, respiradores, medicamentos, vacinas H1N1, Tamiflu e todos os outros medicamentos e materiais necessários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. fez indicações de cargos durante a gestão do Ministro Teich?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quais? Ministro Teich?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Só os cargos da Secretaria Executiva. Só os cargos da Secretaria Executiva, que eram os militares que vieram conosco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, vou mandar levantar um por um para o senhor, mas, basicamente, vou lhe falar dos que mais lembro, dos maiores cargos: meu próprio secretário adjunto, chefe do COE; o chefe da SAA, da parte administrativa... Esses são os cargos principais, a partir daí, são cargos médios de apoio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já como ministro, V. Exa. teve autonomia para formar sua equipe de gestores?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Cem por cento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cem por cento.

Em vídeo, no dia da sua demissão, ao lado de V. Exa., disse o seguinte sobre a sua chegada ao ministério: "Não tinha nada nem ninguém para nos dizer nada. A gente andava nos corredores e não tinha ninguém. Salas vazias, pessoas que nunca nos passaram nada". V. Exa. teve alguma dificuldade com o corpo técnico do Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não houve uma passagem de função técnica como nós imaginamos. Vivia-se a pandemia, nós tínhamos 11% apenas, 12% das pessoas trabalhando no ministério, os corredores eram vazios, tudo era *home office* e os chefes, as seções, os chefes também tinham saído com a outra administração. Essa que é a lógica, para que o senhor compreenda. Imagine isso aí de uma forma ampla, isso em todas as secretarias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve algum momento de baixa aceitação do seu nome ou houve dificuldade no relacionamento com os servidores hábeis a prejudicar alguma ação do seu planejamento no ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, pelo contrário. Os profissionais que lá encontrei... Porque volto a colocar, no início encontrei pouquíssimas pessoas. Depois, nós fomos chamando o pessoal de volta, fomos convencendo o pessoal a rever a sua posição e eu acho que foi uma relação muito profícua e muito exitosa, profícua mesmo e exitosa, relação muito boa. O pessoal trabalhando muito, sem hora, sem dia e para tudo que se pedia se tinham respostas. Então, a estrutura elogiei bastante, inclusive na minha saída.

O senhor deve ter aí o vídeo elogiando muito o pessoal profissional do Ministério da Saúde que lá encontrei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No lançamento do Outubro Rosa, no ano passado, pouco depois de V. Exa. assumir o cargo de ministro, após passar quatro meses como interino, V. Exa. declarou que, aspas: "Não sabia nem o que era o SUS", fecha aspas, porque sempre fora tratado em hospitais militares. A pergunta é: qual era sua relação com o Presidente da República antes de abril de 2020?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, antes da pergunta direta sobre relação com o Presidente, eu vou contextualizar, já que o senhor colocou a ideia da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... minha frase.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fique à vontade!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu gostaria de dizer ao senhor o seguinte: eu acho que todos os brasileiros conhecem o SUS de uma forma simples, sabem que nós temos um sistema único em hospitais públicos que funcionam nas suas cidades. Como militar, eu não só não conhecia o SUS, como não conhecia também escolas particulares. Eu só estudei no Colégio Militar de Manaus, a partir da quinta série, e fui formado e tratado pelo Exército, até hoje, inclusive. Então, o meu conhecimento de SUS não poderia ser profundo. Aquilo ali era... O contexto daquela frase era: que surpresa espetacular! Eu acho que é o contrário. Foi muito, foi uma surpresa muito interessante ver como nós tínhamos um sistema fantástico, e isso precisa ser de conhecimento maior do povo brasileiro. O povo não tem a noção do esforço e dos recursos empregados para o sistema de saúde. Essa que era a intenção clara daquela frase.

A minha relação com o Presidente Bolsonaro, eu o conheci na Brigada de Infantaria Paraquedista, na década de 80. E, ao longo da vida, é claro, cruzei com ele em várias situações, em vários momentos, mas uma relação de amizade simples; nunca tive proximidade maior com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem indicou o seu nome, Ministro, para o Presidente Bolsonaro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que as indicações vieram dos oficiais gerais que trabalhavam com o Governo Federal. Eu não sei qual deles, mas acredito que veio do grupo de oficiais que trabalhavam com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o Presidente da República fez o convite para que V. Exa. viesse a integrar a equipe do Ministério Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Como eu relatei na minha abertura, de forma direta e inequívoca: "É para vir!".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que missões ele lhe deu na oportunidade?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, a missão de fazer, de cumprir... Eu acho que a palavra correta seria – eu vou usar aqui uma expressão, peço desculpas –, abre aspas, "trocar a roda do carro com o carro andando", fecha aspas. Era para não deixar haver perda de continuidade nas ações de combate à pandemia, essa era a preocupação do Presidente. Para não haver perda... Quando o senhor... Eu acho que todos os senhores já trabalharam, de alguma forma, ou no Executivo, ou ministros já, em outras situações: para você montar uma equipe, demora; você tem que trazer pessoas, têm que ser transferidas, os recursos são pequenos. Então, você ter pessoas de alta capacitação na linha privada e trazer para um cargo para ganhar R\$8 mil, R\$10 mil... Não que seja um salário pequeno; é um salário ótimo, mas a iniciativa privada paga melhor. Então, você conseguir montar uma equipe rápida, e essa equipe ser, realmente, comprometida e pronta, não é simples. A ideia do Presidente e a ideia que me foi passada era: venha, traga imediatamente as pessoas que você precise trazer, o Exército vai selecionar e você toca a transição. Em 90 dias, gradativamente, vão sendo substituídos os militares e, a partir dali, o Ministro Teich toca sozinho daí para frente. Essa foi a missão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sua nomeação deu-se sob a condição de cumprimento de alguma ordem específica, como a recomendação de tratamento precoce para a Covid com cloroquina ou outro medicamento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em hipótese alguma. O Presidente nunca me deu ordens diretas para nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que frequência V. Exa. se reunia com o Presidente da República durante sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Menos do que eu gostaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Menos do que o senhor gostaria?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim. Eu preferia ter encontrado mais vezes com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não tenho elementos para fazer uma avaliação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou lhe colocar... Desculpa, eu dei uma resposta... Era para atender à finalidade da pergunta, não a pergunta objetiva. Desculpe. Serei mais objetivo.

Eu acredito que a relação com o Presidente precisaria ainda ser... Ainda poderia ser maior ainda, mas os cargos são complicados, as agendas são complicadas, e eu o via uma vez por semana, a cada duas semanas... Era o que a gente conseguia conversar. Eu, realmente, se pudesse voltar atrás, eu teria ido mais vezes atrás do Presidente para conversar com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que orientações e solicitações relacionadas às ações de combate à pandemia o Presidente da República lhe fez durante a sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Só um minuto, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fica à vontade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As orientações, volto a colocar aqui: na verdade, eu levava as ideias para o Presidente, contava como estava a pandemia, como que era a visão... Senhores, antes, só fazer uma pequena, uma pequena, uma pequena... Uma pequena mudança da pergunta. Eu vou já voltar a ela.

Quando a gente fala sobre como é que está qualquer coisa, você tem que ter um dado comparativo. "Isso aqui está bom"; está bom em relação ao quê? "Aquilo está rápido"; está rápido em relação ao quê? "Aquilo está demorado"; está demorado em relação ao quê? Quando você tem coisas inéditas, você está descobrindo as coisas. Não tem nem rápido, nem demorado; nem bonito, nem feio. São coisas que estão acontecendo pela primeira vez. É muito importante a gente compreender. E, quando a gente está numa função, no cargo de Ministro, você recebe informações todos os dias, 24 horas por dia; o telefone não para, e você atende a todo mundo. Então, você vai criando uma observação sua sobre o fato. E eu procurava levar ao Presidente, então voltando à sua pergunta, levar ao Presidente a minha visão em cada momento – como estava acontecendo a pandemia lá em abril, maio; como foi Manaus, naquele abril e maio em Manaus...

Então, quando eu vim de Manaus, eu trouxe ideias do que eu vi lá. Eu vi, já naquele momento, que já foi difícil mesmo Manaus. Já foi difícil mesmo. E eu vim de lá vendo isso e vendo que a pandemia se alastrava naquele momento ali pelo Norte, pelo Nordeste, especificamente Norte e Nordeste, e, pontualmente, nas duas grandes capitais Rio e São Paulo, pela própria dinâmica de relacionamento, relações e voos, que essas duas grandes capitais tinham.

Então, essas observações eram as observações que eu levava. E, obviamente, a conversa era de ineditismo. "Como é que eu ia fazer aquilo? Não pode faltar aquilo outro". "Pazuello, você precisa de mais alguma coisa? Já falou com o MD para fazer a logística disso ou daquilo?" Essas eram as conversas. As conversas eram em altíssimo nível para fazer soluções.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não lembra especificamente que orientações e solicitações relacionadas à Covid foram passadas pelo Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, as orientações foram fazer a coisa acontecer o mais rápido possível, era não aceitar... Uma colocação que ele sempre colocava, ele dizia: "Olha, se falarem qualquer coisa para você, dizendo que é em meu nome, não fui eu. Só aceite qualquer coisa que eu te fale. Observações só minhas. Não aceite ninguém dizer que falou comigo. Se houver qualquer coisa, fui eu que te falei. Não... Ninguém vai falar em meu nome". Isso é uma coisa que ele colocava sempre. Ele era preocupado que colocassem palavras aí ou observações diretas no nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, só para contribuir...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. falou que o Presidente pediu para V. Exa. assumir para não sofrer solução de continuidade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Qual foi o planejamento deixado pelo Ministro Mandetta e pelo Ministro Teich que não sofreu solução de continuidade? Porque V. Exa. falou em 43 milhões de testes que foram feitos. É lógico que tem brasileiro que fez 10 testes, 15 testes, mas tem dois milhões e pouco de testes que vão vencer, e aqui eu perguntei ao ex-Ministro Mandetta se ele tinha logística suficiente para fazer. Ele disse que estava fazendo uma central, algo utópico para o tamanho do Brasil, fazer uma central de exames. Então, qual foi... O que deixou... Até porque o início começa com o Ministro Mandetta, que teve tempo suficiente para fazer um baita planejamento. E, como V. Exa. disse que o Presidente disse para não ter solução de continuidade, alguma coisa foi deixada por eles, e eu queria que o senhor dissesse para nós o que eles deixaram.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Obrigado, Presidente.

Bem, senhores, é claro que o planejamento macro foi todo feito, já estava pronto quando eu cheguei. Mas eu lembro aqui, inicialmente, que o planejamento, um plano ou uma estratégia são feitos com suposições – você não sabe como vai acontecer. Então, no primeiro planejamento feito para a pandemia, os critérios foram lineares, foram por população. Não se sabia onde ia ter o impacto. Então, distribuem-se recursos e meios de forma linear. Ponto. Então, estou dando um exemplo de planejamento.

Quando você vê como a pandemia se desemboca, como ela está acontecendo, você começa a regular o direcionamento dos meios, começa a regular o direcionamento dos meios. Então, meios que estavam indo... Por exemplo, uma cidade em que não se tinha nem previsão de impacto não era mais prioridade em relação a uma cidade que estava impactada ou quase colapsada. Nós precisávamos socorrer onde era necessário.

Então, a primeira compreensão de planejamento havia, e o planejamento foi feito da melhor forma possível, com certeza, com os dados que se tinham, e as condutas do planejamento são necessárias na execução, e essas condutas visavam a atender imediatamente onde era necessário, e onde não era poderia ser atendido numa sequência posterior. Essa é a primeira explicação.

Falando especificamente sobre testes, eu gostaria de, salvo melhor juízo – porque eu não estou tendo acesso a todos os dados, e eu peço desculpas se algum dado ficar fora de linha – sobre, por exemplo, testagem, a primeira coisa que o Ministro Teich pediu quando chegou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, sem interrompê-lo, é que nós temos perguntas objetivas, concretas. Mais adiante, com certeza, nós vamos ter oportunidade de falar sobre os testes. Seria muito importante que nós tivéssemos perguntas objetivas e respostas também objetivas para nós avançarmos no depoimento.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É só para efeito de organização do depoimento.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, Sr. Senador. É porque eu estava tentando responder à pergunta dos testes do Senador Omar Aziz. Mas eu posso responder depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu perguntei qual foi o planejamento deixado em relação à Covid.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sobre testes, não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sobre testes também, planejamento também, mas acho que você vai ter a oportunidade de falar.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos ser mais objetivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu guardo essa resposta para depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos ser mais objetivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muitas perguntas que o Senador Renan está fazendo são "sim" ou "não". Vamos ser mais objetivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou colocar aqui uma ideia aos senhores. Eu acredito que nós temos uma população brasileira toda nos olhando, e respostas simplórias, sem contextualização, sem a compreensão do que nós estamos falando, não vão atender às pessoas que estão nos esperando. Eu vou responder a todas as perguntas – todas, sem exceção. E coloco de uma outra forma: vocês podem ter certeza, eu não vou ficar repetindo uma palavra. Eu vim com bastante conteúdo e eu pretendo deixar claro à população brasileira e a todos os senhores todos os fatos e todas as verdades que aconteceram sob a minha gestão, sob a nossa gestão. Então me desculpe: perguntas com respostas simplórias eu gostaria até que não fossem feitas. Perguntem-me coisas com profundidade, perguntem coisas com bastante profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – General, V. Exa. não vai dizer para a gente o que que nós vamos perguntar ou não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem decide isso aqui são os Senadores. V. Exa. está aqui para responder às perguntas dos Senadores, e para muitas delas basta um "sim" ou um "não". Quando a gente fala muito e não consegue explicar nada é que fica difícil para a gente ficar ouvindo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Está compreendido, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que V. Exa. aprendeu sobre o SUS nesse período?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Aprendi que é um sistema fantástico, que atende por capilaridade 5.570 Municípios e que funciona de forma tripartite, o que foi uma surpresa também muito interessante, de como foi a visão da Lei 8.080. Por exemplo, por que a decisão tem que ser pactuada com Estados e Municípios? Para que não haja uma posição central, uma posição única, ou do Governo Federal, ou uma posição mais voltada aos municipalistas ou ao Estado. As decisões são... Senta-se e decide-se de forma tripartite e pactuada. Isso foi uma coisa fantástica que eu vi no SUS, talvez seja o grande exemplo que eu poderia colocar: a formação do SUS, a forma tripartite de se tomar decisões, a capilaridade, a compreensão da ação do Município, no atendimento básico e primário, e do Estado, no especializado. Isso é muito interessante. Muito interessante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, no depoimento de ontem aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo afirmou que, no início da pandemia, as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) eram cheias de idas e vindas e, por isso, muitas vezes as políticas sanitárias não as seguiam. Além disso, o ex-Ministro, em seu depoimento, eximiu a si próprio e ao Presidente da República de qualquer participação na condução da pandemia, para atribuir toda a responsabilidade ao Ministério da Saúde.

V. Exa. está de acordo com o posicionamento do ex-Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que cada um, cada ministério tinha suas próprias atribuições na pandemia. Eu acho que as decisões exclusivas, por exemplo, de um chanceler de relações, são exclusivas do ministério, do Chanceler

Ernesto à época. Decisões que envolvem a infraestrutura são decisões do Tarcísio, e assim por... De comunicação, Fabio e a Secom. Então isso é um grande... É uma orquestra, não é? Isso é uma orquestra. Decisões exclusivas da saúde são exclusivas minhas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que todos tinham trabalhos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... só para repetir, foi: o senhor concorda com o posicionamento do ex-Ministro? É uma pergunta objetiva, concreta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E eu vou lhe responder de forma clara: se ele está falando apenas das ações de saúde, são todas minhas. Se ele está falando da resposta à pandemia, envolve vários ministérios. Ponto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se o ministério não seguia as orientações da OMS, quais eram as orientações que seguia naquele momento o ministério? Essa é uma pergunta de internauta. Ontem eu...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... fiz uma indagação na rede social se as pessoas queriam contribuir com perguntas para esse depoimento, e essa pergunta foi uma pergunta feita principalmente por familiares das vítimas da Covid.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As organizações como a OMS, Opas – só para lembrar, a Opas, ela representa a OMS na América Latina, e aqui representada pela Dra. Socorro Gross –, estavam presentes diariamente conosco no ministério e elas basicamente não impõem, a OMS e a Opas não impõem nada para nós. Nós somos... Nossa decisão é plena, o Brasil é soberano para tomar suas decisões em qualquer área, inclusive saúde. Não, nós não somos obrigados a seguir nenhum tipo de orientação de OMS ou de ONU ou de lugar nenhum. Nós somos soberanos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. foi responsável pela nomeação do advogado Zoser Hardman como assessor especial do ministério, no início da sua gestão como Ministro interino. Pergunto: como V. Exa. e o Dr. Hardman se conheceram?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Dr. Hardman, ele já era conhecido de um dos oficiais que veio comigo, e apresentou o Dr. Hardman como um candidato a trabalhar na nossa equipe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais eram as atribuições desse assessor especial?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele foi inicialmente trabalhar com o Ministro Teich no gabinete, para que o Ministro tivesse um assessor direto com a visão jurídica, tivesse com ele no gabinete, e, quando eu assumi interinamente, nós começamos a organizar o gabinete com quatro ações transversais: uma jurídica, uma institucional, uma internacional e uma de comunicação. A jurídica ficou com o Dr. José.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por quanto tempo ele permaneceu no cargo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele saiu comigo, entrou em abril e saiu comigo em março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. ainda tem contato com o advogado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Tenho, o Dr. José, *pro bono*, ele permaneceu me auxiliando na organização das nossas documentações para apresentar aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele continua, portanto, lhe prestando algum serviço de consultoria.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, de consultoria jurídica, mas *pro bono*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nesta situação de pandemia, o Governo Federal optou por seguir dois caminhos de enfrentamento, um sanitário e um econômico...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... como se houvesse antagonismo entre eles. Na verdade, não existe atividade econômica sem as pessoas e, por isso, preservar vidas é pressuposto para que exista a economia. Ainda assim, em vários momentos houve divergências entre as autoridades federais e os defensores de medidas não farmacológicas de combate à Covid-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, testagem em massa da população e distanciamento social, inclusive com o fechamento de estabelecimentos, *lockdown* e toque de recolher.

Pergunto, Ministro: durante sua gestão, qual foi a orientação do Ministério da Saúde sobre a adoção de medidas não farmacológicas de combate à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em todas as situações, todas, nós colocamos as medidas preventivas, basicamente o uso de máscaras, a limpeza de mãos, o afastamento social necessário, os cuidados. A preventiva, em todas elas, é a primeira ideia. Nós não deixamos de nos pronunciar em várias campanhas, em vários momentos, em todas as entrevistas. Em todas as entrevistas a que eu fui, eu terminava e colocava desta forma: nós não podemos abrir mão das medidas preventivas – uso de máscara, lavagem de mãos, cuidados pessoais e os afastamentos necessários. Essa é a posição sobre essa pergunta.

Sobre a imposição de medidas restritivas e a gestão, eu coloco ao senhor que eu vejo aí uma discussão hoje sobre o que quis dizer o STF, se ele quis dizer isso ou se quis dizer aquilo. Na realidade, o que fica claro nessa discussão é que os Prefeitos e os Governadores estão à frente do processo decisório das medidas restritivas que eles vão colocar. Disso não pode haver dúvida, eles estão à frente do processo decisório. E como nós nos posicionávamos? Nós apoiamos todas as medidas tomadas, apoiamos eles com o que eles precisassem. Ou seja, se um Governador com uma visão – independentemente de política ou ideológica, não interessa neste momento a discussão –, falando sobre uma visão de gestão, achava que deveria fazer essa medida, eu o apoiava no que ele precisava. E se o outro achava que era uma medida mais restritiva, eu o apoiava no que ele precisava, não fazia nenhum tipo de juízo para proibir essa ou aumentar aquela. Eu acho que, no momento em que a decisão está tomada, e eu vejo as ações acontecendo, cabe a mim, naquele momento, apoiá-los em qualquer situação de forma plena.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então qual a sua posição, Ministro, sobre medidas de distanciamento social para o combate à Covid? E eu queria lembrar também a V. Exa. que não houve uma resposta conclusiva com relação à pergunta anterior: se o Ministério não seguia as orientações da OMS, quais eram as orientações que seguia naquele momento o Ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k. Então, vou voltar à pergunta anterior, Senador, para deixar mais claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As posições da OMS, como colocou o Ministro Ernesto, como nós acompanhamos, eram posições que iam e vinham, não eram posições claras e, digamos... Claras, sim, desculpe, não eram contínuas, pela própria incerteza da situação. Então, nós usávamos as posições da OMS para amparar o nosso processo decisório. E o processo decisório no País ficou decidido que as medidas restritivas ficariam a cargo dos Estados e Municípios de uma forma inicial, digamos assim, e o que cabia então a mim fazer. As nossas posições com relação a distanciamento social nesse caso, já acabei de colocar, eu sempre positionei da mesma forma: medidas preventivas, incluindo aí o distanciamento social necessário em cada situação. Essa era a minha posição em todas as nossas ações de comunicação, digamos assim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, objetivamente: se não seguia as orientações da OMS, quais eram as orientações que seguia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As orientações eram as orientações do País, as nossas orientações do ministério. As orientações eram do ministério, não da OMS. A OMS te dá uma posição, cabe a nós decidirmos como vai ser no Brasil. As posições eram do ministério. Está respondido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua posição sobre essas medidas de distanciamento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou repetir: era positiva, deveríamos fazer medidas de distanciamento sempre que possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que ocasiões V. Exa. as expressou publicamente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em inúmeras entrevistas e coletivas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Exa. não tinha formação ou experiência em saúde, quem o orientava acerca de que medidas tomar para combater a doença no Brasil?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu me reunia muitas vezes ou quase diariamente com a minha equipe técnica toda, com meus secretários, com médicos. Nós tínhamos médicos em vários cargos do Ministério, e era deles que vinham as posições, com discussões claras ali.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que providências o Ministério da Saúde tomou ou deixou de tomar em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal de 15 de abril de 2020, na ADI 6341, que garantiu autonomia a Estados e Municípios para exercer sua competência constitucional concorrente de proteger a saúde de sua população?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós passamos a... A primeira medida foi nós desenvolvermos uma ferramenta de análise, uma ferramenta que avaliava os riscos. Já havia alguma coisa prevista ainda da gestão anterior numa nota técnica e nós aumentamos, robustecemos essas discussões, criamos uma ferramenta de análise e distribuimos para todos os Prefeitos por intermédio do Conasems.

A primeira medida foi auxiliar a tomada da decisão, auxiliar quem iria tomar a decisão com uma ferramenta para que ele fizesse a análise dos riscos e das providências que poderiam ter. Essa ferramenta foi distribuída para todos os Prefeitos, isso em... Essa ferramenta foi desenvolvida ainda em abril... Desculpe, ainda no começo de maio, com o Ministro Teich, e nós distribuimos em maio ainda para todos os Prefeitos. E, na sequência, como eu coloco ao senhor, tomada a decisão, o ministério apoiava em todos os itens e demandas que me eram pedidas por Prefeitos e Governadores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especialmente nesse momento de segunda onda, com o pico de casos e mortes por Covid, não seria recomendável, portanto, ter estabelecido critérios nacionais para orientar os gestores locais quanto à adoção de medidas de restrição de circulação de pessoas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Esses critérios estavam previstos na ferramenta. Nós elaboramos os critérios e ficava a cargo de... Porque é muito... Nós estamos falando de um país continental, nós estamos falando de um estado ou de um município como Blumenau ou como um município do Sul, comparado a um município do Amazonas ou do Amapá, completamente distinto, e que medidas são diferenciadas de um lado para o outro. Então, não seria... O que seria lógico? Fazer uma análise dessas medidas, propor a elas o grau e deixar os gestores locais fazerem as suas próprias considerações.

Cabia a nós, volto a colocar, em contato direto... Isso aí eu acho que foi um ponto alto que precisa ser colocado aqui de uma forma clara: nós falávamos o tempo todo com os secretários de Estado, com os Prefeitos e com os Governadores – o tempo todo, o tempo todo. E, a partir dali, você ia tirando temperatura, compreendendo de fato como estava acontecendo. E eles recebiam muito os Deputados e Senadores. Praticamente todos os senhores, em algum momento, estiveram conosco lá tratando dos seus Estados e Municípios, alguns. E isso vai fazendo com que a gente tenha uma visão clara do que está acontecendo, do que precisa.

Eu acho que essa é a resposta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há convergência do seu entendimento com o do Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Convergência do meu entendimento com o Presidente da República sobre?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre essas questões que foram levantadas na sequência ultimamente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, se não havia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de combate à pandemia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Se não havia... Se não havia convergência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de medidas não farmacológicas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ...nunca me trouxe, nunca me trouxe nenhuma restrição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é objetiva, Ministro. Havia convergência do senhor com o Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nas conversas com o Presidente, não havia discussão de desconvergência nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas com relação aos tratamentos...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com relação a nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e encaminhamentos da Covid?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em momento algum, o Presidente da República me orientou ou me encaminhou ou me deu ordem para fazer nada diferente do que eu já estava fazendo – nada, absolutamente nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, havia convergência das posições defendidas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Das minhas ações, das minhas medidas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... das posições defendidas pelo Presidente da República...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... as decisões... Senador, as minhas posições não eram contrapostas pelo Presidente. Acho que essa é a resposta exata. As minhas posições como ministro e as minhas ações nunca foram contrapostas pelo Presidente, para deixar bem claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde chegou a cogitar a adoção de medidas de âmbito nacional para controlar a pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Âmbito nacional, só a distribuição de equipamentos, distribuição de insumos; com relação a medidas restritivas, não. Com relação especificamente a medidas restritivas, âmbito nacional, de forma linear, não, e eu não concordo com isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República, em algum momento, em reuniões com V. Exa., posicionou-se contrariamente a medidas de distanciamento social em âmbito nacional?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Volto a colocar para o senhor: em nenhum momento o Presidente da República me desautorizou ou me orientou a fazer qualquer coisa diferente do que eu estava fazendo. As ações foram todas minhas nesse aspecto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente determinou que o Ministério da Saúde se abstinhasse de promovê-las em algum momento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em momento algum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Três depoentes apontaram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que o Presidente da República guiava-se pelas orientações de um aconselhamento paralelo, ou seja, de pessoas fora do Ministério da Saúde que participavam de reuniões no Palácio do Planalto e tinham influência sobre a condução da pandemia, mesmo contra as orientações técnicas do ministério. O Ministro Mandetta falou no nome do Vereador Carlos Bolsonaro e o Presidente da Anvisa mencionou a Dra. Nise Yamaguchi. O ex-Ministro Ernesto Araújo mencionou o nome do ex-Ministro da Cidadania e médico Osmar Terra, quando falou da tese da imunização de rebanho.

Durante seu período à frente do ministério, as políticas de gestão sanitária da pandemia na esfera federal advinham de técnicos do Ministério da Saúde ou continuava existindo esse aconselhamento paralelo do Planalto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sr. Relator, vou colocar de uma forma para botar uma pedra nesse assunto. O Presidente da República falou para mim e para todos os ministros várias vezes: de assunto de saúde quem trata é o Ministro Pazuello. Então, nunca, nunca, e vou repetir: nenhuma vez eu fui chamado para ser orientado pelo Presidente da República de forma diferente por aconselhamentos externos. Nunca, nenhuma vez. Não quero dizer com isso que qualquer pessoa, e principalmente um Presidente da República, ele não ouça ou não levante dados ou não procure avaliar o que está acontecendo em volta dele. Seria um absurdo o Presidente da República não ouvir opiniões, não ouvir versões para que ele crie a própria posição dele como Presidente da República. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Daí, para ele trazer de lá ou trazer de qualquer relação uma orientação contrária a uma posição do ministério ou minha, nunca houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá.

Quem no Ministério era o principal responsável pelas orientações técnicas que fundamentavam as decisões de V. Exa. como Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Todas as posições eram tratadas no nível secretarias, todas. Eu tinha três médicos, quatro secretários da área médica. Eu tinha o Robson, que eu já herdei ele no ministério como Secretário da Saúde Indígena, e eu tinha o Franco Duarte na saúde especializada, que eu já... Quer dizer, não coloquei aqui ainda para os senhores, mas eram pessoas que traziam as discussões da área finalística naquele momento ali. Então, as discussões das áreas finalísticas eram tratadas pelos secretários comigo, eram quem, as pessoas que traziam as posições da área médica. Era a forma como funcionava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era o papel do Dr. Osmar Terra, que é médico e também foi ministro do Governo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O papel do Dr. Osmar Terra? Ele é um Deputado, e ele foi algumas vezes no ministério, se tornou até uma pessoa próxima para conversar, mas não tinha papel nenhum oficial no ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. sabe identificar outras pessoas que aconselhavam o Presidente da República em questões relacionadas à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não posso lhe dizer nenhuma oficialmente. O Presidente nunca tratou disso comigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os filhos do Presidente da República influenciaram, de alguma forma, na administração da pasta da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, eu esperava... Coloco aqui uma coisa interessante: da mesma forma que eu esperava ter mais conversas com o Presidente, eu quero dizer também que eu esperava que eu pudesse conversar mais com o Flávio, com o Eduardo, com o Carlos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Vamos conversar mais, Pazuello.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E eu não tive isso. Pelo contrário, pouquíssimas vezes encontrei os três.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Presidente, está me citando. Eu estou aqui presente na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só perguntou.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Se um filho não pode falar com o Pai... Eu não consigo entender essa narrativa, aonde o Relator quer chegar, com todo o respeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, voltando, não havia nenhuma influência dos três filhos políticos do Presidente e volto a colocar: eu achava que eu ia me encontrar mais com eles – e faço essa observação aqui –, tanto com o próprio Presidente, mas não houve isso. A pandemia nos consumia o dia inteiro. Nem para encontros sociais, nada. Foi muito pouco encontro, muito pouco encontro. Podia ter havido mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, objetivamente, o empresário Carlos Wizard, ao defender que a Covid-19 poderia ser tratada na primeira fase da doença, disse, em entrevista à TV Brasil, aspas:

Passei um mês [atuando] em Brasília, junto ao Ministro Eduardo Pazuello, atuando como um conselheiro do ministério [...]. Posteriormente, fui convidado a assumir uma das secretarias...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) –

No entanto, preferi não aceitar o convite e trabalhar de forma independente e solidária ao combate da Covid-19. [...] E foi neste momento que eu tive, então, a oportunidade de conhecer autoridades médicas que são reconhecidas tanto no Brasil [...] [como] no exterior, [...] Nise Yamaguchi, [...] Roberto Zeballos, [...] Anthony Wong, Dante Serra e muitos outros que [...] [participavam] desse conselho científico independente [de voluntários].

Pergunto a V. Exa.: V. Exa. confirma que essas pessoas o aconselhavam acerca de assuntos relacionados à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sr. Relator, deixa-me voltar a quem é Carlos Wizard? Se o senhor permitir, posso começar pelo Carlos Wizard?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, eu citei uma declaração dele para embasar a pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, é só para dizer quem é. O Dr. Carlos Wizard, logicamente, vem daquela franquia de inglês Wizard, de idiomas, e eu o conheci na Operação Acolhida como voluntário para tratar das pessoas. Ele e a esposa são mórmons, são da religião mórmon. Ele foi cumprir uma ação da igreja e lá ficou dois anos, morando lá, trabalhando e ajudando, de todas as formas, as pessoas que estavam em vulnerabilidade. Se tornou, então, um amigo, e é claro que me relacionei com ele nesses dois anos. E, quando fui chamado para cá, puxei o Wizard, liguei para ele e falei: "Você tem condição de tirar mais um tempo e vir nos ajudar aqui, porque você pode ser um grande *link* entre o ministério e a compreensão da parte social, do público?", pelas amizades dele, pela relação dele. E ele veio *pro bono*, ficou conosco aqui por quase um mês.

Cheguei a indicá-lo para trabalhar na Secretaria de Ciência e Tecnologia, que é uma secretaria que tem muita ligação com a parte civil, as empresas etc., tal. Poderia ser uma boa relação. Mas ele não achou que conseguiria se desvencilhar da administração das empresas dele e achou melhor não entrar.

O Wizard...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas ele disse que passou um mês ajudando no ministério...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Passou um mês conosco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ajudando a administração.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Passou um mês ajudando. Eu o indiquei. E, na análise da indicação dele, ele desistiu, porque tinha que ter outras ações dos conselhos de empresa etc. Não dava para ser aceito na indicação oficial do cargo. E, a partir daí, ele se desvinculou da tarefa, digamos assim.

Ele, por si só, propôs reunir médicos para serem aconselhadores. E eu confesso ao senhor que eu não aceitei. A primeira vez que eu sentei para ouvir as ideias desses médicos, eu não gostei da dinâmica da conversa. E foi só uma vez, por 15 minutos, e nunca mais. Não tive assessoramento nem aconselhamento de grupos de médicos. Eu não gosto disso, desse formato das pessoas sentadas, e um fala, o outro grita, o outro... Não, isso não dá!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então só houve uma reunião...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Meia reunião, por 15 minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no formato proposto pelo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pelo Carlos Wizard.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Carlos Wizard.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E mais nada! Uma vez! E eu não aceitei o formato de aconselhamento que ele tinha pensado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas pessoas tinham também interesse ou interlocução junto ao Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desconheço, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Carlos Wizard fazia parte do grupo de pessoas que aconselhavam o Presidente especificamente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que não. Nunca o vi em Brasília indo especificamente falar com o Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que frequência V. Exa. se reunia com esse dito "conselho independente"? Não se reuniu mais...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou voltou a falar com Carlos Wizard, só com ele?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com Carlos Wizard eu conversei ao longo da... Conversei com ele ao longo da minha vida. Virou um amigo. Uma vez a 15 dias ou um mês, quando ele me liga, bate papo, mas sempre de uma forma completamente informal, nada como conselheiro de nada da saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse conselho teria sido responsável pela indicação da cloroquina para o tratamento da Covid-19...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... conforme a orientação divulgada pelo Ministério da Saúde na sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, se nós vamos tratar desse assunto, eu pergunto se eu posso contextualizar esse assunto. Ele é mais profundo. Posso responder também "sim" ou "não".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou fazendo uma pergunta, mas eu não sou contra a contextualização...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isto é que eu ia dizer: posso contextualizar? Não estou perguntando se o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que V. Exa. faz.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Posso continuar então?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho que, se nós tivéssemos respostas mais objetivas, seria melhor para o andamento dos nossos trabalhos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, se o senhor preferir uma resposta mais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu não vou constrangê-lo a isso, não, de forma nenhuma.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sem problema, Senador. Estou perguntando porque, nesse caso, ele é mais profundo, e aí eu teria que dar uma contextualizada. Como eu quero atender ao que o Senador Omar pediu, estou perguntando: respondo de uma forma mais prática ou eu, nesse caso, contextualizo? O senhor é que sabe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode contextualizar.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, está bom.

Bem, senhores, esse assunto, eu acho, é um assunto chave, e eu vou me valer aqui de uma pequena... É uma pequena...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – A cloroquina foi orientada...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É uma pequena linha aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou só repetir a pergunta: esse conselho teria sido responsável pela indicação da cloroquina para o tratamento da Covid-19, conforme a orientação divulgada pelo Ministério da Saúde na sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, vou responder ao senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para lembrar, Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Esse conselho não foi reforçado por nada disso. Isso com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para lembrar e embasar também a sua resposta, o Ministério da Saúde publicou três orientações sobre o uso de cloroquina em pacientes com Covid.

Três notas técnicas, nºs 9, 11 e 17, de 2020. A primeira, na gestão de Mandetta, para indicar cloroquina para pacientes graves internados em UTI, num momento em que ainda não havia estudos sobre o tema; a última, no início da gestão Pazuello, como interino, expandiu o uso da cloroquina para o tratamento precoce da Covid.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, então vou contextualizar. Primeiro, a resposta, como o senhor colocou: não, esse tal conselho nunca me assessorou ou me sugeriu nenhum tipo de orientação a ser feita pelo Ministério. Essa é a resposta direta.

Quanto à utilização de hidroxicloroquina, eu pretendo contextualizar agora, já autorizado pelo senhor.

Nós precisamos compreender esse assunto de uma forma... Ele é simples; a gente não precisa botar um monte de fantasmas em cima desse assunto – ele é simples. O Brasil usa cloroquina há 70 anos. A cloroquina é um antiviral e um anti-inflamatório conhecido pelo Brasil – ela é antiviral e anti-inflamatória, ela tem ações antivirais e anti-inflamatórias. Pelo menos é o que me é trazido; eu não sou médico.

Desculpe, eu vou concluir. Isso foi o que eu recebi ao longo das histórias.

E, por exemplo, em 2016, na crise do zika vírus, ela foi utilizada e foi colocada como protocolo pelo Ministério da Saúde, cloroquina em altas doses – isso para grávidas. Na crise da chikungunya, em 2017, o Ministério da Saúde criou protocolos para uso da cloroquina – eu tenho todos eles, eu tenho todos eles – em altas doses. Então, são duas posições bem claras.

Quando a pandemia começou no mundo... Nós estamos com a internet, nós estamos ligados no mundo. Os médicos estão observando e viram que vários países no mundo, de forma *off-label*, usavam a cloroquina.

Eu não estou entrando na linha médica. Se causa discussão, se ela é antiviral ou não, eu retiro. Vou colocar só sob a lógica do medicamento para não haver discussão. Só como medicamento, doutor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se V. Exa. me permitir...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, por favor, eu queria concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... a hidroxicloroquina é antiprotozoário; não é antiviral.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor, mas ela teve ações dessa forma. Eu não vou entrar no mérito, porque, realmente, não tenho conhecimento para entrar.

Então, ao longo da pandemia, no final de 1919, começo de 1920, os médicos viram isso no Brasil, e, sim, começaram a ver que estava sendo usada em vários países.

Para que os senhores tenham uma noção, só uma pequena noção, nós estamos falando de 29 países que hoje têm protocolos de uso cloroquina no mundo contra a Covid. Vinte e nove países, e países como China, países como Coreia do Sul, países como Cuba. Cuba, que é mundialmente conhecida pela medicina avançada, Cuba tem um protocolo enorme de uso de cloroquina.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Para Covid. É, sim, senhor. Eu tenho, inclusive, ele todo impresso aqui. Para o senhor... Acreditem, Cuba tem um grande protocolo para uso de cloroquina para Covid, e eu trouxe aqui para disponibilizar.

A Índia tem, o México tem, a República Tcheca, a Venezuela tem e outros 29 países têm protocolo atual, de hoje, para uso de cloroquina. Então, o assunto não é tão difícil de entender que um médico olhe para a hidroxicloroquina ou cloroquina ou qualquer outro medicamento que esteja sendo usado no mundo e diga: "Olha, eu acho que tem que ser observado isso. Vale tentar como *off-label*, fora da bula". Então, essa é a primeira observação.

Quando começou a pandemia no Brasil, em fevereiro, o Ministério da Saúde – de fevereiro para março – emitiu realmente uma nota técnica orientando o uso da cloroquina na sua fase aguda, na fase inflamatória, na fase grave, com doses altas. Está orientado isso pelo Ministério da Saúde, feito pela gestão do Ministro Mandetta, que é um médico.

Senhores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi citado aqui.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu gostaria de colocar. É isso, hein...

Em abril, eu estava em Manaus. No final de março, começo de abril, foi feito o famigerado estudo, em Manaus, com cloroquina em altas doses na fase aguda. Foram 20 mortos, 22 mortos. Foi um escândalo. Tem processo em Ministério Público estadual, Federal rolando até hoje. Esse estudo foi conduzido pelo Ministério da Saúde, pela Fiocruz e por vários médicos Ph.D. E o estudo foi publicado num periódico chamado *Jama* americano. Foi nesse momento que nós chegamos ao Ministério da Saúde.

E eu queria perguntar aos senhores: "Senhores, os médicos estavam usando *off-label*. Isso é público e notório. Senhores, o Ministério da Saúde tinha uma nota técnica para usar a cloroquina onde o estudo disse que estava morrendo gente e

que eram 21 mortos, 22 mortos, 20 mortos". Nós precisávamos fazer alguma coisa, só que eu não podia fazer protocolos nem deveria – e nunca fiz. Nem podia. Foi determinação. Nós podíamos fazer uma orientação, uma informação. Então, nós redigimos uma nota técnica...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, mas não naquele momento, no *timing*. O *timing* da coisa era muito sério.

Então, voltando, Senador, naquele momento nós precisávamos dar um freio de arrumação para não deixar as pessoas caminharem para outro lado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, para situá-lo um pouco mais nessa questão, porque a resposta tem...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É muito complexa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de uma forma "inobjetiva", demorado, o que esta Comissão está investigando não é quem prescreveu, quem usou, quem comprou. Não se trata disso. Trata-se de quem fez política pública e gastou dinheiro público com isso. Essa é que é a questão. É o ponto fulcral da investigação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas eu estou tentando colocar para o senhor exatamente o ponto fulcral. Era exatamente agora que eu estou dizendo que nós fizemos uma nota informativa, seguindo o Conselho Federal de Medicina. O Conselho Federal de Medicina fez uma publicação clara, dando autonomia aos médicos utilizarem tais medicamentos, inclusive a hidroxicloroquina, a cloroquina de forma *off-label*. E nós, seguindo o conselho, colocamos da seguinte forma – dois pontos –: "Médico, se você resolver prescrever os seguintes medicamentos que estão hoje, público e notório, sendo usados *off-label*, atenção para a dosagem de segurança. Médico, se você decidir prescrever os seguintes medicamentos que estão sendo usados, atenção para a dosagem da segurança e, atenção, não usem na fase final, porque, a fase final, está comprovado que não é a melhor forma de usar". Senhores, isso daí era o mínimo que eu poderia fazer, senão eu estaria prevaricando. Então, o que o Ministério da Saúde fez foi só isso, seguindo o Conselho Federal de Medicina, de uma forma clara, dizer: a prescrição é do médico. E outra coisa, isso é o que eu acho, é o que eu penso. Essa calça não veste em mim, eu não acho que se deva distribuir medicamento "a", "b" ou "c" por aí sem prescrição médica. Eu não concordo com isso, e eu não deixei isso e cada vez que eu ouvia alguém falar isso, eu dava no pé: não é para fazer, não distribua medicamento sem orientação médica, sem prescrição médica, nem que você ache que isso aí seja uma solução. Não faça isso. Em vários lugares, as pessoas chegavam: "Não, olha só, estamos pensando em fazer..." "Não façam isso – não façam isso. Cumpram exatamente o que o médico prescrever." O que tem que haver é disponibilidade de medicamentos, eles têm que estar disponíveis para que o médico prescreva o que achar que deva. Essa era exatamente o que estava escrito na nota informativa que se tornou a Nota 17. Ela teve três ajustes, mas, desde a primeira, isso nunca mudou sobre esses medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. tem familiaridade com a tese da imunização de rebanho, segundo a qual a imunidade da população poderia ser atingida não com a vacinação, mas também com a contaminação em massa pelo vírus e o desenvolvimento da imunidade natural por parcela relevante da população?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A tese é real quando você tem... Agora, o que tem de novidade e faz a tese não ser plena... O senhor me ajuda se eu escorregar. O que faz real e a tese não ser plena é que você não sabe o grau de atividade dos anticorpos que serão criados. Então, que você tem uma possibilidade de ter uma imunidade a partir de várias pessoas, não há dúvida, mas como a gente não sabe como isso se comporta no coronavírus, você não pode simplesmente achar que, a partir da contaminação, todos estão protegidos. Por isso que eu pedi para o senhor me ajudar, mas é mais ou menos isso. Como você não sabe o grau da profundidade, do grau de força desses anticorpos ou da capacidade de ele agir no organismo e por quanto tempo eles ficam, isso tudo são incógnitas, você não pode estar apoiado apenas nessa tese, tem que partir para a imunidade, para a imunização com vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. recebeu, tem conhecimento de algum estudo técnico ou outro documento qualquer contendo a análise dessa tese e seu impacto sobre a saúde pública?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em algum momento essa tese foi cogitada pelo Ministério da Saúde como estratégia de condução de ações de enfrentamento da pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em hipótese alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. tem conhecimento de alguém que defendesse essa tese no ministério ou em outro órgão do Governo Federal?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Como defensor da tese, não. Defensor dessa tese: "É assim que tem que fazer", não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca presenciou uma conversa dessas pessoas que diziam interlocutores...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que participavam desse aconselhamento informal?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nunca, nunca. Eu nunca participei de reunião com interlocutores que aconselhavam o Presidente da República, caso eles existam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como eram as discussões com Osmar Terra e Carlos Wizard, sobre a imunização de rebanho?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com o Carlos Wizard, zero; com o Osmar Terra, ele me falou sobre essa ideia, mas muito superficialmente, falando do que ele achava das vezes em que ele foi, como Deputado, lá, mas sem nenhum tipo de posição para o ministério, zero, zero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma vez...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Zero possibilidades de ele colocar como posição do ministério, ou programa, ou projeto do ministério; zero!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma vez o Presidente da República discutiu essa tese com V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou em algum evento em que V. Exa. estivesse presente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os depoimentos de Fabio Wajngarten e Carlos Murillo revelaram que o Governo não respondeu as propostas da Pfizer para o fornecimento de vacinas ao Brasil, desde agosto de 2020, uma delas com entrega de 1,5 milhão de doses, a partir de dezembro de 2020, e que totalizavam cerca de 18,5 milhões até o primeiro semestre de 2021. Contudo, de acordo com o relato do representante da Pfizer, somente em novembro, o Ministro da Saúde participou efetivamente das negociações que foram esfriadas por conta de uma suposta inadequação da legislação às cláusulas de contrato que V. Exa. qualificou em entrevistas como leoninas. Por que V. Exa. não respondeu às sete propostas feitas pela Pfizer ao longo dos seis meses?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O assunto Pfizer é um assunto também nos coloca de uma... Parece que é uma coisa tão complexa, né? E ela também é simples de se compreender. Eu infelizmente, aqui, fiz uma sequência sobre o assunto Pfizer...

Não, por favor, é aquela minha tabela sobre Pfizer, que o sargento... O Rangel montou para mim. Vê se você acha aí!

Enquanto está procurando aqui um documento de apoio, eu vou começar a colocar aqui para os senhores. Como fui eu que fiz, então, eu lembro de cabeça. É preciso compreender que a prospecção da Pfizer começou lá em abril e maio, primeiras prospecções da Pfizer, como discussões, tipos de vacina. Nós estamos falando de uma vacina completamente diferente do que a gente está acostumado, uma tecnologia que não era de conhecimento do Brasil. E nós estávamos falando de uma empresa que não topava a discussão da tecnologia conosco: é fechada, é porteira fechada; é isso ou é aquilo, não tem transferência de tecnologia, não tem nada!

E essas discussões foram, caminharam até os meses de maio e junho, maio e junho! Quando nós tivemos a primeira proposta oficial da Pfizer, foi o memorando de entendimento – você conseguiu, aí? –, foi o memorando de entendimento. Esse memorando de entendimento dava essas quantidades que o senhor está colocando aí: colocava 1,5 milhão, em 2020, sem data, e colocava o restante, da forma como o senhor colocou, dava 18,5 milhões, somando 20 até o final do primeiro semestre, e o final, totalizando 70 milhões de doses, até o final do ano.

Naquele momento, quando esse MOU chegou, ele chegou também com cinco cláusulas que eram assustadoras, na minha... No meu momento à época. As coisas têm que ser olhadas com aquele momento. Nós estávamos tratando de... Discutindo uma encomenda tecnológica de Oxford que chegaria a 200 milhões de doses esse ano; discutindo com o Covax Facility 42 milhões de doses; e a Pfizer nos colocando um primeiro semestre de 18 milhões de doses, com foco no final do primeiro semestre, e nos colocando cinco cláusulas complicadíssimas. E os senhores todos conhecem, mas eu posso relembrar. Então, nós estávamos falando de ativos brasileiros no exterior e fundos – e/ou fundos –, nós estávamos falando de isenção completa da responsabilidade por efeitos colaterais e transferência do fórum para julgamento das ações para Nova Iorque. Estávamos falando de pagamento adiantado, estávamos falando de assinatura do Presidente da República em contrato, coisa que não existe na nossa legislação, e estávamos falando de não existirem multas quanto a atraso de entrega. Isso... Para ouvir isso a primeira vez... Talvez todos nós hoje possamos ouvir com o grau de normalidade, mas, a primeira vez que eu ouvi isso, eu achei muito estranho – muito estranho.

E coloco um dado interessante: a Pfizer que trouxe US\$10 a dose, e nós estávamos negociando a US\$3,75. Era três vezes mais caro. Então, eu coloco aos senhores: uma vacina três vezes mais cara, com todas essas cláusulas que eu coloquei aqui e com quantitativos que eram, a meu ver, muito inferiores ao que nós estávamos negociando, além das discussões logísticas de 80 graus negativos e das cláusulas sobre a logística de entrega, que era nossa responsabilidade... Não havia caixa, não havia nada. A primeira conversa foi: "Isso é problema de vocês". Essas discussões sobre as cláusulas, sobre a parte técnica e sobre a logística, essas discussões demoraram, nos levaram – isso foi em agosto, 26 de agosto –, nos consumiram setembro e outubro – nos consumiram setembro e outubro. E ela colocava bem claro, na posição dela, que ela precisaria da posição da FDA e precisaria da Anvisa, sem as quais também ela também não entregaria. Falei: "Ótimo, também é a nossa posição".

Quando nós chegamos em dezembro – quando nós chegamos em dezembro –, nós... Desculpa, em novembro, final de novembro ainda, citamos a Pfizer a refazer o seu morando de entendimento, porque nós queríamos pegar aquela documentação e forçar a um processo decisório que tivesse que haver. Isso em novembro, final de novembro. No começo de dezembro, a Pfizer manda o memorando de entendimento dela atualizado e, nesse memorando de entendimento, ela coloca: "Nós vamos para 8,5 milhões de doses no primeiro semestre e 62,5 milhões de doses no segundo semestre, desta forma totalizando 70 milhões de doses". Repito, 8,5 milhões de doses no primeiro semestre e 62,5 milhões de doses no segundo semestre.

Senhores, essa proposta foi, apesar de eu achar pouquíssima a quantidade de 8,5 milhões de doses no primeiro semestre – sendo 500 mil em janeiro, 500 em fevereiro, 1 milhão em março, dois, dois, dois, algo mais ou menos assim –, nós seguimos em frente: "Vamos assinar o memorando de entendimento". Mandamos para os órgãos de controle, a resposta foi: "Não assessoramos positivamente. Não deve ser assinado". A CGU, a AGU, todos os órgãos de controle, TCU. "Não deve ser assinado". E nós assinamos, mesmo com as orientações contrárias. Determinei que fosse assinado, porque, se nós não assinássemos, a Pfizer não entraria com o registro na Anvisa. Ela só entraria com o registro na Anvisa se nós assinássemos o MOU. Então, o MOU foi assinado contra as orientações da assessoria jurídica e controle externo, interno e externo. Isso em dezembro.

Na sequência, nós começamos a levar o problema para o nível de Governo Federal, para o palácio. Falei: "Olha, nós temos que resolver isso". E, ainda no início de dezembro, em ligações com a base ou com os Deputados que estavam discutindo a votação da MP 1.003, um Deputado fez uma emenda, propôs uma emenda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, é importante responder objetivamente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe?

O Hiran Gonçalves fez uma proposta de emenda, colocando essas cláusulas para autorizar a compra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu quero comunicar aos Senadores que, como existem respostas muito prolixas aqui, eu entendo que esta audiência aqui com o ministro... Caso o Presidente não suspenda a Ordem do Dia hoje, nós voltaremos depois da Ordem do Dia e continuaremos a fazer as perguntas necessárias, porque, pelo que eu estou vendo, são respostas simples, perguntas simples, mas há um contexto de protelar. Quanto mais tempo, não é? Então, eu quero só...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – São informações importantes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do ponto de vista meu, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É importante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu acho que vocês...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem informações que a Comissão nem conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, eu só estou comunicando aos Senadores que compõem a CPI, caso chegue, comece a Ordem do Dia e a gente tenha que suspender a reunião, nós voltaremos depois da Ordem do Dia a continuar ouvindo o Ministro Pazuello.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu não sabia que o Tribunal de Contas da União tinha uma recomendação contrária à assinatura do memorando de entendimento. Isso é novidade para mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não, não é novidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é novidade. Como é novidade?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Para mim, é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entre agosto e dezembro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram sete pedidos!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o Ministério da Saúde – sete pedidos! – não acionou ninguém, nem órgão de controle, nem nada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, quando acionou, recomendaram não assinar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entre agosto e dezembro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, questão de encaminhamento, Presidente. Vamos seguir a sequência?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, Ministro, objetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só estou comunicando que a sessão só acaba – você está me entendendo? – quando todos os Senadores inscritos aqui fizerem as perguntas. Então, pode ser 10h da noite, meia-noite, 2h da manhã, nós vamos continuar aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E as perguntas terão que ser respondidas objetivamente. Eu acho que assim nós precisaremos melhor a evolução dos nossos trabalhos. E não me deixa mal também perante os outros Senadores, porque, na medida em que o depoente se delonga na resposta e basicamente não responde o perguntado, eu acabo tomando o tempo dos outros Senadores que terão que perguntar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presidente, só para não parecer que é uma estratégia do depoente ficar alongando resposta. Está sendo importante ele falar o que está falando.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas qual foi a resposta que ele não respondeu, Senador Renan?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – É porque quando o depoente não fala o que o Relator quer, ele reclama.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem objetiva, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, a pergunta que eu fiz, objetivamente, foi a seguinte: por que V. Exa. não respondeu às sete propostas feitas pela Pfizer? É essa a pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, vou responder objetivamente. As respostas foram... Como assim não houve respostas? Nós tivemos 20 respostas para a Pfizer, com discussões...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, estou perguntando de agosto a dezembro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estou respondendo. De agosto a dezembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve nenhuma resposta ou acionamento de órgãos de controle.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixa eu dizer para o senhor, por favor: o acionamento de órgãos de controle vem na assinatura do MoU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, depois de dezembro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É, porque até lá nós estávamos discutindo, por exemplo, temperatura criogênica de conservação, tecnologia de risco ainda sem qualquer avaliação, agências reguladoras, não transferência de tecnologia... Nós estamos falando sobre técnica e logística. Nós estávamos falando de preço. Nós estávamos discutindo com a Pfizer ininterruptamente – ininterruptamente! Então nós temos todos os históricos de conversas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que, Ministro, não respondeu às mensagens...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estou respondendo ao senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não está me respondendo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presidente, o depoente quer falar. O Relator não deixa.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estou respondendo que nós respondemos inúmeras vezes, inúmeras vezes, a Pfizer. Eu tenho todas as respostas aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Interrompe toda hora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De agosto a setembro não...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – De agosto a setembro. Eu tenho todas as comunicações com a Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da Pfizer nos comunicou que, em nenhum momento, recebeu nenhuma resposta, nem a favor, nem contra.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou dizer para o senhor de novo: a resposta à Pfizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então ele mentiu? Ele mentiu para a Comissão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A resposta à Pfizer é uma negociação, que começa no momento da proposta e termina com a assinatura do MoU. Eu estou falando de dezenas de reuniões e discussões. Eu não estou falando de uma resposta. A resposta sempre foi: "Sim, queremos comprar". Está escrito em todo o final: "É nosso interesse comprar da Pfizer, mas não posso comprar se você não flexibilizar tal medida. Não posso comprar se você não auxiliar na logística de entrega". Isso é uma negociação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem isso documentado, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Claro que sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, era bom encaminhar para a Comissão.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vai ser encaminhado. Eu tenho todas as respostas.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É importante, Sr. Presidente, solicitar todas essas informações oficialmente para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Até porque eu quero aqui... Ministro Pazuello, o que o Fabio Wajngarten falou aqui é totalmente diferente do que o que V. Exa. está falando.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque ele chegou aqui e disse o seguinte: que, quando recebeu um telefonema de um proprietário de uma TV, esse proprietário ligou para ele e disse: "Olha, desde setembro tem aí uma carta enviada para o Ministro Pazuello, para o Presidente, para o Vice-Presidente, para o General Braga Netto, para o Ministro Paulo Guedes, e até hoje nós não recebemos nenhuma resposta". Foi quando ele tomou a iniciativa de ligar. E mais: na revista *Veja*, ele disse que era muita incompetência dentro do Ministério. Já o senhor nos traz uma informação totalmente diferente daquilo que a Pfizer falou...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é o que faz uma CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho. Totalmente diferente do que a Pfizer falou e totalmente diferente do que o Fábio Wajngarten falou aqui. Por isso que era importante a gente ter acesso a esses documentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então a pergunta, só para passar para a pergunta seguinte: por que V. Exa. não respondeu às sete propostas feitas pela Pfizer ao longo dos seis meses?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram respondidas em negociação intensa e direta, com dezenas de documentação e reuniões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então a Pfizer está mentindo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa pergunta é para a Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. respondeu...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu só respondo por mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. respondeu, é isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu só respondo por mim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem... Por que V. Exa. não tomou o comando e o protagonismo dessa negociação com a Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que eu sou o dirigente máximo, eu sou o decisor, eu não posso negociar com a empresa. Quem negocia com a empresa é o nível administrativo, não o Ministro. Se o Ministro... Jamais deve receber uma empresa, o senhor deveria saber disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu... Eu estou dizendo ao senhor se o senhor não comandou...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso é desrespeito, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não comandou?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor! Mas é, Fernando, por favor!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu retiro. Tá bom? Retiro. Eu queria dizer que não posso colocar, o Ministro não pode receber as empresas, o Ministro não pode fazer negociação com empresa, o Ministro não pode fechar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Ministro não pode fazer... Eu recebo o Presidente da Pfizer socialmente, junto com a administração, mas a negociação é feita no nível da equipe de negociação. Foi isso que eu quis dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, objetivamente, Ministro: quem decidiu por não responder às propostas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que o senhor precisa compreender a pergunta que o senhor fez. Eu já respondi isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou fazendo uma pergunta objetiva.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor está conduzindo, o senhor está dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos sendo acompanhados pelo Brasil todo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor está dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todo mundo está entendendo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor está dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o que eu estou perguntando.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor está dizendo que eu não respondi. Foram respondidas dezenas de vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Ministro... Ministro, só um minutinho. V. Exa... Ele fez uma pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Não, ele falou uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas responda só à pergunta dele, por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas ele não fez uma pergunta. Ele disse: "Como o senhor não respondeu sete vezes, quem foi o responsável?". A resposta foi feita "n" vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso foi a primeira. A última pergunta que eu fiz foi a seguinte: quem decidiu por não responder às propostas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou responder novamente: as respostas foram respondidas inúmeras vezes na negociação. Nós nunca fechamos a porta. Queremos comprar a Pfizer o tempo todo. O senhor me desculpe, eu acho que o senhor está conduzindo a conversa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha, se eu tiver...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não tem que dar opinião sobre pergunta de Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Presidente!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente Omar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seu depoimento aqui é um depoimento esclarecedor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Você pode, você pode questionar o Relator, mas a pessoa que está sendo ouvida aqui não tem esse direito. Ele só responde às perguntas aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, Sr. Presidente, deixe os Senadores questionarem o Relator. Ele tenta conduzir, sim, o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não interessa. Então você fale. Fale você!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fale agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou falando. O Relator tenta induzir o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Pazuello não tem esse direito aqui, de fazer isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tenta induzir? Eu estou fazendo perguntas objetivas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o Relator perguntou várias vezes...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a mesma coisa, de forma diferente, para... *(Fora do microfone.)* ... tentar induzir o depoente a produzir uma resposta que é a que ele quer. Ele não tem o direito de fazer isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desde quando... Veja bem: V. Exa. foi Relator ou Presidente da Comissão que cassou o Eduardo Cunha, não foi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa. pegar o processo, vai ver que é bem diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Foi ou não foi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fui. Fui Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, desde quando uma pessoa que estava sentada ao seu lado, e fazendo questionamento, tinha direito de desrespeitar o Deputado ou falar alguma coisa?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. *Fora do microfone.*) – Não está desrespeitando ninguém, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, o depoente não tem o direito de censurar o inquiridor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi isso que ele fez!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k., V. Exa. chamou a atenção. Agora, não pode...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. pode questionar o inquiridor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, não cabe ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... fazer o que está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que ele está fazendo? Me fala aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele perguntou várias vezes a mesma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim! Qual é o problema?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele teve a resposta do depoente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o problema?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não perguntei várias vezes...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Criando uma situação para constranger o depoente, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está sendo transmitida ao vivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Deus o livre! Constranger não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só ouvir o que o Relator está fazendo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A informação que eu tinha era de que era uma comissão de inquérito...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso. Ninguém está querendo constranger ninguém aqui, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, vamos dar seguimento ao depoimento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eles estão querendo tumultuar, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... senão nós vamos acabar não tendo depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tenho hora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Vamos dar seguimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, vamos evitar esse tumulto, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República participou dessa decisão de não responder à Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, até porque não houve decisão de não responder à Pfizer, pela quinta vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando e por meio de quem o Presidente da República foi informado das propostas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Presidente da República era informado nos momentos em que eu levava a situação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu falo dessa especificamente, da Pfizer.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Presidente era informado o tempo todo sobre as minhas conduções, todas elas, não só da Pfizer, quando eu ia despachar com ele, durante todo o processo. Durante todo o processo, eu despachava com o Presidente periodicamente e, nesses despachos, eu atualizava o Presidente sobre como estavam as negociações, inclusive da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Eu estou fazendo uma pergunta concreta, objetiva: quando e por meio de quem o Presidente da República foi informado sobre as propostas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi informado por mim em todo o processo, que começou lá em julho, até abril, quando nós contratamos; até março, quando nós contratamos a Pfizer. Pessoalmente por mim, durante todo o processo, essa é a resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da Pfizer colocou aqui e, em cima da sua colocação, eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Sa.: V. Sa. tinha conhecimento da participação do Vereador Carlos Bolsonaro em uma reunião com a Pfizer no Palácio do Planalto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca ouvi falar disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. discutiu o assunto com ele em algum momento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com o Vereador.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, em nenhum momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A suposta existência de cláusulas leoninas foi detectada por que órgão de assessoria jurídica e em que momento nas propostas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram detectadas pela nossa Conjur, que é a nossa divisão, e a nossa Dinteg, que são advogados da AGU, desde o início, desde a primeira proposta oficial, que foi no dia 26 de agosto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. poderia fornecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito cópias dos pareceres jurídicos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Serão fornecidos, vou mandar anotar aqui.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Havia outras propostas de fornecedores de vacinas com cláusulas de teor semelhante às propostas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não havia, mas o advogado da AGU me lembrou aqui, desculpe, tem que requisitar essas posições da época, da Conjur, ao Ministério da Saúde. Eu não tenho mais acesso à documentação.

O senhor poderia repetir a segunda pergunta, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia outras propostas de fornecedores de vacinas com cláusulas de teor semelhante às propostas feita pela Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, naquela época não havia. Ela foi o primeiro laboratório que apresentou tais demandas. Hoje nós já temos outros laboratórios com a mesma demanda. Um deles é a Janssen – não todas, mas algumas cláusulas –, e a própria Covax Facility está exigindo, caso não se compre pela Opas, caso se compre direto com o laboratório. O laboratório também está exigindo cláusulas mais, digamos, mais duras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As empresas ou instituições concordaram em retirá-las ou alterá-las depois?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nenhuma vírgula, nada. Nós tentamos, nós forçamos, nós pressionamos, fizemos tudo o que tinha que fazer, mas nós não conseguimos mudar uma vírgula.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Randolfe Rodrigues trouxe ao conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito a existência de dispositivo específico no anteprojeto da Medida Provisória 1.026, de 2021, destinado a tratar da assunção, pela União, das responsabilidades civis advindas de eventuais efeitos adversos da vacina. Por que esse trecho foi omitido no texto finalmente enviado à apreciação do Congresso Nacional?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quando nós... Para o senhor saber, isso começou em dezembro, tá? Só foi a MP em janeiro, mas as discussões começaram 20 de dezembro, 21 de dezembro, com a proposta da MP feita pelo ministério. Nós propusemos realmente... Lembro que... Eu estava na sequência dizendo aquilo, eu ia chegar nisso, que, o: que após a negativa do Hiran, da emenda proposta pelo Deputado Hiran, nós partimos para uma proposta de MP e levamos isso ao Governo, à Casa Civil e aos ministérios. E ali, na parte jurídica do Governo, não houve consenso.

Pelo que nos trouxeram – e aí volto a colocar, como à época –, é que a jurídica dos ministérios considerava ali – os ministérios estavam discutindo a MP – que nem do Governo poderiam partir aquelas proposições, que teriam que vir de discussões do Congresso. Foi isso que me foi... Não havia consenso de que deveria sair de uma MP nossa, e sim de discussões no próprio Congresso. Foi isso que me foi passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é: por que esse trecho foi omitido do texto final?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia consenso dos ministérios em mantê-lo e, então, foi retirado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Governo Federal não propôs a aludida alteração na legislação tão logo foi informado sobre esses supostos entraves, o que foi resolvido com a publicação da Lei 14.125, de 2021, oriunda do projeto de autoria do Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, eu acredito que, a partir da MP 1.026 – que é o mês de janeiro – houve as discussões do Governo – no nível do Governo, não meu –, discussões com o Congresso, para que aquilo acontecesse. Eu não participei. Eu acredito... Eu não o fiz. No meu nível... Claro que eu conversei com vários Deputados e Senadores, mas nós não fizemos, eu não fiz com o Ministério ações diretas nisso. Isso ficou a cargo... Ficaria a cargo não do Ministério. As ligações com o Congresso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu quero chamar atenção: o ex-Ministro está fabulando. Todas as suas ações passaram pelo crivo e aprovação prévia do Bolsonaro. Lembrem o episódio quando foi rasgado o acordo com o Butantan: ele foi desmentido ao vivo pelo Bolsonaro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a questão de ordem, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo que ele está falando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador! Senador!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ...que fez não é verdadeiro. Quem controlava ele era o Bolsonaro e seus generais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador, qual é a questão de ordem?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – É esta: está fabulando, está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, por favor!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – O Ministro é do gabinete paralelo agora!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor!

Senador Renan, pode continuar com as perguntas por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Posso, e chegaremos já a essa questão especificada pelo Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, nós não podemos fazer uma interferência dessa... Nós temos aí um dia todo para fazer perguntas. Depois, no final, nós vamos ter...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei.

Veja bem, até agora... O que nós temos aqui que observar... Até agora o Ministro Pazuello, apesar de ter um *habeas corpus* concedido, não se negou a responder a nenhuma pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nem vou me negar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom? Então, veja bem, isso é bom para o depoimento que ele está fazendo aqui. E eu não posso... As interferências... Cada um vai ter direito de falar a hora que quiser. Inclusive, eu peço aos seus assessores que estão aqui para que a gente possa ter acesso, o mais rápido possível, aos documentos que

V. Exa. encaminhou à Pfizer, porque senão nós vamos ter que chamar V. Exa. e o Presidente da Pfizer aqui para fazer uma acareação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou encaminhar os documentos que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, porque ele fez uma cronologia, o Presidente da Pfizer, e em momento algum... Ele usava o computador, inclusive, e pedia informações de duas moças que estiveram numa reunião com o Fabio Wajngarten. Falou aqui que esteve no ministério conversando com o coronel, eu não me lembro o nome do coronel...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Elcio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que o senhor entrou na sala, cumprimentou e saiu. Está certo? O senhor não participou da reunião. Conforme V. Exa. disse: "Olha, eu, como ministro, não tenho que discutir com a empresa, tem lá um...".

Então, nós estamos conduzindo bem, nós vamos chegar... Agora, tem muitas perguntas a serem feitas, será muito demorado. E eu espero que a gente possa ter essas informações. E peço aos meus colegas Senadores e Senadoras para que a gente se posicione na hora certa. Cada um vai ter o direito.

Eu também tenho muitas perguntas a fazer, até porque o meu Estado e do Senador Eduardo Braga sofreu muito. Todo mundo sabe. E o Ministro passou a vida dele praticamente toda no Estado do Amazonas. Então, nós temos muitas perguntas a fazer ao Ministro Pazuello.

Por favor, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivando, porque o Governo não propôs a aludida alteração referida aqui no projeto de autoria do Presidente Rodrigo Pacheco? Qual é a resposta, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, da parte do ministério... Na parte do ministério...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o Governo Federal. O Governo Federal inclui...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Por que o Governo Federal não fez, eu não tenho como lhe responder.

O ministério fez a proposta da MP, nós discutimos, o Governo achou que não era, não havia consenso. A partir dali, o que o Governo fez em conversas com o Congresso, eu não sei lhe responder, ponto. Não sei mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em relação ao atraso nas negociações com a Pfizer, como disse aqui o ex-Secretário de Comunicação, houve incompetência ou ineficiência da equipe do Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Na minha interpretação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conforme afirmou Fabio Wajngarten, houve incompetência ou ineficiência?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Na minha interpretação, não. E eu acho que o Secretário de Comunicação não tinha todos os dados para fazer uma análise nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 11 de fevereiro deste ano, V. Exa. compareceu a uma sessão do Senado Federal para debater a pandemia.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aqui V. Exa. disse textualmente aos Senadores, aspas: "A Pfizer, mesmo que nós aceitássemos todas as condições impostas, a quantidade que nos ofereceram desde o início foi 500 mil doses em janeiro, 500 em fevereiro e 1 milhão em março, 6 milhões no total do primeiro semestre. Senhores, nós não podíamos ficar só nisso." – fecha aspas. O Sr. Carlos Murillo, da Pfizer, nesta Comissão, desmentiu esse total de 6 milhões de doses e entregou documento atestando que a oferta sempre foi 70 milhões de doses da vacina. Pergunto: V. Exa. confirma essa informação sobre as 6 milhões de doses que deu aos Senadores?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Renan, não é verdade isso, Senador Renan. A primeira oferta veio de 30 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou falando... Estou referindo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Então esclareça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Senador Ciro, com todo o respeito, uma declaração textual do então Ministro da Saúde aqui no Senado Federal, quando ele disse que as quantidades não são as quantidades da Pfizer. Eu estou perguntando se ele confirma a declaração que deu naquela oportunidade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A declaração que eu dei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em 11 de fevereiro – 11 de fevereiro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós temos que lembrar que um depoimento a viva voz, sem documentos, às vezes, fica descontextualizado. Seis milhões, eles são o final do primeiro semestre. Dois milhões e meio são os números de 500, 500, 500 e 1 milhão. Então, você tem 8,5 milhões no primeiro semestre; 6 milhões são os últimos três meses. Então, às vezes, na hora de se posicionar lá atrás, fica atravessada a resposta, mas o que interessa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor retira a resposta porque atravessada. Retira?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Eu não estou retirando. Eu estou lhe informando que, quando eu estava falando ao Senado, pode ter passado a impressão de que são só 6 milhões no primeiro semestre. Nunca foram. Foram 8,5 milhões – 8,5 milhões – no primeiro semestre e 62,5 milhões no segundo semestre. Então, a proposta da Pfizer de 8,5 milhões, sim, começava com 500, 500 e 500, ou 500, 500 e 1.000. Então, eram números pequenos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então houve equívoco, né? Houve equívoco na citação ao Senado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pode ter havido ou pode estar descontextualizado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os documentos apresentados pela Pfizer são verdadeiros?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, são todos verdadeiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a verdade? A oferta da Pfizer foi de 70 milhões de doses, não é isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu já falei para o senhor: 8,5 milhões no primeiro semestre e 62,5. Sempre foram. A primeira foi 30, depois foi 70 – setenta – e nós fechamos em 100. Isso é uma negociação exitosa, hein! Nós fechamos em 100.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para além, para além...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Começava em quanto a oferta?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em 30.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para além do equívoco de 11 de fevereiro. Para além do equívoco de 11 de fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, só uma pergunta: a entrega começava quando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Começava a oferta com 30, depois foi para 70 e fechou em 100. É isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não. A entrega começava quando?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A primeira proposta da Pfizer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso que eu estou entendendo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... a entrega seria 1,5 milhão. Porque era diferente: a primeira proposta da Pfizer era 70 milhões também e eram 18 milhões de doses no primeiro semestre, considerando 1,5 em dezembro, só que sem data e ainda deixando bem claro na proposta dela que dependeria do desenvolvimento da vacina e aprovações da FDA e, depois, da Anvisa, e que ela não se responsabilizaria em cumprir prazos no contrato. Foi isso que ela colocou. Então, só para nós compreendermos: Pfizer, ela só aconteceu para nós no dia 23 de fevereiro, e nós contratamos na semana seguinte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Passamos agora...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ou dez dias depois – dez dias depois.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... à CoronaVac.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta pergunta também foi sugerida pelos internautas: o nível de prioridade dada pelo Governo Federal à vacinação contra a Covid-19 é assunto de grande controvérsia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... seja pela já demonstrada demora na compra de imunizantes ou pelas repetidas declarações do Presidente da República. Depois de V. Exa., em 19 de outubro de 2020, assinar e anunciar publicamente o protocolo de intenções para a compra de 46 milhões de doses da vacina CoronaVac, o Presidente da República declarou que não as compraria, ao que V. Exa. respondeu na oportunidade: "É simples assim: um manda e outro obedece". Pergunto: V. Exa. poderia descrever esse episódio em detalhes?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Começo colocando na reunião do dia 20 com todos os Governadores... Foi uma reunião muito exitosa, onde nós estávamos discutindo o nosso PNI e como nós estávamos fazendo a compra de vacinas. E, naquele momento – naquele momento –, eu tinha assinado, ainda no começo de outubro, a carta de intenções com o Butantan, que era uma carta de intenções para a compra de 46 milhões de doses, como o senhor colocou – já havia assinado. E não era um contrato, tá? Eu não poderia fazer o contrato, não tinha as disposições legais para fazer contrato ainda. Explico que essas disposições legais só chegaram naquela MP que foi promulgada para comecinho de janeiro, que o senhor colocou – se eu não me engano, 1.046; eu não tenho certeza do número.

Então, não havia condições de fazer o contrato. Então, nós vínhamos negociando com Butantan o tempo todo, toda semana tinha reuniões com Butantan, e aquela reunião, e aquele momento foi a carta de intenções. Quando nós fechamos a carta de intenções, eu coloquei isso para os Governadores.

Naquele momento, houve um vídeo gravado pelo Governador de São Paulo e esse vídeo era um vídeo com uma posição política do Governador, colocando que: "Tá vendo? Comprou. Disse que não ia comprar, que vai comprar, que não vai comprar". E isso causou uma reação na discussão.

E naquele momento eu estava com Covid – estava com Covid –, estava no segundo, no terceiro dia, e o Presidente foi me visitar. Quando ele chegou na visita, nós estávamos conversando e a discussão era aquela, que a internet estava bombando, dizendo quem manda, quem manda, quem manda em quem.

Então, na verdade, aquilo é só um jargão militar, é apenas uma posição de internet e mais nada, sentado num quarto, colocando que ele manda e o outro obedece; quem manda é ele, e eu obedeço. Aquilo é um jargão simplório, colocado para discussões de internet.

Eu coloco... Eu queria colocar uma coisa para os senhores: acreditem, nunca o Presidente da República mandou eu desfazer qualquer contrato, qualquer acordo com o Butantan – em nenhuma vez. E eu gostaria de colocar aqui uma coisa diretamente ou por documento, ou por qualquer um. Eu queria colocar aqui, queria lembrar que o Presidente da República fala como chefe de Estado, fala como chefe de Governo, fala como Comandante em Chefe das Forças Armadas, chefe da administração federal, mas fala também como agente político – ele se pronuncia como agente político. Então, quando ele se pronuncia, quando ele recebe uma posição de um agente político de São Paulo, ele se posiciona como agente político também daqui para lá. Então, eu queria dizer que a posição de agente político dele ali não interferiu em nada do que nós estávamos falando com o Butantan. Nós temos reunião com o Butantan semanalmente, idas e vindas, desde então, por novembro e dezembro, sem parar. Isso aí é a realidade e depois eu posso, de alguma forma, mostrar para os senhores o tamanho disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, de que forma, sem pretender interrompê-lo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu já terminei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de que forma o Presidente lhe comunicou dessa decisão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca comunicou nada disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da decisão de que não poderia comprar?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca falou?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca falou para que eu não comprasse um ai do Butantan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele falou publicamente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele falou publicamente; para o ministério ou para mim, nunca, até porque eu não tinha comprado nada, até porque eu não podia comprar nada. Esse é o fato, pode não agradar, mas é verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. realmente acatou ou não acatou a ordem presidencial?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele não me deu ordem para não comprar nada, Senador. Já falei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como foi formalizado o cumprimento dessa decisão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não foi formalizado porque nunca foi efetuada a ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. produziu algum documento interno do Ministério para interromper...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não foi formalizado nem foi interrompido nada no Ministério. Nunca houve a ordem. Aquilo foi apenas uma posição do agente político na internet.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a justificativa técnica dada para que a compra não fosse efetivada?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia compra, não havia contrato. Só havia o termo de intenção de compra, e foi mantido dessa maneira, dessa forma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa., em alguma oportunidade, insurgiu-se contra a ordem do Presidente ou concorda com ela?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca foi dada essa ordem, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Publicamente, foi! Foi postada e...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca foi dada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... defendida em *lives*.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou explicar para o senhor: uma postagem na internet não é uma ordem. Uma ordem é uma ordem direta verbal ou por escrito. Nunca foi dada. Nunca!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa. não tem como concordar ou não com ela porque ela nunca foi dada?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca foi dada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

V. Exa. tomou alguma medida relacionada à condução da pandemia por ordem direta do Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Passamos ao Covax Facility.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O ex-Ministro Ernesto Araújo disse aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que partiu exclusivamente do Ministério da Saúde a decisão de aderir ao consórcio Covax Facility, da Organização Mundial da Saúde, para recebimento de vacina para a Covid, com um montante de doses correspondente a somente 10% da população brasileira, quando podia ter reservado até 50%.

Pergunto: por que o Ministério optou pela compra de doses apenas para 10% da população, recusando os outros 40%?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, a negociação com a Covax Facility começou muito, muito nebulosa – vou usar um termo aqui. Não havia bases, o preço inicial era de US\$40 a vacina. E assim começou a discussão. Não havia garantia de fornecimento. Então, naquele momento, o que nós nos preocupamos era que nós assumíssemos um grau de recursos altíssimo sem uma garantia de entrega efetiva do laboratório. A Covax Facility não nos dava nem data, nem cronograma, nem garantia de entrega. Era um consórcio que, dependendo do desenvolvimento, fazia a entrega. Quarenta e dois milhões de doses para nós daquela forma era o máximo que eu poderia fazer, pelo risco que estava imposto ali dentro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então – só para concluir, por favor –, estar presente no consórcio era o mais importante, inicialmente com 42 milhões, podendo, se houvesse uma aceleração de entrega, nós poderíamos ter a opção de comprar mais. Não havia nenhuma imposição disso. Então, eu relembro: no primeiro momento, o risco era muito grande, mas, no segundo momento, eu tinha a oportunidade de comprar, se o volume vencesse.

Para o senhor compreender, os tamanhos dos 190... São 190 países. Eles iriam atendendo os 190 países. Na nossa visualização, nós não iríamos chegar nem aos 10% neste ano, em 2021. Como nós estamos observando, há dificuldade de entrega. Então, bate exatamente com a nossa análise.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Continuando, o senhor se referiu o preço da Covax e da Pfizer, e reclamou dos preços. O senhor acha que o preço era um detalhe tão importante diante da iminência de imunizar a população brasileira?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, quem responde aos órgãos de controle não pode achar que o preço é irrelevante; ele tem que ser justo e tem que ser plenamente comprovado. Eu não posso aceitar uma proposta simplesmente de US\$40 uma dose, enquanto a outra vende a 3,75. Eu não posso simplesmente olhar...

Para o senhor ter uma ideia, de 40, caiu para dez, no Covax Facility, durante as negociações. Só para o senhor ter uma ideia, de 40, caiu para dez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente. A pergunta não foi respondida ainda: por que optou pelos 10 e não, pelos 50?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu optei pelos 10 pela simples razão de que não havia firmeza, estabilidade no processo para nós apostarmos tantos recursos e que era aberto às negociações bilaterais com os laboratórios, como nós estávamos fazendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que documento foi formalizada essa opção?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Documento junto ao Covax Facility. Está lá, no ministério. Tem que solicitar lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a unidade técnica e quem foram os técnicos responsáveis por essa orientação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi discutido no nível da Secretaria Executiva do COE e de todos os secretários, como era feito normalmente – todos. Eram discussões abertas. É assim que funciona o ministério, que funcionava o ministério: com o COE, com o COE e reunião com os secretários o tempo todo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A empresa Precisa Medicamentos intermediou a venda ao Brasil...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Da Bharat Biotech.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da vacina indiana Covaxin, produzida pela Bharat Biotech...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... num montante de 1,6 bilhão, mesmo não fazendo parte da produção nem da cadeia de distribuição desta vacina. A Covaxin foi rejeitada pela Anvisa.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pergunto: algum representante da empresa frequentava o ministério em sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza. A empresa Precisa foi em várias reuniões porque ela era representante legal da fábrica Bharat Biotech indiana, e soube que a empresa foi pessoalmente à Índia, mais de uma vez, tratar dos negócios com a Bharat Biotech. Para nós, ficou mostrado, de forma jurídica, que a empresa era a representante oficial da Bharat Biotech, sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. tem relações pessoais com alguém da empresa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não os conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. tem conhecimento do histórico de inadimplência dessa empresa em contratos com o Governo Federal, notadamente com o Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não tenho nenhum conhecimento desse assunto. Nunca me foi trazido nada do gênero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que explica a necessidade de intermediação da empresa Precisa Medicamentos para a compra da Covaxin? Por que o ministério não tratou diretamente com o laboratório indiano?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que, se não houver uma empresa representante no Brasil, não tem como fazer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É uma pergunta muito boa para a gente questionar o pessoal do consórcio, que está tratando com União também. Só um comentário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sei a que V. Exa. está referindo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Dessa vacina russa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, então, voltando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A da Sputnik.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Era a indiana.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não, tudo bem. Desculpe, indiana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando V. Exa. não estava aqui, nós agradecemos ao Estado do Piauí pelo acolhimento do povo amazonense na pandemia. Então, V. Exa. sempre contribui muito, e o seu Estado contribuiu muito com o nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ainda bem que o senhor reconhece.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu reconheço isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é a seguinte: por que a intermediação da empresa Precisa, como atravessadora, já que não produz nem distribui? E por que o ministério não tratou diretamente com o laboratório indiano?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou explicar para deixar claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Para que haja a interlocução com a Anvisa para pedir autorização de uso emergencial ou registro, é necessária uma empresa, uma posição nacional. A Anvisa não recebe de uma posição externa pura; tem que ter uma representante. Então, pelo que eu sei, ela é uma representante oficial da empresa e, nesse aspecto, é ela que negocia. Agora, isso não impede que a gente discuta preços ou, então, tenha outros acessos a qualquer outro lugar. Agora, a empresa que apresentou a proposta da Bharat BioNTech foi a Precisa, e é com ela que nós negociamos – foi com ela que nós negociamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual é o motivo pelo qual o ministério não tratou com o laboratório indiano? Foi a pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que nós tínhamos a ligação já com o seu representante.

O contato com os laboratórios, por exemplo, o Serum ou o laboratório da Bharat BioNTech, não é simples e direto. É sempre com um representante. Por exemplo, eu não trato com o Butantan; eu trato com a Fundação Butantan, que é a representante dele.

Então, para o senhor ter uma ideia, sempre tem um instrumento, um CNPJ específico que faz a parte de formalização do negócio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda no vídeo gravado ao lado do novo Ministro Queiroga, V. Exa. declarou o seguinte sobre a pandemia – aspas –: "A pandemia mudou. Ao final do ano, nós tínhamos uma perspectiva diferente, em outubro ou novembro. A perspectiva nossa era que as curvas caminhassem no Norte, subissem um pouco".

Pergunto: V. Exa. recebeu algum estudo ou orientação técnica no sentido de que a desaceleração da pandemia, a partir do quarto trimestre de 2020, justificaria o abrandamento de medidas de controle da transmissão da doença no Brasil?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, isso daí eram discussões das semanas, dos boletins epidemiológicos que são feitos pelo nosso sistema de controle de vigilância em saúde. Nós temos "radares" no Brasil inteiro, digamos assim, que pegam os dados. São os nossos relatórios, os boletins epidemiológicos. É uma análise. E nós temos o controle das curvas que são feitas em cima do nosso Localiza SUS, com nossos BIs de casos, óbitos e contaminação etc. É em cima dessa análise e de discussões com os técnicos que você observa que, no segundo semestre, há uma estabilidade, e essa estabilidade é rompida inicialmente ali, de forma abrupta, em Manaus.

Então, é claro que, naquelas observações do segundo semestre, você poderia inferir que a pandemia vinha num grau de controle, e, com a chegada das vacinas no começo de 2021, nós iríamos estabilizar as curvas de contágio e óbitos. Era essa uma perspectiva comum no final do segundo semestre de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, o Ministério da Saúde tomou alguma medida em função da informação de que a pandemia estava arrefecendo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde atribuiu a queda no número de casos a uma possível imunidade de rebanho adquirida pela população em razão dos altos níveis de infecção pelo novo coronavírus?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, porque o Ministério da Saúde não compreende dessa forma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o Ministério da Saúde se preparou para uma segunda onda de infecções que há muito tempo vinha sendo alertada por cientistas e técnicos da OMS e já estava ocorrendo em vários países, notadamente na Europa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, a primeira coisa, coloco ao senhor, que a gente vem... É a parte de informação, acompanhamento e informação, e distribuição de recursos e meios para todos os Estados. No final do ano, nós fizemos a distribuição de todos os recursos que não tinham sido aplicados em programas e projetos para aplicar no combate à Covid. No último dia do ano, nós priorizamos todos os Municípios sede das regiões de saúde com a finalidade clara de se preparar para a Covid e se preparar para uma possível segunda onda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Ministério da Saúde não colocou no Projeto de Lei Orçamentária Anual, no orçamento específico, recursos para o combate da pandemia em 2021?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão que no momento que a gente envia a documentação para a LOA, era o contrário. Nós tínhamos uma previsão de ainda perder recursos para 2021, pelos cortes que estavam sendo feitos nos ministérios. E a nossa previsão de leis para prever recursos era até 31 de dezembro e que em 2021, se houvesse necessidade, teria que se ter novamente créditos extraorçamentários. Não havia... Como nós tínhamos o instrumento de crédito orçamentário, que foi usado normalmente em 2020, nós consideramos que em 2021, caso fossem necessários mais recursos, viriam por medidas provisórias, créditos extraorçamentários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O ex-Ministro Mandetta tinha por hábito fazer entrevistas coletivas diárias e disse nesta Comissão que recebeu a orientação do Presidente da República para diminuir o número de entrevistas, mesmo sem uma proposta alternativa de comunicação. Pergunto: V. Exa. recebeu orientação no mesmo sentido do Presidente ou de outra autoridade, ou de algum especialista na área de comunicação? Quem?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quando eu cheguei no ministério, nós estávamos vivendo uma – ainda como Secretário-Executivo –, nós estávamos vivendo ali a perda do contrato da empresa que nós tínhamos, que era a FSB. A empresa já tinha... O contrato dela estava se expirando, e não havia como mantê-lo. Então, além de tudo, nós tivemos uma dificuldade grande com a parte de apoio em comunicação, porque foi perdido o *timing* de fazer, digamos, dar continuidade correta ao processo para ter uma empresa de comunicação. Tínhamos que tratar com reconhecimento de dívida e por aí vai. Então, não havia lá, quando nós chegamos e depois, como ministro, não havia uma estrutura de comunicação, nenhuma, nem a própria empresa estava mais em condição de continuar no contrato. Nós tínhamos que abrir os processos licitatórios e trabalhar com uma nova organização de cargos para ter uma estrutura de comunicação. Isso eu aprofundo depois, mas eu vou ser objetivo na resposta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, respeitosamente, eu queria objetivar...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É isso que eu vou dizer; eu vou ser objetivo na resposta e lhe dizer: não, o Presidente não me deu orientação para fazer de um jeito ou de outro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma outra autoridade?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nenhuma autoridade me deu orientação para fazer de um jeito ou de outro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou algum especialista na área de comunicação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, com que frequência, o senhor deu entrevistas coletivas durante sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu dei entrevistas coletivas... Nas coletivas técnicas, eu decidi colocar a área técnica, que eram os secretários, o Secretário-Executivo e os seus secretários finalísticos. E, todas as vezes em que havia uma posição acima da discussão técnica que merecia estar o ministro, eu estava lá. Então, fiz coletivas, fiz entrevistas. Eu posso lhe dar aqui números, lhe passar números exatos; eu tenho essas relações; consultar e falar números exatos. Mas fiz entrevistas, fiz coletivas, fiz *lives* em "n" situações. Para o senhor ter uma ideia...

O senhor quer que eu aprofunde um pouquinho esse assunto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu queria precisamente quantas entrevistas o senhor deu, se o senhor tem esses registros.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, eu vou ter que... Eu tenho os registros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já que V. Exa. não foi orientado a reduzir o número de entrevistas, como os dois ministros anteriores, quantas entrevistas o senhor deu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou mandar levantar o número exato. Eu não levantei o número de entrevistas coletivas; eu tenho só números macro, números macro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu posso levantar para o senhor, tá bom?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E faço chegar às suas mãos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... os números exatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Conforme relatório do Tribunal de Contas da União, de um orçamento de aproximadamente R\$83 milhões em campanhas publicitárias de divulgação das ações de enfrentamento à pandemia, a maior parte das peças publicitárias foi direcionada às ações do Governo para preservação do emprego e da renda da população, em detrimento das campanhas do Ministério da Saúde. Isso sugere uma prioridade dada aos aspectos econômicos, repito, sobre os sanitários. O ex-Secretário Wajngarten colocou sobre o Ministério da Saúde a responsabilidade sobre a definição das campanhas do Governo Federal sobre a pandemia, aqui nesta Comissão.

Eu pergunto: qual era a unidade responsável por planejar as campanhas de saúde relacionadas ao combate da Covid-19, durante o período em que V. Exa. esteve à frente do ministério? E quem foram seus titulares?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem.

A primeira ideia aqui, a resposta é: o Sr. Fabio Wajngarten era da Secom. Houve a diretriz de centralizar na Secom as linhas de publicidade que iam ser feitas. Então, praticamente todas as nossas ações tinham que passar pela Secom, era um caminho normal. E eu trouxe aqui, para o senhor ter uma ideia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve a diretriz de centralizar na Secom?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim. Essa já é a diretriz da Secom. A Secom faz a centralização das pautas para que haja, para que... Isso aí até é como se... Está na própria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele disse o contrário aqui na CPI, ele disse que coube ao Ministério da Saúde fazer tudo de publicidade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, sempre cabe ao Ministério da Saúde propor as campanhas, até porque os recursos foram descentralizados para a Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, o caminho, claro, parte de nós; nós temos que propor. Para o senhor ter uma ideia, foram 11 campanhas publicitárias, uma por mês. Eu tenho todas elas aqui. Também está disponibilizado para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós tivemos, para o senhor ter uma noção – o senhor perguntou sobre coletivas –, nós tivemos 42 coletivas, 42 coletivas, em média duas por semana, e as coletivas tiveram, em média, de 40 minutos a 1 hora e 20 de duração. Então, são as coletivas técnicas. E, dentre elas, algumas eu desci para poder complementar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi: quem era o responsável no Ministério da Saúde...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Era a assessoria de comunicação, que estava vaga. E eu iniciei com uma das pessoas que foi me apresentada no ministério e que estava disponível para trabalhar, que era o Sr. Marcelo. Fiquei um mês com ele, 20 dias. Dali eu passei para a Sra. Simone, que é uma senhora da área de comunicação, especificamente da jornalística. E, no final, eu saí da Sra. Simone e a coloquei para fazer análise de mídia, e contratei o Sr. Marcos, que era um especialista em *marketing* e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Marcos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Marcos, que é o Markinhos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É, que virou Markinho Show.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Marcos Show...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Markinhos é um especialista em *marketing*, ele é uma... Ele tem essa especialidade. E, quando a gente fala de campanha – as campanhas publicitárias –, elas estão ligadas ao *marketing*, estão ligadas à ação. Então, eu achei que o currículo dele seria interessante nós termos. E eu o conheci lá quando eu fui na intervenção em Roraima. Ele trabalhava com o Governador na parte de comunicação, era o Secom de Roraima.

Então, essas três pessoas trabalharam comigo; basicamente a segunda e a terceira. A primeira ficou muito pouco tempo e eu não vi os resultados que eu achei que tinha que ter. E parti para a Simone e para o Markinho.

São essas pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. participava da tomada de decisões ou, de algum modo, opinava sobre os pontos que deveriam ser enfatizados na campanha? Nas campanhas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza. As campanhas, elas... As campanhas têm o rito e as campanhas têm empresas que têm concorrência. São apresentadas para a análise e eu opino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que pessoas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu e os secretários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que pessoas de fora do Ministério da Saúde influenciavam no conteúdo e na forma como as campanhas deveriam ocorrer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – De fora do ministério, ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A própria Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... acabou de dizer que tinha um que não era...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, escuta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... nomeado... Estava vago o cargo de secretário.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpa, eu não entendi a sua pergunta, então. O senhor podia repetir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que pessoas de fora do Ministério da Saúde influenciavam no conteúdo e na forma como as campanhas deveriam ocorrer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Apenas a Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas Secom estava vaga. As pessoas trabalhavam...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, a Secom... Desculpe, eu vou repetir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... informalmente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Secom é do Governo Federal. No ministério, a assessoria de comunicação estava vaga e a empresa contratada estava com o contrato sendo rompido, que era a parte prática. Então, eu precisei estruturar a assessoria de comunicação. Criei... Transferi cargos para lá e contratei a primeira pessoa, a primeira tentativa, que foi o Sr. Marcelo, que passou em torno de 25 dias conosco. E, na sequência, contratei a Sra. Simone. Então, repito, externamente ninguém me dava, nem me sugeria, nem me assessorava em nada. Era com a equipe que eu tinha ali.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, eu estou... O Senador Eduardo está reclamando aí: objetividade nas respostas.

A Secom ou o Presidente da República opinavam sobre o assunto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A Secom, sim; o Presidente da República, nenhuma vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Sr. Tercio Arnaud Tomaz, apontado como líder do chamado "gabinete do ódio" do Presidente da República, chegou a influenciar, a produzir ou

a indicar os veículos que deveriam divulgar as campanhas publicitárias produzidas durante a sua gestão à frente do ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não conheço o Sr. Tercio, não sei quem é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As pessoas responsáveis por esse tipo de propaganda eram especialistas na área de saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. saberia dizer por que, nas peças de campanha de combate à Covid-19 referentes ao ano de 2020 que estão no sítio do Ministério da Saúde na internet, não se fala em distanciamento social?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Porque as ações de distanciamento... Não, distanciamento social, eu acho que falava, podia não falar de medidas restritivas de Estado. Agora, manter as preventivas, eu acho que todas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, distanciamento social. As propagandas não tratam disso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe, eu... Não havia orientação para não estar lá. Não havia isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a responsabilidade é de quem? Do ministério ou da Secom?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não havia ordem para não estar nada sobre distanciamento social. Se a campanha não entrava nesse ou naquele detalhe, isso é uma questão de campanha, não de ordem.

Por exemplo, só para o senhor ter uma ideia, eu vou só listar aqui as campanhas: medidas de prevenção, informações e sintomas, protocolos e orientações, convocação dos estudantes, TeleSUS, ações de combate à pandemia, orientações à saúde, medidas de prevenção – de novo –, informações regionalizadas, retomada segura, cartilha digital da criança, cuidado precoce, protocolo de turismo, esclarecimento da vacinação. Então, são campanhas enormes e mensais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, uma adequada estratégia de testagem é apontada como medida essencial de combate à pandemia. Países considerados bem-sucedidos no combate ao coronavírus realizaram a testagem em massa como forma de conter a cadeia de transmissão do vírus.

Pergunto: o Ministério da Saúde tinha um planejamento nacional para testagem em massa da população brasileira?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha, com certeza? Então, por favor, se puder apresentá-lo. É uma pergunta objetiva. Se tinha, por favor, pode apresentá-lo à Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, será encaminhada. A nossa estratégia chama-se Diagnosticar para Cuidar. Ela foi implementada... Começou-se o trabalho dela ainda na minha gestão de secretário executivo e foi concluída com a chegada do Secretário Arnaldo. Ela foi a base, essa estratégia foi a base de tudo que nós fizemos de testagem. E eu posso falar aqui ideias que são enormes, por exemplo...

Bem, desculpe, não, eu vou ser direto, está respondido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Eu queria, mais uma vez, pedir desculpas porque eu tenho me alongado aqui em função do alongamento consequente das respostas.

Em sua gestão, Ministro, foi retirada do Plano Nacional de Contingência a atribuição do Ministério da Saúde de garantir os insumos para diagnóstico da infecção humana pelo novo coronavírus, sendo alterada, Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Ministro, para subsidiar a rede laboratorial quanto aos insumos para diagnóstico da infecção por SARS-CoV-2 e outros vírus respiratórios. Qual é, objetivamente, a justificativa dessa mudança?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, essa explicação bate para várias...

Com licença, só um minuto. *(Pausa.)*

Essa justificativa tem a ver com uma posição do SUS, onde nos planejamentos ou nas ações do Ministério, a gente não pode entrar, interferir nas ações dos Estados e Municípios. Então, talvez seja um cuidado excessivo, mas a gente tem

esse cuidado. Uma coisa é a gente cooperar, coordenar, apoiar, entregar, fazer chegar, fazer a ação; outra coisa é a gente usurpar responsabilidades, entrar dentro do Estado ou Município ou dizer que nós vamos fazer isso ou vamos fazer aquilo. Então, a única intenção de alterações em relação a esse assunto é nos colocar dentro da legalidade, dentro da forma correta que o SUS preconiza. Então, diferente de estar nos colocando apenas como planejamento e já entrar dentro da lógica dos entes ou dos Municípios, nós agimos em cima de ações para resolver o problema em apoio e coordenação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa que foi a fundamental diferença no Plano Nacional de Contingência.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi exatamente isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi substituída, para quem não está acompanhando, a expressão "garantir os insumos para o diagnóstico da infecção humana pelo coronavírus" – fecha aspas – por "subsidiar rede laboratorial quanto aos insumos para diagnóstico da infecção". Quer dizer, uma mudança radical e desnecessária.

Então, objetivando, qual é a justificativa da mudança?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A mudança foi o que eu já acabei de colocar. Eu posso repetir se o senhor quiser.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a justificativa, apenas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A justificativa é: não podemos entrar dentro das ações dos Estados e Municípios. Nós podemos apoiar, subsidiar, entregar, fazer recursos, mas não agir dentro, nós entrarmos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, garantir o fornecimento de insumos para a testagem deixou de ser importante para o combate à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É importantíssimo, e foi feito. É importante e foi feito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa modificação do normativo anterior teve por objetivo driblar a decisão do Tribunal de Contas da União, que exigiu a execução de uma política de testagem que desse cumprimento ao plano nacional elaborado pelo próprio Ministério – o acórdão do Tribunal de Contas nº 2.817, de 2020. É isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Não é o objetivo driblar nada. Como o senhor acabou de colocar, nós tínhamos um plano. O senhor acabou de colocar aí. Inclusive, resolve o problema da dúvida se havia um plano. Então, o plano era nosso e, dentro do plano, nós fizemos tudo que tínhamos que fazer para haver as testagens. Se o senhor quiser, eu posso alongar; se não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois do descumprimento verificado pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em hipótese alguma. Nós fizemos a execução desde abril, desde maio. Desde maio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está no acórdão.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós saímos de 1.150...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está no acórdão nº 2.817.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é uma posição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre medicamentos estratégicos para a pandemia, o mesmo subterfúgio descrito na pergunta anterior foi utilizado pelo Ministério da Saúde para os medicamentos de intubação em UTI.

O relatório de fiscalização do TCU concluiu que o controle e o monitoramento do ministério para os medicamentos de intubação em UTI, aspas, "foram ineficazes", diz o TCU, "por falta de controle em tempo real e de sistema apropriado", diz o TCU, e continua: "e principalmente por desconsiderarem o agravamento da crise, as condições sanitárias do País e as reais necessidades das secretarias de saúde".

Pergunto objetivamente: por que, mesmo diante da possibilidade de recrudescimento da epidemia, foi retirada do Ministério da Saúde a atribuição de garantir o fornecimento de medicamentos estratégicos para o combate à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O termo não é garantir, o que foi retirado não é garantir... O que foi alterado, e não retirado, é a forma como o ministério se relaciona...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu já falei sobre isso. Só para aclarar: é a substituição de garantir os insumos para subsidiar a rede laboratorial.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É, mas o senhor está falando agora de um outro assunto, que é IOT. O senhor já podia ver como é que foi colocado? Desculpe. Só para lembrar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou lembrando lá atrás o que ensejou a pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu sei, mas é que mudou. Nós estávamos falando sobre testagem, agora é sobre IOT.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa modificação do normativo depois da decisão do Tribunal de Contas da União, que exigiu a execução de uma política de testagem, teve o objetivo de driblar esse acórdão do Tribunal de Contas? É essa a pergunta objetiva. Sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não foi para driblar nada do Tribunal de Contas. Foi para ajustar as ações do ministério, responsabilidade de Estado e de Município. Com relação à capacidade de monitorar estoques em Municípios e Estados – estoques –, nós precisaríamos de um sistema realmente muito grande. Então, o que nós achamos que deveria ser feito era atender demandas que fossem necessárias. Se houvesse a necessidade, nós agiríamos. Foi o que foi feito. E quando houve instabilidade do mercado, nós agimos também, de uma forma clara. Eu tenho todos os dados aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em outra pergunta, posso aprofundar. A resposta é não, não foi para driblar o TCU, até porque o TCU está sendo ainda... Essa discussão ainda está em julgamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, o mesmo subterfúgio – ou seja, retiraram de novo o "garantir" – descrito na pergunta anterior foi utilizado pelo Ministério da Saúde para os medicamentos de intubação da UTI. O relatório de fiscalização do TCU, também nessa questão, concluiu que o controle e o monitoramento do ministério para os medicamentos de intubação em UTI foram ineficazes por falta de controle em tempo real e de sistema apropriado e principalmente por desconsiderarem o agravamento da crise, as condições sanitárias do País e as reais necessidade das secretarias. Novamente foi substituído no plano a palavra "garantir" por "subsidiar", depois da decisão do Tribunal de Contas. Por que, mesmo diante da possibilidade de recrudescimento da pandemia, foi retirada do Ministério da Saúde a atribuição de garantir o fornecimento de medicamentos estratégicos para o combate à Covid?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Porque nós compreendemos ali no planejamento os níveis de responsabilidade diferentes, e nas ações nós garantimos com ações, e não com o planejamento. Nós fizemos toda a manobra no momento em que a situação se apresentou, toda, sem exceção, até entregar – não só garantir, entregar – até a ponta da linha, remanejar, licitações nacionais, coisas que vão muito além do que a missão básica do ministério.

A resposta não é para driblar nada, é apenas a posição legal que nós achamos que deveria ser tomada, a forma de planejamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acabo de receber *on-line* uma informação do Tribunal de Contas afirmando que a Corte nunca deu parecer...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu recebi também aqui. É da AGU e da Conjur...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... contrário à compra de vacinas. E V. Sa. admitiu lá...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu reformulo aqui que eu me enganei, era CGU e AGU, eu peço desculpas. Eu confundi CGU com o TCU, eu peço desculpas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan, permita-me, porque nós estamos aqui há três horas e meia tentando contribuir. Da mesma forma que o General, aliás, o Ministro Pazuello equivocou-se sobre o Tribunal de Contas, me parece que também sobre a CGU e a AGU. Eu tenho aqui a decisão da CGU e da AGU, onde, no da AGU, da Advocacia-Geral da União, no inciso IV, diz: "Parecer no sentido de entender não haver óbices jurídicos intransponíveis à assinatura dos contratos de aquisição de doses de vacinas".

Isso é a AGU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uhum.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – E aqui a CGU, que diz no seu último parágrafo: "Nesse contexto, considerando riscos da saúde pública ora vivenciados em território nacional, bem como a necessidade de se ampliar os meios de combate à pandemia, com o desenvolvimento de medidas para expandir a oferta e a abrangência das campanhas de vacinação no Brasil, entende-se que as assinaturas dos contratos se demonstram viáveis, especialmente se as medidas mitigatórias e preventivas recomendadas forem aplicadas, com vistas a diminuir o impacto".

Portanto, apenas para deixar claro que tanto a AGU como CGU e o Tribunal de Contas, Ministro Pazuello, não decidiram contra a assinatura dos contratos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, talvez eu esteja falando de pareceres diferentes. Eu tenho aqui o parecer e eu vou ler aqui, se o senhor permitir, o item IV do Parecer 0018, e ele fala: "no sentido de entender não haver óbices jurídicos intransponíveis à assinatura de aquisição da Pfizer e Janssen, necessitando, contudo, a edição de autorização legislativa para a assunção de obrigações previstas em cláusulas e disposições contratuais que não têm previsão legal e necessitem dela ou que destoaem..."

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Era exatamente o 0018...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, mas eu estou... É que o senhor não leu até o final...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não? (*Risos.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... a cláusula.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Enfim, apenas para deixar claro que, lamentavelmente, é sempre um equívoco.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe, eu estou lendo. Não, o senhor não leu até o final a cláusula. Eu vou ler aqui. "Parecer no sentido de entender não haver óbices jurídicos intransponíveis..." Eu posso concluir aqui?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não há óbices.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Mas olhe a complementação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ..."desde que..."

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – ... intransponível, que pode ser resolvido com a solução legislativa, é isso que ele está falando.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, o senhor pode permitir que eu leia até o final?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito obrigado.

"Parecer no sentido de entender não haver óbices jurídicos intransponíveis à assinatura dos contratos de aquisição das doses da Pfizer e da Janssen, necessitando, contudo [necessitando, contudo], a edição de autorização legislativa para a assunção de obrigações previstas em cláusulas e disposições contratuais que não têm previsão legal.". Desculpe.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Novamente, Ministro: lamentavelmente, não há óbices intransponíveis...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desde que haja...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... e a própria CGU reconhece, inclusive, que o PL 534, de 2021, resolvia o problema e que não houve iniciativa para resolver. Enquanto isso, brasileiros morriam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde tinha em seu estoque, em dezembro do ano passado, mais de 7 milhões de testes fornecidos pela Opas, com prazo de validade até dezembro de 2020 ou janeiro de 2021. A Anvisa autorizou a prorrogação do prazo de validade desses testes – e isso foi

confirmado por seu presidente quando aqui esteve – por mais quatro meses. O TCU recentemente determinou a destinação imediata desses testes dado o risco de serem perdidos.

Esses testes foram adquiridos na sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, foram adquiridos na gestão anterior, mas eu, salvo aqui dados que eu realmente... Só para lembrá-los: já estou fora do ministério há 45, 50 dias. Não temos nenhum teste perdido, não foi perdido nenhum teste, zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que foi feito, então, na sua gestão para evitar a perda dos testes já adquiridos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós aumentamos a capacidade de processamento do País: de 1.100/dia para 66.000/dia. Nós atualizamos todos os Lacen e criamos quatro plataformas de testagem nacionais. Tudo isso para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou perguntando...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... que nós chegássemos aos números, e não há testes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou perguntando especificamente com relação a esses testes...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Os testes foram distribuídos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que eles não foram distribuídos em tempo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Já foram distribuídos e usados!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, no tempo devido, de validade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixe eu explicar para o senhor. A validade foi uma validade emergencial feita pela Anvisa e foi revista naturalmente. Fazia parte do processo aumentar a validade, até porque a testagem é por demanda, nós não enfiamos testes por Estados e Municípios. Ele começa na demanda do Estado ou do Município, e a gente fornece. E, sim, a campanha de testagem é muito forte, e todos os testes foram utilizados. A única quantidade de testes que não foi utilizada foi a dos testes que o INQS, Instituto Nacional de Qualidade, separou. Ele separou um lote e a fábrica está devolvendo esse lote. A fábrica está fazendo a devolução de um lote que o INQS considerou que a fábrica deveria fornecer novamente, um lote de 1 milhão e pouco de testes, que já é coisa antiga. Agora, testes com validade perdida ou que não cumpriu, na minha informação, é zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O TCU recomendou que o Ministério da Saúde elaborasse orientações sobre a forma de utilização de recursos repassados a Estados e Municípios, considerando a realidade de cada local, especialmente onde houvesse pouca incidência da Covid.

Perguntas objetivas, Ministro: essas orientações foram elaboradas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Todas as portarias do ministério para recursos saem com finalidades e orientações claras. Nenhum recurso sai sem que tenha a sua finalidade e orientação claras, todas elas, sem exceção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas são orientações ou regras específicas nos convênios?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim. Para tudo, para Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou são orientações que foram elaboradas pelo ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Elaboradas pelo ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Caso positivo, como os Estados e Municípios deveriam aplicar os recursos federais para o enfrentamento da pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, eles tinham liberdade para aplicar em custeio e alguns casos em investimento, mas era específico ali se era para um programa. Cada recurso tem uma finalidade. Então, resumindo, havia critérios para tudo, mas a liberdade de aplicação era dos Estados e Municípios. Havia critério para tudo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não havia as orientações?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As orientações vão nas portarias. Cada portaria tem as orientações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No vídeo de sua despedida do ministério, V. Exa. declarou o seguinte, aspas: "Nós distribuímos, numa pequena porrada, quase R\$14 bilhões por critérios técnicos..."

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para atender a Municípios que estavam sendo impactados".

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cinco mil, quinhentos e setenta Municípios. Que critérios foram esses?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou lhe passar agora pessoalmente. Estou só pegando aqui na minha pasta. Recursos, por favor. *(Pausa.)*

Só um minuto, porque estou pegando a pasta, por favor. *(Pausa.)*

Recursos. Está aqui embaixo. Procure aí embaixo. *(Pausa.)*

Bem, enquanto eles começam aqui, eu vou lembrar.

Nós pegamos os critérios de PAB e MAC, executados em 2019, nós pegamos a parte populacional dos Municípios, priorizando os Municípios de menor população, e nós fizemos também um percentual em cima da incidência daquele Município. Município que estava com uma grande incidência recebeu mais que Município que estava com uma baixa incidência. Então, esses critérios são os critérios macro.

Enquanto a minha equipe aqui está encontrando a pasta para eu ler todos os critérios, a base dos critérios foi esta: foi PAB e MAC 2019, o critério populacional e a incidência da Covid naquele Município.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual fundamento para definição desses critérios?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Esses fundamentos estão discutidos... Nós fizemos uma.. Criamos uma força-tarefa para avaliar critérios. Foi uma primeira coisa que nós fizemos ainda em abril. E essa força-tarefa fez a avaliação de critérios para emprego de recursos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor se recorda quem participava dessa força-tarefa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – São vários integrantes do ministério. Não me recordo de cabeça, tenho que levantar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se pudesse informar depois, seria muito bom, viu, Ministro?

V. Sa. solicitou ao Denasus que auditasse os valores enviados a Estados e Municípios. Que informações foram produzidas nessa linha?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não tenho essa resposta exata sobre esse tipo de auditoria, a conclusão da auditoria, mas, quando a gente faz transferências bilionárias pelo fundo a fundo e a gente tem nesse caminho... A gente não tem como observar a aplicação dos recursos, porque são sistemas distintos. A gente está tentando ter um sistema que possa acompanhar o recurso, fazer o *follow the money*. Esse *follow the money*, ele não tinha... Ele só seria simples de ser avaliado se nós tivéssemos todo recurso da saúde dentro do Siafi, por exemplo, mas cada Estado usa o seu próprio sistema de gestão e recursos, e eles não se falam. Então, a gente não consegue acompanhar a execução efetiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é... A pergunta, Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu não tenho a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. determinou que o Denasus fizesse...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim. Criasse um sistema para que a gente pudesse acompanhar o emprego dos recursos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E auditasse os valores enviados?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Acompanhar o emprego dos recursos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Foi identificado algum caso de mau uso de verba federal?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Que eu tenha conhecimento, não. Que eu tenha conhecimento, não. E o termo não é mau uso: o termo é o uso, e o uso dentro da finalidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu perguntei exatamente mau uso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Mau uso, não. Mas não era esse o objetivo. O objetivo é acompanhar os recursos até a ponta da linha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em junho de 2020, o Tribunal de Contas da União determinou que o Ministério da Saúde elaborasse instrumento legal para regular o funcionamento do Gabinete de Crise - Covid-19, de forma que os diversos atores envolvidos no âmbito do Ministério da Saúde tivessem suas funções definidas e pudessem trabalhar de forma coordenada e colaborativa, buscando proteger vidas de maneira eficiente, racional e ao menor custo para a administração pública. O normativo somente foi instituído em novembro de 2020.

Considerando a urgência da situação, qual a justificativa para a demora na formulação do documento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Gabinete de Crise já funcionava e continuou funcionando naturalmente. Todas as... Todas as semanas tinha reunião no gabinete de crise. Talvez a resposta ao documento em si tenha demorado, não a própria execução. Gabinete de Crise era regulamentar nosso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou perguntando é...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O documento, a resposta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O normativo somente foi instituído em novembro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A resposta é...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a resposta para isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A resposta do documento ao órgão pode ter sido demorada, mas o Gabinete de Crise funcionava dentro dessas normas o tempo todo. A resposta pode ter sido demorada. Não há uma justificativa para o atraso. Houve atraso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde adquiriu máscaras KN95, chinesas. Algumas dessas máscaras tinham o termo *non-medical*, ou "não para uso médico" em sua embalagem. Outras foram proibidas pela Anvisa após a FDA americana detectar a falta de eficiência na filtragem. Ainda assim, essas máscaras foram distribuídas aos Estados, e o Ministério da Saúde recusou-se a substituí-las quando alertado da desconformidade com as indicações do fabricante. Em seu depoimento a esta CPI, o Presidente da Anvisa afirmou que as máscaras eram impróprias para o uso de profissionais de saúde, mas podiam ser utilizadas em outras situações. V. Exa. confirma esse fato?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Confirmo que nós compramos as máscaras e foram distribuídas. Quanto à análise da Anvisa, ela, para mim, é clara, está respondida. Talvez as máscaras não tivessem, algumas máscaras não tivessem o selo para usar numa UTI, mas poderiam ser utilizadas em vários outros momentos que a pandemia necessitava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa. confirma o fato?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu vou dizer para o senhor uma coisa: sim, eu sei que houve discussões do gênero, porque isso é uma etapa da parte logística nossa e da parte contratual, mas eu não intervim para não distribuir; não, eu não intervim para não distribuir. Soube que havia as discussões e que poderia ser distribuída independentemente daquela posição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta seguinte é: o Ministério da Saúde recolheu e substituiu essas máscaras após a decisão da Anvisa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que a decisão da Anvisa foi clara de que a máscara poderia servir para diversas atividades, não apenas a parte médica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas elas tinham sido distribuídas para os profissionais de saúde. Houve recolhimento dessas máscaras?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não sei lhe responder. Vou questionar e lhe passo. Não tenho certeza se houve recolhimento ou não houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem qual foi a destinação final?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não sei lhe responder exatamente. Eu posso aprofundar. Vou tentar aprofundar ainda para hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, há outra pergunta sobre o mesmo assunto.

O Ministério da Saúde agiu para que a Anvisa aprovasse o uso dessas máscaras?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em hipótese alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em janeiro de 2021, uma verdadeira tragédia sanitária abateu-se sobre o Estado do Amazonas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com a falta de oxigênio hospitalar para os pacientes. Em um momento de pico do número de casos e mortes por Covid naquele Estado, foi noticiado que, dias antes do esgotamento total do oxigênio hospitalar na cidade de Manaus – em 14 de março, exatamente –, o Diretor da White Martins, Sr. Lourival Nunes, enviou um *e-mail* ao Ministério da Saúde solicitando apoio logístico para o transporte de cilindros de oxigênio gasoso e de tanques de oxigênio líquido para Manaus, pedido que não teria sido atendido a tempo. Pergunto, Ministro: V. Exa. confirma essa informação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor podia só voltar à data que o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Catorze de março. Em janeiro de 2021, uma verdadeira tragédia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Obrigado. Deixa-me colocar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em janeiro de 2021, mas, em 14 de março...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Entendi a data já.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 14 de março, o Diretor da White Martins, Sr. Lourival Nunes, enviou um *e-mail* ao Ministério da Saúde solicitando apoio logístico para o transporte de cilindros. A pergunta é: V. Exa. confirma essa afirmação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, deixe-me dizer uma coisa para o senhor: no dia 8 de janeiro – aí já vão sete dias antes, seis dias antes –, nós já tínhamos iniciado o transporte aéreo de oxigênio para Manaus, então, para atender essas demandas logísticas: no dia 8, no dia 10, 11, 12, 13, 14, todos os dias. Transporte de oxigênio por avião, transporte por balsas e transporte... Isso em janeiro – isso é janeiro.

Então, no dia 14, nós já estávamos transportando oxigênio há bastante tempo. E a demanda da White Martins só entrou na lógica do que já estava sendo feito e muito. Isso não é uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando, em que momento V. Exa. foi informado do risco de desabastecimento de oxigênio em Manaus?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A minha... Eu tomei conhecimento de riscos em Manaus no dia 10, à noite, numa reunião com o Governador e o Secretário de Saúde, quando eles me passaram as suas preocupações, porque estavam com um problema logístico sério com a empresa White Martins.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em março do ano anterior.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não, neste ano, em janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi em janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Em janeiro, foi a verdadeira tragédia, que eu citei aqui exatamente. Em março – em março! –, o Diretor da White Martins, Sr. Lourival Nunes, enviou um *e-mail* ao ministério.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpa, eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria esclarecer o seguinte: em março, nós tivemos a primeira onda. (*Fora do microfone.*)

Em março, nós tivemos a primeira onda...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... em 2020. Na segunda onda, ele... Em janeiro, no dia 10 de janeiro ou no dia 11, começou a segunda onda, a falta de oxigênio, em 2021. Foi aí que até os Estados Unidos nos colocaram à disposição um Boeing. Por que é que a gente nunca pediu aquele avião, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só: nunca me chegou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi em 14 de janeiro, ouviu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Todas as ofertas de entrega de oxigênio, eu aceitei todas. Se elas não foram concretizadas, eu não posso dizer por que não chegou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós tínhamos dificuldade... V. Exa. conhece bem a nossa região, até porque serviu lá, trabalhou lá e praticamente nasceu lá. Nós tínhamos dificuldade de trazer... O General Fernando foi um grande...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi ele que nos salvou ali.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele nos ajudou muito. Eu sempre faço questão de agradecer-lhe aqui. Ele era o Ministro da Defesa na época e nos ajudou bastante.

Mas, ontem, eu cobrei do Ernesto Araújo aqui por que ele não entrou em contato com a Venezuela para trazer o oxigênio. Era só um telefonema dele...

Mas teve um avião... Uma jornalista chamada Rosiene Carvalho, do meu Estado, fez essa matéria. Tinha um avião – e se passaram nove dias sem ter uma resposta, e a gente precisando de transporte –, era um cargueiro americano que foi colocado à disposição. A informação que eu tive foi que o Ministério da Saúde teria repassado para o Ministério das Relações Exteriores. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Do que eu me recordo exatamente sobre o avião era que para nós seria excepcional ter um avião. E, todas as vezes que aparecia a possibilidade: "Sim, nós queremos, e queremos, inclusive, com o próprio oxigênio, fazer uma ponte aérea Miami-Manaus". Essa era a nossa posição sobre o assunto, especificamente sobre esse assunto. Mas eu não, eu, pessoalmente, não liguei para os Estados Unidos nem fiz essa ligação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eles colocaram à disposição.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Apenas para complementar, Sr. Relator, tendo em vista...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve um equívoco na data: é 14 de janeiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É 14 de janeiro de 2021. Essa deve ser a data a que V. Exa. está se referindo.

A que o Presidente Omar está se referindo? É que, ontem, aqui, em depoimento, o ex-Chanceler Ernesto Araújo afirmou, categoricamente, que os Estados Unidos da América disponibilizaram um avião equipado para transportar oxigênio. E que pediu as especificações do Governo do Estado do Amazonas, aguardou um, dois, três dias e não recebeu as especificações para informar o Governo americano, e que o Ministério da Saúde também não deu essas informações.

Então, o que nós gostaríamos de entender, porque muitas pessoas morreram, é se o Ministério da Saúde não deu essas informações ao Itamaraty e por que o Governo do Estado não entregou essas informações, o que levou mais de 1,6 mil pessoas a morrerem no Estado do Amazonas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, com relação à posição lá de por que o Estado não fez, deveria ter feito, na minha análise. Agora, se não fez, tem que ser questionado.

Agora, com relação ao ministério se posicionar sobre o assunto, o ministério acho que nunca foi instado. O que eu soube do avião foi por telefone, e a resposta é: "Sim, temos interesse. Tem que vir o avião. Quem é que está negociando isso? Quem é que está tratando disso?". Essas foram as posições. "Sim, o ministério quer todas as possibilidades." Agora, em momento algum me chegou uma solicitação de especificações, ou demandas, ou algo que eu devesse fazer pelo ministério. Nós estávamos vivendo ali, digamos, o fogo forte naquele momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, especificamente, como e em que momento V. Exa. foi informado do risco de desabastecimento do oxigênio em Manaus? Pergunta concreta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No dia 10, à noite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dia 10, à noite.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Numa reunião com o Governador e o Secretário de Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. tomou conhecimento desse e-mail de 14 de janeiro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da White Martins?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não tomei conhecimento. Já estávamos no meio da operação, em Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se o apoio ocorrido tivesse ocorrido... Se o apoio solicitado tivesse ocorrido a tempo, o problema de Manaus poderia ter sido evitado ou diminuído.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, a suposição é uma suposição. E se? Se tivesse feito, se não tivesse acontecido aquilo, se tivesse acontecido a balsa... Então, o assunto é muito profundo, Senador. É claro que ações proativas precoces trazem resultados melhores. Então, a resposta: em tese, qualquer coisa tratada com precocidade, com velocidade, com presteza traz respostas melhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As autoridades amazonenses...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, a experiência negativa do Estado do Amazonas, principalmente na cidade de Manaus e em alguns Municípios do interior... Depois a gente conseguiu, com a FAB, com ajuda, colocar várias usinas de oxigênio nos Municípios.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E teve, sim, contribuição do Ministério da Saúde nesse sentido. Não dá para você negar isso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a experiência negativa que nós tivemos lá, isso aconteceu em outros Estados e Municípios depois. Também faltou oxigênio em outros lugares do Brasil. Aquela experiência foi negativa, infelizmente, mas depois também isso aconteceu em outros Estados e Municípios.

Essas pessoas, os gestores desses Estados e Municípios, vendo essa experiência no Amazonas, por que eles não se prepararam para isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deveriam ter se preparado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, só para corrigir aqui, aqui nós já temos o acesso a um inquérito do Ministério Público que trata de Manaus, e a informação que lá existe é que o Ministério da Saúde foi informado da iminência de falta de oxigênio no dia 8 de janeiro, por um representante da empresa chamado Petrônio. Esse ofício, inclusive, está lá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Está equivocada essa resposta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Depois eu lhe passo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós vamos fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está falando do processo que foi encaminhado para cá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Presidente, esse *e-mail*...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, só para declinar que essa resposta foi dada pela Advocacia-Geral da União no processo no STF.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

Deixa eu dizer para o senhor. Isso causou toda essa confusão, foi na leitura do *e-mail* que a White Martins mandou para... Esse *e-mail*, eu também tenho aqui, eu vou lhe passar, é o *e-mail* que foi mandado para a Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não precisa responder, Ministro, porque esse processo está sob sigilo. Eu espero que a gente não toque mais nesse assunto aqui. Vamos passar essa parte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por favor. Não, na realidade, ele tem um *habeas corpus* preventivo que dá a ele o direito... O direito é individual e intransferível dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é disso que ele está falando, não, Eduardo. Não é disso que ele está falando, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não podemos falar sobre processo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O direito é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... do Ministro Pazuello.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou falando de outra coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O processo que está aqui é que está sob sigilo; não ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu falei o processo – o processo – está sob sigilo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem está vazando informação, não é isso?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E nós não podemos falar sobre o processo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vazamento de informação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas sobre esse assunto, se o senhor permitir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas nós não vamos tratar do processo, não é?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... eu só queria. Senador Humberto, posso dar essa resposta para o senhor ainda?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a gente desrespeitar uma decisão que protege o sigilo do processo, nós estaremos indo para o caminho errado. Por isso estou dizendo a V. Exa. que não precisa responder, porque essa informação é no processo sob sigilo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Sr. Presidente, essa informação é praticamente pública já. Se eu não me engano, até saiu na imprensa isso. É público isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Ministro pode falar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – O Ministro pode falar sobre isso aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem não pode são os Senadores expor parte do processo, que está sigiloso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou falando o seguinte: como esse processo chegou sob sigilo aqui ao Senado e quem tem acesso ao processo é de conhecimento, então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a informação sobre a AGU, Presidente, é pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, está bom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perguntando objetivamente: as autoridades amazonenses alertaram o Ministério da Saúde sobre a iminência da falta de oxigênio?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Somente no dia 10, à noite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dia 10, à noite – dia 10, à noite. Quais medidas foram tomadas pelo ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, eu começo a colocar o seguinte: estava em Manaus, com a minha equipe. Eu já tinha levado para Manaus todos os secretários, porque isso é uma coisa que a gente já vem conversando há bastante tempo – eu e o Senador Eduardo Braga. Então, a gente já vinha acompanhando o assunto de Manaus olhando *de per si* e, claro, não havia a discussão ainda conosco sobre oxigênio, mas havia uma curva de contaminação alta, havia um colapso nos hospitais. E, na minha interpretação, como ministro à época, eu precisava avançar para lá o meu gabinete com meus secretários, para poder de lá tomar as decisões imediatas e resolver o problema, ajudar a resolver o problema, não deixar acontecer uma catástrofe. Então, essa foi a razão de ter ido com a minha equipe para Manaus no dia 10, domingo, e direto para a reunião com o Governador.

No dia seguinte, às 7h30 da manhã, eu me reuni com a White Martins – às 7h30 da manhã de segunda-feira. E, nessa reunião, a White Martins colocou para mim que, sim, estava com dificuldades logísticas grandes, porque ela recebia... Na realidade, isso vai ser mais longo, e eu não quero virar prolixo aqui. Mas a White Martins ali, naquele momento, disse que estava com dificuldade de cumprir a etapa dela, porque estava com atrasos na chegada de balsas de Belém e aquilo estava quebrando a lógica dela de estoques em Manaus.

Então, no próprio dia 11, na segunda-feira, depois da reunião da White Martins, eu achei necessário fazer a abertura do Centro Integrado de Coordenação e Controle com o Estado, o Município e as Forças Armadas. E nós fizemos, então, às 16h, a abertura do centro e puxamos a coordenação logística para o centro. No dia 12, já chegou a primeira aeronave trazendo oxigênio líquido.

Então, eu queria colocar aqui aos senhores que quando nós entramos, nós entramos com bastante força. Nós entramos, chegamos no dia 10; no dia 11, abrimos o Centro Integrado de Coordenação e Controle; e, já na sequência, no dia 12, já começaram a chegar as aeronaves trazendo mais oxigênio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – General, só uma dúvida, por favor, interrompendo o senhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – A competência para fornecimento de oxigênio era de quem?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Do Estado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Isso. E faltou alguma coisa por parte do Governo Federal para assessorar, apoiar?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nada.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, é preciso compreender a missão do ministério. A missão do ministério: programa, coloca recurso... Essa é a lógica. A execução plena é do Estado, do Município. Não há essa discussão. Quando nós fomos a Manaus, era porque nós estávamos vendo que a situação não estava boa – não estava boa. Nós não sabíamos ainda de oxigênio. No momento que eu soube de oxigênio – no momento que eu soube de oxigênio –, eu já comecei a agir imediatamente. E coloco dessa forma porque foi exatamente o que aconteceu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, tenho algumas perguntas objetivas aqui sobre essa questão.

As autoridades amazonenses alertaram o Ministério da Saúde sobre a iminência da falta de oxigênio?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não alertaram. Apenas no dia 10, à noite, pessoalmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que as medidas tomadas por V. Exa. não foram suficientes para evitar o colapso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, eu acredito que as medidas possíveis, a partir do dia 10, foram executadas, todas executadas. Com relação à situação específica do Amazonas, em termos de logística e a resposta, o tempo de resposta, a partir de acionamento de Força Aérea, barco da Marinha e civis, ele, em quatro dias, cinco dias, nós já estávamos com os níveis de estoque sendo restabelecidos. Agora, a resposta é, se nós tivéssemos sabido antes, poderíamos ter agido antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, tem uma série de equívocos e erros nesse processo tanto por parte do Governo do Estado como por parte, também, do Ministério das Relações Exteriores, que foi incapaz de dar um telefonema para trazer de avião o oxigênio da Venezuela, um ponto. Segundo ponto, foi de conhecimento do Brasil todo que os Estados Unidos colocaram aeronaves à disposição através da ONU. Aí, dizer: "Olha, nós queríamos...", sim, mas quem ligou? Quem disse "eu quero" para levar? Essa situação é que não está explicada. Que houve o problema nós sabemos. Que é de competência do Estado sabemos também. Sabemos também que a planta da White Martins não está projetada acima daquilo para produzir de oxigênio. Correto? Ela tem uma planta que normalmente funciona, até porque a White Martins não fornece somente oxigênio para o Governo e para Prefeitura, ela fornece muito para o distrito industrial. Então, ela tem uma planta, essa planta não dá para você dobrar a capacidade de produção do dia para a noite. A partir desse momento, por que não trazer oxigênio da Venezuela, que é ali do lado? Por que não aceitar os aviões americanos, que já estavam preparados para trazer? Até porque os aviões da FAB tiveram que ser adaptados para colocar oxigênio dentro deles. Correto?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, me permita, só para complementar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero quem é responsável ou não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Eu só quero complementar – e peço que não me cortem o som – que, do dia 10 de janeiro ao dia 20 de janeiro, quando chegou a primeira carga da Venezuela, do dia 10 ao dia 20, passaram-se dez dias morrendo, em média, 200 pessoas por dia, no Amazonas. Foram 2 mil amazonenses que morreram! Nós poderíamos ter colocado aquele oxigênio, Ministro.

E o que nós queremos saber é o seguinte: faltou dinheiro ao Governo do Estado para fazer isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Faltou vontade política do Governo Federal em fazer isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E por que que não fez? Por que que não deu as informações ao Ministro Ernesto Araújo para que o avião dos Estados Unidos pudesse ter ido à Venezuela buscar o oxigênio e levar para o Amazonas, para salvar vidas? É isso que o povo brasileiro quer saber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer saber, quer saber!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, olha só... Deixa eu... Eu vou precisar... Essa explicação ela é uma explicação que vai ser necessária. Eu peço desculpas, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não peça desculpas, Ministro! Isso é fundamental nesta CPI.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, a desculpa não foi...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É fato determinado desta CPI.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A desculpa não foi sobre isso; foi sobre a forma longa da resposta. Me desculpe! Não é uma desculpa pessoal; é sobre a resposta rápida.

O que que nós temos que ter compreendido? Eu não estou apresentando aqui a responsabilidade de A ou B; eu estou apresentando um fato. E, a partir daí, a CPI pode avaliar a responsabilidade. Então, eu vou apresentar um fato.

No dia 10, à noite, tomei conhecimento; no dia 11, abrimos o CICC; no dia 12, chegou o primeiro avião carregando oxigênio líquido, que é o avião da Força Aérea Brasileira; no dia 12!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Com que volume de oxigênio, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, posso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Esses volumes que chegaram da Força Aérea Brasileira e de outros aviões eram apenas simbólicos. O grande volume de oxigênio...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, eram balsas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, vieram pela carga da Venezuela.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

Bem, vamos lá. Então, continuando: no dia 12, nós colocamos o primeiro avião Hércules ou o KC-390 transportando oxigênio líquido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Já, já adaptados: 12, 13, 14; a partir daí, todo dia. Todo o esforço aéreo nosso já começou no dia seguinte. Não foi em cinco, seis dias, não; foi no dia seguinte: 11, 12. Então, isso é um fato.

O outro fato que a gente precisa compreender... Porque a gente tem que compreende por que que aconteceu o problema, e aí a gente começa a compreender onde estão os responsáveis. É preciso compreender que a White Martins mantém em Manaus – é a maior fornecedora nossa – 300 mil metros cúbicos de oxigênio em estoque regulador, tanto em seus tanques, quanto nos tanques dos hospitais; são 300 mil metros cúbicos! Quando a gente observa, quando a gente observa aqui os mapas...

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quando a gente observa aqui os mapas, a gente vê que a White Martins começa a consumir o seu estoque já no final de dezembro; ela já começa a ficar negativa na sua análise. Já no final de dezembro, ela começa a consumir estoques. Então, ela tem um consumo, uma demanda e um consumo obviamente dito e começa a entrar no negativo. E esse estoque vai se encerrar no dia 13. É quando acontece, de 13 para 14 e de 14 para 15, uma queda de mais ou menos 20% da demanda e do consumo do Estado. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para interpelar. *Fora do microfone.*) – A primeira carga do Ministério da Saúde para lá chegou quando?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No dia 12.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E por que não foi mandado avião para a Venezuela?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Está aqui o WhatsApp do Embaixador da Venezuela para mim, quando eu passei...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, por favor...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas não para mim...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... vamos deixar o Relator terminar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... Dia 14.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... para depois seguir a ordem de inscrição.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso não veio para mim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Está certo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso nunca chegou em mim.

(Tumulto no recinto.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Governador do Amazonas diz diferente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O problema é que o depoente está demorando muito.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É, mas vamos terminar o Relator, então.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O assunto da Venezuela...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falta-lhe poder de síntese.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele foi feito pela própria White Martins.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está sendo prolixo, e aí...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A própria White Martins trouxe da planta da Venezuela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas não foi da planta da White Martins.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi o Governo da Venezuela. Ontem foi entregue o documento aqui.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A informação que eu tenho é White Martins.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente, quem está com a palavra é o Relator ou é a Comissão?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, informação errada... Onde foi entregue...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador, meu querido amigo, Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas é pertinente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas V. Exa. vai perguntar isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está tendo uma clara contradição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai perguntar isso na hora.

Eu só peço...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Voltando, eu estou querendo explicar aqui como é que a gente chegou na data. Estou acabando.

Então, a White Martins foi consumindo o seu estoque até chegar em 13 para 14, quando teve uma queda de 20% mais ou menos – 20, vinte e poucos por cento não atendidos. E isso aconteceu por dois a três dias, entre 13 e dia 15. No dia 15, já voltou a ser positivo o estoque de Manaus. Isso aqui está claro em dados da White Martins, tá? São dados da... Para a gente observar, aqui você observa claramente a curva da White Martins e os três dias onde ela cai. Esse V de queda são três dias, 13, 14 e 15, considerando que 15 ela começa a ficar positiva no seu estoque regulador. Ela começa a refazer o estoque regulador e volta novamente a atender a demanda completa. Então, nós tivemos efetivamente, pelo que está aqui e pelo que a White Martins nos mostra, de três dias onde a queda da... Que foram onde aconteceram as maiores dificuldades de atendimento em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero alertar para V. Exa. que a data que o Secretário de Saúde diz que falou ao telefone como V. Exa. foi dia 7 de janeiro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só quero alertá-lo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas eu queria dizer que no dia 7...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está falando que dia 10 que foi comunicado...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixe-me falar para o senhor aqui. Dia 7...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não... Segundo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No dia 7 à noite, ele não me falou nada de colapso de oxigênio. Foi a solicitação de transporte, a logística de Belém para Manaus, que foi feita no dia 8 e 10. Em momento algum... Ele faz isso na sua declaração... Olha só, isso está feito em depoimento – em depoimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exato. No depoimento da Polícia Federal, ele disse que foi dia 7.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Ele disse que dia 7 ele falou comigo, mas ele não disse no depoimento que me alertou sobre colapso de oxigênio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, é preciso dizer ao povo brasileiro, sob pena de nós estarmos aqui sendo coniventes com uma informação errada – desculpe a expressão –, mentirosa: não faltou oxigênio no Amazonas apenas três dias, pelo amor de Deus! Ministro Pazuello, pelo amor de Deus! Faltou oxigênio na cidade de Manaus mais de 20 dias. É só ver o número de mortos. É só ver o desespero das pessoas tentando chegar ao oxigênio.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, não são...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não é possível.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não são os dados que estão comigo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas não é possível.

E mais, agora vou dizer a V. Exa.: V. Exa. não pode deixar de dizer que conhece isso. O senhor estava lá. O senhor assistiu com os seus olhos os nossos brasileiros amazonenses morrerem por falta de oxigênio.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estava lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – No dia 12, no dia 13, no dia 14, no dia 15... O senhor sabe quando foi o pico das mortes no mês de janeiro no Amazonas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As mortes...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor sabe, como ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As mortes, por oxigênio, foram de 14 para 15.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, Ministro, desculpe. Nós tivemos pico de morte de oxigênio no Amazonas, inclusive no dia 30 de janeiro – no dia 30 de janeiro!

Sabe quando chegou a carga de oxigênio que o senhor mandou do Ministério da Saúde para Manaus? Do dia 24 para o dia 25.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A da Venezuela chegou antes.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Chegou no dia 20! E, antes, nós ficávamos dependendo da ajuda do Gustavo Lima, do Paulo Gustavo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Paulo Gustavo!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... do Tirulipa! Esses é que ajudaram a gente!

Ministro, pelo amor de Deus, vamos deixar clara a responsabilidade do Governo do Estado, da Prefeitura e do Governo Federal, porque amazonenses morreram, brasileiros morreram! E vamos parar de ficar dizendo que foram três dias de falta de oxigênio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E é em nome dessas pessoas que morreram no Amazonas que nós estamos aqui, tentando objetivar um depoimento.

Eu queria fazer mais duas perguntas objetivas sobre isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois do ocorrido no Amazonas, relatado aqui pelo Senador Eduardo Braga e pelo Senador Omar Aziz, o Ministério da Saúde alterou a sua estratégia em relação ao monitoramento, controle e aquisição desses insumos? Objetivamente: sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, nós levamos a... Incluímos aí a Casa Civil...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alterou, então?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Alteramos com a inclusão da Casa Civil e a Infraestrutura e levamos esse assunto para um nível macro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa. está dizendo que, depois do ocorrido no Amazonas, o Ministério da Saúde, em sua gestão, alterou a sua estratégia em relação ao monitoramento, controle e aquisição desses insumos. Isso responde à pergunta anterior...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não sei se aquisição e controle...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... colocada pelo Senador Eduardo Braga.

É que, depois do ocorrido no Amazonas, o ministério alterou a sua política de monitoramento, controle e aquisição desses insumos no País, diante da falha evidente no Amazonas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Governo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... a resposta que eu vou lhe dar é que nós levamos as ações de resposta para outro nível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Pelo amor de Deus!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Agora, em termos de aquisições e contratações, não, não foi alterado. Agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. O senhor acabou de dizer que foi alterado, e agora não foi alterado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, a pergunta é uma pergunta com três, quatro posições.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, eu perguntei "sim" ou "não".

O SR. EDUARDO PAZUELLO – São verbos, são verbos: controlar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo amor de Deus!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... monitorar, adquirir. Então, eu estou colocando: olha, quanto à contratação e aquisição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu falei de estratégia, que resume todos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E eu vou explicar. Quanto à contratação e à aquisição, não. Nunca alteramos nada disso, nem podemos. Agora, com relação às demandas que estavam acontecendo de outros Estados – e aí não deixa de ser um monitoramento –, isso nós elevamos para a Casa Civil e levamos todo o processo para envolver outros atores, porque envolveria outros atores. Foi isso que foi feito.

Agora, como o senhor chama isso, eu não sei. Agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu chamo de estratégia, que reúne tudo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, a estratégia foi alterada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mudou a estratégia do ministério? É isso!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, a estratégia, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mudou a estratégia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá bom. Então, eu considero respondido: mudou a estratégia.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Estratégia, sim. Não para aquisições de compras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Governo amazonense...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu só quero fazer uma colocação. V. Exa. e o Senador Eduardo Braga são do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foram liberados no ano passado R\$2,606 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, que conversa é essa?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... se tinha dinheiro lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você não está falando a verdade, rapaz.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas está aqui a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está mentindo!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estou mentindo, aqui está o valor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está mentindo, Heinze!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estou mentindo, aqui está o valor liberado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você é mentiroso!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esse é... Não senhor, aqui não pode mentir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você é mentiroso!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui está o valor liberado para o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade isso que você está falando. Isso é uma mentira multiplicada...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não senhor. Não senhor. Vou lhe mostrar o valor.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Pela ordem, Sr. Presidente! Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou mandar imprimir e vou lhe mostrar. Não me chame de mentiroso! Não sou! Não sou! Vou lhe mostrar agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mentiroso!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou puxar a tabela e vou ver quanto foi para lá. Foi o dinheiro lá. Não é irresponsabilidade do Governo Federal, é do Governo lá do Amazonas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A fala é do Relator, Sr. Presidente. Por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos prosseguir!

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos prosseguir, porque as coisas estão começando a ficar claras agora. Não vamos aceitar provocação! Isso é provocação!

(Tumulto no recinto.)

(Suspensa às 13 horas e 13 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 20 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente! Só para fazer uma... Considerando o embate que aconteceu agora há pouco, a fala do Senador Eduardo Braga, apenas para não perder a sequência e a importância desse momento, nós vamos ter aqui, na semana que vem, dois depoimentos importantes do Amazonas: do ex-Secretário-Executivo João Paulo Marques dos Santos, requerimento aprovado, e do atual Secretário de Saúde Marcellus Campêlo – que é o Secretário de Saúde. Mas eu acho que, mais do que nunca, diante do que nós estamos vendo aqui, se faz necessário trazer aqui também o Governador do Estado. Cada dia que passa e diante de tudo que nós estamos vendo aqui se mostra como imperativo, inafastável a necessidade de convocação também do Governador do Estado do Amazonas.

É o apelo que faço a V. Exa., para a gente pautar e votar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu, mais uma vez, faço um apelo ao Ministro para nós objetivarmos, porque senão fica muito difícil para todos nós aqui, para o País que acompanha detalhadamente os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Todos – todos, sem exceção – confirmaram que a Venezuela doou 107 mil metros cúbicos de oxigênio a Manaus no dia 18 de janeiro de 2021, auxiliando aquela população no momento mais difícil da pandemia, sem exigir nada em troca.

Sim ou não: houve alguma manifestação do Ministério da Saúde ou das Relações Exteriores em agradecimento àquele País?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Do Ministério da Saúde, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nos vídeos de despedida do Ministério da Saúde, V. Exa. disse ainda que o Ministério da Saúde é "o foco, é o alvo de pressões políticas. [...] Por causa do dinheiro que é destinado aqui de forma discricionária"; ou seja, desdisse os critérios que há pouco foram colocados aqui. O senhor fala nesse momento: "de forma discricionária". Então: "A operação da grana com fins políticos acontece aqui", no ministério, continuou o senhor. "Nós conseguimos acabar com 100%? Claro que não, 100% nem Jesus Cristo. Nós acabamos com muito".

V. Exa. fez sérias acusações e disse, textualmente: "Todos queriam o pixulé do final do ano".

V. Exa. poderia esclarecer o que quis dizer ao falar em "grana para fins políticos"?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem.

Então, volto a colocar, o senhor juntou aí todas as frases, não é, elas têm um contexto mais amplo, mas eu vou colocar para o senhor o seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente. Sem pretender interrompê-lo, Ministro, mas as respostas não estão vindo na direção das perguntas, infelizmente. Isso aqui fica um exercício muito ruim para a sociedade brasileira.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Relator, não dá as respostas que o senhor quer, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu fiz uma pergunta objetiva...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – O que o senhor quer que ele fale. Ele é o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma pergunta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. nem espera ele responder, Relator.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Deixe ele responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe ele responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, mesmo que tenha sido uma parte de um contexto mais amplo, como eu comecei a falar, eu coloco o seguinte. Quando nós... O ministério possui, só de emendas, R\$2,4 bilhões, e essas emendas, a gente bateu o martelo muito forte para que tivesse os critérios técnicos na distribuição. Então, quando você tem um Parlamentar que indica a sua emenda... Eu vou dar um exemplo bem simples: se eu quiser, eu tenho um rio ali em que cabem dois metros de barco, um calado, e o cara quer botar um barco de seis metros de calado, e não cabe. Aí tem que trazer um Parlamentar e dizer: "Olha, para isso aqui esse recurso é muito, dá para colocar também em outro local, numa outra posição". Isso são critérios técnicos sobre a distribuição de recursos por emendas impositivas. É isso que dizer que nós distribuimos por critérios técnicos. Essa é a posição sobre o assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta não foi essa, Ministro. A pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi uma pergunta objetiva: o que o senhor quis dizer ao falar em grana para fins políticos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – São as emendas, são as emendas impositivas. São R\$2,4 bilhões em 2020. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seriam valores fora dos melhores critérios de que V. Exa. há pouco falou aqui?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Volto a colocar de novo para o senhor. Quando o Parlamentar faz uma indicação, não pode simplesmente fechar o olho e passar o dinheiro, tem que observar o critério técnico na ponta da linha, ver se aquilo cabe ali. Foi isso que nós cobramos muito forte em 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como isso acontecia no Ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Dessa forma como eu estou falando. A emenda chega e há a avaliação técnica, se aquele recurso é compatível para aquela indicação, desta forma como eu estou colocando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quais casos desse tipo V. Exa. conseguiu acabar na sua gestão? E com quais não conseguiu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, essa é uma posição que se fala como a gente fala de Jesus Cristo, quer dizer, a gente não consegue resolver 100%, agradar 100%. É só uma observação, não tenho 99,2%. A gente espera que acabe com 100%, mas a gente não tem todo o domínio da cadeia de execução do ministro até a última pessoa. Então, volto a colocar: foi exclusivamente, porque R\$2,4 bilhões, para mim, é muito dinheiro. E precisa ser observado com critérios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem decidia sobre esses recursos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Os próprios Parlamentares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os Parlamentares? No Executivo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eles indicam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – De emenda, de emenda obrigatória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou falando na execução orçamentária, quem decidia no Ministério sobre esses recursos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso era levado para as secretarias específicas. Tem todo um caminho claro e combinado de por onde entra a emenda, onde ela é avaliada. Vai na secretaria, vê se cabe lá, tem toda a parte de protocolo para isso. Só estou explicando que o protocolo foi cobrado ao extremo para não haver nada que não estivesse dentro de um critério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. poderia esclarecer a que se referia ao usar o termo "pixulé"?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza.

Esse termo é porque eu morei muito tempo no Rio de Janeiro e, então, a gente tem algumas palavras que saem. É o seguinte. No final do ano... Todo final do ano é normal você ter recursos não aplicados em projetos e programas. Então, se você tem um programa que tem R\$100 milhões e aplicou 92... Então, você tem saldos não aplicados. Chega no final do ano, começa prefeitura, começa hospital... Não tem nada aí ilegítimo, mas são as sobras... Desculpem o "sobras". São recursos não aplicados de vários projetos que são reaplicados por uma demanda ou outra. Este ano não teve isso: nós pegamos todos os saldos não aplicados, fizemos uma única portaria e investimos na Covid-19, no combate à Covid-19. E isso que foi feito... E como esses pequenos saldos, no nosso linguajar... Os pequenos saldos não, desculpe. Esse somatório de 15, 20, 30 programas que tinham saldos e você junta... Não houve esse tipo de grana, que é grana pequena – né? Vamos dizer assim, são pequenos saldos não aplicados, é isso aí. Não tem nada de errado, não falaria nada contra ninguém nem contra uma instituição, em hipótese alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, ao falar em "pixulé", V. Exa. quis citar alguém?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Claro que não! Se eu quisesse citar, teria citado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não citei ninguém. Eu não citei ninguém, até porque não há nenhuma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, especificamente: há algum nome que queria receber o pixulé?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia ninguém recebendo nada. Eu estou falando dos recursos não aplicados.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – É que se fala em "pixulé" e ele lembra do Lula, ele deve estar preocupado com isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É, não é nada disso. Aquilo ali era uma despedida...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu exijo respeito, viu?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Pixulé é famoso pelo Lula.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu exijo respeito!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – E abaixa esse dedo, rapaz!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exijo respeito!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – E quem é você para exigir alguma coisa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exijo respeito!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Baixa a orelha para falar comigo, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio, por favor...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Por quê? Quem é você? É mais do que eu em quê?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Está apontando o dedo para mim por quê?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Você é mais do que eu em quê?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Por que você está apontando o dedo para mim?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, é preciso tomar uma providência...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presta atenção aqui ao depoimento!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Você quer que eu fale de outras coisas? Não vou...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu posso falar do que você quiser também. Você quer?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Respeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio, por favor...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Se olha no espelho, rapaz!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Respeite o Presidente Lula!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio e Senador Humberto, o Senador Renan fez uma pergunta porque o próprio ministro falou em pixulé. Ele é que falou, ninguém falou dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é que falou. Ele disse que não falou, que não quis dizer isso...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Já respondeu e está insistindo na pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é... Não, ninguém está acusando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, tem marcação com o Relator agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não existe nenhum...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É marcação com o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não existe nenhuma acusação contra o Ministro Pazuello em relação a pixulé, pixuleco, sei lá o quê...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nada. Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi ele que citou isso numa entrevista.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi só isso, apenas isso e mais nada. Não tem nada aí por trás de nada disso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos mudar o nome então, Presidente. Vamos mudar o nome: é raspa de tacho que os Prefeitos vêm pedir para os Deputados e Senadores.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – "Não sobrou uma raspinha de tacho aí?"

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nada, para ninguém. Foi isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então tira o "pixuleco" fora e fica uma raspinha de tacho que fica melhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Está bem, combinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em outro momento do seu discurso, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque o Senador Renan fez uma pergunta ao Ministro Pazuello e ele não respondeu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não respondeu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, a anterior, sobre a questão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também não respondeu!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, repasse para Município, de média e alta complexidade e PAB. Eles têm um limite, os Municípios, e isso não é estipulado pelo Parlamentar, mas, sim, por critérios técnicos – está certo? Até tem o teto PAB e tem o teto MAC. Então, não adianta. Lá está o Município de Cachoeira. São 5 milhões/ano? São 5 milhões. Não dá para dar 6. Correto? Isso não é estipulado nem por V. Exa. nem pelo Parlamentar. Vou deixar isso claro aqui, porque a pergunta do Relator era referente a esses repasses de recurso. Quem é que estipula isso? Não é o ministro nem o Parlamentar, é a lei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em outro momento da sua despedida, que está sendo ponto a ponto negada, V. Exa. declarou, aspas: "Ali começava a crise com liderança política que nós temos hoje, que mandou uma relação para a gente atender e nós não atendemos. Aí chegou, no final do ano, uma carreata de gente pedindo politicamente". Declarações suas, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu vou perguntar, devidamente às piadas. Ao não determinar quem são os todos referidos por V. Exa. que queriam o prêmio, ou a propina, ou o pixulé, o que for conceituado por V. Exa., faz acusações sem citar nomes? Assim V. Exa. coloca todas as lideranças políticas do Congresso Nacional sob suspeita, principalmente as que apoiavam o Governo. Por isso, até por justiça e honestidade intelectual, peço que V. Exa. nos revele definitivamente a quem dirige suas acusações.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não houve acusações específicas a ninguém. E não será feita acusação específica a ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Específica não houve. Eu estou perguntando exatamente isto: a quem dirigia suas acusações?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E eu estou explicando que, se não fiz, é porque não farei e não há.

Dois, quando nós estávamos discutindo uma medida provisória, nós estávamos discutindo se aquela medida provisória teria ou não caráter de indicações de destino daquela medida provisória. Foi uma discussão, até porque nós estávamos chegando ao ministério. Essa foi a discussão. E não, não havia. Ficou claro na discussão que a medida não permitia nenhum tipo de indicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma outra pergunta sobre o que o senhor falou.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa foi a resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E aí nós não fizemos. Fizemos por critérios técnicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta sobre o que o senhor falou: que relação é essa que lhe foi encaminhada para que V. Exa. atendesse e V. Exa. não atendeu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É isso que eu estou falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que não atendeu? E que relação é essa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É isso que eu estou falando. Não é uma relação. Não foi... O termo relação é... Serão recursos atendidos por indicações ou não? A resposta, quando se discutiu na parte técnica, é: não, esses recursos têm que ser de critérios técnicos. Então, nós não aceitamos indicações. Foi isso daí que foi dito, ou a ideia de ser dito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Naquela mesma oportunidade, V. Exa. disse que, quando chegou ao ministério, ninguém falava com o Conass e...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e o Conasems. Era proibido falar com o Conass e o Conasems?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Quando eu cheguei ao ministério, não havia a relação, a integração de ações como nós fizemos. Então, na leitura da lei, na compreensão do SUS, isso foi a minha posição. Eu puxei o Conass e o Conasems para a posição de central do processo decisório comigo nas discussões em todos os aspectos. E, quando nós chegamos lá, a própria, a própria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então era proibido anteriormente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Em hipótese alguma. Eu falei que nós aumentamos a integração, trouxemos o pessoal para despacho diário, despacho no nível gabinete. Foi isso, foi isso que aconteceu. Nós queríamos prestigiar o Conass e o Conasems. É o contrário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que V. Sa. atribui sua demissão do cargo de Ministro da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Missão cumprida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O art. 19 da Lei 8.080, de 1990, Lei Orgânica da Saúde, considerada também Lei do SUS, estatui que são vedados, em todas as esferas de gestão do SUS, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamentos de uso não autorizado pela Anvisa.

Pergunto: por que o Ministério da Saúde orientou e recomendou o uso da cloroquina para o tratamento precoce da Covid-19, de acordo com a Nota Informativa 17/2020, do Ministério da Saúde, mesmo sem evidências científicas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi a primeira...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e absteve-se de revogar a orientação, mesmo quando as novas evidências contrariavam a eficácia desse protocolo terapêutico?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem. Então, vou repetir... Desculpe, é uma... Eu vou ter que repetir: então, a partir do conhecimento da nossa, da crise em Manaus, desculpa, da pesquisa que foi feita em Manaus, no final de março, começo de abril de 2020, nós nos sentimos obrigados a fazer uma informação nacional, alertando que não havia a comprovação científica para uso da hidroxicloroquina, está escrito dessa forma, não havia, à época, naquela nota, a confirmação científica para uso de hidroxicloroquina. Atendíamos, alinhávamos com o Conselho Federal de Medicina e colocávamos de forma clara que o médico seria soberano na prescrição de qualquer e daquele medicamento e que era público e notório que estava sendo usado de forma *off-label* no Brasil e no mundo a hidroxicloroquina e, caso o médico desejasse prescrever, em consenso com o seu paciente, deveria estar atento para doses seguras, e que não usasse na fase inflamatória, porque não era a fase ideal para ser usado. Não deveria ser usado na fase inflamatória. Essas, essas... Essa posição da nota informativa, ela, na minha visão, se eu não o fizesse, eu estaria prevaricando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então o Ministério da Saúde, sob sua orientação, orientou e recomendou o uso da cloroquina...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para tratamento precoce?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, senhor. Eu não recomendei o uso da hidroxicloroquina nenhuma vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a nota informativa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ela não recomenda. Ela não recomenda. Ela faz um alerta. Ela apenas orienta doses seguras caso o médico prescreva. Isso não é uma recomendação por protocolo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que, na sequência, V. Exa. absteve-se de revogar a orientação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que a discussão continua aberta até hoje. Ela não é uma discussão que está fechada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro... Na época em que o senhor era ministro, o senhor pediu à Conitec para dar um parecer sobre a cloroquina?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós, na época em que eu era Ministro, pedimos, eu mandei que fizesse um levantamento de todas as evidências científicas, fizesse uma juntada e, quando nós tivéssemos essa metanálise concluída, fosse encaminhada para a Conitec. Isso aconteceu no final do ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem, no Ministério da Saúde, foi o principal responsável por convencer V. Exa. a publicar essa orientação normativa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, isso daí foi uma discussão nível todos os secretários, inclusive foi assinada por todos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, os secretários o convenceram disso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi uma discussão em nível secretários, e foi, inclusive, assinada por todos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quem foi o responsável por orientar V. Exa. sobre isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é uma reunião de secretários, Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Está perguntando quais foram os secretários.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ah, quais foram?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – É o Secretário do Executivo, o Secretário da Saps, que é o Rafael, o Secretário da... Todos eles, os seis secretários.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Executivo quem é? O Secretário Executivo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É o Coronel Elcio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Coronel Elcio tecnicamente não está apropriado a discutir cloroquina, nem eu sou.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixe-me dizer para o senhor: isso é uma reunião de secretários, com médicos, com doutores, com professores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, já tem algumas pessoas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, são secretários, e a maioria é médico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Calejado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve solicitação expressa do Presidente da República a V. Exa. para publicação dessa orientação de tratamento precoce com a cloroquina?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nunca houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou só lembrar o depoimento do ex-Ministro Nelson Teich. O ex-Ministro Nelson Teich disse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que pediu sua exoneração porque não aceitou a pressão do Presidente da República para defender a cloroquina no SUS, que é o problema, porque ele pressionava seus antecessores. Mas não pressionava V. Exa.?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não me pressionou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, deixa-me... Sr. Presidente, eu não peço a palavra a V. Exa. para esclarecer que eu fiz essa pergunta objetivamente ao Ministro Teich, se ele recebeu por parte do Presidente Bolsonaro ou de algum ministro do Governo essa orientação. A afirmação dele nesta Comissão foi...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele declarou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... "Não, não recebi". Então, o Relator tenta induzir o depoente a uma informação que não é verdadeira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele declarou aqui. Eu li um trecho aspeado. São declarações dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele disse à Comissão, Relator, que não recebeu do Presidente e de ninguém do Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São declarações aspeadas. Teich disse que pediu sua exoneração porque não aceitou a pressão do Presidente para defender a cloroquina no SUS. O problema é este: no SUS – no SUS.

Por que ele pressionou o Mandetta, que confessou aqui, o Teich e não pressionou o Ministro Pazuello? O que teria acontecido aí nesse espaço de tempo? E, mesmo assim, sem pressionar, o Ministro baixou normativos, editou portarias, estabeleceu a política pública...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, eu gostaria de deixar claro que essas afirmações não condizem com a verdade que eu estou falando aqui. Está bom? Eu não recebi pressão alguma; dois, não ouvi do Ministro Nelson Teich, enquanto estive lá, que ele estava saindo por causa de pressão do Presidente da República. Eu não ouvi isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele falou aqui, ele falou aqui.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe, eu não ouvi isso lá. Eu estava lá, eu não ouvi lá.

E, três, a nota informativa não é uma determinação, não é um protocolo, e eu volto a dizer para os senhores: nós temos que olhar o *framing*, o eslaide lá de abril do ano passado. Lá, naquele momento, de abril para maio do ano passado, nós estávamos vivendo uma discussão dicotômica, onde médicos achavam uma coisa, outros médicos achavam outras. Uma pesquisa deu um resultado complicadíssimo do uso da cloroquina. Havia um protocolo, uma orientação clara do Ministério, da gestão anterior, para usar, e eu tinha que me posicionar. Eu não podia botar a cabeça dentro de um buraco e virar um avestruz. Eu tinha que me posicionar. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, o que é tratamento precoce? O que é tratamento precoce, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O tratamento precoce...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do que consiste o tratamento precoce...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O tratamento precoce...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e, inclusive, os fármacos que são usados?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O tratamento precoce é uma palavra que foi... Virou uma posição política ideológica. Desculpa! O atendimento do paciente... Isto está escrito na nota informativa, de forma clara, para o paciente buscar o atendimento o mais rápido possível, para que o médico faça o seu diagnóstico e o médico defina a sua conduta. Quando você tem a definição da conduta... Aí eu peço novamente aos médicos que estão presentes que, se eu errar, façam aí a correção. Quando o médico define a conduta, aí define tratamentos farmacológicos, tratamentos não farmacológicos e outras ações. Esse é o tratamento. Mas, para chegar ao tratamento, você precisa ter a noção de que tem que buscar o médico o mais rápido possível. Acho que esse é o único consenso. O único consenso da área médica ou talvez um dos únicos consensos da área da médica é o de que, quanto mais cedo você descobrir uma doença e começar a tratá-la, mais chances tem de se recuperar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos tratando da Covid!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu estou falando do contexto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta que se fazia era: o tratamento precoce...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, eu vou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou a vacina?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Só para a Covid é diferente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É por isso que V. Exa. está aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Só para a Covid não pode? É isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, esse para mim é um dos únicos consensos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, existiam três...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era vacina ou tratamento precoce.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! Só um minutinho!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É só um minutinho.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não é uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não são excludentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Ministro.

O Senador Luis Carlos Heinze está pedindo a palavra. Eu quero aqui pedir desculpas ao querido amigo Luis Carlos, porque eu tenho uma relação muito boa com ele.

Eu me excedi com V. Exa., porque, quando se trata de morte, a gente não fala em dinheiro. A verdade é que o Ministro pode dizer tudo aqui. Ele pode dizer que não admite cloroquina, que se gastaram milhões e tal! Não foi falta de dinheiro, Luis Carlos Heinze. O Estado do Amazonas tinha dinheiro, o Governo Federal tinha dinheiro. Faltou oxigênio, e as pessoas morreram, Luis. Por isso, eu lhe peço desculpas por que eu fiquei nervoso. Eu não estava falando do meu Estado. Eu estava lá! E eu recebi, através do meu celular, diversas mensagens de amigas e amigos, dizendo: "Meu pai está sem oxigênio. Omar, me ajude". E eu fiquei ligando para Ministro, ligando atrás de oxigênio. E a gente ficou de mãos atadas. Nunca foi falta de dinheiro!

Por isso, quando as pessoas querem misturar um óbito, querem mensurar o número de mortes e atribuir a dinheiro... Não foi falta de dinheiro! O Presidente Bolsonaro passou... Não teve um presidente que tivesse passado mais dinheiro para Estados e Municípios como o Presidente Bolsonaro passou. Faltou foi logística! Faltou foi...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Competência!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Teve incompetência, sim, muita incompetência, e não foi só do governo estadual e Federal, mas incompetência de muita gente envolvida nisso!

Então, quando eu me excedi com V. Exa., eu lhe peço um milhão de desculpas. V. Exa. não tem... Eu não tenho razão de atribuir uma palavra tão grave com uma pessoa por quem eu tenho carinho, como eu fiz.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que eu me excedi, foi... Eu sei o que eu vi e o que eu sofri. Eu vi, e o Ministro Pazuello estava lá. Ele sabe – ele sabe.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Voltando às perguntas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deixa eu só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. É uma questão de ordem.

Eu queria esta oportunidade...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Senador Luis Carlos, para lhe pedir desculpas.

Com a palavra, a questão de ordem de V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Senador Renan, deixar eu só lhe colocar. Tem notas técnicas, nº 5, nº 6, nº 9, nº 11, nº 17, desde o Ministro Mandetta, permitindo o uso da cloroquina. Essas notas técnicas existem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em situações, em circunstâncias já especificadas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, vou lhe dizer. Eu vou lhe dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já especificadas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E o Ministro Pazuello explicou que, depois da pesquisa criminoso – que nós vamos discutir aqui dentro – feita lá em Manaus, que matou 22 pessoas, eles trocaram, porque usavam em qualquer fase; era para só usar nos primeiros quatro, cinco, seis dias, e não em estágio em que estavam as pessoas já hospitalizadas e intubadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas qual é a questão de ordem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Fora a dose; a dose lá foi mortal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a questão de ordem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A questão de ordem é só para esclarecer isso que eu estou esclarecendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, quem decide a questão de ordem é V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Todo mundo fala aqui; por que eu não posso falar? Qualquer um chega e atropela o outro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem, eu dei a questão de ordem para V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu tenho direito a falar. Qualquer um chega e fala a hora que quer; eu também tenho direito e estou esclarecendo, porque eu sei do assunto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A questão de ordem é as perguntas repetitivas. O depoente tem que ficar a toda hora repetindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos... Só um minutinho.

Eu dei questão de ordem para o Senador Heinze...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não fiz nenhuma pergunta repetida. Nós tivemos um espaço de tempo que não primou pela síntese, não respondeu objetiva...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos, Sr. Relator.

Presidente, vamos ao finalmente do Relator, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, uma nova pergunta ao depoente. Todos os secretários do ministério signatários da Nota Informativa 1.720 estavam de acordo com a publicação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Na minha visão, fica óbvio pela assinatura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas é uma pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos estavam de acordo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos que assinam a nota?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram os documentos técnicos que fundamentaram a Nota Informativa 17?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, está na fundamentação da nota. Tem que ler lá, porque, na verdade, eu não estou aqui com ela. Tem que estar na fundamentação da nota, mas ficam claras aqui as observações sobre os fatos que nós estamos discutindo: a existência da nota técnica anterior, os estudos em Manaus, a própria dicotomia da visão médica, de como tratar as coisas. Essas são as fundamentações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. pode entregar essa documentação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Tem que solicitar ao Ministério da Saúde. Eu não tenho mais essas ações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vamos solicitar. Eu peço à Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem vários documentos que vão ser solicitados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que, por favor, requisite esses documentos que estão sendo solicitados pela relatoria.

O Presidente da República, no dia 21 de março de 2020, teria declarado que já estaria ocorrendo um aumento da produção de cloroquina pelo Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército, para fornecimento a pacientes com Covid. Os ex-

Ministros Mandetta e Teich, que lhe antecederam, declararam que não participaram dessa decisão e que não sabem de onde veio a ordem, mas que essa ordem não teria passado pelo Ministério da Saúde em suas gestões. Objetivamente, pergunto a V. Exa.: a produção de cloroquina pelo laboratório do Exército Brasileiro continuou durante a sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que sim, claro que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acredita que sim, claro que sim.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, o LQFE produz a cloroquina todos os anos, o tempo todo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. foi consultado sobre a continuação da fabricação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. sabe dizer quem deu a ordem inicial para o aumento da produção?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sua gestão fez algum planejamento para distribuição de cloroquina para Estados e Municípios?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. A gente só atendia demandas, não planejamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quanto à preservação da saúde indígena, houve alguma ação do ministério para distribuição de cloroquina para as comunidades indígenas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A distribuição de cloroquina é normal para malária...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou encerrando.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... para os indígenas, não para Covid. Nós não fazíamos distribuição... Aliás, eu sou completamente contra distribuição de qualquer medicamento, principalmente cloroquina ou qualquer um, sem a prescrição médica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais os critérios adotados para estimar as quantidades encomendadas ao laboratório do Exército?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não participei disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De quem foi a ordem, repito?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi em março. Eu não dei essa ordem, eu não conheço a ordem. Eu cheguei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que destinação o Ministério da Saúde deu a esses produtos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram distribuídos a Estados e Municípios que demandaram isso, todos por demanda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todas as unidades encomendadas foram distribuídas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou ainda há estoque sob a guarda do Exército ou do próprio ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, todas as... Tudo que se pediu, não se tinha quantitativo para entregar integralmente, então, se atendia a um percentual para cada demanda. Quanto ao estoque, tem que perguntar. Eu não sei lhe responder qual é o estoque hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em janeiro de 2021, no auge da crise do oxigênio em Manaus, o Ministério da Saúde lançou o aplicativo TrateCov, que indicava cloroquina e ivermectina para qualquer paciente, de qualquer idade, com qualquer sintoma remotamente relacionado à Covid. O ministério passou a utilizar esse aplicativo experimentalmente em Manaus no auge da crise da saúde naquela cidade, em janeiro deste ano. A esse respeito, quem determinou o desenvolvimento do aplicativo TrateCov e qual a finalidade do projeto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem, o aplicativo, na verdade, é uma calculadora. Ele é um constructo, é uma calculadora, e ele vem de um sistema que é aberto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi essa a pergunta. Eu perguntei quem determinou o desenvolvimento do aplicativo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k. Vou ser mais direto. Desculpa.

Foi a Secretária Mayra. Ela me trouxe como sugestão, quando voltou de Manaus, no dia 6 de janeiro, que poderia utilizar um aplicativo... Desculpa, o termo correto é uma plataforma, que já é desenvolvida para isso, uma calculadora, para facilitar o diagnóstico, o diagnóstico clínico feito pelo médico – exclusivamente pelo médico. E que ela iria iniciar, então, esse trabalho para fechar essa plataforma.

Essa plataforma, ela foi mostrada no dia 11, em Manaus, em desenvolvimento, não concluída ainda, era um protótipo. E essa plataforma não foi distribuída aos médicos. Essa plataforma foi copiada por um cidadão – e depois nós fizemos um boletim de ocorrência e uma investigação policial sobre isso daí –, e esse cidadão, sim, ele fez a divulgação da plataforma, com usos indevidos. Quando nós soubemos que essa plataforma tinha sido copiada e poderia ser usada por pessoas que não eram, que não estavam dentro do planejado, eu determinei que ela fosse retirada do ar e abrissem um processo para descobrir onde estavam os erros disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, só repetindo, quem determinou o desenvolvimento – foi respondido – foi a secretária Mayra?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ela me trouxe a sugestão para fazer isso. Sim, foi ela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual a finalidade do projeto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Fazer o diagnóstico, auxiliar no diagnóstico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Renan. Ela, dia 4 de janeiro, de Manaus, numa coletiva, ao lado do Governador, ela fala do tratamento precoce, inclusive, ela fala nas coisas... Não é bem assim, eles usaram Manaus para fazer de cobaia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Então, isso aí é crime contra um Estado, isso é crime contra as pessoas que moram na minha cidade. É cobaia, sim!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contra a vida!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 4 de janeiro, tem um vídeo da Mayra ao lado do Governador do Estado e ela falava lá de tratamento precoce, 4 de janeiro. E o grande problema do Estado do Amazonas aconteceu uma semana depois. Então, tirar aqui e dizer que não tem... Tudo pode se falar, Ministro, pode se negar cloroquina, pode se negar uma série de coisas, só não pode negar aquelas imagens das pessoas sem oxigênio no meu Estado. Isso aí não dá para negar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a unidade do Ministério da Saúde e o titular responsável pela entrada em operação do aplicativo TrateCov?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa plataforma foi colocada pela Seget (Secretaria de Gestão do Trabalho), que é da Dra. Mayra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretaria de Gestão do Trabalho, da Dra. Mayra também...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que determinou o desenvolvimento do aplicativo, levou o aplicativo e colocou em operação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não chegou a colocar em operação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei exatamente isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, ela não colocou em operação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é o responsável pela entrada em operação do aplicativo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, olha só, o aplicativo – o aplicativo, não, a plataforma, não é um aplicativo – nunca entrou em operação, foi apenas apresentado o protótipo em desenvolvimento e foi copiado por alguém. E tem um relatório policial sobre isso. Posso lhe encaminhar também. Esse tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a empresa contratada para desenvolvê-lo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não foi uma empresa, foi desenvolvido com os próprios servidores da secretaria da Mayra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como foram escolhidos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela capacidade deles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto custou o produto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem tomou a decisão de interromper sua utilização e por que razão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não estava em utilização, eu mandei tirar do ar o protótipo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegou ao nosso conhecimento que V. Exa., quando contraiu a Covid-19 – e há pouco foi referido aqui –, no final de outubro de 2020, foi atendido no Hospital DF Star, em Brasília, pela Dra. Ludhmila Hajjar. V. Exa. foi visto nas dependências do hospital, inclusive por autoridades públicas. Cloroquina nunca fez parte do protocolo de tratamento de Covid por aquele hospital, muito menos fez parte da prática clínica da Dra. Ludhmila, como ela mesma já declarou publicamente.

Pergunto: V. Exa. confirma que foi atendido no Hospital DF Star em Brasília?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, mas já era depois do 14º dia. Eu só fui lá fazer o exame de tomografia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nesse hospital, foi prescrita cloroquina para V. Exa.?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não que eu saiba.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. solicitou à médica assistente que lhe prescrevesse cloroquina?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Caso positivo, ela atendeu o pedido? Não, não é? V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Finalmente, V. Exa. tomou ou não tomou cloroquina quando teve Covid?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, deixa eu dizer uma coisa para o senhor: eu tomei tudo o que qualquer um podia me falar que tinha que tomar, porque, quando você pega a doença, você se agarra em qualquer coisa. Então, eu vou dizer uma coisa para o senhor: se mandassem tomar água-benta, eu tomava água-benta. Então, não há, não há... Não tenho restrição nenhuma para dizer: eu sou um ser humano, eu sou um ser humano! Então, a gente tem uma posição quando a gente está fazendo uma gestão e a gente tem uma posição quando a gente é um ser humano. E, como ser humano, a gente se agarra em qualquer coisa. Então, eu vou dizer: dentre os vários, diversos remédios que foram oferecidos para mim por A e por B, eu tomei todos. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... isso já é uma posição pessoal. Eu poderia até me recusar a colocar, porque é uma posição pessoal, mas é diferente do gestor; são posições diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, obrigado, obrigado.

Eu vou suspender por meia hora a sessão, para que... São 14h; a gente voltaria 14h30 para cá, para que as pessoas possam comer alguma coisa aí, o próprio Ministro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por meia hora; a gente volta em 30 minutos.

Muito obrigado.

(Suspensa às 14 horas e 02 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 11 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando os trabalhos, pela ordem de inscritos, o próximo é o Senador Humberto Costa.

V. Exa. tem 15 minutos com a tolerância desta Presidência. O Sr. Eduardo Pazuello estará à sua disposição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, prezado Ministro Eduardo Pazuello, seja bem-vindo.

Eu quero começar, Presidente, de onde o ministro terminou. Perguntado pelo Relator por que ele saiu do Ministério da Saúde, ele disse: "Dever cumprido".

Eu vou aclarar para o Brasil o dever que foi cumprido. Eu, até ouvindo V. Sa. falar, pensei que estava, que acordei na Nova Zelândia, onde, do início da pandemia para cá, morreram 26 pessoas. Não é a realidade. Durante 1 ano e 10 meses em que V. Sa. foi ministro, morreram 276 mil pessoas de Covid. Depois que o senhor saiu, já morreu um outro tanto. O Brasil continua sem vacina!

O senhor falou aqui que vacinamos não sei quantos milhões de pessoas – 25% tomou a primeira dose; a segunda dose, 8,2%. Não sei se o senhor sabe, porque o senhor saiu do ministério, mas, na semana passada, eram 5 milhões de pessoas que tinham tomado CoronaVac em primeira dose, e não tinha dose para tomar em várias cidades e Estados brasileiros.

O Brasil hoje tem *kit* intubação porque um conjunto de empresas comprou e deu para o Ministério da Saúde distribuir pelo Brasil. O Brasil está prestes a perder... Vão ser incinerados 1,6 milhão testes, porque foram comprados equivocadamente: compraram uma parte do teste e não compraram a outra; aquele cotonete grande não compraram. E ninguém quer receber! Nenhum Estado, nenhum Município, nenhuma filantrópica... Esse foi o dever, Sr. Ministro.

Vacinas. Todas as colocações que V. Sa. são equivocadas, são meias verdades. Por exemplo, o Sr. Wajngarten veio aqui, disse que era uma incompetência o trabalho do Ministério da Saúde, que foram dois meses sem responder um ofício, e o senhor veio dizer aqui que não comprou a vacina porque existia um impedimento legal. O senhor sabe quantos dias o Senado Federal levou para aprovar um projeto de lei e permitir que o Governo comprasse a vacina da Pfizer? Dois dias. A Câmara Federal, mais uns quatro ou cinco dias. E o senhor passou de setembro até o mês de março sem definir que precisava disso.

O Senador Randolfe vai lhe mostrar daqui a pouco que ele fez uma emenda numa medida provisória do Governo para aquilo poder ser aprovado, e o Governo não aceitou.

A CoronaVac. O senhor uma coisa aqui que não é verdade. O senhor disse que o Presidente da República não mandou o senhor suspender a compra das 46 milhões de doses da CoronaVac. Me dê licença aqui. Eu vou lhe mostrar... No dia 20, o senhor falou com os Governadores.

(Procede-se à exibição de vídeo via telefone celular.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dia 21.

(Procede-se à exibição de vídeo via telefone celular.) **O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ministro, não só ele não lhe disse... Aí ficou muito grave isso, porque o seguinte: ele tomou a decisão, sem falar com o senhor, de suspender a aquisição da vacina, porque era "vachina", porque que era não sei o quê, e por aí vai.

Se a gente for para a Covax, Ministro... E aqui, veja, eu ouvi aqui vários que passaram que, para tudo, diziam: "Foi o Ministério da Saúde! Foi o Ministério da Saúde!". Eu esperava que o Ministério da Saúde chegasse aqui hoje e dissesse "não foi", mas o senhor confirmou. É incrível!

O senhor disse que não comprou a vacina a mais de 10%, que não entrou no consórcio com mais de 10%, porque era caro. Qual é o preço de uma vida humana, Ministro? Qual é o preço de uma vida humana? Me responda! Para o senhor estar

fazendo conta de quanto ia ser... Esses países aí afora estão comprando cinco vezes a população, quatro vezes a população, três vezes a população, e o Brasil não comprou nem para a metade! Nem para a metade. Essa é a realidade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. *Fora do microfone.*) – Claro que comprou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor me respeite, porque e estou com a palavra.

O senhor me garanta a palavra, por favor.

Tem mais: o senhor fala que teve autonomia, e vem aqui repetir os argumentos do Presidente da República. Aqui vieram dois ministros. Um disse: "Eu não tive autonomia, saí porque não tive". O outro disse: "Eu saí porque não tive autonomia". E o senhor teve autonomia? Não, o senhor não teve autonomia nenhuma. É porque o senhor fez tudo que o Presidente quis. Quem devia estar sentado aí é o Presidente Bolsonaro. O senhor concorda com todas as ideias estapafúrdias que o Presidente da República tem sobre a Covid-19. Eu não vi o senhor contestar quando ele falou mal de máscara. Eu não vi o senhor contestar quando ele falou mal de isolamento social. E aí o senhor vem aqui e diz para a gente o seguinte: "Não, depois que o Supremo tomou uma decisão, eu não podia fazer mais nada". Isso está errado, o senhor sabe!

O senhor, no começo, não conhecia o SUS, mas depois o senhor o conheceu. Na verdade, o seu papel era o de ter sido coordenador do enfrentamento, e não ficar assistindo os Estados e os Municípios enlouquecidos para tentar enfrentar, sem condição, essa situação. Mas eu não boto a culpa no senhor. Essa foi a posição do Presidente da República. Foi ele que foi ao Supremo agora há pouco para impedir os Governadores e Prefeitos de implementarem medidas de isolamento social.

V. Sa., como foi dito aqui, mudou um plano de contingência aprovado pelo seu próprio Governo para dizer que o ministério não tinha responsabilidade de garantir e dizer que agora é apoiar. Pela Lei Orgânica da Saúde e pela própria resolução, o Ministério da Saúde tinha que entrar em todo lugar em que a capacidade do Município ou do Estado fosse exaurida. Quem tinha que entrar era o Ministério da Saúde.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. *Fora do microfone.*) – É inconstitucional.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E V. Sa. sabe disso.

Sabe o que V. Sa. fez, e eu tenho certeza que foi a mando do Presidente Bolsonaro? V. Sa. o que fez de relevante foi tentar mudar a maneira como o Ministério da Saúde informava o número de mortes, o número de pessoas acometidas. Para quê? Para maquiagem, porque o Presidente da República disse que não aguentava mais ver o Jornal Nacional mostrando... Foi preciso a imprensa se organizar, se articular num consórcio, para o povo brasileiro poder saber como andava a evolução da doença. Eu não acho que isso seja um dever cumprido, Sr. Ministro.

Sr. Ministro, o senhor falou aqui que não mandou ninguém fazer tratamento precoce, nem tomar cloroquina. Sabe qual é o problema, Ministro? É que hoje tem isso aqui. Isso aqui... A pessoa não diz e sai impune. O senhor, no dia 21 de julho de 2020, defendeu o uso precoce de cloroquina. No dia 24 de agosto, o senhor disse: "Nosso tratamento precisa ser precoce e imediato" – tratamento. No dia 3 de dezembro, o senhor, numa reunião que envolveu o Uruguai, a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Brasil, fez uma fala dizendo: "O tratamento precoce fez diferença no enfrentamento da Covid-19 no Brasil".

Tem um negócio que eu não entendi ainda. O Ministro Mandetta disse que mandaram fazer cloroquina e ele não sabia. O Ministro Teich disse que mandaram fazer cloroquina e ele não sabia. O senhor também disse que mandaram fazer cloroquina e o senhor não sabia, embora o que o senhor assumiu aqui: que quem pediu cloroquina – essa que foi feita – o senhor mandou.

Mas o senhor pediu à Fundação Oswaldo Cruz para fazer 25% a mais de cloroquina lá no instituto, lá em Farmanguinhos, argumentando que era para malária. Mas o senhor sabe o que aconteceu com a malária no ano passado? O número de casos caiu 10%. E ele mandou fazer cloroquina. Não sei... Vocês acham que foi para malária? Alguém acha aqui que foi para malária? Eu acho que não, que não foi para malária, não é?

Mas eu queria dizer mais um pouco. Eu queria dizer, Ministro, que, lá em Manaus, mandaram para o Amazonas 224 mil comprimidos de cloroquina quando o povo estava precisando de oxigênio. Só em Manaus, foram 47.960. E aquela senhora que vem depor amanhã ainda saiu visitando lugar em lugar para convencer os médicos a usar a cloroquina.

Tomaram a decisão genial de tirar os pacientes de Manaus e mandar para os outros Estados sem ter o cuidado de garantir que isso não fosse uma transmissão do vírus para outros Estados. Não houve essa preocupação; leva de bolo. Os Estados cada um mandando um avião, quer dizer, o ministério não se envolveu nessa questão.

Mas, Ministro, eu quero dizer ao senhor: o senhor teve Covid, não é? Graças a Deus, o senhor ficou bom, não precisou ser entubado. O senhor já pensou o que deve ser alguém com Covid acordar de madrugada com uma cânula na sua traqueia, porque não tem remédio do *kit* Covid para você poder ficar sedado?

O senhor com certeza já deve ter ouvido falar de um movimento que está acontecendo no Brasil, é o movimento que tenta amparar os órfãos da Covid, crianças que não viram a mãe; nasceram e não viram a mãe. Outros de 3, 4, 5, 6 anos que perderam pai, mãe, tio, avó. É tio virando pai. É avó virando mãe. É isso que é o Brasil do dever cumprido que V. Sa. diz ter feito.

Ministro, o Brasil o culpa, infelizmente, porque eu sei que a culpa não é sua. O senhor é um homem leal. O Presidente lá deve estar no Palácio do Planalto dizendo: "Aquilo é um companheiro leal", porque o senhor veio aqui para livrar a cara do responsável por essa situação.

Foi isso que aconteceu, Ministro. Agora, o senhor não devia ser leal a um governo. Devia ser leal ao povo brasileiro, que quer saber de quem é essa responsabilidade, quer saber por que não tem vacina, quer saber por que não tem *kit* de intubação, quer saber por que não tem teste, quer saber por que o Brasil virou esse pária mundial, uma ameaça sanitária para o mundo. A verdade é essa.

O senhor vem vender aqui um sonho e assumir a responsabilidade de quem não merece que o senhor assuma a responsabilidade por ele, porque o senhor é uma pessoa decente, é uma pessoa leal, mas aquele não gosta de povo, não cuida do seu povo, não tem responsabilidade com a população, é incompetente, só pensa no poder! É a única coisa que aquele cidadão pensa. E o senhor devia pensar aqui, agora, um pouquinho se vale a pena assumir esse caminho de processo que tem contra o senhor para defender este Presidente da República.

Eu quero lhe fazer uma sugestão que o povo brasileiro vai adorar: peça desculpa ao povo brasileiro. *(Pausa.)*

Não quero perguntar nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati, via remota, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, vou fazer a primeira pergunta muito rápida. O Brasil tem 2,7% da população mundial. O Brasil tem cerca de 13% das mortes de Covid. A que o senhor, em sua gestão, atribui esses números dramáticos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Boa tarde, Senador.

Eu coloco da seguinte forma: a nossa... O que causa efetivamente a... A contaminação, ela realmente é muito forte e ela tem fatores que são condicionantes nessa contaminação, mas os óbitos, eles têm outros fatores. Você pode ter uma cor de contaminação alta e uma cor de óbito baixa ou pode tê-las simultâneas, paralelas. Eu acredito que a curva de óbito – a pergunta é só o óbito –, ela tem a ver com muitas outras estruturas, muitas faltas de estrutura, a nossa capacidade... A nossa capacidade de resposta, de estruturação de leitos, de estruturação de equipamentos, ela não foi a mais rápida que poderia ser. Então, eu acho que a nossa capacidade de tratar as pessoas, ela poderia ter alcançado um outro nível – um outro nível. E isso tem a ver com a base da estrutura de saúde que nós já temos no nosso País, ou seja, a gente não faz uma estrutura de saúde em um ano. Essa estrutura de saúde já vem em alguns lugares deficitários, outros não, já há bastante tempo.

A própria cepa que nos pegou agora na segunda onda, agora em 2021, não aconteceu em todos os países; essa cepa foi específica de alguns países e, onde ela pegou, ela realmente fez um número de óbitos muito alto. Eu acho que, se nós somarmos esses fatores, nós vamos ter aí uma explicação para essa quantidade de óbitos que nós temos. A própria dificuldade que nós temos na nossa estrutura médica de alinhar o protocolo, alinhar a conduta, porque os nossos conselhos, a nossa própria soberania médica de tomar as posições faz com que não haja um alinhamento claro para o tratamento no nosso País. Então, existem médicos em uma linha, médicos em outras linhas. Então, eu somo essas condicionantes e coloco aí essa responsabilidade. Eu acho que o nosso País é um País continental, 210 milhões de habitantes, e qualquer desses fatores influenciam muito no final na quantidade de óbitos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então V. Sa. concorda que o fato de o Governo Federal não adotar uma estratégia nacional, por exemplo, seguindo as recomendações científicas aceitas pelos países mais desenvolvidos do mundo e pela Organização Mundial de Saúde de forma uniforme no Governo em relação à cloroquina, ao distanciamento social e ao uso de máscara, o Ministério da Saúde pode até ter tido, em alguns momentos, uma posição, mas a do Presidente da República era explicitamente e ostensivamente contrária. Então, pelo que eu entendi da sua resposta, esse foi um fator relevante para que nós chegássemos a esse número de óbitos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, eu coloco aqui de uma maneira bem clara. A política de saúde que o Ministério da Saúde, na minha gestão, desenvolveu apresentava as medidas preventivas como fundamentais para o combate à Covid, medidas preventivas que eu já coloquei aqui e coloco novamente: o uso de máscaras, a própria higiene pessoal, o distanciamento social necessário nos locais de trabalho. Isso tudo foi uma, essa parte está muito bem alinhada. Com relação ao uso de um medicamento ou outro, eu não acho que um medicamento, nós acharmos que a solução ou a causa de mais mortos é o uso ou não da hidroxicloroquina, eu não sou médico, mas, por tudo o que eu ouvi até agora, isso não é um fator decisivo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que o fator principal é o atendimento imediato, esse é o fator principal, não ficar em casa até ter falta de ar e, sim, buscar, o mais rápido possível, o atendimento médico. Eu acho que esse é o fator principal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Tasso quer se posicionar numa situação, só um minutinho, Ministro, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Só uma coisa. Eu entendi que a falta de alinhamento homogêneo no Governo em relação às linhas principais... Por exemplo, eu vou dar um exemplo aqui no meu Estado: se havia uma orientação para a não aglomeração e o uso de máscara, o Presidente da República esteve aqui no meu Estado e foi a dois Municípios. Um: fez uma aglomeração gigantesca, não usou máscara, nem as pessoas que estavam presentes em seu palanque usaram máscara. Para mim, isso é um desalinhamento total entre as atitudes e ações do Presidente da República e a orientação que V. Sa. diz ser a do Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, posso? Bem, para deixar claro... Por videoconferência, às vezes a gente não consegue transmitir, se expressar da maneira correta. Então, vou deixar bem claro: a falta de alinhamento a que eu estou me referindo é a da classe médica, de como deve ser feito, qual a melhor conduta para tratar a Covid, uma doença inérita e para a qual não há protocolos claros. Essa é a falta de alinhamento que eu estou colocando. Para mim, isso é um dos fatores que nos leva ao problema. Eu não acho que o uso ou não da hidroxicloroquina, em si, seja o grande responsável pelo maior ou menor número de mortos. Eu acredito que a maior... Desculpe. (*Falha no áudio.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... sobre aglomeração e uso de máscaras aqui no Ceará e em vários... Falo aqui do Ceará porque... É uma falta de alinhamento com todas as recomendações, não só do Ministério da Saúde, mas mundiais.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito – e aí vem uma posição muito pessoal minha – que o Presidente da República tem, na cabeça dele, outros pensamentos quando ele está agindo dessa forma. Ele está, na minha visão, tratando também a parte do psicossocial, a parte da posição do povo em acreditar que isso aí vai passar. Isso é uma análise minha. Eu não quero dizer nem que seja essa a análise dele. Então, o Presidente tem que ver todos os prismas. Eu me preocupei somente com o prisma da saúde. Os prismas que o Presidente vê são os prismas de um chefe de Estado, que tem outras visões. Como ele vê e como ele age, isso é uma posição dele.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, a última pergunta. V. Sa. também falou aqui no seu depoimento o que mais ou menos tem a ver com que V. Sa. está dizendo agora. O Presidente, quando desautorizou a compra da CoronaVac, publicamente mandou cancelar a compra de uma vacina que era a que tinha maior probabilidade naquele momento de ser usada aqui no Brasil, o Presidente usou a sua figura política. V. Exa. concorda que, num país como o Brasil, ou em qualquer democracia do mundo, esse alinhamento, essa mobilização em torno de um objetivo só, que seria evitar mortes, deve partir do próprio Presidente da República? Ou seja, o lado político, a figura política do Presidente da República não é de médico nem de especialista, é de líder, de referência, daquele que tem que dar o exemplo, daquele que mobiliza ao redor de um determinado objetivo. Me parece, quando V. Sa. diz, agora, que ele, ao fazer aglomeração e ao mesmo tempo não usar máscara, estava mais preocupado com o psicossocial do que salvar vidas e evitar mais contágio.

E a última pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu não comparei se era mais ou menos importante. Essa comparação não foi feita por mim. Eu falei que eu acredito que a visão naquele momento, a visão pessoal minha não é uma crítica ao Presidente e, muito menos, à realidade de como pensa o Presidente. É ele que... Só ele pode se posicionar sobre os pensamentos dele. Mas, na minha visão, é uma posição, é uma das maneiras que ele se coloca perante o povo que está ali.

Agora, com relação... Eu queria deixar apenas uma explicação para o senhor. Eu coloco novamente: nós não havíamos comprado ainda nem uma dose da vacina do Butantan, porque não podíamos comprar. Havia uma intenção de compra. Então, o Presidente não poderia mandar cancelar a compra, porque eu não tinha feito a compra ainda. Então, eu não cancelei a intenção de compra em momento algum. E o que o Presidente falou na rede social, volto a colocar: ele não repetiu isso para mim oficialmente nem pessoalmente. Eu não segui, eu não sigo, não seguiria e acho que ninguém deve seguir uma ordem emanada por uma rede social. Se o Presidente não se posicionou oficialmente comigo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro... Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... essa ordem nunca veio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, sabe o que está havendo? V. Exa. anunciou isso. O Presidente, no dia seguinte, disse que não ia comprar a CoronaVac e depois ele foi visitá-lo no hospital. Aí V. Exa. disse: "Um manda, o outro obedece". Aí, essa cronologia é que está sendo feita.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo?

Veja bem, eu quero aqui alertá-lo, Ministro. O senhor está protegido por um *habeas corpus*. O *habeas corpus* lhe protege para que V. Exa. não se incrimine, mas faltar com a verdade... Pode até dizer: "Olha, não vai dar prisão, eu estou protegido". Mas tenha a certeza, Ministro, de que faltar com a verdade aqui vai dar consequências muito grandes, porque nós não iremos parar enquanto a gente não achar a verdade.

Tem um documento aqui que me chegou às mãos. Um Deputado Federal pediu uma informação ao Ministério da Saúde. A esse documento o Ministério da Saúde responde da seguinte forma... No dia sete, à noite, o senhor recebeu um telefonema do Secretário Marcelo Scampelo lhe avisando que ia faltar oxigênio em Manaus. E está aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, isso é uma resposta dada pelo Ministério da Saúde, não sou eu que estou falando. Eu tenho o documento aqui, eu vou lhe passar às mãos e para os seus advogados. Então, dizendo, faltar a verdade e tentar tangenciar as conversas, as perguntas não será bom para ninguém, nem para esta CPI e nem para V. Exa., que tem uma carreira brilhante dentro da formação sua. Eu o conheço, eu conheci a sua família, eu sei que você é de uma boa formação. Seu pai era um homem trabalhador, não conquistou nada de graça, era imigrante, como meu pai foi imigrante. Você está me entendendo? Tenho um respeito enorme, mas eu tenho que lhe alertar, na minha posição aqui, como Presidente da CPI, como Senador da República.

O Senador Renan lhe fez uma pergunta, o senhor respondeu, nem deixou ele terminar. Missão cumprida, eu acho que não houve missão cumprida. Nós perdemos todas as batalhas até agora, nós não ganhamos uma batalha, nós precisamos ganhar essa guerra contra o vírus. Até agora a gente está perdendo as batalhas.

Então, eu lhe faço este apelo pela relação, pelo que eu conheço da sua história, da sua família: por favor, vamos ser objetivos.

Este documento aqui, que foi do Ministério da Saúde – veja bem, não sou eu que estou inventando –, é uma resposta do Ministério da Saúde a um Deputado Federal que questionou o Ministério da Saúde sobre se o senhor tinha avisado ou não, e esse documento diz, o respondido foi o seguinte: numa conversa informal – tá certo?, em conversa informal –, o senhor foi comunicado da falta, que a White Martins tinha tido uma reunião com o Estado do Amazonas. Não estou isentando o Estado, não, hein? Por favor, não vá dizer que eu estou aqui querendo isentar o Estado de nada, não. O Estado tem suas responsabilidades. Mas eu acho que era um conjunto de esforços para que a gente não deixasse acontecer o que aconteceu no Amazonas. É isso que eu estou lhe falando.

Pelo respeito à sua carreira, pelo respeito às missões que já foram dadas, que o senhor cumpriu... Infelizmente, nós não podemos falar a mesma coisa em relação... Eu acho que todos nós ainda temos muito, há muitas missões para a gente cumprir a missão maior que é combater e exterminar o coronavírus. Nós estamos perdendo todas as batalhas até agora.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Obrigado, Presidente. Estou razoavelmente entendendo o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores colegas, Sr. Ministro, vou aqui iniciar sobre a questão de Manaus, Ministro. Durante a sua fala a

esta CPI, o senhor citou a frase: "O Presidente não me deu ordem direta para nada". O Vice-Governador do Amazonas, o Carlos Almeida, ele denunciou à imprensa que a imunidade de rebanho levou Manaus ao colapso. Aliás, a imunidade que era defendida tanto pelo Presidente Jair Bolsonaro como pelo Governador Wilson Lima. Eu pergunto ao senhor: o senhor concordou com essa abordagem?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Não, não concordo com a abordagem de imunidade de rebanho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor anunciou, o senhor avisou o Presidente da República acerca da crise de Manaus? A gente vê aqui uma certa confusão de datas, né? No primeiro momento, o senhor informa, por exemplo, ao Ministério Público a data do dia 8; depois, do dia 17, acerca do conhecimento da situação do Estado de Manaus; e se fala agora a data do dia 10. Nesse momento, o senhor comunicou ao Presidente da República? E, ao mesmo tempo, qual a orientação que o senhor recebeu do Presidente da República em relação ao caos em Manaus?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadora, deixe eu... Eu gostaria de fazer um esclarecimento, tentar fazer um esclarecimento mais... o melhor possível. No dia...

É óbvio que, a partir de 1º, 2º de janeiro, a partir de 28 de dezembro, meus olhos estavam sobre Manaus. Não é uma, não é uma coisa estanque o que estava acontecendo ali. Eu estava observando. E, no dia 7 de janeiro, à noite, o Secretário de Saúde ligou para o meu telefone pessoal e perguntou se eu tinha condição de ajudá-lo no transporte de cilindros de oxigênio, de Belém para Manaus, que iam para o interior do Amazonas – oxigênio gás, não o líquido; o de Manaus é líquido. E eu disse: não há problema algum. Vou acionar a OMD, que já está com o comando acionado em Manaus, e faz o transporte. Peguei o telefone, liguei para o Ministro da Defesa, liguei para o comandante militar de área, e foi feito o transporte no dia seguinte, no dia 8. Isso não foi... Em momento algum na ligação, Senadora, foi feita qualquer observação sobre colapso de oxigênio. Isso foi dia 7. No dia 8, quando nós começamos o expediente de manhã, eu já reuni os secretários e determinei que nós fôssemos a Manaus, porque não era... Não pela falta de oxigênio, mas pelo colapso que estava ficando claro na rede como um todo – não rede de oxigênio; na rede de atendimento. E o contágio subindo.

Eu falei: "Vamos levar o gabinete a Manaus e de lá a gente vai ver *in loco* primária, especializada, vigilância sanitária, todo mundo, cada um na sua, com a sua equipe". E assim foi feito. Embarcamos no domingo, dia 10.

No domingo, dia 10, eu fui direto para a reunião com o Governador e o Secretário. Nós temos que lembrar que nós estamos falando de sexta-feira, 8; sábado, 9; domingo, 10. Não é uma semana de trabalho. Na sexta-feira, 8... Na quinta-feira, à noite, 7, nós acionamos o transporte de oxigênio, o primeiro; na sexta-feira, 8, eu determinei o embarque; 9, sábado; domingo, nós embarcamos todos para Manaus. Isso é procrastinar a decisão? É qualquer um pegar seis secretários de saúde nacional, embarcar no avião e ir para Manaus? Eu fiquei com medo de estar prevaricando, fazendo demais, não sabia nem o que eu ia encontrar em Manaus.

Então, no dia 10, eu reuni o Governador e o Secretário. Foi a primeira vez que o Secretário colocou de forma clara que havia problemas na logística e no fornecimento efetivo de oxigênio para Manaus, no dia 10, à noite. Eu falei isso 50 vezes. "Ah, você recebeu o *e-mail*". Não, não recebi *e-mail* nenhum. Nem poderia receber *e-mail*. De onde que viria o *e-mail* para mim no Ministério da Saúde no dia 8, na sexta-feira?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, eu só queria colocar para a senhora para ficar bem claro, porque as informações que são dadas por um secretário, por um assessor ou por uma jurídica do ministério às vezes saem erradas. Isso acontece, infelizmente acontece, acontece muito. Mas essa é a realidade dos fatos, tá?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, eu pediria que o senhor fosse mais conciso comigo, porque infelizmente eu não tenho nem 10% do tempo que o nosso Relator tem, então a gente precisa ser muito rápido aqui nas respostas.

E, nesse momento em que o senhor já sentia a situação caótica – aliás, o Brasil inteiro sentia –, tem um ofício que data do dia 7 de janeiro, onde consta o seguinte; esse ofício é encaminhado à Secretaria de Saúde do Estado, onde fala o seguinte: que seja difundido e adotado o tratamento precoce como forma de diminuir o número de internações e óbitos decorrentes da doença. Nesse mesmo momento, há, por exemplo, a decisão do envio de 120 mil unidades de cloroquina, de hidroxicloroquina para o Estado do Amazonas, para a cidade de Manaus.

Eu pergunto ao senhor: quem orientou este ofício? De onde surgiu, na verdade, essa ideia de fazer esse atendimento precoce, no momento realmente de caos que aquele Estado já estava vivenciando?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou dizer uma coisa para senhora: em momento algum pode-se parar o atendimento imediato com as medidas necessárias para iniciar o tratamento, porque a onda não vai parar. Então, são coisas paralelas. Achar que só estava se fazendo isso, achar que o ministério estava cuidando apenas de distribuir esse ou aquele medicamento, a hidroxicloroquina? Isso não é assim. O Ministério tem milhões de ações.

Achar que só estava se fazendo isso, achar que o Ministério estava cuidando apenas de distribuir esse ou aquele medicamento, a hidroxicloroquina? Isso não é assim. O Ministério tem milhões de ações.

E, sobre Manaus, sim, eu acredito que o atendimento imediato, com a prescrição do médico de medicamentos disponíveis, reduz a quantidade de pessoas que vai chegar à fase de agravamento da doença.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Se nós não controlássemos, se nós não controlássemos a entrada, aqui no meio ia continuar impactado demais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora, a pergunta, Ministro, é esta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A resposta é: eu não fiz... Não fui eu que fiz o ofício. Esse ofício foi feito pela Secretária Mayra. E ele foi feito em virtude da ida... Ela esteve em Manaus. Ela foi, na equipe avançada, para avaliar a situação nos dias 4 e 5.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor tinha conhecimento de que estava indo hidroxicloroquina e não o oxigênio, que era a necessidade premente do momento.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ao mesmo tempo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia solicitação de oxigênio algum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ao mesmo tempo, por que o Ministério da Saúde não aceitou, por exemplo, a ajuda americana de envio do avião cargueiro, Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... para fazer o transporte do oxigênio?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou colocar para a senhora: nós não mandamos apenas medicamentos para Manaus, nós mandamos respiradores, nós mandamos concentradores de oxigênio, mandamos fábricas de oxigênio e mandamos medicamentos, mandamos vacinas. E o que é que a gente... H1N1, na época. Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Oi?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, um minuto para mim, Presidente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E nós fizemos um grande aumento do número de leitos ali no que era possível. Agora, tem que ficar claro, tem que ficar claro que o Estado não nos passou situação alguma de oxigênio em relação à White Martins até o dia 10.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor aceitou ou não o avião, Ministro? A pergunta é só essa.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senhora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor aceitou ou não a ajuda americana do avião cargueiro para o transporte de oxigênio?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca me chegou essa oferta para que eu aceitasse ou não: "Você aceita ou não?". Quando eu soube que estava sendo discutido o avião americano, é claro que eu queria o avião americano!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor nunca soube, não é? Tudo bem!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quando eu soube disso... Não chegou para o Ministério da Saúde.

Eu tenho a informação – isto é só um dado; eu não tenho como confirmá-la – de que a oferta nunca foi de doação de avião para nós, porque, obviamente, aquilo teria que ser contratado de alguma forma oficial. Isso, eu não tenho esse dado para lhe garantir. Agora, dependendo de nós, eu queria avião de qualquer lugar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Ministro, eu vou partir aqui para outra pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu queria avião de qualquer lugar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... porque não tenho muito tempo.

Ontem, nós tivemos uma denúncia, que foi apresentada pelo Jornal Nacional, de que o Ministério da Saúde, mais especificamente seu escritório no Estado do Rio de Janeiro, teria construído, ou melhor, reformado dois galpões da ordem de um volume de R\$30 milhões e de que parte, inclusive, desse material não havia sido entregue. Segundo ainda informações do Jornal Nacional, isso teria sido conduzido pelo Coronel George Divério, tudo isso feito num período de pandemia, buscando, na verdade, o princípio da emergência a partir desse período de pandemia. Aí, portanto, foi uma aplicação sem que ao menos, inclusive, os equipamentos tenham sido entregues.

O senhor tem informação... Qual a informação que o senhor nos dá acerca dessa denúncia, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu soube disso ontem pelo Jornal Nacional. Liguei para me informar. A informação que tive foi: as causas da emergência não foram Covid, foram outros tipos de causa, eram causas de risco à integridade das pessoas que estavam trabalhando nas duas instalações. E, dois, não houve emprego de recurso algum porque os processos foram cancelados. Foi verificado pela nossa própria integridade que a formalidade não estava correta, e ela foi cancelada antes de acontecer. Pelo que eu soube até agora, esses são os fatos; o resto já são ilações do problema. Não houve nenhum centavo colocado de nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo, eu queria pedir ao Presidente desta Comissão, através de algum outro membro, porque não sou membro desta Comissão, que solicitasse a cópia dessas atas, Ministro. A gente, muitos colegas aqui falam inclusive sobre essa questão de direcionamento orçamentário. Eu acho que inclusive é uma boa resposta a alguns desses colegas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... que se solicite, portanto, a cópia dessas atas das reuniões junto ao ministério e ao Estado do Rio de Janeiro.

E, para finalizar...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... eu quero falar aqui...

Não, eu estou falando ao Presidente Omar.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero fazer aqui uma última pergunta ao senhor, Ministro. O senhor leva a sério o que o Presidente da República fala nas redes sociais,

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu só levo a sério quando as coisas são tratadas pessoalmente comigo, oficialmente, como Ministro. Agora, as posições do Presidente nas redes sociais, as posições de tuítes, aquilo ali é a figura política dele. Dali eu não extraio ordens e determinações para nada, nunca extraí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o senhor não leva a sério.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, o termo não é "levar a sério"; eu não falei isso. Eu falei que dali eu não extraio ordens. É diferente de não levar a sério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Porque, Ministro, com todo o respeito ao senhor, mas, assim, a sensação que eu tenho é de que parece que o senhor está meio que brincando com a cara da gente na CPI.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, Senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor já mentiu demais nesta Comissão, Ministro, mas muito mesmo. Eu não tenho nem tempo para elencar aqui todas as mentiras que V. Exa. cita a esta Comissão. Por exemplo, V. Exa. acaba de falar que não teve informações acerca do avião cargueiro. Está aqui uma documentação que foi feita pelo próprio Ministério da Saúde em resposta, por exemplo, a uma Parlamentar, a Deputada Perpétua, da Câmara dos Deputados, e fala aqui claramente por que não atendeu ao pedido...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... que foi apresentado para ter acesso a essa aeronave. Está aqui, claramente. Posso passar a V. Exa.

E aí inclusive a própria imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Você pode assessorar o Ministro, mas falar aqui, não. V. Exa. não...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo. Melhor ele ficar em silêncio do que se comprometer cada vez mais, porque esse documento eu recebi agora. Por isso que eu falei: "Olha, dia 7 e tal". Ele explicou aqui, mas a explicação dele não bate com a explicação do ministério. Não foi o secretário ou o Governador João... Não, foi lá o ministério.

Então, a mesma coisa: a Senadora Eliziane está trazendo um levantamento de uma resposta dada do ministério a uma Deputada. Por isso que eu acho que vocês têm que ter acesso a essas respostas para que vocês não possam, depois, passar constrangimento. É isso que eu estou querendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu só pediria a V. Exa. mais dois minutos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só... Eu ouço, Senadora. Eu só queria que V. Exa. pontuasse...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu já estou finalizando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... mas sem agressão, sem, sabe... Eu a conheço, eu gosto tanto da senhora. Por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu não sou agressiva. V. Exa. sabe que eu não sou agressiva; eu estou sendo enfática apenas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, você é um amor de pessoa. Eu tenho um carinho enorme por você.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, está aqui, Presidente, com toda a calma, está aqui a documentação, tanto de recortes de jornais quanto um documento emitido pelo Ministério da Saúde acerca da informação do porquê não estaria atendendo a essa ajuda americana em relação a esse avião cargueiro.

Quando, por exemplo, o Ministro fala sobre não ter manifestado intenção para a compra da CoronaVac, aí eu perguntei para ele...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Não ter?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... se ele considera ou não a palavra do Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... se ele considera ou não a palavra do Presidente.

Primeiramente, está muito claro... Não, Presidente quero mais dois minutos. Eu acabei sendo interrompida em alguns momentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu interrompi V. Exa. Por isso, a senhora tem, sim, o tempo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, está aqui a documentação, a outra documentação feita pelo próprio Ministério da Saúde que mostra claramente a manifestação de interesse, por parte do Ministério da Saúde, de compra da CoronaVac. O Presidente fala, no dia seguinte, que não vai comprar coisa nenhuma porque é da China, e, depois, o Ministro diz: "Olha, o Presidente manda, e eu obedeco". É simplesmente isso. E está aqui. O Presidente diz simplesmente que não havia intenção de compra realmente da CoronaVac. Não é verdade!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ao contrário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui constatado realmente nessa documentação.

Quando, por exemplo, o Ministro coloca que não teve recomendação ou orientação para o uso da cloroquina... Meu Deus do céu! Está aqui a orientação escrita pelo Ministério da Saúde, que ficou até o último dia 22 de abril no *site* do Ministério da Saúde; só depois, na verdade, retirou. Aliás, o Conselho Nacional de Saúde fez uma documentação que também está aqui e que enviou ao Ministério Público Federal falando exatamente contrário a essa orientação, porque não obedecia à recomendação, por exemplo, do próprio SUS, das organizações sanitárias e da Organização Mundial da Saúde e colocava, portanto, em risco a população brasileira. Está aqui essa outra documentação, que é do Conselho Nacional de Saúde.

E, por último, Ministro... Aliás, eu queria rapidamente perguntar ao senhor: por que o senhor não recebeu a representação da Pfizer, que, pelas informações do Diretor da Pfizer aqui nesta CPI, iniciou as conversas a partir do mês de maio e, até o mês de novembro, não conseguiu, na verdade, se reunir nem com o senhor nem mesmo com o Ministro da Economia? Por que o senhor não recebeu a Diretoria da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou começar pela última resposta, porque eu não recebi a diretoria de nenhuma empresa vendedora de nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente... Você não recebeu? Não é verdade, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não recebi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui a constatação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... a sua agenda...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Consta claramente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixe eu explicar para a senhora.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Não era para tratar de vacina.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixe eu explicar para a senhora.

Eu recebi o Dr. Carlos Murillo para cumprimentá-lo durante uma das suas idas lá. Recebi, pedi para que ele entendesse a importância do Brasil, importância da Pfizer, que é uma parceira de longa data conosco – nós compramos bilhões da Pfizer pelo Ministério da Saúde. Falei para ele na minha sala. Liguei para ele no final de semana para cobrá-lo numa posição mais dura. Então, eu o recebi uma vez no meu gabinete, antigo gabinete, e, uma das vezes, numa outra semana, eu liguei no final de semana para ele para cobrá-lo de uma posição que flexibilizasse mais o que nós estávamos fazendo com ele. Então, ficam aí as duas primeiras respostas.

Eu o recebi uma vez no gabinete. Lembro claramente: eu mostrando o mapa do Brasil para ele e mostrando as dimensões do Brasil para ele compreender que nós não poderíamos ser tratados igual a qualquer outro país da América do Sul e liguei para ele pessoalmente também. Mas isso é a parte simplesmente por tê-lo recebido. Agora, em termos de diretoria da Pfizer para apresentar proposta, eu não recebi. Eu recebi o Presidente da Pfizer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E a sua reunião com a Janssen era acerca de quê?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor recebeu... Consta, na sua agenda...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... também o recebimento no dia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, vou falar de novo para a senhora: eu não recebi nunca diretoria de ninguém para tratar de compra e venda de vacina. Posso ter cumprimentado o representante-chefe do cara, para apertar a mão, tomar um café, muito obrigado... Qualquer negociação foi feita na Secretaria-Executiva abaixo, não comigo. É isso o que eu estou falando para a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado. Obrigado.

Ao Presidente da América Latina da Pfizer, o Carlos Murillo, quando esteve aqui, o Senador Renan perguntou e ele disse que a reunião que ele teve foi com o Coronel, eu não lembro o nome do Coronel, me desculpe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Elcio. E que o Ministro entrou lá e só cumprimentou e saiu.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só que consta na agenda do Ministro, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... duas agendas, em dois momentos distintos, com dois representantes, tanto da Pfizer quanto da Janssen.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu queria que ficasse registrado, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A palavra está com o Senador Eduardo Braga, por...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Alessandro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu só queria que ficasse registrado que o Ministro, ao longo de seu depoimento, não negou ter recebido presidentes ou diretores de laboratórios produtores de vacinas. O que ele enfatizou é que as negociações em nível técnico, comercial, se deram com as equipes técnicas do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas todo mundo entendeu dessa forma, Senador Líder.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, é porque as perguntas da Senadora Eliziane queriam, de certa forma, concluir por uma contradição do Ministro, e essa contradição não houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No caso da Pfizer, não é essa a questão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, mas é porque a representante da Pfizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No caso da Pfizer, não é essa a questão. No caso da Pfizer é que, de agosto a dezembro, ele não recebeu ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – As negociações se realizaram no Ministério como ela afirma que se delinearam. *(Fora do microfone.)*

E ele foi claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na verdade...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu não vou interromper a Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na verdade essa informação... Na verdade, a informação não é minha, essa informação é da Pfizer. Acho que até cabe uma acareação entre o Ministro da Saúde e o representante da Pfizer, porque as informações não batem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigada, Senadora.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente, o nosso depoente está acompanhado por assessoria jurídica, correto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu gostaria que fossem identificados, porque me parece que ele tem advogado particular e o representante da AGU.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu realmente não sei quem é quem, mas por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não tenho advogado... Esse é o Coronel Franco Duarte e esse é o representante da AGU.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor não está acompanhado, nem é representado por advogado particular?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em hipótese alguma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A AGU eu acho que é obrigada a defender ex-Ministro, no caso.

Senador Eduardo Braga, com a palavra, por 15 minutos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Presidente, em primeiro lugar, agradecer a V. Exa. e cumprimentar o Sr. Ministro, cumprimentar o Relator, Senador Renan, as Sras. e os Srs. Senadores e o povo brasileiro que nos acompanha, em especial, o povo do Amazonas.

Sr. Ministro, eu queria aqui lembrar números muitos tristes. V. Exa. assumiu o Ministério de Minas e Energia...

Eu vou aguardar... Eu vou aguardar o diálogo aqui paralelo, com a permissão do nosso Presidente, porque, sinceramente, eu estou desde às 9h da manhã aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço a gentileza das pessoas que estão falando. O Senador Eduardo Braga está com a palavra, e a gente precisa de 15 minutos para ele fazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. É apenas para informar à Mesa que, após a fala do eminente Senador Eduardo Braga...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque a Ordem do Dia teve início...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já iniciou?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a informação que eu acabo de receber.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido a V. Exa.: que V. Exa. fizesse um apelo ao Presidente do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já fiz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – O Relator terminou agora há pouco a participação dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já fiz.

O Presidente do Senado me recebeu da seguinte forma...

Bem, eu falei, desde o primeiro momento, que, se tiver que parar, a gente vai parar e vai voltar depois.

Eu fiz esse apelo, como outros Senadores ligaram para o Presidente. O Líder Fernando Bezerra ligou, o Senador Rogério Carvalho ligou. E eu falei com o Presidente. Ele me disse que teria uma matéria para aprovar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Já foi retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, não tem nada. Não sei por que está havendo sessão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Foi retirada de pauta, pelo que eu sei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, como eu ia falando, peço apenas para repor os 15 minutos, Sr. Presidente, porque eu sequer comecei ainda a falar.

Mas, Sr. Ministro, eu, lamentavelmente, vou lembrar números tristes. V. Exa. assumiu o Ministério da Saúde com 15.633 mortes no Brasil. Deixou o Ministério da Saúde, dez meses depois, o Brasil, com 298.843 mortes.

Sr. Presidente, triste dizer, hoje, que os números mostram 439.050 brasileiros mortos pelo covid.

Ora, Ministro, se V. Exa. tem na sua agenda diretor de empresa de venda de vacina, isso é obrigação de V. Exa., como Ministro, tratar de compra de vacina para salvar vida de brasileiro! Não tem que haver nenhuma vergonha, Senador Humberto Costa, se isso existe. O ruim é o senhor vir aqui à Comissão dizer que, na qualidade de Ministro, não tratou de compra de vacina quando nós precisamos de vacina para salvar vidas! Quando uma das razões de esta CPI existir é para resolver o problema de vacina!

Não é crime Ministro da Saúde sentar com diretoria da Pfizer, sentar com a diretoria da Sinovac, sentar com a diretoria da Covaxin, sentar com quem quer que seja para comprar vacina para salvar vidas!

Portanto, se a Senadora Eliziane trouxe a agenda de V. Exa. e lá consta, eu ia fazer uma pergunta a V. Exa., porque, se V. Exa. dissesse que era mentira, eu ia lhe dizer: Ministro, eu não consigo entender o senhor, como Ministro da Saúde, tendo assumido o Ministério com 15.633 mortes, mais de 200 mil pessoas morreram na sua gestão, e o senhor não estava priorizando compra de vacina? Como? É a primeira pergunta.

A segunda pergunta é: o senhor concorda que, se não houvesse faltado oxigênio no Amazonas, vidas teriam sido salvas? Essa é a segunda pergunta.

A terceira pergunta, Sr. Ministro, é: a quem o senhor, então, atribui a responsabilidade de falta de oxigênio no Amazonas? À empresa? À sua equipe? Já que o senhor disse, ainda há pouco, que agiu rápido e que fez tudo a seu alcance.

Portanto, eu quero ouvir de V. Exa., porque não é possível, porque não é possível, nós, brasileiros, estarmos vendo o que está acontecendo e ficarmos aqui num discurso negacionista, se é cloroquina, se não é cloroquina!

Eu não quero saber se é A, se é B ou se é C; o que eu quero saber é como nós salvamos vida. Como é que nós estancamos essa mortandade no País? Porque não é natural, porque não é normal o volume de mortos. Eu tenho 60 anos, Ministro. Eu não imaginei que, aos 60 anos de idade, às vésperas dos meus 40 anos de vida pública, eu estivesse testemunhando e vivenciando o que eu tenho vivenciado.

Quarta pergunta: quem autorizou a desativação do Hospital de Campanha Nilton Lins em Manaus? Ele foi desativado, Sr. Relator, em julho de 2020, logo ao cabo da primeira onda. E, como todos sabemos, não foi apenas o hospital de campanha do Amazonas que foi desativado. Nós tivemos em várias capitais brasileiras, em vários Estados brasileiros, redução de leitos de UTI.

Portanto, a quinta pergunta a V. Exa.: com relação à questão... Com relação à questão da má gestão dos leitos da UTI, das UTIs: a quem e a quê V. Exa. atribui a redução e o fechamento dos hospitais de campanha e dos leitos de UTI pós-primeira onda? O Ministério da Saúde sabia ou não da existência e da possibilidade da segunda onda?

Sexta pergunta: o aplicativo TrateCov. O aplicativo TrateCov, Sr. Ministro, está na TV Brasil, com propaganda oficial. No dia 19 de janeiro de 2021, na minha cidade, na cidade de Manaus, como recomendação, Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo, a TV Senado está transmitindo agora a sessão. Não... Foi cortada a sessão daqui. Eu acho melhor a gente suspender, para V. Exa. voltar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Porque é... Vamos esperar um pouco, Ministro? Depois a gente volta. Então, vamos suspender a reunião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É a melhor providência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente volta assim que o Senador Rodrigo Pacheco encerrar a reunião lá.

(Suspensa às 16 horas e 11 minutos.)

(Suspensa às 16 horas e 11 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 09 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós ficamos aguardando, conforme o combinado aqui, por 30 minutos, para ver se a sessão do Senado seria interrompida. Infelizmente, não terminou. Nós temos ainda 23 Senadores e Senadoras para falar e nós estamos aqui desde às 9h da manhã. Poderíamos ficar um pouco mais, mas a gente não sabe que horas vai terminar a sessão do Senado e nós estamos votando.

Acabei de botar uma matéria aqui, via remota...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, é só essa nominal que tem. Parece-me que vai continuar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, acontece que, quando os Senadores estiverem inscritos para falar, independente de votação ou não, a sessão do Senado, ainda que permaneça...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E se nós entrarmos num acordo? Eu uso cinco minutos. Eu tenho uma pergunta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senadora, me perdoe, me perdoe, nós não podemos aqui ficar falando em nome de outros Senadores que estão inscritos.

Senador Omar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se cada um...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... eu concordo com V. Exa. Eu acho que nós devemos suspender os trabalhos e recomeçar amanhã, às 9h da manhã. Ainda tem dois itens na pauta, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Parece que vai tirar, Senador... Senador Eduardo, é muito diferente quando você participa aqui e participa remotamente: aí a gente marca viagem, compra passagem, reserva... Só no sentido... Não, eu quero só ajudar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senadora, eu também quero ajudar. A gente mora no Amazonas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu imagino, eu sei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – De lá para cá são 2 horas e 40 de voo. Não tem voo quinta-feira à tarde para o Amazonas, nem à noite, eu vou ter que ir sexta-feira.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Só para que a senhora saiba.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, eu queria... É de total interesse o senhor estar no Amazonas. Eu queria saber se é possível fazer algum acordo com o Senador Rodrigo, com o Presidente. O que nós poderíamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Para ajudar, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... a senhora viaja amanhã?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, eu não vou mais viajar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vamos marcar: amanhã, às 10h da manhã, a gente reinicia a sessão. Nós começamos meia hora antes, porque nós temos que votar requerimentos para a semana que vem. Tem requerimentos e convocações que estão pautados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E aí, Presidente, amanhã pela manhã, se o Senador Otto quiser recomeçar por ele, eu abro mão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tem problema, mas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... ele recomeça e depois eu falo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro Pazuello, amanhã...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pode ser?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... nós vamos iniciar 9h. Nós iniciaremos às 9h e a sua...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. às 10h da manhã, está bom?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Estarei presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está encerrada a sessão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está suspensa a reunião, desculpem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A reunião está suspensa até amanhã, às 9h da manhã.

Pois não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque amanhã nós teríamos outro depoimento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós teríamos outro depoimento amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não estou te ouvindo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Teríamos outro depoimento amanhã. Como é que fica o outro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O depoimento da Dra. Mayra ficará para terça-feira que vem, e assim por diante.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, sim, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um abraço.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 12 minutos.)

DOCUMENTO 05

PRIMEIRO REQUERIMENTO DE AFASTAMENTO DE SIGILO TELEMÁTICO E TELEFÔNICO



SÃO PAULO | CAMPINAS | BRASÍLIA

Escritórios Internacionais*: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, México, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Suíça (*Lawrope)

www.emerenciano.com.br



CPI DA PANDEMIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. Senador Alessandro Vieira)

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, do disposto na Lei nº 1.579/52, bem como dos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requieiro a **TRANSFERÊNCIA DOS SIGILOS:**

a) telefônico, de março de 2020 até o presente, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originais e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país;

b.1) telemático, de março de 2020 até o presente, oficiando-se empresa **Google Brasil Internet Ltda.** (Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º andar, CEP 04538-133, São Paulo/SP), para que forneça:

- Dados cadastrais;
- Registros de conexão (IPs)
- Informações de Android (IMEI)
- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Drive, incluindo o backup do WhatsApp;

- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF);
- Lista de contatos vinculados as contas mencionadas, com números de telefones e nomes;
- Cópia integral de todas as mensagens (Gmail) enviadas/recebidas/armazenadas (rascunhos e lixeira), com seus anexos, em formato originalmente salvo pelo usuário, preservando a estrutura de diretórios criada pelo mesmo;
- Cópia integral de todas as mensagens enviadas, recebidas e armazenadas, conteúdos multimídias (fotos, vídeos, áudios) e qualquer outro anexo compartilhado através do sistema de troca de mensagens instantâneas *Hangout*;
- Localizações pretéritas e atuais do uso da(s) conta(s) (Location History), incluindo localizações geográficas específicas, por meio de GPS, *Bluetooth* ou sinal Wi-Fi;
- Relação dos locais salvos no GOOGLE MAPS e demais dados armazenados no aplicativo;
- Os históricos de pesquisas realizadas pelo usuário do dispositivo, incluindo pesquisas no Google Maps;
- Informações de pagamento, incluindo dados dos cartões de crédito (operadoras);
- Listagem das redes WI-FI acessadas pelas contas indicadas;
- Informações dos aplicativos baixados e instalados no Google Play;

b.2) telemático, de março de 2020 até o presente, oficiando-se empresa **WhatsApp Inc.**, para que forneça as seguintes informações sobre:

- "User Info, IP Addresses, Sym Address Book, Account Notes, Full Group Memberships e Profile Picture" (dados cadastrais da conta, informações do aparelho, versão da APP, data e horário do registro, *status* de conexão, última conexão com data, hora e porta lógica, endereço de e-mail, informações de cliente *Web*; registros de acessos IPs desde 2019 e IP da última conexão; histórico de mudança de números; perfil do usuário com foto; *about* - antigo "*status*";

- Nomes dos grupos, seus administradores, integrantes dos grupos com seus respectivos números de telefones e fotos - lista de grupos; e agenda de contatos simétricos e assimétricos).

b.3) telemático, de março de 2020 até o presente, oficiando-se empresa **Facebook** para que forneça, a respeito das plataformas **Facebook, Instagram e Facebook Messenger**, todo o conteúdo relativo às contas de titularidade do investigado em especial mensagens privadas, participação em grupos fechados, comentários e postagens, lista de amigos e toda atividade nelas realizada.

b.4) telemático, de março de 2020 até o presente, oficiando-se a empresa **Apple Computer Brasil Ltda**, por meio da Privacy & Law Enforcement Compliance (e-mail lawenforcement@apple.com) para que forneça todo o conteúdo relativo às contas e aparelhos de titularidade do investigado, especialmente dados de localização, GPS, Bluetooth, endereço IP, localização de pontos de acesso Wi-Fi e torres de celular e outras tecnologias para determinar a localização aproximada de seu dispositivo, bem como o conteúdo armazenado no iCloud.

b.5) telemático, de março de 2020 até o presente, oficiando-se a Câmara Municipal do Rio de Janeiro para que forneça:

- Dados cadastrais;
- Registros de conexão (IPs)
- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no e-mail funcional
- Cópia integral de todas as mensagens enviadas/recebidas/armazenadas (rascunhos e lixeira), com seus anexos, em formato originalmente salvo pelo usuário, preservando a estrutura de diretórios criada pelo mesmo;
- Listagem das redes WI-FI acessadas pela conta indicada;

TODOS do Sr. Carlos Wizard Martins, CPF 358.707.459-34, para esta Comissão, de março de 2020 até o presente.

A presente ordem de transferência há de ser cumprida, sob pena de desobediência, devendo as informações requeridas serem enviadas em meio eletrônico.

JUSTIFICAÇÃO

Os depoimentos colhidos até o presente momento, somados às informações e aos documentos disponibilizados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, apontam a possível existência de um "ministério paralelo da saúde", que defendia a utilização de medicação sem eficácia comprovada e apoiava teorias como a da imunidade de rebanho, tendo como um de seus financiadores o Sr. Carlos Wizard Martins.

Ao lado da médica Nise Yamaguchi, o Sr. Wizard teria tentado incluir o tratamento contra Covid-19 na bula da cloroquina por decreto presidencial, além de ter reunido um grupo denominado "Conselho Científico Independente", com uma dezena de especialistas que estariam, segundo suas palavras, vencendo o vírus.

Em junho do ano passado, o Sr. Wizard chegou a declarar, em primeira pessoa: "Temos uma equipe de inteligência do ministério. Essa equipe encontrou indícios de que alguns municípios e estados estão inflacionando os dados para receber benefícios federais, isso é lamentável."

Mais do que um mero conselheiro do ex-Ministro Pazuello, o Sr. Wizard também defendeu publicamente o tratamento precoce contra o coronavírus e se posicionou contrariamente a medidas de confinamento, havendo indícios de que tenha mobilizado recursos financeiros para fortalecer a aceitação das medidas que o Presidente da República julgava adequadas, mesmo sem qualquer comprovação científica.

Nesse sentido, a transferência dos dados ora solicitados permitirá delimitar os exatos contornos da participação do Sr. Wizard nas discussões acerca das medidas tomadas para o combate à pandemia, identificando-se se houve participação efetiva de indivíduos que não fazem parte do Governo Federal e tampouco dispõem de conhecimento médico ou de áreas afins.

Roga-se aos nobres pares apoio para aprovação do presente requerimento.



Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA
CIDADANIA/SE



SF/21719.76749-90

DOCUMENTO 06

REQUERIMENTO À CPI PARA REALIZAÇÃO DE DEPOIMENTO VIRTUAL



SÃO PAULO | CAMPINAS | BRASÍLIA

Escritórios Internacionais*: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, México, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Suíça (*Lawrope)

www.emerenciano.com.br

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR PRESIDENTE DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI DA PANDEMIA**

CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS,

vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, por seus procuradores constituídos, dizer e requerer o que quanto segue:

1. O Requerente foi convocado para prestar depoimento no próximo dia 17 de junho, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo escopo de trabalho é “*apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19, no Brasil*”, instalada na data 27 de abril de 2021, a partir dos Requerimentos 1.371/2021 e 1.372/2021, conforme comunicado enviado à Presidência do Senado Federal, constante no Ofício nº 001/2021.

2. O Requerente esclarece que está fora do território nacional desde o dia 30 de março de 2021 (doc. anexo) em viagem, acompanhando tratamento médico de familiar, nos Estados Unidos da América.

SÃO PAULO | CAMPINAS | BRASÍLIA

3. Em virtude dessa imperiosa necessidade, se o Requerente deixar o território americano para atender a convocação dessa importante Comissão Parlamentar, não poderá retornar de imediato por conta das restrições de entrada impostas pela Ordem Executiva de 25 de janeiro de 2021 da Presidência da República dos Estados Unidos da América que regula as medidas de proteção adotadas naquele país em resposta à Pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 (Covid-19).¹

4. Nos termos da referida Ordem Executiva estão impedidos de ingressar em território americano qualquer pessoa anteriormente presente em território brasileiro nos quatorze dias que antecedem sua chegada, o que torna necessário um período de quarentena em um terceiro país para o qual não vigore a referida restrição, fato esse que, sopesado, impede e desaconselha, pela circunstância relatada e pelos riscos de contaminação inerentes a qualquer viagem no atual período, seu regresso imediato ao Brasil para atender à convocação que, pelos seus termos, exige sua presença pessoal.

5. Em face dessa situação, e para bem cumprir e atender ao quanto determinado por essa respeitável Comissão Parlamentar, o Requerente solicita que seja autorizado por essa Presidência que sua oitiva se realize na modalidade interativa semipresencial, como vem sendo adotada também para as reuniões dessa mesma Comissão investigadora.

6. Nesse contexto, com fundamento no art. 3º e art. 6º da Lei 1.579/52, c/c art. 147,§2º, e art. 153 do Regimento Interno do Senado Federal, os quais estabelecem a aplicação do Código de Processo Penal aos procedimentos adotados pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, bem como em consonância com as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça de nº 314, 322, 329 e 341, as quais estabelecem, analogicamente, a adoção de audiências e julgamentos virtuais no âmbito

¹<https://br.usembassy.gov/pt/proclamacao-presidencial-restringe-viagens-de-estrangeiros-incluindo-brasileiros-para-os-eua/>. Texto original: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/presidential-actions/2021/01/25/proclamation-on-the-suspension-of-entry-as-immigrants-and-non-immigrants-of-certain-additional-persons-who-pose-a-risk-of-transmitting-coronavirus-disease/>

do Poder Judiciário em decorrência das medidas preventivas à pandemia, assim como com supedâneo no Ato da Comissão Diretora nº 7 de 2020, do Senado Federal, a qual estabeleceu o sistema de deliberação remota pelo Senado Federal, requer seu depoimento se realize de forma interativa semipresencial pela plataforma de videoconferência já utilizada por essa Casa Legislativa.

7. Por oportuno, consigna ainda, que a realização do depoimento por meio de videoconferência não trará qualquer prejuízo à apuração dos fatos ou à qualidade da sua contribuição para os objetivos dessa Comissão investigadora, já que tal solução tem sido amplamente utilizada pelo próprio Poder Judiciário em todas as suas instâncias para a totalidade dos depoimentos de acusados e testemunhas, inclusive pela mais alta Corte do País, o Supremo Tribunal Federal, assim como também amplamente em uso pelo próprio Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

8. Além disso, ao longo das últimas semanas, foi amplamente noticiado na imprensa² e afirmado por membros desta i. Comissão investigadora, que a mesma detém documentos que implicam o Requerente em uma direta relação com as irregularidades e ilícitos investigados, tendo, inclusive, ocorrido a reclassificação do nível de sigilo desses documentos³, o que exige que os seus Advogados constituídos, no exercício das suas prerrogativas profissionais, tenham pleno acesso antes da realização do referimento depoimento.

²<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/05/27/bolsonaro-recebeu-membros-de-suposto-gabinete-paralelo-mais-de-10-vezes-apontam-documentos-da-cpi.ghtml>.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/documentos-do-planalto-entregues-a-cpi-mostram-24-reunioes-com-atuacao-de-ministerio-paralelo-na-gestao-da-pandemia.shtml>

<https://exame.com/brasil/cpi-recebe-documentos-sobre-reunioes-do-suposto-ministerio-paralelo/> Acesso em 14 de junho de 2021.


³<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4930011-cpi-derruba-sigilo-de-informacoes-e-documentos-enviados-a-comissao.html> Acesso em 14 de junho de 2021.

9. Por decorrência, conforme fixado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, na sua Súmula Vinculante nº 14, que estabelece que “*é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa*”⁴, como corolário do Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório, e também nos termos do art. 7º, incisos XIII e XIV, do Estatuto da Advocacia, requer-se, desde já, seja concedido aos Advogados constituídos, de imediato, amplo acesso e cópias dos referidos documentos em tempo hábil e anterior à oitiva designada. Tudo isso, ilustre Sr. Senador Presidente, para que possam bem exercer suas prerrogativas legais e que o depoente tenha pleno conhecimento dos fatos pelos quais está sendo convocado a depor.

10. Diante do exposto, requer-se, com base nos fundamentos legais acima indicados, seja (i) deferida a oitiva do Requerente por meio virtual na forma indicada, bem como (ii) deferido o acesso aos Advogados constituídos em tempo adequado e hábil, aos documentos em posse dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que fundamentam a investigação empreendida contra o Requerente.

Nestes termos,
pedem deferimento.

Brasília/DF, 14 de junho 2021.


ADELMO DA SILVA EMERENCIANO
OAB/SP 91.916

SERGIO DE PAULA EMERENCIANO
OAB/SP 195.469

MARIA ISABEL BERMUDEZ COLOMBO
OAB/SP 319.900

⁴ SUMULA VINCULANTE nº 14 do Supremo Tribunal Federal.

DOCUMENTO 07

INDEFERIMENTO DE OITIVA VIRTUAL E DE ACESSO A DOCUMENTOS PELA CPI



SÃO PAULO | CAMPINAS | BRASÍLIA

Escritórios Internacionais*: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, México, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Suíça (*Lawrope)

www.emerenciano.com.br



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 1452/2021 - CPIPANDEMIA

Brasília, 15 de junho de 2021

A Sua Senhoria o Senhor
ADELMO DA SILVA EMERENCIANO

Assunto: **Convocação do sr. Carlos Wizard para comparecimento perante a CPI da Pandemia**

Senhor Advogado,

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal nºs 1371 e 1372, de 2021, para “apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil; as possíveis irregularidades, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19”, e à petição apresentada por V. Sra. em nome do Sr. Carlos Wizard Martins.

Quanto ao pleito para prestar depoimento de forma virtual, a resposta é negativa. A dinâmica das comissões parlamentares de inquérito não permite a realização de depoimento virtual com o proveito adequado às investigações. Para além disso, o depoimento virtual da testemunha não permite que se resguarde a sua incomunicabilidade e que a testemunha não fará leitura de seu depoimento, uma vez que o Código de Processo Penal é taxativo em somente autorizar a consulta a anotações. Ainda, o depoimento virtual ficaria sujeito a instabilidades de conexão e permitiria que a testemunha, quando quisesse, dele se ausentasse, situação que vai de encontro ao dever jurídico de a testemunha dizer e de não calar a verdade.

Quanto ao pleito de acesso à documentação da CPI, esclareço que a maior parte dos documentos são ostensivos e estão disponíveis no site da comissão. Em relação aos documentos sigilosos, todos com os seus metadados cadastrados no site,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

solicito que sejam informados quais documentos específicos aos quais se deseja obter acesso e por qual razão, em especial, tendo em vista que esta CPI investiga múltiplos fatos determinados. Há alguns pareceres da Advocacia do Senado no sentido de que o franqueamento de acesso a documentos sigilosos da CPI, mesmo diante da Súmula Vinculante nº 7, depende de decisão judicial, porquanto não há direito absoluto.

Requisito, com urgência urgentíssima:

1. seja encaminhada cópia integral do passaporte do Sr. Carlos Wizard, uma vez que as imagens não permitem afirmar que se trata do seu documento. Esse passaporte será registrado como documento sigiloso da comissão, por alusão a dados pessoais; e

2. sejam prestados esclarecimentos à CPI a respeito da convocação do Sr. Carlos Wizard encaminhada por via postal – em um primeiro momento, consta que houve a entrega ao destinatário, mas logo depois se diz que o destinatário se recusou a receber a intimação.

Ressalto que a correspondência foi encaminhada com base em endereço constante do Infoseg, software abastecido com dados de diversas fontes, inclusive da Receita Federal do Brasil.

Atenciosamente,

Senador OMAR AZIZ
Presidente da CPI da Pandemia



DOCUMENTO 08

PLANO DE TRABALHO DA CPI



SÃO PAULO | CAMPINAS | BRASÍLIA

Escritórios Internacionais*: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, México, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Suíça (*Lawrope)

www.emerenciano.com.br



SENADO FEDERAL

Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia

PLANO DE TRABALHO

Relator: Senador Renan Calheiros

1. INTRODUÇÃO

Este Plano de Trabalho busca consolidar em um documento a linha de investigação e o cronograma que se pretende imprimir durante os trabalhos da CPI da Pandemia, criada em decorrência da aprovação do Requerimento nº 1.371, de 2021, que tem o Senador Randolfe Rodrigues como primeiro signatário.

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPIPANDEMIA) foi originalmente proposta com o objetivo de apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados.

Ao Requerimento original, foi apensado o Requerimento nº 1.372, de 2021, de autoria do Senador Eduardo Girão, razão pela qual o escopo das investigações desta Comissão foi ampliado para abranger fatos conexos, no caso, a destinação de recursos federais aos Estados e Municípios para o combate à pandemia.

De acordo com a justificação que acompanhou o Requerimento nº 1.371, de 2021, do Senador Randolfe Rodrigues, esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) teria por objetivo investigar o Governo Federal, em razão da violação dos direitos fundamentais básicos de toda a população brasileira à vida e à saúde e por ter, nos termos do Requerimento, deixado de seguir as orientações científicas de autoridades sanitárias de caráter mundial, incluindo a Organização Mundial de Saúde.

Outros pontos ainda são destacados na justificação do Senador Randolfe, como o atraso na campanha de vacinação, a morte diária de milhares de brasileiros e a ausência de leitos de UTI, medicamentos e insumos básicos, como oxigênio. Nesse ponto, é dado destaque ao caso de Manaus e à alegada falta de planejamento do Governo Federal, uma vez que o Estado do Amazonas enfrentou um colapso em seu sistema de saúde, em razão de as reservas de oxigênio medicinal de hospitais terem acabado, resultando na morte de diversos pacientes nas primeiras semanas de janeiro, o que poderia ter sido evitado com uma atuação proativa da União.

Conclui afirmando que sociedade deve ter conhecimento das razões que levaram ao descontrole pandêmico que estaria promovendo um genocídio em nosso País. Ademais, *com o recrudescimento da Covid-19 em dezembro de 2020 e janeiro de 2021, as omissões e ações erráticas do Governo Federal não podem mais passar incólumes ao devido controle do Poder Legislativo.*

Em relação ao Requerimento nº 1.372, de 2021, do Senador Eduardo Girão, a ideia é que a CPI da Pandemia abranja a apuração de possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos transferidos pela União Federal aos Estados e Municípios, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia.

Acrescenta o autor do requerimento que, por conta da gravidade da pandemia, passou a vigorar no Brasil o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, o qual reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública. Tal medida dispensou o Governo Federal de cumprir as metas de execução do orçamento e de limitação

de empenho de recursos. Demais disso, na esteira do referido Decreto Legislativo, foi sancionada a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Nos termos da Lei nº 13.979/2020, foram autorizadas compras com dispensa de licitação para artigos de prevenção e de enfrentamento à covid-19. De igual modo, vários Estados e Municípios da Federação, sob o mesmo fundamento, teriam emitido decretos que afastaram a necessidade do processo de licitação para as compras dirigidas à pandemia. Ocorre que, em face dos bilhões de reais repassados pelo Executivo Federal aos entes subnacionais e diante das brechas abertas por uma legislação criada sob regime de urgência, teria faltado a devida transparência na aplicação dos recursos.

Tendo em vista a existência de dois requerimentos, ambos cumprindo os requisitos constitucionais, o Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, fez a leitura de ambos no dia 13 de abril de 2021, exarando o seguinte despacho:

Com referência à conexão dos requerimentos e dos fatos neles expendidos, a Presidência, com base em parecer da Advocacia-Geral da Casa, esclarece que a apuração conjunta de fatos determinados pode se dar tanto no caso de ampliação do objeto de uma CPI já em funcionamento quanto no caso de reunião de requerimentos apresentados contemporaneamente para a instalação de uma única comissão investigativa, desde que não reste inviabilizado ou restringido o objeto dos requerimentos apresentados. Esta última é exatamente a hipótese de que tratamos hoje, nesta Casa, e que fundamenta a juntada e o apensamento dos requerimentos, **respeitando a precedência do requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, por regra regimental.**

(...) Nesses termos, a Comissão terá como objeto o constante do requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, acrescido do objeto do requerimento do Senador Eduardo Girão, **este, portanto, limitado apenas**

quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à pandemia do Covid-19, excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do que dispõe o art. 146, inciso III, do Regimento Interno.

(...)

Portanto, o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, que traz o fato determinado e que ora é lido, é acrescido do requerimento do Senador Eduardo Girão em relação aos repasses de recursos federais aos demais entes federados, e **ambos os fatos poderão ser investigados, com a limitação e com a observância do art. 146, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal a fatos que digam respeito exclusivamente aos demais entes federados, Estados, Distrito Federal e Municípios, a quem cabe a sua própria investigação através das Casas Legislativas respectivas, sob pena de usurpação de atribuição e de competência.**

O despacho do Presidente do Senado Federal, pois, esclarece e delimita o conjunto fático objeto da investigação, e, por consequência, orienta nosso plano de trabalho.

Este Plano de Trabalho não pretende apontar aonde chegaremos com a apuração. Ele é um ponto de partida, uma linha inicial de investigação, que, naturalmente, será incrementada e enriquecida pelos depoimentos, perícias, estudos e documentos oficiais que serão reunidos ao longo do trabalho dessa CPI.

2. OBJETIVOS

Esta Relatoria tem ciência de que, durante pandemias, vidas são perdidas em razão do agravamento da condição de saúde das vítimas contaminadas. Apesar disso, é necessário investigar se, somado à gravidade de um vírus potencialmente letal, o Poder Público agiu de maneira adequada ao propósito de minimizar perdas e proteger a população.

Essa investigação ganha ainda mais relevância quando consideramos o atual estágio da pandemia e as nefastas consequências por ela deixadas. Hoje já chegamos a 400 mil mortos pela covid-19 e a aproximadamente 14,5 milhões de contaminados. Os danos causados à população brasileira, portanto, são bem mais graves do que os informados no Requerimento de instalação da presente Comissão.

Diante disso tudo, podemos vislumbrar como objetivos da CPI a investigação das ações realizadas pelo Governo Federal, além daquelas ações potencialmente úteis e efetivas, mas que não foram implementadas. Nessa linha, a ideia é apurar se as autoridades de saúde agiram ou não de maneira imprudente ou sem a devida técnica, se foram ou não omissas, se deixaram ou não de efetuar planos de contingência ou se agiram ou não, com a antecedência necessária, de forma planejada e integrada.

Há pontos específicos sobre os quais a Comissão irá se debruçar com mais atenção. Não há dúvidas, contudo, de que procuraremos verificar se foram implantadas, a contento, ações para prevenir a contaminação em massa, para informar adequadamente a população, e para permitir a rápida aquisição e administração de imunizantes e de tratamentos cientificamente comprovados.

Aproveitamos para deixar claro que, para a definição das ações a serem empreendidas pela Comissão a partir deste plano de trabalho, ouvimos os membros do colegiado e procuramos atender a todas as sugestões que chegaram ao nosso conhecimento. Atendendo a sugestões dos membros da Comissão, fixamos diversas iniciativas ou omissões relacionadas à própria condução da crise, algumas das quais já vêm sendo amplamente discutidas na mídia e na sociedade.

Nesse sentido, apresentamos as linhas gerais de investigação, sem prejuízo de que novos fatos conexos possam vir a ser incluídos nesta relação:

- **Ações de enfrentamento à pandemia (vacinas e outras medidas para contenção do vírus)**
 - Isolamento social
 - Aquisição e distribuição de Vacinas e seus insumos (recusa e retardo de doses da CoronaVac e da Pfizer), bem como a execução de plano nacional de imunização contra a covid-19.
 - Aquisição e distribuição de testes diagnósticos
 - Aquisição e distribuição de respiradores
 - Estruturação e habilitação de leitos clínicos e de terapia intensiva (inclusive o fechamento de 4 mil leitos em hospitais federais do Rio de Janeiro)
 - Distribuição de meios para proteção individual, como máscaras e álcool gel (EPI)
 - Estratégia de comunicação oficial acerca das ações de combate à pandemia
 - Uso do aplicativo TrateCOV

- Política Externa para enfrentamento da pandemia (Atuação em âmbito internacional, viagem a Israel, diplomacia das vacinas)
- **Assistência Farmacêutica (Insumos para tratamento de enfermos)**
 - Produção e distribuição de medicamentos sem eficácia comprovada (cloroquina) e definição de protocolo para adoção de “tratamento precoce”, inclusive com constrangimento para sua adoção.
 - Aquisição e distribuição de kit intubação
 - Aquisição e distribuição de oxigênio medicinal
 - Ausência ou retardo na aquisição de remédios com comprovação de eficácia
- **Estruturas de Combate à Crise (Atribuição de responsabilidades e competências)**
- **Colapso da saúde no Estado do Amazonas**
 - Falta de oxigênio e omissão de autoridades
 - Emprego de verbas públicas
 - Disseminação da variante P1
- **Ações de prevenção e atenção à saúde indígena**
- **Emprego de recursos federais**

- Critérios de repasse de recursos federais para estados e municípios
- Fiscalização de contratos firmados pelo Ministério da Saúde
- Ações de preservação de emprego e renda (auxílio emergencial, entre outros)

Ao cabo das investigações, deverão ser oficiados os órgãos estatais de persecução penal, além das autoridades administrativas competentes, com vistas à responsabilização criminal dos envolvidos, seja pela prática de crimes comuns ou de responsabilidade ou pelo cometimento de infrações administrativas.

Outrossim, a Comissão buscará também o aperfeiçoamento da legislação de regência, para conferir-lhe a estrutura e a força necessárias para melhor orientar as autoridades públicas de saúde na condução de ações durante situações de emergência em saúde pública de âmbito nacional.

3. ROTEIRO DE TRABALHO

Diante desse quadro, a primeira providência a ser tomada por esta CPI deve ser, a nosso sentir, a de aprovar requerimentos que contribuam com a elucidação dos fatos.

Reitero que o intuito é que esta Relatoria possa funcionar como um sistematizador de ideias, sempre com uma atuação imparcial e comprometida com a busca pela verdade dos fatos. As graves consequências deixadas pela pandemia recomendam que todos os integrantes desta Comissão se pautem com respeito à memória daqueles que se foram.

Assim, no que couber a este Relator, procuraremos afastar qualquer discussão movida por questões partidárias ou voltadas a atacar o governo ou a oposição.

Concomitantemente, proponho a realização de oitivas, seja para enriquecer o conjunto fático sobre o qual a CPI da Pandemia se debruça, seja para ouvir a opinião de especialistas, tanto no que diz respeito à explicação técnica do combate a pandemias, como no que tange à possibilidade de aprimoramento da legislação que trata da matéria.

Assim, o Plano de Trabalho que proponho se inicia com dois grupos de ações paralelas, consubstanciadas em oitivas e requerimentos de informações, a partir das quais se espera, como natural desdobramento, a investigação dos fatos elencados nos Requerimentos que embasaram a instauração desta CPI.

Em uma primeira fase, conforme já aprovado, ouviremos nas próximas reuniões agendadas os ex-Ministros da Saúde, bem como o atual, além do Diretor-Presidente da Anvisa. O objetivo é traçar um primeiro panorama da situação e identificar os fatos e ações relevantes que merecerão ser aprofundados.

Posteriormente, buscaremos, a partir das informações prestadas e dos documentos encaminhados por requisição desta CPI, ouvir autoridades e testemunhas complementares. Assim, teremos mais elementos para adentrar nas diversas frentes e ações acima descritas.

Creemos também que, diante dos notórios fatos ocorridos no Estado do Amazonas, as autoridades públicas responsáveis pela gestão da saúde no Estado podem ser igualmente convocadas.

Em face de a pandemia constituir um fenômeno multifacetado e interdisciplinar, nossa intenção, igualmente, é ouvir especialistas e autoridades científicas que nos auxiliem a melhor compreendê-lo, tais como representantes da Sociedade Brasileira de Infectologia, Organização Mundial da Saúde, entre outras.

Na segunda linha de ação, buscaremos informações para subsidiar a apuração. Nesse sentido, já aprovamos requerimentos de informações já encaminhados a esta Comissão. Uma vez respondidos os requerimentos, esperamos ser possível caracterizar a atuação das autoridades sanitárias no que se refere à condução das políticas de isolamento social, à testagem em massa da população, às negociações da aquisição de vacinas, aos protocolos de manejo de pacientes com covid-19 e seu fluxo nos serviços de saúde, ao monitoramento e obtenção de insumos diversos utilizados no enfrentamento da pandemia – tais como oxigênio medicinal, kits de intubação e outros medicamentos e respiradores –, aos repasses de recursos federais aos Estados e Municípios, à estruturação e à habilitação de leitos clínicos e de terapia intensiva, à política de comunicação institucional do governo federal inerente à campanha nacional de imunização e à prevenção do contágio da covid-19 no meio da população. Outros subsídios poderão ser agregados ao longo da investigação, mediante a aprovação de novos requerimentos.

A fase de oitivas deve se prolongar e perpassar a fase de análise de tudo o que constituir o conjunto fático-probatório. Além disso, o curso das investigações será enriquecido pelas sugestões e requerimentos que venham a ser apresentados ao longo dos trabalhos, de modo a alcançar com mais efetividade os objetivos desta comissão.

Ao final dos trabalhos, a CPI apresentará seu relatório, onde espera elucidar os fatos e, se for o caso, identificar as autoridades que agiram à margem da lei, encaminhando suas conclusões às autoridades competentes para apuração. Esse, portanto, o Plano de Trabalho que apresento aos ilustres membros desta CPI.

Brasília, 28 de abril de 2021.

Senador RENAN CALHEIROS
Relator

DOCUMENTO 09

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO 857/2021 – DE QUEBRA DE SIGILO BANCARIO, FISCAL, TELEMATICO E TELEFONICO



SÃO PAULO | CAMPINAS | BRASÍLIA

Escritórios Internacionais*: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, México, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Suíça (*Lawrope)

www.emerenciano.com.br

para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apreciação da reclassificação de documentos e de requerimentos, bem como do Rio de Janeiro.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 19ª e da 20ª Reuniões, solicitando a dispensa de s

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para registrar aqui, mais uma vez brasileiro a não aceitar as vacinas.

O Presidente da República ontem em Roraima defendeu, claro, como ele defende sempre, o tratamento precoce CoronaVac, feita pelo Butantan, dizendo e fazendo contraponto com a Pfizer, dizendo que a CoronaVac, não se o povo brasileiro tome conhecimento de que isso é uma falácia. Ele não tem conhecimento científico nem pesquisa. Ele não sabe absolutamente como significa a construção, se fazer uma vacina, o trabalho que a população que o segue pode tomar essa decisão de achar que a CoronaVac não imuniza.

Sr. Presidente, eu, por exemplo, tomei as duas vacinas da CoronaVac. Estou completamente imunizado, com tenho comorbidade, 73 anos. Estou aqui por causa da CoronaVac, pra mostrar ao Brasil que essa mentira sustentar. As agressões ao povo chinês e ao Estado chinês, querendo desqualificar a vacina, isso pode causar insumos para o Brasil. É uma coisa em que ele não deve permanecer, nessa batida de querer desqualificar o povo brasileiro, numa posição meramente política e completamente desqualificada do ponto de vista da seriedade da República ontem em Roraima.

09:44 **R** É isso que eu queria registrar, para que vocês todos que estão assistindo pela TV Senado, brasileiros, não le da República. Ele não tem nenhum conhecimento a respeito do tema, ele não se formou, ele não é médico nenhuma vacina. Ele fala aleatoriamente de forma muito até irresponsável, para causar confusão na mente do

Então, esse é o registro. A vacina CoronaVac tem sua eficiência comprovada pela Anvisa – e está senta Presidente da República – e pelos técnicos da Anvisa, que têm todo o nosso respeito e sincera consideração,

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Senador Marcos Rogério, pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma po

Eu sei que está na programação da Comissão hoje deliberar sobre o requerimento que propõe levantar sigilo. Eu até concordo com V. Exa. e também com o Relator que há muitos documentos que são encaminhados à porque nada a se proteger do ponto de vista de sigilo. Ocorre que quem determina o sigilo é justamente a a recomendação, com essa cautela do sigilo. E, à luz do Regimento do Senado Federal e também de lei configura... Levantar isso configura quebra, inclusive, do próprio decoro. Por exemplo, nós temos documentos objetiva. Em documentos encaminhados, por exemplo, pelo Itamaraty, é algo grave fazer o levantamento desses Senado Federal trata disso, quanto à natureza sigilosa desses documentos, e o parágrafo único desse artigo fa

Então, eu queria fazer uma ponderação a V. Exa. no sentido de a gente ter cautela com relação ao levantar Não diria isso com relação ao Itamaraty, porque, quando envolve relações internacionais, não é possível fa relação a outros documentos enviados por autoridades outras, que de repente a Comissão provocasse quem de tomarem providências para levantar esse sigilo a partir da desnecessidade. Agora, de forma unilateral a estou entrando no mérito dos documentos, porque eu concordo que para muitos daqueles que vieram realmen

Então, o apelo que faço a V. Exa. é que, antes de praticar esse ato, que é um ato grave e que ofende o no Resolução nº 20, de 1993, que se providenciasse a notificação de quem enviou no sentido de verificar para qu para quais não se justifica, para a gente não incorrer aqui em uma medida ilegal, arbitrária. É apenas o apelo c a gravidade no tocante àqueles documentos oriundos do Itamaraty.

Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, e da disputa política nesse caso, porque a preocupação do Senador Marcos Rogério é mais do que pertinente.

Talvez até... Acho que aqui temos bons juristas. Aqui, o nosso Senador Randolfe, que pode participar de uma menor intenção da CPI de criar constrangimentos pra quem quer que seja, mas existe uma preocupação e até de Ética, não é? Nós não podemos revelar documentos sigilosos que estejam em poder da CPI.

Eu acho que tem que haver um cuidado extremo aqui da CPI. Eu não vejo aqui a menor intenção de revelar mas tem que haver cuidado.

Acho que, se houver talvez um pequeno comitê aí, comandado aqui pelo Senador Randolfe, Marcos Rogério acho que pode chegar a bom termo e nós não cometermos nenhum tipo de crime que esteja expresso e que seja punido por sanção e ser levantado isto no futuro – de a nossa Comissão ter cometido algum crime.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidência.

Veja, essa deliberação nós já tomamos, em relação a levantar sigilo.

Eu quero só lembrar aos caríssimos colegas Senadores que, há duas semanas, esta Comissão apreciou requerimento de Renan Calheiros e definiu pela desclassificação de sigilo. O que ocorreu, a partir daí, foi um trabalho exaustivo da Comissão em conjunto com a Secretaria desta Comissão para ver, dos documentos que estão, quais aqueles que necessariamente precisavam de afastamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a origem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Parece que esses

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ela vem já carimbada da origem, Senador Ciro, não é a Cor é o MRE que manda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E aí, me permita, c

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está me entendendo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... inclusive o v órgão de origem: "pode". Quando coloca a possibilidade, acaba limitando, porque eles fazem o julgamento da

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas, é só uma dúvida que eu tenho mais conhecimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Aqui nós temos algumas situações não dizem respeito somente ao nosso país, não é? Nós temos outros países envolvidos nisso. O nosso país te

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos fazer o seguinte? Nós iremos provar e depois vamos Vice-Presidente, o Relator e o Marcos Rogério –, sem problema nenhum. Eu acho que isso aí, o inte independente de posicionamento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma coisa, por exemplo, Senador... Eu vi, eu não tive ac faço requerimento de informação. Então, quem faz o requerimento de informação é que realmente está atrás tem um objetivo de pedir uma informação, cada Senador aqui. Lógico que todos nós temos acesso, mas tamb embaixador "*habemus* cloroquina", não é? Quer dizer, "*habemus* cloroquina". Então, se isso for sigiloso, a embaixador de se referir, mandar um documento que o Ministério das Relações Exteriores... Se um embaix levar a sério isso, dizer que isso é sigiloso. Eu não li esse documento, eu vi... Eu até não acreditei que embaixador, não é? *Habemus Papam, habemus* cloroquina! O que é isso? Esse embaixador está brincan Exteriores tem que tomar providência em relação a esse tipo de linguajar. A população brasileira... Vamos ch infelizmente! –, e isto foi dito no início da CPI por mim: que, quando a gente não completasse dois meses d meio milhão! Cidades inteiras brasileiras se foram! Quantas cidades no Brasil têm 500 mil habitantes? Quantas

não é verdade, que aquilo é coisa política, que, muitas vezes, a injustiça sobrecal... Como eu já tui vítima dis
como V. Exa. também já foi vítima disso, e a gente tem que encarar os nossos filhos, as nossas famílias, s
prejulgar ninguém.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou aqui pra investigar, e a gente vai chegar à verdade.

Então, é isso que eu quero dizer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por mim, quebrar sigilo, levantar o sigilo... Quem de vo
comunicação, pra saber, ter uma informação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Essa é a questão, Pre
com sigilo não impede que os Senadores tenham acesso à informação, como V. Exa. acabou de declinar. V.
em jogo aqui é levantar o sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... só para cola típicos de Justiça. A gente só não pode afastar o sigilo, levantar o sigilo, se a questão envolve segredo de Estado. Então, a gente pode fazer a aprovação do afastamento de sigilo com essas duas condicionantes. Na hipótese de segurança nacional ou segredo de Estado, não cabe afastar. Nos demais, é uma decisão que esta CPI tem por

E, quando a gente tem essa questão do acesso a documentos, o acesso ao documento restrito limita o processo. Se conseguem acessar, é uma senha só. Então, tem todas as dificuldades que as pessoas precisam compreender

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Vamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Só para esclarecer: esta Comissão

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não estou julgando ninguém...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Nós temos poder de investigar, Senado de Justiça não. No caso de alguma divergência, nós temos que recorrer ao Judiciário.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, são os pontos finais de investigação. No caso específico, o afastamento do sigilo que é proposto não é para fazer divulgação de trabalho por parte das equipes. Todos nós sabemos, quem está se dando ao trabalho de buscar os documentos é o trabalho de todos nós. Facilita muito se tiver a liberação do sigilo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Vai ver, na hora que levantar esse assunto os jornais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, na verdade que nós temos a Lei de Acesso à Informação. Então, a Lei de Acesso à Informação dá exatamente a clareza que nós precisamos. Nós temos uma consultoria técnica na Casa que pode nos auxiliar exatamente nessa linha. Se não atende a necessidade, tomar providências em relação à suspensão desse sigilo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que a classificação reservada pode classificar como documento sigiloso aquilo que é sigiloso na forma da lei. Ponto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Lembrando da transparência, a Transparência é um dos princípios da administração pública.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente! Então, é uma questão aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente e Sr. Renan, trabalho exaustivo da consultoria da Casa, pela qual nós temos profundo respeito. Eu me atrevo a dizer que é dentro do âmbito da estrutura de poder aqui em Brasília, em conjunto com a secretaria, baseado, inclusive, nos princípios da Lei de Acesso à Informação. Senador Alessandro acabou de declinar. O que tiver ameaça à segurança do Estado brasileiro e ameaça à integridade dos critérios, não tem por que ter a classificação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, só pra esclarecer estão presentes; o Senador Heinze vota, tá?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas quem é titular no... Quem é suplente do Eduardo é o Jade

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ele não está presente, viu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o Eduardo está presente

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Eduardo não está, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele pode estar remotamente p
Enfim, consulte se ele está presente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Quem está presente está em amarelo

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Registre o voto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá? *(Pausa.)*

Boa estratégia.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, vamos lá. Vamos votar, vamos votar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Isso daí é Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer a leitura rápida o

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é o caso de querer esconder nada, não. Então, veja bem, ele tiver realmente argumento, com essa historinha de "Olha, estão escondendo". Porque isso já deu, sabe julgar a gente, como o caso ontem do ex-Secretário de Saúde do Estado do Amazonas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, veio aqui e não falou nada com nada. Problema dele Senador Otto e de Senador nenhum do Nordeste ou do Governador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu acho que eu estou fazendo uma defesa maior da presença do Carlos Gabas que V. Exa. possa fazer agora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu só queria dizer de que são verbas federais, auditoria da CGU, TCU. Tenho tudo aqui mostrando isso. Então, eu queria só pedir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Quando V. Exa. defende parece que...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não. Eu não estou defendendo a figura do Dr. Carlos Gabas. Por apenas, Sr. Presidente...

Sr. Presidente, eu estou apenas em cima do que foi o ato, publicado no *Diário Oficial*, do Presidente Rodrigo P

Se o Senador Eduardo Girão tem provas de que tem recursos federais, pelo menos no meu Estado não teve nenhuma prova que foi da fonte de arrecadação própria – fonte 100. Dos outros Estados eu não tenho informações exatamente transferência de recursos voluntários para os Estados.

Quando o Senador Humberto Costa coloca a posição dele, não é também em defesa do que está errado que estamos aqui para ter compromisso com o erro, mas vai, de alguma forma, fazendo uma convocação dessa, q

Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Aí, fica difícil. (*Pausa.*)

Não, termine. Eu espero. (*Pausa.*)

Quando dois estão falando, um tem que parar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, essa movimentação...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Um tem que parar. (*Pausa.*)

O caso em tela... E o Senador Humberto coloca o presidente do consórcio, que é o Governador do Estado do Rio de Janeiro, o presidente do consórcio, para aqui vir debater.

Esse caso mesmo do Senador Girão – e ele tem todo o direito, claro, para a investigação –, a investigação que foi feita por determinação do Governador da Bahia, Rui Costa, que é um Governador que se elegeu com 78% dos votos. Uma pessoa de bem, um cara honesto, um homem honesto, acima de qualquer suspeita. Quem fez a investigação por quem? Pelo Governador Rui Costa. Prendemos... Foram presos os bandidos, cinco fraudadores de um valor inusitada, no Ministério Público do Estado da Bahia, um promotor pediu a liberdade dos presos – uma coisa que não é a liberdade dos presos, que já estavam para confessar o crime e devolver os recursos que foram pagos em um valor faltando, tendo que comprar respiradores para colocar nos hospitais...

Porque não é fácil sentar na cadeira. O senhor sabe, foi Governador e sabe que numa situação dessa natureza de urgência pode levar a um caso dessa natureza. Então, eu não estou aqui para defender absolutamente o conhecimento com ele.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É um caso de desperdício de tempo, Sr. Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, quando é Oposição que está falando tudo certo! Quando é estratégia para falar alguém para poder...

Presidente, vou concluir a minha fala dizendo o seguinte: a vinda do Sr. Gabas a esta CPI é algo que vai dete e não é um lado político, não, de ser contra o Presidente ou a favor do Presidente –, o lado da busca da verdade

E digo mais: tem outro personagem que nós deveríamos trazer aqui, que tem requerimento meu aí também investigando e que, por uma razão objetiva, o afastaram do cenário para poder dar um ar de que foi feito justiça. É necessário que ele venha aqui também, porque foi responsável por um processo importante naquele Estado

Neste momento, Sr. Presidente, acho que todos nós temos a compreensão da necessidade imperiosa de se esclarecer os escândalos envolvendo o Consórcio Nordeste.

É a ponderação que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por último, o Senador autor do requerimento, o Senador Eduar

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muitíss

Eu tive acesso a diversas notas técnicas produzidas pela Controladoria Regional da União, braço regional da Controladoria Pública do Estado da Bahia, nas quais ela faz uma análise depurada de despesas realizadas pelo Consórcio Nordeste relacionadas a enfrentamento da Covid-19.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – F...
sinta perseguido, eu faço questão de fazer essa ressalva. Nós temos dezenas de requerimentos. Se cada requ

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu preciso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... a gente não o

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas esse cham...
Sergipe.

Eu gostaria... Inclusive, vou falar de Sergipe aqui, vou falar de Sergipe se o senhor deixar, se o senhor permitir

Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senador Girão,

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Para concluir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pelo amor de D

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas eu preciso mos

Para concluir. Vamos, vamos...

O pagamento executado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou, eu vou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixa eu concluir, f...
falo o senhor corta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Toda vez que eu ten

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem um depoente,

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu preciso terminar,

O pagamento executado de forma antecipada, R\$48 milhões do povo nordestino, sem observância dos...
publicadas e sem a existência de garantias de cobertura de danos ou prejuízos decorrentes do contrato. Ta...
inexecução contratual.

Para fechar: o pagamento do total contratado foi feito mediante transferência para o banco Itaú. Sabe por quem...
Diretor Administrativo e Financeiro do Consórcio Nordeste, e pelo Sr. Carlos Gabas, Secretário Executivo do...
dia 7 e 8 de abril, portanto, antes da emissão da nota fiscal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor me desculpe.

Agora é o seguinte – só um minutinho, Senador –: eu vou ser muito rígido a partir de agora, quando estiver p trazem um catatau pra ler, porque a assessoria escreve e nem sabem, às vezes, o que está escrito ali, e pas perguntas, isso acabou. Quinze minutos pra todos os Senadores, independentemente de oposição, situaç ordem levantada são três minutos – três minutos. Questão de ordem: três minutos; marcou, eu vou encerrar. F pessoas vêm pra cá pra fazer uma pergunta – eu não vou citar Senadores aqui –, leem um textão, defender quando espira o tempo, fazem duas, três perguntas pra ficarem 20, 25 minutos.

Então, a partir de hoje, eu peço aos colegas Senadores e Senadoras que não ultrapassem 15 minutos. Quem não peça pra mim: "Senador, me dá mais um minuto". Não darei. Serei muito rígido. Sabe por quê? Porque e

O convidado nosso, o convocado está aí fora, e nós estamos aqui. Vamos em votação, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para questão de ordem

Para uma questão de ordem, questão de ordem.

Apresento questão de ordem com esteio dos arts. 306 e 153 do Regimento Interno do Senado Federal assoo que uma das principais competências das comissões parlamentares de inquérito é a sua correlação com queremos reforçar é que, nos casos de CPIs, os Parlamentares, que exercem funções atípicas, a de le investigadores. As comissões parlamentares de inquérito criadas dentro do Parlamento se assemelham às i atos são fundamentais para definir o indiciamento ou não dos investigados. Tanto o Regimento Interno do Se exigem das suas autoridades a aplicação do princípio da impessoalidade e moralidade nos atos que possam públicos.

10:32 **R** Esse princípio constitucional deve ser obedecido, não cabendo discricionariedade no momento da sua aplic importante que, em diversas passagens do Regimento Interno, está tipificado como dever do Senador em al tiver interesse pessoal no caso em questão – art. 306 do Regimento Interno do Senado.

In verbis, art. 306: "Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar o devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de *quorum*"

Art. 153, também do Regimento Interno do Senado Federal, inserido no Capítulo XIV, ao tratar da matéria Inquérito e seus processamentos, preconiza que: "Art. 153 Nos atos processuais, aplicar-se-ão, subsidiariame Penal".

Desse modo e tendo em vista as previsões elencadas no Código de Processo Penal, que é a norma a se expresso no Regimento Interno, verifica-se o art. 252 do referido diploma processual, o juiz... Pra concluir processo em que: [...] ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colater diretamente interessado no feito".

Pra encaminhar o pedido para o senhor aqui, dessa questão de ordem... Pode-se perceber que, intrinsecame regras internas do Senado da República, bem como da legislação penal e própria da Carta Magna e, dessa fo pra ninguém que o Senador Renan Calheiros...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, espera a

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o seu tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não! Espera aí

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou! Acabou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estou com o Twit

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ele se declarou impo

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o seu tempo, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu só queria que fos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o seu tempo, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, só alertar, Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu só queria que fos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o tempo. Eu dei três minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente... V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não pode, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não pode, Presidente! Não faça isso

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, coloca

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quando eu comecei

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Faça a chamada, F

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não faça isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Faça a chamada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, falta um

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu concordo com V. Exa. com relação

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Agradeço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas não pode atropelar o Regime

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, ele está concedendo

Senador Marcos, ele está concedendo pra eu terminar. Agradeço.

Não é segredo pra ninguém que o Senador Renan Calheiros, Relator desta CPI é pai do Governador do I
compõe o Consórcio Nordeste, que, portanto, também participou da frustrada e provavelmente fraudulenta c
face da empresa Hemptcare, matéria tratada nos Requerimento nºs 102, 633, do Senador Ciro, e 682 também

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E V. Exa. é um mau aluno!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor faz o que

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. é um mau aluno!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor faz o que aqui dentro! Manda e desmanda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente!

Presidente, eu acho que, propositadamente, querem atrasar um depoimento. Então, não vamos cair na corda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu vou... Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... querem ouvir o que

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Conduza, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu só vou responder à questão de ordem do

Essa questão de ordem já foi votada. E V. Exa. já fez essa questão de ordem aqui, pedindo impedimento. Depois a mesma coisa, e eu indeferi. Então, é a terceira vez que eu estou indeferindo a suspeição do Senador, que um de nós aqui, o Senador Renan Calheiros. Veja bem, essa suspeição que V. Exa. coloca já foi colocada em outra instância, já foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal, está certo? E V. Exa. insiste.

Então, veja bem: quando o Senador Renan colocou essa questão, isso foi antes das decisões judiciais que foram colocadas. Então, isso para a gente é ponto pacífico já. Então, V. Exa. fez aí os argumentos e ultrapassou em matéria aqui.

Então, vou colocar em votação e vou rejeitar, porque não é a primeira vez, Senador Eduardo Girão, que o senhor coloca. O senhor pode até ter colocado outras palavras, mas é a mesma questão de ordem. Eu tenho uma memória boa mesmo.

Então, está rejeitada a sua questão...

Agora, coloco em votação.

Como V. Exa. pediu para colocar em votação, em votação a questão de ordem.

Aqueles que não aceitam a questão de ordem do Senador Girão permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado à unanimidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, deixa eu fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. Está bom, Senador. O senhor me desculpe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, Senador. Por favor! Meu amigo, por favor, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não vou polemizar não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou votar esse requerimento e vou chamar o senhor para votar os outros requerimentos, ainda hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

10:40

(Intervenção fora do microfone.)

R

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só vou votar esse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A minha votação foi

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. Eu quero trazer o convidado, que já está há uma hora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei que o senhor quer trazer, mas eles não querem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Os outros requerimentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... é que nós não votemos os outros.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É. Por quê? Não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar hoje ainda, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele começou a sessão aqui por isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vamos votar.

Não se encontra.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Não".

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) –

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, Senador Jader Barbalho. (*Pausa.*)

Senador Jader Barbalho. (*Pausa.*)

"Não".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Cadê a voz dele, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Onde está a voz dele? Ninguém ouviu?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu também não ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Abre aqui. Está aqui na coisa.

Bota a imagem do Senador Jader Barbalho, por favor. Bota aí.

Senador Jader Barbalho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Não".

Ouviu agora?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Duvidar do Presidente... Duvidar do Presidente...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Jader Barbalho já disse "não". O pessoal ainda...

Você ouviu, não é, Ciro?

O Ciro está aí... O Ciro entendeu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Só vimos, Presidente; não ouvimos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Gente, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, "sim".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Meu voto é "sim", Sr. Presidente. Senador Renan Calheiros postou no dia 23 de abril no Twitter. Foi antes... A decisão foi antes; a postagem foi depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência.*) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Não".

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sem blindagem, Sr. Presidente; o senhor não tem Gabas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Não", Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só em relação... Em relação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi votado? Já?

Agora vou convidar o ex-Governador Wilson Witzel.

Agora, retiraram daqui a EMS. Foi retirada a EMS? A transferência de sigilo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, ter receber e encaminharemos a V. Exa. no momento mais oportuno.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Eu sugeriria a V. Exa., me perdoe, que nós tirássemos um dia da semana pra fazer reunião administrativa, depoimentos que são feitos. Então, um desses dias, nós nos reuniríamos só pra votar requerimentos, convocando a V. Exa. passando, isso vai se tornando desnecessário. Mas, por enquanto... Veja que nós perdemos aí quase duas horas. Fica, aliás, não como uma questão de ordem, como uma sugestão a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Rápidamente, V. Exa. e, na verdade, até ajustar com V. Exa.: que alguns requerimentos de quebra de sigilo que necessitam de aprovação conforme, inclusive, a orientação do Senador Humberto, mais adequada administrativa, porque essas quebras de sigilo são de natureza administrativa.

(Pausa.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Anunciando a V. Exa. segundos só para um esclarecimento referente ao Estado de Sergipe.

O Estado de Sergipe, que foi mencionado pelo Senador Eduardo Girão, é governado por Belivaldo Chagas, que é opositor, entendo que o Governo tem problemas gravíssimos, mas, particularmente, neste ponto, o recurso utilizado não é o recurso estadual, eu não estou aqui pra fazer brincadeira. As coisas são muito sérias. O recurso que foi enviado ao Consórcio Interamericano é estadual. Um escândalo, tem desvio, o Estado foi prejudicado, mas não é este o espaço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria colocar.

Senador Alessandro Vieira, o senhor sabe que não é verba estadual, é federal. O senhor sabe porque, inclusive, foi estornado justamente para burlar. Mas a Paraíba, por exemplo, tem um documento...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Da Paraíba, o senhor sabe.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, mas em Sergipe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quando for falar de corrupção, o senhor faça isso com a responsabilidade que o tema exige. Veja, as coisas são sérias.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O tema exige que a gente busque a verdade, seja do Governo Federal, do governo estadual...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, queria convidar o ex-Governador Wilson Witzel. Eu não sei o que é que estão temendo que o Governador Witzel fale aqui. Vamos deixar o Governador falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui cumprimentar o ex-Governador Wilson Witzel. É uma honra.

A Comissão foi notificada da decisão do Ministro Nunes Marques no Habeas Corpus nº 203.227, impetrado pelo Sr. Wilson Witzel, com o seguinte dispositivo:

[...] defiro o pedido de habeas corpus para dispensar o paciente, caso queira, de comparecer pessoalmente, a opção pelo comparecimento, garantir-lhe: o direito ao silêncio, a não assumir o compromisso de declarar a verdade investigado e não de testemunha) e à assistência de advogado.

Esclareço que o direito de não comparecer, exercido pelo depoente, não resultou da sua condição de investigado, mas do descumprimento de Preceito Fundamental própria, mas da sua condição de investigado.

Sr. Wilson, V. Exa. está albergado por *habeas corpus* e, por essa razão, não é obrigado a prestar compromisso mesmo tendo sido classificado como investigado, se assim desejar.

que os Governadores e os Prefeitos sentiram a necessidade de seguir orientações eminentemente técnicas internas, nós, Governadores, pedimos ao Presidente da República, diversas vezes, e, se não constam ainda da CPI, os Governadores fizeram encaminhadas a esta CPI e constem do relatório, porque fizemos várias reuniões que nos atendessem, que nós pudéssemos conversar para poder encontrar soluções em conjunto, soluções que Espanha, como a Itália, que tiveram dificuldade para o controle da pandemia e que têm um sistema de saúde e a Inglaterra, países como a Alemanha... Mas, infelizmente, no caso do Brasil, a nossa situação foi absolutamente

10:52 Os Governadores, Prefeitos de grandes capitais, Prefeitos de pequenas cidades ficaram totalmente desamparados. É uma realidade inequívoca, que está documentada em várias cartas que nós encaminhamos ao Presidente da República. Eu fui um dos que eu integrava, como um dos organizadores, ao lado do Governador João Doria, fizemos vários pedidos de reuniões – salvo engano foram duas reuniões que nós tivemos com o Presidente –, foram reuniões em conjunto. Durante a pandemia, o Governador Doria foi frontalmente atacado na reunião, de uma forma descortês.

Eu fiz pedidos para que nós pudéssemos, ainda no início da pandemia, ter uma ação do Governo Federal com os Srs. Senadores, não olhar para uma cidade isoladamente, para um Estado isoladamente, e os senhores verem uma questão específica de uma região; é a questão nacional. Se o Brasil tivesse, através do Governo Federal, não sido necessária a determinação para que o Itamaraty negociasse com o Governo chinês, alemão, até mesmo os Estados Unidos, não só os respiradores, os insumos, e agora nós estamos vendo a questão da vacina, os Governadores – e aqui eu quero dizer nós não teríamos ficado à mercê das alternâncias dos preços dos mercados internacionais.

Então, não é simples, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, chegar aqui à CPI e falar "o Governo do Estado do Rio de Janeiro comprou respiradores superfaturados", porque é preciso fazer uma análise do mercado internacional e de que nós, Governadores, ficamos completamente desaparelhados para poder comprar esses produtos.

E aqui foi mencionada a Lei 13.979. No seu art. 3º, inciso VII, o Governador poderia até requisitar! Não precisava de nada. Nenhum. Ele poderia simplesmente requisitar! Mas requisitar onde? Como é que eu vou requisitar ao Governo Federal para negociação internacional, e não foi feita.

10:56 E eu quero que os senhores agora me deem uma atenção especial, pelo que eu vou falar: o Governo Federal criou uma narrativa que viria com a pandemia, criou uma narrativa. Foi uma narrativa pensada, estrategicamente pensada. Os Governadores, a fragilidade, porque não teriam condições de comprar os insumos, respiradores e, inclusive, atender os seus próprios Estados, embora seja um excelente sistema para um país como o nosso, tem dificuldade. Então, o que ficou claro para o Governo Federal foi para colocar os Governadores numa situação de fragilidade, porque os Governadores tomaram as decisões. E isso tem repercussões econômicas.

E eu quero lembrar os Srs. e as Sras. Senadoras que, no dia 13 de março de 2020, eu fui o primeiro Governador a ser contundente, a fim de que nós pudéssemos controlar a pandemia no Rio de Janeiro, que é um dos Estados com maior contaminação nas comunidades, em razão das deficiências dos habitantes daquelas regiões. Nós temos o maior índice registrado, e índice de tuberculose nas comunidades, Senador Randolfe, que é maior do que em países da África.

Então, a minha situação como Governador do Estado do Rio de Janeiro era crítica, e nós não conseguíamos dialogar com o Presidente. Como é que você tem um país em que o Presidente da República não dialoga com um Governador? Os Governadores à mercê da desgraça que viria. O único responsável pelos 450 mil mortos que estão no Brasil, responsabilizado, aqui, no Tribunal Penal Internacional, pelos fatos que praticou.

E eu quero dizer, continuando nessa linha: a narrativa que foi criada foi a narrativa de que "os Governadores não queriam que o Senhor Presidente da República que o isolamento social traria consequências graves à economia. E eu avisava que o Presidente precisa liderar, sentar na cadeira de Presidente, e não ficar fazendo motociata, carreata, porque é muito vergonhoso. Carreata, Sr. Presidente Omar Aziz, carreatas me desafiando e fazendo com que a população não obedecesse porque decretaram as medidas de isolamento.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele veio aqui pra fazer um comício, o Governador.

O SR. WILSON WITZEL – Eu tenho prazo pra falar, Sr. Senador. E eu estou fazendo a minha defesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho...

O SR. WILSON WITZEL – Estou fazendo a minha defesa, eu sei que incomoda. Mas é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O nosso convidado... O convidado, inclusive, tem uma decisão que eu quero aqui hoje.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele veio aqui pra fazer discurso, está claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na hora em que V. Exa... V. Exa. é uma pessoa muito educada e aí todo mundo poderá contestar e fazer as perguntas.

Fico agradecido.

O SR. WILSON WITZEL – Sr. Senador, eu agradeço a oportunidade, mas eu não estou aqui pra fazer com que a verdade... V. Exa. terá a oportunidade de me indagar, da forma como entender pertinente. Neste momento eu não quero falar. Eu fui cassado num mandato em que eu fui eleito com 4,6 milhões de votos num tribunal de exceção. O que aconteceu para a história do Brasil, um tribunal de exceção, um tribunal que foi totalmente parcial.

Então, eu não vou me estender demais, mas quero agradecer aos meus advogados que aqui estão – Dr. A. Carvalho, Emídio Marques, Dr. Eric Trotte – porque estão trabalhando de graça! Não estão aqui por dinheiro, e a democracia e que acreditam que o nosso trabalho foi um trabalho sério.

E, sem mais delongas, mas é importante também mencionar que a narrativa do Governo Federal vai mais estavam destruindo empregos, que os Governadores estavam destruindo a economia, eles aproveitaram para

11:04 Em relação às investigações, Sr. Senador, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu tenho aqui todas as delações q
R Edson Torres. A delação hoje é o pau de arara moderno. O sujeito é preso, aí ele vai e remonta uma histó
fizeram outros delatores... E nós estamos vendo agora, em relação ao que aconteceu com o Presidente Lula
está sendo reconhecidamente – lamentavelmente, porque foi meu colega – parcial. Isso é muito triste pra histó
Humberto, vai ser reconhecido da mesma forma, só que até lá quem paga o tempo que o Governador Witzel
perdeu preso quando não poderia estar preso naquelas circunstâncias?

E eu quero aqui dizer claramente que existe a Cautelar Criminal 35. Essa Cautelar 35 investigou várias OS
incrivelmente a investigação das OSs parou. Simplesmente, Senador Humberto Costa, está aqui... A Medida C
encaminhar aqui o nome dessas OSs, e esta CPI pode e deve fazer a quebra de sigilo dessas OSs, porque a
dinheiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Você pode declinar

O SR. WILSON WITZEL – Posso declinar. Posso declinar o nome das empresas agora.

Essas OSs constam da Medida Cautelar 35 e, incrivelmente, após a minha cassação... E eu quero deixar clar
OSs, em 2019, um ano de auditoria, e o meu objetivo era intervir nas OSs e tomar as providências para mo
maior máfia do Rio de Janeiro é a da saúde. E eu entrei com o objetivo de coibir os desvios na saúde e regu
ou então com a Fundação Estadual de Saúde. E, dessas OSs, Senador Randolfe, eu vou te dar o nome aqui.

Eu vou te dizer um fato curioso. O meu *impeachment* foi pautado em duas questões: a primeira, de que e
chamada OS Unir. Incrivelmente, a OS Unir foi uma OS que foi descredenciada pelo, infelizmente, ex-Secreta
em espécie. Infelizmente, eu não poderia saber, porque o Dr. Edmar não tinha sinais exteriores de riqueza, e
tona, ele acabou sendo surpreendido. Eu o convidei pra ser Secretário, porque era médico, Diretor do Pedro
se surpreenderam com o desvio ético dele, embora, do ponto de vista profissional, eu não tenha o que reclama

Agora, quando a Unir foi descredenciada – e eu achei estranho o descredenciamento da Unir... Eu fui juiz.
procurador nem de promotor. Eu tenho meu livre convencimento e eu entendi que o processo da Unir e
questionada, e não foi encontrado um centavo comigo. Não tem um centavo encontrado nas minhas contas.
encontrados R\$10 milhões em espécie, a palavra dele vale mais do que a minha.

o seguinte: (dado.)

Aqui, no depoimento do Sr. Edson Torres, prestado ao Ministério Público... O Edson Torres é um criminoso cor está solto.

Senador... Senador Renan, o Edson Torres é um réu confesso. Ele vem praticando crimes na área da saúde d Ele confessa os crimes, as empresas dele não são bloqueadas. Eu, se fosse o juiz federal do caso, teria bloqu E o Sr. Edson Torres está solto, as empresas estão funcionando! E aí eu pergunto: como é que o Ministério empresas, não pediu o bloqueio dos bens do Sr. Edson Torres e não impediu que essas empresas – essas OS como magistrado, ver um membro do Ministério Público não pedir aquilo que se espera que alguém peça nu anos de experiência como juiz criminal. As OSs Solidário, Nova Esperança, Mahatma Gandhi, Gnosis e Id faziam parte de um grupo que dava a bendita da caixinha.

- 11:12 E eu estou pedindo, Srs. Senadores e Senadoras, que façam a quebra do sigilo dessas empresas para sabe
R não foi! Para mim, não foi um centavo, mas eu quero saber para onde foi o dinheiro! Quem é que financiou o financiado por essas OSs, e alguém recebeu esse dinheiro! E quem recebeu eu fico extremamente preocupad Justiça do País. Então, eu estou preocupado com isso daqui e preciso que seja investigado.

Diz o Sr. Edson Torres que esse grupo pagava essa propina de 3% a 6%. Depois, ele diz, na p.5 do depoime conhecimento que houve repasse da Alerj para a Secretaria de Saúde, que tais recursos foram adminis Deputados da Alerj, quando da sua distribuição".

E aqui um parêntese. Na medida em que o Ministério Público Federal pede a busca e a apreensão na casa d na casa do Presidente da Alerj, a busca e a apreensão na casa do Relator do meu processo de *impeachment* foi colocada a corda no pescoço. Eu aqui trago a esta CPI o seguinte questionamento: o meu *impeachment* ac sem que o devido processo legal me fosse garantido. Essas pessoas, o Presidente da Assembleia Legisla processo de *impeachment* na Alerj, todos investigados, com a corda no pescoço. E, ao final, quando eu sou morreu! Não tem mais investigação! Isso é ou não é indício de parcialidade e de perseguição política ao Gover

Agora, eu vejo aqui, nesta CPI, se falar que quer investigar Governador de Estado. A investigação de Gov Governo Federal de que os Governadores aproveitaram a pandemia para roubar.

Quero dizer mais, para concluir. Os Governadores não são ordenadores de despesa. Governador não tem o processo de *impeachment*, eu fui condenado... Isso é um risco! Aqui, quem não vai ser Governador um o seguinte: quem for Governador vai conferir um contrato, vai conferir o pagamento que foi feito a A, B, C ou condenado, Dr. Bruno, por omissão, omissão de ter fiscalizado a obra do hospital de campanha! Como é que Governador, se eu mandei todos os órgãos técnicos trabalharem? Ou seja, eu estou aqui agradecendo a op brasileiro que o Governador do Estado do Rio de Janeiro foi perseguido vergonhosamente por instituições que Eu não tenho poder, Senador Randolfe, de investigar, mas V. Exas. têm. V. Exas. têm o poder de investigar. uma CPI têm poderes inerentes aos de magistrados, de juízes, com algumas limitações, obviamente. Mas eu c pode deferir, sob sigredo de Justiça – e aqui vai uma sugestão –, sob sigredo de Justiça, deferir, com o ap cautelares de busca e apreensão de celular, de documentos, de forma sigilosa, com o apoio do Supremo, para meu *impeachment*, porque, por trás do meu *impeachment*, estão aqueles que se aliaram a esse dis Governadores. E eu só fui o primeiro, porque, depois de mim, outros Governadores foram atingidos por es agora estão fragilizando os Governos estaduais. Esse é um objetivo de enfraquecimento do Estado democrá isso.

- 11:16 O Senado tem, hoje, o dever, a obrigação de tomar as medidas necessárias para acabar com essa farsa qu
R Governadores. E eu hoje estou alijado do mandato para o qual fui eleito por mais de 4,6 milhões de fluminense

Eu, vindo para cá – estou encerrando –, no aeroporto, fui abordado por um cidadão da cidade de Campos – D falar comigo: "Governador, o que fizeram com o senhor, Governador? O que fizeram com o senhor é muito tr futuro, se o Governador que nós elegemos foi cassado de uma forma totalmente inaceitável, porque era u problema? Tem! Mas eu nunca deixei de dialogar com a esquerda nem com a direita, porque eu não me con me considero um cidadão que deixou a magistratura por amor ao nosso País. Eu deixei a magistratura para Janeiro o que eu acho que deveria ser feito. E não pude avançar mais porque a corrupção é grande e não iam não tem compromisso com corrupção, continuasse governando o Estado do Rio de Janeiro para poder, enfi Senador Humberto, estão lá. As OSs estão lá no Estado, operando livre e abundantemente com seus oper operando livremente, e eu estou aqui, infelizmente, impedido de governar o meu Estado.

Eu corro risco de vida. Eu tenho certeza, porque a máfia da saúde no Rio de Janeiro e quem está envolvido miliciano envolvido atrás disso, eu corro risco de vida e a minha família. Por isso que eu, inclusive, já disse para que eu pudesse preservar a integridade física minha e da minha família.

Mas eu só queria fazer esse acréscimo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conte com a nossa solidariedade no Parlamento de Inquérito.

Nós estamos aqui reunidos exatamente para investigar o que aconteceu no Brasil no enfrentamento da pandemia e a responsabilidade. Dentro desse foco, a sua presença aqui é uma presença destacada, porque, como ex-Governador do Rio de Janeiro, V. Sa. pode verdadeiramente ajudar no que se quer a partir da criação e da instalação desta Comissão de Inquérito.

As comissões parlamentares de inquérito têm sentido de serem criadas e serem instaladas – o Governo nunca fez isso. Os fatos não estão sendo devidamente investigados. Aí faz-se uma investigação emergencial, parlamentar, política, com técnicas, com poderes constitucionais, com poderes judiciais para se esclarecerem determinados fatos. E por isso eu quero agradecer a presença de V. Sa.

11:24 **R** Eu vou fazer algumas perguntas. Se por acaso na introdução V. Sa. já respondeu, releve, porque eu as faço como V. Sa. sabe, mais uma vez, repito, a sua presença aqui é muito importante. E é nessa condição que lhe pergunto:

A cidade do Rio de Janeiro, por suas características turísticas e de grande integração internacional, foi uma das mais afetadas desde o início da pandemia. Municípios dos arredores também sofreram com a doença rapidamente. Quais ações foram tomadas pelo Estado para o enfrentamento da pandemia, inicialmente, Governador?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Senador Renan, muito obrigado pela solidariedade, obrigado. Pela presença de V. Sa. no Parlamento brasileiro. E agradeço que tenha vindo de V. Sa., que sabe muito bem o quanto nós Governadores temos um filho como Governador, o Governador Renanzinho, que é uma pessoa muito querida, gosto muito do trabalho dele.

E quero dizer que adotamos no Rio de Janeiro o decreto, no dia 13 de março de 2020, para o isolamento social. O Robadey, me informou que, à época, se não tomássemos a medida de isolamento social – está documentado que houve mais de 150 mil mortos no Rio de Janeiro em curto período de tempo.

O Sistema Único de Saúde, sabemos, é um sistema em que os profissionais se desdobram, mas infelizmente não tem toda a história do nosso Estado. E que, para fazer frente à pandemia, precisávamos fazer o isolamento social de forma rapidamente elevada e não termos condições de atender os pacientes nos leitos de CTI.

Nós buscamos, Senador Renan, a possibilidade de leitos na iniciativa privada. Eu fiz uma reunião, essa reunião foi com o Ministério da Justiça, do desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, do Presidente da Alerj, as associações de empresários. Não havia leitos na iniciativa privada. Também não havia leitos na... Também não havia leitos no SUS. E, nos hospitais federais, são mais de 600 leitos nos hospitais federais, e esses leitos não foram disponibilizados para a campanha.

A história dos hospitais de campanha, ela é dramática – não é? Nós temos aqui os hospitais de campanha... A história dos hospitais de campanha é que houve uma sabotagem dos hospitais de campanha por alguns Deputados Estaduais. Foi dizer na imprensa que tinha gasto nos hospitais de campanha de 25 milhões com jardinagem. Mentira, porque a limpeza de leito de CTI.

Porque o Presidente cobra o Conselho Parlamentar de inquérito que, por favor, se digno requisitar os meios Governador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Determino Relator.

O SR. WILSON WITZEL – Então, todas as atas dos secretários em que foram registrados os pedidos de compra de insumo, pedidos para a questão dos hospitais de campanha... Quer dizer, tudo isso está registrado nessas atas?

Eu não participei das reuniões, mas a minha determinação ao Secretário de Saúde era que fizesse essas solicitações.

Na reunião dos Governadores com o Presidente, nós fazíamos esse clamor para que fossem comprados, do jeito como não foi feito, cada Governador, Consórcio Norte e Nordeste, etc. foram trabalhando para poder tentar comprar os respiradores, os Estados Unidos mandavam um monte de avião, a Alemanha mandava um monte de dinheiro, pagavam antecipadamente porque era exigido o pagamento antecipado. Por isso que é preciso contextualizar, não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o nível de cooperação?

11:32 **O SR. WILSON WITZEL** – É um nível de cooperação que foi praticamente zero – né? O nível de cooperação foi muito longo de todo esse período, foi uma descooperação, uma dificuldade de você conseguir...

R Eu tive uma reunião com o Comandante Militar do Leste, na época eu pedi ao meu Chefe do Gabinete para que fizéssemos uma reunião com o Comandante Militar do Leste pra pedir apoio à montagem de hospitais. Não foi possível, que está disponível pra dar o apoio na época. Mas evidente que militar cumpre ordens; cumpre ordens para executar.

Nós não tivemos o apoio das Forças Armadas. Eu, que sou Fuzileiro Naval, Oficial da Reserva, tenho conhecimento de como instalar os hospitais de campanha lá em toda a Baixada Fluminense, no Aterro do Flamengo... Instalar os hospitais de campanha como militares, de fazer isso de forma rápida. Nós saímos daqui, vamos pra outro lado do mundo e montar hospitais seria difícil montar o hospital de campanha para atender os pacientes do Covid.

Isso não foi feito, portanto é mais uma falta de colaboração, infelizmente. Não do Exército, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entendi.

O SR. WILSON WITZEL – ... mas de quem manda no Exército.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O envio de verbas para o enfrentamento...

O SR. WILSON WITZEL – Desculpe, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O envio de verbas para o enfrentamento à pandemia?

O SR. WILSON WITZEL – Não, não foi. Desde o começo da pandemia, os Governadores clamaram pela redução de ICMS, de ISS e que somente o Governo Federal é que pode lançar mão de empréstimo; o Estado não pode fazer empréstimo; o Estado não pode emitir moeda.

São várias declarações minhas que estão nos órgãos de comunicação a fim de que nós pudéssemos fazer com que aprovasse o auxílio emergencial pra que a população se sentisse acolhida. Se você pede pra ficar em casa, pra não sair de casa, uma resposta do auxílio emergencial na mesma agilidade que as medidas de combate à pandemia eram necessárias, dificuldade de conduzir a pandemia.

Então, demorou o auxílio emergencial, os recursos que foram encaminhados para completar o orçamento, mas tínhamos até já imaginado a possibilidade de redução de salário dos servidores pra poder fazer frente ao corte de cima do laço e aí nós conseguimos dar continuidade, mas, até lá, nós tivemos dificuldade de poder fazer esse corte.

Então, tudo isso, Senador, eu estou falando, mas tudo isso é documentável...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei.

O SR. WILSON WITZEL – ... é analisável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma ação específica foi cumprida?

O SR. WILSON WITZEL – Nós recebemos... Eu não tenho acesso aos documentos do Governo do Estado, mas não impede; e eu tenho certeza que a requisição desses documentos... Eu posso depois tentar fazer uma requisição, uma resolução que foi feita pelo Coronel Alex Bousquet, meu Secretário de Saúde que substituiu o Edmar, em que eu fui enviado para os Municípios para que nós pudéssemos fazer o controle da pandemia.

ficávamos numa situação muito difícil e tínhamos que fazer o contingenciamento. Esse contingenciamento, esse tamanho do contingenciamento. Mas eu acredito que seja algo em torno de R\$20 bilhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os critérios de distribuição justos do seu ponto de vista?

O SR. WILSON WITZEL – Senador Renan, essa questão do critério... Eu fui contra, mas, como bom membro O critério que foi utilizado beneficiou quem tem mais participação no regime de distribuição dos recursos federais recursos que foram para o Rio de Janeiro... Porque eu não tenho esses valores de memória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, o senhor che o Governo Federal?

11:40 **O SR. WILSON WITZEL** – Não. Em relação ao orçamento não, porque foi aprovada aqui, no Congresso, a q
R foi aqui, no Congresso, que foi uma proposta do Governo Federal, prejudicou os Estados do Sul e do S
Governador Doria. Nós tivemos menos recursos, proporcionalmente, do que outros Estados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILSON WITZEL – Sim, foi baseado no FPE, mas esse critério, em termos de pandemia, não atendia a proposta do Governo Federal para poder, de uma forma disfarçada, prestigiar os Estados do Nordeste e dificultar

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, Governador, não o interrompendo... Aliás, não questiono também, eu fui Governador por quatro anos, fui reeleito e fiquei mais quatro anos no Governo. O que aconteceu com o custeio do Estado, de um modo geral caiu.

O SR. WILSON WITZEL – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto? Então, não teve outros gastos. Você deixou de fazer a pandemia; então, os Estados... O que o Senado e a Câmara aprovaram foram recursos substanciais para os Estados recurso. Veja bem...

O SR. WILSON WITZEL – Mas essa questão é uma questão complexa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa questão é uma questão que eu só estou lhe colocando, porque a verdade. E a verdade, a única coisa de que a gente não pode reclamar, sendo oposição ou situação, é que houve o Congresso, e o Governo atendeu ao pedido do Congresso. Nós aprovamos aqui a PEC da guerra, pra dar força à queda... Por exemplo, um exemplo claro: em 2020, nenhum Estado e nenhum Município gastou dinheiro com manutenção de escola, com outras atividades que eram recorrentes em anos em que não tinha pandemia. Então, houve uma economia do Estado muito grande em várias áreas, que poderia ser alocada para a saúde, estou lhe dizendo.

O SR. WILSON WITZEL – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, o critério utilizado pelo Congresso pode até não ser bom para São Paulo, Rio e outros Estados –, mas foi o Fundo de Participação dos Estados, foi esse o critério que nós utilizamos beneficiado a mais, porque, como estava no auge da primeira onda, e o Amazonas foi o primeiro, teve até um aumento para os Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Governador, V. Sa. considera que a situação da República, tornada pública em diversas oportunidades, foi motivo de algum boicote ou sabotagem por parte dos Estados?

O SR. WILSON WITZEL – Senador Renan, eu não posso dizer que eu sou... Eu não vou dizer que eu sou oposição de forma. O que eu quero dizer é que fiz críticas à atuação, como aqui mencionei no início, críticas à atuação do Governo senti... Não é simplesmente um sentimento; houve retaliação, houve, por parte do Governo Federal, especialmente do regime da pandemia, em que nós estávamos cumprindo todas as exigências, com toda a dificuldade no Congresso Nacional – e, aí, eu tenho que agradecer ao Presidente Rodrigo Maia, que muito nos ajudou na recuperação fiscal, pelo prazo de dez anos –, seria difícil o Rio de Janeiro sobreviver

Eu tinha cinco delegados federais que estavam trabalhando comigo. Um deles, inclusive, o Delegado Bernardo Barbosa estava levantando uma série de crimes praticados em governo do Estado. O Delegado Bernardo Barbosa estava descobrindo mais de R\$1 bilhão de desvio das OS. E o delegado estava fazendo um brilhante

Eu sou chamado – convidado, evidentemente, pelo Ministro Moro – para conversar. Eu achei estranho, Senador Moro, ele não quis tirar foto comigo, ele não quis anunciar o meu nome e disse que ele não poderia entrar no Ministério da Justiça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando foi essa conversa?

11:48 **O SR. WILSON WITZEL** – Eu tenho a data certinha na minha agenda.

R **O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, se puder nos informar...

O SR. WILSON WITZEL – Vou informar essa reunião.

E, quando eu cheguei lá...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É...

O SR. WILSON WITZEL – Não, mas esse fato é importantíssimo. Eu cheguei lá, o Ministro Moro disse pra você parar de falar que quer ser Presidente. O chefe falou pra você parar de falar que quer ser Presidente. Presidente, infelizmente a gente não vai poder te atender em nada, né?". E aí o Ministro Moro falou que ia sendo uma determinação do Governo Federal. Isso é ou não é uma clara intervenção num Estado da Federação? intervenção indevida num Estado da Federação?

O delegado é do Governo Federal, ele pode pedir de volta quando ele quiser, mas não nessas condições, porque o Dr. Bernardo Barbosa, que estava fazendo um brilhante papel e investigando as OS – essa relação de continuidade continuam lá, operando, livres, leves e soltas, e fazendo dinheiro pra alguém que não sou eu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode informar...

Desculpe, Sr. Relator.

O senhor pode informar a esta CPI o nome das OS, quais são?

O SR. WILSON WITZEL – Eu já falei para o senhor. Eu vou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vai informar...

O SR. WILSON WITZEL – Nova Esperança é a campeã. Essa daí é a campeã. Agora, é quebra de sigilo das OS porque quem deve estar pagando a propina são as empresas que estão trabalhando com as OS. O dinheiro das OS certamente não tira o dinheiro de uma vez, mas a empresa do Sr. Edson Torres, a empresa desse tipo de entrega propina pra quem quer que seja.

E eu quero garantir a V. Exa.: já foram feitas duas buscas e apreensões, devassa na minha conta, e não declarado ao Imposto de Renda e fosse produto do meu trabalho. Já no Sr. Edmar Santos, infelizmente, um grande condição de saber... Não é exigível do homem médio que você possa saber que alguém estava com desvio é infelizmente, ele e o Edson Torres se aproveitaram da fachada do Sr. Edmar Santos pra entrar e dar continuidade eu estava combatendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o que o senhor falou, a propina com o então Ministro da Justiça, depois que ele lhe fez essa indigna colocação em nome do chefe?

O SR. WILSON WITZEL – Eu disse pra ele que ele estava indo por um caminho errado. Eu falei: "Ô Moro equivocado. Eu acho que, se você quer ser Ministro do Supremo, você não precisa fazer isso. Se você quiser procurar convencer os Senadores – se o Presidente vai te indicar – de que você é capaz de ser um Ministro magistrado que se espera que tenha na Suprema Corte. Agora, esse tipo de coisa, lamentavelmente, de menininho de um magistrado como você, que, como eu; 20 anos de carreira".

E esse fato foi um fato marcante nessa história toda, porque foi depois daquele vídeo em que eu fui levemente

Senador Renan, mais importante ainda, pra mostrar o quanto o Rio de Janeiro sofreu com essa intervenção do Moro, logo após o porteiro, logo após o porteiro... Isso é importante porque tem a ver com a pandemia. Tem a ver com a pandemia e dar o golpe final contra mim.

quando eu era defensor público e entrava no cárcere pra defender alguém, eu sempre chamei aquela pessoa de esse discurso de que presídio é lugar pra se colocar pessoa, como tem um Deputado aí que falou que bandido democrático de direito, a justiça tem que ser feita – e a justiça restauradora. Eu não acredito numa justiça que

11:56 Então, infelizmente, a postura do Presidente foi de isolamento em relação a mim. Não só ele me ofendeu, R processei, eu não entrei com ação em relação a isso –, o Presidente não me recebeu no Palácio do Planalto. Não pedi de requerimento de audiência com o Presidente e a declaração do Presidente, na imprensa – pode ser humilde: "O Governador do Rio tem que ser mais humilde". O que ele queria? Que eu me ajoelhasse aos pés do soberano, me atenda"? Então, não foi isso que aconteceu. Eu não tive audiência com o Presidente, não vi o Presidente, ele se recusou a atender. E, infelizmente, é uma relação difícil.

E vou falar um pouco mais, vou falar mais uma outra questão em que nós tivemos um problema. Nessa época – inclusive, eu estava com Covid –, eu estava no Palácio Laranjeiras, trabalhando no Palácio Laranjeiras, pra

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Estado do Rio de Janeiro tem operações da Polícia Federal. O senhor reconhece alguma materialidade fática das ações – o senhor já teve alguma experiência com isso aqui – ou entende que se tratou de operações políticas? Por quais razões?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, esta CPI, com os poderes inerentes que tem, é que vai poder investigar is

A pandemia é a pedra de toque do resultado de uma série de atos de perseguição política – não só em relação a Governadores. Não preciso aqui lembrar, mas, se esta CPI não tem, deve colocar no relatório a representação feita de a Procuradora da República Dra. Lindora... A Dra. Lindora, claramente, no ofício encaminhado aos trabalhos ministerial, o que é uma violação dos deveres funcionais. Esse requerimento foi encaminhado ao Conselho dos nove Governadores, por conta das perguntas indevidas, no meu sentir, que foram feitas pela Procuradora da República

Em relação a mim, esta CPI é que pode investigar. Agora, aqui nós estamos falando de investigar... Nós temos procedimentos praticados no curso de uma investigação por uma Procuradora da República. Inclusive, foi aqui já aventada a possibilidade, no meu sentir, como experiência que eu tenho como magistrado, algumas medidas cautelares precisam ser tomadas. Minha sugestão é que essas medidas sejam tomadas em segredo de justiça, evidentemente junto ao Supremo Tribunal Federal, se atuou, de que forma se fez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. WILSON WITZEL – Senador Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Governador.

Tem uma questão de ordem aqui:

Excelentíssimo Senhor Senador Presidente da CPI [...], na condição de advogado do depoente sendo violadas neste momento as regras de acesso ao plenário desta CPI, as quais estão publicamente violadas com a presença de pessoas que aqui não poderiam estar, especialmente, a violação constatada com a presença de pessoas que aqui não poderiam estar, especialmente, solicito o acatamento desta questão de ordem para determinar o cumprimento das regras de determinação da retirada deste plenário das pessoas que aqui são proibidas de estar, especialmente

Termos em que, respeitosamente, pede deferimento.

Dr. Diego Carvalho Pereira, advogado do depoente.

Dr. Diego, a presença de Parlamentares do Congresso Nacional em qualquer parte do Congresso é permitida. Deputados Federais podem estar presentes numa Comissão como nós Senadores também podemos estar não indeferindo baseado numa conduta que nós temos aqui há muitos anos. Eu não estava nem aqui, mas essa co

seja quem for os responsáveis pelos crimes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero lembrar aqui aos Senadores, às senhoras e aos senhores que o depoente hoje está aqui por livre e espontânea vontade. Ele não necessitaria, até porque, ontem, o *Miraflores corpus*. E ele está aqui querendo contribuir com as investigações.

Caso queira e tenha alguma informação que não queira falar publicamente, ele ficaria muito à vontade... E como ex-Juiz, ele sabe muito bem como pode se comportar no depoimento que ele está dando aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em outras palavras...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Só uma pergunta. Eu concordo plenamente que não é possível aqui impedir a participação de Parlamentares, inclusive de Deputados, desde que respeitar as regras da Casa, do ponto de vista sanitário, inclusive, como afastamento social... Essas cadeiras não são para isso acontecer. E, segundo, não deve ser permitido que, daqui de dentro, se façam programas, *lives*, não sei onde, não sei onde está previsto dentro do Regimento. Que possam acompanhar, mas que possam acompanhar de todas as regras que são praticadas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até agora, eu não vi, sinceramente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já houve aqui uma transmissão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas não hoje. Veja bem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Houve hoje!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Houve, sim. Inclusive, hoje.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, está sendo transmitido para todo o Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve hoje.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Qual o problema de transmitir...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, mas não interessa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu queria, com o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou pedir o seguinte. Está indo tão bem aqui. Vamos continuar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, Presidente, como o senhor sabe, eu quero saber do Governador se V. Sa. se sente inibido em função da presença desses senhores aqui...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Nossa, quanto carinho e diferença, hein, Sr. Relator! Quanto respeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou dando a palavra...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, parabéns! Trate assim todo mundo!

12:08 **O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou dando a palavra...

R

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Trate assim todo mundo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não me interrompa, por favor...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Trate assim todo mundo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não me interrompa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Só estou pedindo isso para o senhor, mais nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seu pai parece que não lhe dá...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Diferença da sua, graças a Deus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não me interrompa, por favor...

O senhor se sente intimidado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e gostaria de fazer o depoimento...

O SR. WILSON WITZEL – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Gostaria de fazer o depoimento...

O SR. WILSON WITZEL – Senador Renan, primeiro, Senador Aziz...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique inteiramente à vontade para falar da melhor forma possível, de modo a colaborar, contribuir com a verdade que esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... de intimidação a

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só vou pedir...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Intimidação onde? Está louco?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí. Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Intimidação!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Intimidação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele citou o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um pouquinho. Senador...

O SR. WILSON WITZEL – Eu quero só dizer que eu não tenho nenhum problema em estar na presença aqui o

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Lógico.

O SR. WILSON WITZEL – ... Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem...

O SR. WILSON WITZEL – Eu o conheço desde garoto, garoto que conheço desde... A sua família, a sua família, conheço seu pai de longa data. É a minha questão aqui não é pessoal. A minha questão é institucional

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ah, que lindo discurso!

O SR. WILSON WITZEL – É! Se o senhor fosse um pouquinho mais educado e menos mimado, o senhor teria

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, eu acho lindo...

O SR. WILSON WITZEL – O senhor me respeite, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Experiência não ter a ver com idade.

O SR. WILSON WITZEL – O senhor me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. WILSON WITZEL – O senhor me respeite.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... o senhor aprendeu.

O SR. WILSON WITZEL – O senhor me respeite.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, Sr. Pres

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, cha

O SR. WILSON WITZEL – Se o senhor veio aqui para bagunçar a CPI, o senhor saia.

(Tumulto no recinto.)

O SR. WILSON WITZEL – O senhor me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Quando começou a CPI, eu tinha mais cabelo e já perdi bastante. Por favor, eu não quero perder o resto.

Ninguém é criança aqui. Por favor! Eu acho que o respeito mútuo nós todos merecemos, independentemente uma pessoa ou outra. Eu já indeferi o pedido. O Governador Witzel já disse não tem problema nenhum da estamos debatendo a mesma coisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não falou da presença de

O SR. WILSON WITZEL – Eu só quero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, ele falou da presença do

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Senador nem está em questionamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você me desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você me desculpa, mas o Senador não está em questiona sobre a presença aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, o senhor preci fazendo as perguntas. Há um clima intimidatório, claro. E precisamos ouvir o depoente se ele se sente à vont

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu estou sendo citado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, a quest

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio e Senador Rogério...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você não pode deixar, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, V. Exa. disse: "O senhor não pode deixar". Se não, na boca do Senador. Aí não dá. Aí você me desculpa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O microfone, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou pedindo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor pode cortar o som, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode! O senhor não pode pedir?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode chamar a atenção e cortar o som.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vem cá, vocês acham que os Senadores não falam mais alto do que eu?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não. Cortando o som, não. Deixe ele falando sozinho. Agora, não pode pedir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, eu peço, por favor.

Governador, o senhor com a palavra.

Senador Flávio Bolsonaro, o senhor vai...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu fui citado, Presidente. Queria fazer uma questão de ordem, mas estou sendo citado rotineiramente pelo depoente. Então, nada mais correto, regimental...

O SR. WILSON WITZEL – Eu falei o seu nome uma vez só.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... do que eu possa responder ao que ele está falando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Ele falou o nome dele.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu queria que o senhor me garantisse a palavra.

O SR. WILSON WITZEL – Eu só mencionei o seu nome porque V. Exa. trouxe aqui uma valoração.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A minha sugestão é, por favor, não cite nome de ninguém, se detenha aos fatos pra que a gente possa caminhar e ter as informações necessárias para a CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

O SR. WILSON WITZEL – Só quero fazer um esclarecimento e, antes de mais nada, dizer que considero relevantes as medidas que porventura possam ser tomadas na investigação de fatos que envolvam atividade do Ministério Público com finalidade.

Sobre o Superior Tribunal de Justiça, eu quero dizer que tenho profundo respeito por S. Exas. os Srs. Ministros do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, de que eu já tive a honra de fazer parte. A minha questão não é cobrar, estou fazendo um trabalho que lhe é possível fazer diante dos fatos cuja verdade está sendo desvirtuada ao levar pra

E olha, Srs. Senadores, eu fui defensor público, trabalhei em diversos tribunais do júri, trabalhei em vários órgãos, excessos do Ministério Público, em várias e várias oportunidades, eu tive a experiência triste de presenciar. E tem muito promotores, procuradores e procuradoras que são profissionais valorosos, merecem o nosso respeito, quadra da República, depois de uma consolidação da instituição Ministério Público, da instituição Polícia Federal, precisam ser investigados se são interesses espúrios ou não, que levaram à investigação de Governadores e de políticos. E precisa ser investigado. Eu não tenho poderes para investigar. Eu não tenho condições de pedir, sabemos que há uma situação da Polícia Federal extremamente grave.

E, logo depois da busca e apreensão ilegal, em que meu nome foi mencionado e a prerrogativa de foro foi não... Eu já fui contra a prerrogativa de foro, hoje eu sou favorável, por conta da imaturidade democrática no Governadores estão sofrendo neste momento com este Governo.

12:20 Então, o Dr. Bretas – e isso precisa ser investigado – defere a busca e apreensão, encontra documentos e manda para Superior Tribunal de Justiça, dizendo que é compartilhamento de provas. Eu entendo que isso é nenhuma. Agora, minha opinião como defendente é uma opinião jurídica, e eu posso externá-la sem que seja.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone.*) – Falta objetividade nas respostas.

O SR. WILSON WITZEL – ... qualquer tipo de calúnia, difamação etc.

Esse fato precisa ser investigado, porque esse cidadão que falou na escuta telefônica... Há antenas de celular com ele; ele pode ter sido intimidado a falar meu nome. E, depois disso, surge toda essa história em volta do mencionado anteriormente pelo candidato na eleição e faz o que os delatores costumam fazer: reconstruem o poder dar substância à narrativa. Então, o que precisa ser investigado não são os Ministérios do Superior Tribunal de Justiça.

E aí eu aceito, sim, o pedido de uma reunião reservada com os membros da CPI – com os membros da CPI constitucionalmente... Aí, Senador Omar, me perdoe, mas não pode participar de uma reunião, sob sigilo, quem não pode votar como juiz, que a Constituição assim outorga. Então, nesta reunião, eu faço questão de investigação contra pessoas que estão desvirtuando a atuação funcional. E nós vamos descobrir quem está patrocinando essa narrativa criminosa, que o resultado é um só: 490 mil mortes no nosso País.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos continuar.

Eu tenho que consultar a assessoria jurídica para saber como pode ser feito esse tipo de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas não seria agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas eu vou consultar. Eu sei que não é hoje, não é agora, mas vou fazer esse tipo de depoimento.

Por favor, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer um apelo a algumas perguntas...

O SR. WILSON WITZEL – Ser mais sucinto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, ser mais sucinto na resposta.

O SR. WILSON WITZEL – O problema de professor é esse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas superaremos.

O SR. WILSON WITZEL – Vamos superar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor disse em uma entrevista: "A Polícia Federal está devidamente oficializada." – fecha aspas.

Em que o senhor se baseou para fazer a afirmação? Se puder ser sucinto, será melhor.

O SR. WILSON WITZEL – Tendo em vista que haverá consulta a esta Comissão de instauração de sessão sobre os fatos que possam levar a essa afirmação, eu peço ao Presidente e a V. Exa., Relator que tome conhecimento da Justiça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, eu vou fazendo as perguntas e responder ou...

O SR. WILSON WITZEL – Sim, se pode ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma Deputada aliada do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB fez uma entrevista a uma emissora de rádio do Sul do País. Disse ela, a Deputada – aspas: "As pessoas que estavam na agulha para sair, mas não saíam. E a gente deve ter nos próximos meses o que a gente vai ouvir, qual é o nome que eles vão dar, mas já tem alguns Governadores sendo investigados pela Polícia Federal." – fecha aspas.

Como o senhor interpretou essa previsão à época e como a analisa hoje?

sangue por aquilo que ele acredita – , fecha aspas.

Pergunto: isso é verdade?

O SR. WILSON WITZEL – Senador...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu pergunto o que isso tem a ver com o Covid, Presidente, n

O SR. WILSON WITZEL – Na boa... Na boa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é verdade?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O que é que isso tem a ver com Covid?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para mim, nada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ah, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é a pergunta do Relator, e eu não posso intervir na pe
absolutamente nada, mas o que eu posso fazer?

O SR. WILSON WITZEL – Bom, eu não sei qual é a linha de raciocínio, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é verdade? A pergun
senhor... A que o senhor atribui isso?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu, durante a campanha eleitoral, fui procurado pelo Senador Flávio
juntasse ao dele pra dar a ele tempo de televisão, porque ele não tinha tempo de televisão. Então, na verdade
Witzel, que foi membro da magistratura federal, a quem ele queria dar o braço para poder dar à própria ca
estava em quarto, quinto nas pesquisas, foi ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está ficando ruim, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Presidente, não, Sr. Relator, continue com as perguntas, por favor.

E o Senador Flávio Bolsonaro, após as perguntas... Por favor, Senador, o senhor pede uma questão de ordem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu darei uma questão de ordem ao Senador Flávio Bolsonaro. A questão de ordem é assim também. Porque está citando nominalmente o Senador, que está aqui presente. Qualquer um diz Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou fazendo a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador. E ele também pode depois falar, só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Posso fazer...

Por que razão o senhor fez aquela declaração? O senhor quer falar ou prefere falar...

O SR. WILSON WITZEL – Senador, como essa questão realmente é uma questão delicada e foi feita fora da hora, fora da eleição e de outros fatos que não são inerentes, eu peço a V. Exa. escusas pra não comentar a tal declaração.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor também declarou à imprensa que esse fascismo que está se instalando no País...

O SR. WILSON WITZEL – Isso é verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... contra essa ditadura da qual o Brasil está sob o jugo desse presidente que eu ajudei a eleger se torne mais um ditador da América Latina." – fecha aspas. O senhor quer falar?

O SR. WILSON WITZEL – Isso é verdade, essa é a minha avaliação....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor reafirma isso?

O SR. WILSON WITZEL – ... minha avaliação pessoal. Reafirmo. Eu já dei uma declaração pra imprensa dizendo que não é esse, ao contrário, um chavismo de extrema direita. Infelizmente, é a realidade. Nós temos capacidade de fazer a avaliação que quer que seja. Eu fui jurista, sou jurista, sou político e posso fazer avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros... É só para o senhor afirmar "sim" ou "não".

O SR. WILSON WITZEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não precisa explicar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, a questão de ordem vai me ser concedida em qualquer momento?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda me refiro às suas declarações de que a família do presidente, a Polícia Federal engaveta inquéritos, vaza informações" ...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso não é verdade, Presidente. Pelo amor de Deus! O que eu quero é saber se o senhor tem provas de que isso aconteceu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "O Senador Flávio Bolsonaro declarou que o dinheiro em espécie depositado em conta, lavagem de dinheiro, o que o Senador Flávio deveria estar preso." – declarações suas. A que provas o senhor se referia quando afirmou "todas as provas apontam para o Senador Flávio Bolsonaro".

O SR. WILSON WITZEL – Primeiro, eu queria fazer uma retificação, que não é prova que eu tenho. As provas são as declarações do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, estou falando sobre a declaração do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. WILSON WITZEL – Só fazendo uma retificação, não é prova que eu tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fica à vontade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não vou, eu quero rebater em sequência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou falando... Estas declarações...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vai anotando, depois

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que estão surgindo da CPI.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso não tem nada a ver com Covid. Por que tem nada a ver.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É um vexame! É um vexame o que você está fazendo aí.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não pode.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Renan, eu gostaria de ouvir o depoimento de Saúde. Eu vim aqui para ouvir o depoimento, que é a chance que ele tem de, inclusive, se defender.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Usando de palanque para, inclusive, atacar Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, muito bem!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com todo o respeito, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem! Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive, Senador Flávio, eu vou dar todo o tempo que V. Exa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mas não dá pra ficar ouvindo calado as aberrações que ele

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "A Polícia Federal deveria ter investigado o que passou a fazer no Rio de Janeiro, porque o Presidente acredita que eu estou perseguindo a família dele, ele só tem essa justificativa de me perseguir politicamente. Acusações levianas estão sendo feitas a mim, mas não nos processos".

O senhor reafirma essa percepção sobre a perseguição?

O SR. WILSON WITZEL – Reafirmo que me considero perseguido politicamente por uma instituição que não o é. Agora, pra aprofundarmos sobre isso, acredito eu que deva ser em segredo de justiça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor promete aprofundar isso que eu ouvi?

O SR. WILSON WITZEL – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um mês antes da operação, passado, o Presidente se referiu ao senhor e ao Governador de São Paulo com palavras escatológicas conhecidas em 22 de maio daquele ano, e a operação, tendo como alvo o Rio de Janeiro, se deu em encadeamento político na deflagração dessas operações?

O SR. WILSON WITZEL – Certamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor faria alguma correlação entre a pandemia aqui relatados e um possível cerco da Polícia Civil do Rio de Janeiro contra Fabrício Queiroz?

O SR. WILSON WITZEL – Polícia Civil do Rio? Ele foi preso pela Polícia Civil de São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, cerco.

O senhor faria alguma correlação entre os episódios envolvendo a pandemia aqui relatados, durante o depoimento do Rio contra Fabrício Queiroz?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu, quando assumi o Governo do Estado do Rio de Janeiro, dei inquérito ao Secretário de Polícia Civil, eu disse a ele que a Polícia Judiciária do Estado do Rio de Janeiro tem independência ou deixam de fazer. Agora, o Ministério Público é o controle externo da atividade policial. Se fizerem errado, forma independente, apartidária.

Então, o que a Polícia Civil fez ou deixou de fazer, ela fez de forma independente, sem a minha intervenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Polícia Civil do Rio de Janeiro fez investigações que redundaram na famosa reportagem de outubro do ano passado, sobre o acesso de milicianos ao condomínio onde tem residência o Presidente da República.

aos Ministros... Veja bem, eu faço essa crítica desde a época em que eu era Presidente da Associação dos Santo: nós entendemos que a prerrogativa de foro pode permanecer, mas a questão é que os juizes que julgam juizes que não têm experiência criminal. No STJ, por exemplo, os membros do Órgão Especial não são os membros do Órgão Especial, que são juizes que não tiveram atuação em área criminal, o que gera uma certa não um demérito aos magistrados. O que eu quero dizer é que o recebimento da minha denúncia no Superior observou as recentes mudanças do processo penal, que exigiriam aprofundamento nas respostas para se. Infelizmente, isso não aconteceu, porque o Ministério Público fez uma investigação em que só prevaleceu a v vai ser no desgastante processo criminal. Esse é o grande problema.

Então se manipulou um processo criminal, para se assassinar reputação e potencializar o meu *impeachment*. profundidade, evidentemente, com outras medidas cautelares.

12:40 **O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Alex teve inf quem?
R

O SR. WILSON WITZEL – Eu suspeito que tenha influência. Agora, pra que nós possamos chegar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, antes de passar pra outro Senador, eu queria Senador Randolfe está interrogando o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Você tem razão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Governador, perto do epicentro sua administração, o senhor foi ameaçado, perseguido ou alertado de possíveis retaliações contra o senhor, p

O SR. WILSON WITZEL – Senador, a gente recebe sempre ameaças nas redes sociais, de que eu deveria ameaça. Durante o período em que eu tinha a minha segurança como Governador, isso me deixava um pou essa prerrogativa, conseqüentemente eu evito sair à rua, eu evito sair em horários que possam ter rotina. E governo foi um governo que combateu duramente as milícias. E o fato de ter feito isto, combater as milícias drogas, eu recebi várias mensagens pelo *direct*, de que eu sou traidor, de que eu sou isso, de que eu sou aqui

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Antes de fazer... E particularm ou ameaça?

O SR. WILSON WITZEL – O miliciano, ele não se declara miliciano, ele não vai dizer claramente que ele é observou aproximações de veículos, procurando mudar o trajeto. Intimidações houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Antes de fazer a última p Presidente e para os Senadores que todas as perguntas que fiz como Relator têm pertinência, sim, com esta as declarações que citei ocorreram depois das operações da Polícia Federal contra o ex-Governador, sobre isso que elas estão imbricadas e têm pertinência, sim.

O senhor esteve ao lado do Presidente e dos seus filhos na campanha. Sabe informar a que se referia o ex-M à Abin paralela?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, são questões que têm que ser aprofundadas – né? Esta Comissão Parla da pandemia. Mas entendo eu que ela traz na sua investigação, no bojo da sua investigação, a necessidade e inadequada. Que se... O Presidente pode nomear um secretário, o diretor da Polícia Federal, pode nomear o Agora, a partir do momento em que se aparelha e nomeia pessoas que vão trabalhar para, efetivamente contamina as instituições. E ela vai crescendo.

Então, hoje cooptou um aqui, cooptou outro ali, é a Abin, é a polícia, parte da Polícia Federal, é um memb preparação pra que, na hora em que precisasse jogar pesado, como agora está acontecendo, jogar pesado co viesse à tona, e nós estamos vendo aí o que está acontecendo com os Governadores e com os Prefeitos. E e um Estado que tem o maior interesse dessa estrutura que tomou conta do Estado democrático de direito, que e

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não, não. Essas OS continuam tramandando...

O SR. WILSON WITZEL – Todas. Todas elas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo. Então, veja bem, o Governador, que era seu investigador que o controlador estava fazendo em relação a essa OS. Não tinha?

O SR. WILSON WITZEL – Provavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E tomaram alguma providência?

O SR. WILSON WITZEL – Que eu saiba, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem o antigo...

O SR. WILSON WITZEL – Senador, só um esclarecimento: no depoimento prestado à Polícia Federal, o Sr. Edmar pag. 2 aqui do depoimento: que o Sr. Edmar Santos recebeu propina, no período, do Hospital Universitário P até 2018, de aproximadamente 15 milhões; que esse valor se refere tanto ao período em que Edmar esteve no comando do UPE, que ele recebeu vantagem sem estar no comando do UPE, mas em decorrência do UPE; que o depoimento discrimina os valores a Edmar no período citado. Até agora, Senador Omar, a esse Anexo 2, eu não tive acesso ao Edmar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei. Sim, só uma coisa....

O SR. WILSON WITZEL – É para dizer que foi no Governo anterior, não foi no meu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor passou quantos anos no Governo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. O senhor disse que ele descobriu corrupção dentro da empresa... O senhor não pode esperar... O pessoal continua lá fazendo de conta que não está acontecendo nada.

O SR. WILSON WITZEL – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Controlador-Geral do Estado é pra isso. Ele não pode prevaricar. Aliás, o atual Governador... Continuam essas empresas lá de que o senhor passou os nomes aqui.

O SR. WILSON WITZEL – É preciso esclarecer que essas OSs... Foram apontados vários problemas em determinado momento... Eu não tive tempo de fazer isso, porque eu iria fazer e aí veio o meu processo de *impeachment* das OSs e tirar aquelas que não fossem adequadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor passando os nomes, nós iremos tomar providências para isso.

O SR. WILSON WITZEL – Tem que investigar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio Bolsonaro, questão de ordem do art. 14.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Exa. e pedir que quando eu fui aqui diretamente atacado pelo Relator e pelo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Relator só fez as perguntas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, como se eu não estivesse aqui... Falando meu nome aqui, mais cínica que pode existir.

E causa indignação, sim, não só em mim, mas tenho certeza de que em todo mundo que está assistindo aqui, realmente uma preocupação com relação aos fatos envolvendo o Covid. Mas é que esse conchavo dum filho do Supremo Tribunal Federal, cujo filho é suspeito de receber R\$800 mil da Odebrecht em troca de uma aprovação de uma medida provisória em 2014...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Esse pingue-pongue... O Senador Renan Calheiros, com esse conchavo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Flávio não faça isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, ele falou aqui de um monte de coisa, eu vou falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador. Eu estou só... V. Exa. está trazendo uma coisa aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Como ele também trouxe.

Então, Presidente, esse conchavo dessa pessoa com outra aqui que é suspeita de desviar R\$700 milhões durante a pandemia... Como diz o colega e amigo Senador Eduardo Girão, isso não é corrupção, isso é assassinato. E isso aconteceu entre esses quase 500 mil mortos. Esse, sim, é o culpado. E vem aqui e cria um monte de narrativa mentirosa dizendo que ele foi eleito mentindo, enganando a população do Rio de Janeiro, e se revelou depois que sentou naquela cadeira.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sim, sim, Presidente. E eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu tenho que preservar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu estou só rebatendo o que fui acusado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... preservar o *habeas corpus* que foi consentido.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Então, só para terminar, Presidente. Para terminar.

Porque essa narrativa de que há uma mobilização para persegui-lo, isso não existe. É mentira deslavada! Senadores você não vai enganar, não.

Olha o que diz o Ministro Benedito no seu voto – vou fazer a leitura aqui, Presidente, e vou abaixar um pouco consigo ler:

Os fatos não só são contemporâneos como estão ocorrendo e, revelando especial gravidade à ordem pública. O grupo criminoso agiu e continua agindo, desviando e lavando recursos em saúde e mesmo a vida de milhares de pessoas, em total desprezo com o senso mínimo de humanidade. A prisão preventiva como único remédio suficiente para fazer cessar a sangria dos cofres públicos [organização criminosa].

Quer dizer, não é bem isso que o depoente está dizendo aqui. Será que isso aqui é perseguição?

E, para concluir, olhe outro trecho, Presidente, para mostrar como é que tem fundamento, tem base, tem prova, foi cassado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Para concluir.

Outras aspas aqui, do Ministro: "foi utilizado para escamotear o pagamento de vantagens indevidas ao governo pelo menos quatro entidades da saúde ligadas a membros da organização criminosa [...]", recebendo mais em agosto de 2019 a 19 de maio de 2020.

Então, Presidente, é isso aqui que está matando gente. Não é narrativa, não é discurso.

Sr. Governador, seja bem-vindo.

Sr. Presidente e Sr. Governador, a primeira onda de casos e óbitos da Covid-19 no Rio de Janeiro começou em 18 mil casos e 1.372 mortes, e persistiu com uma média de 12 mil casos semanais e 600 óbitos por semana até

O Estado do Rio, Sr. Governador, tem uma relação – o Estado do Rio, a Secretaria Estadual de Saúde – *per* mil habitantes, abaixo da média nacional, que é 2,13 por mil habitantes, conforme informado pelo Cnes. Diferentemente dos Estados, existe uma rede federal robusta no Estado do Rio de Janeiro. Além da sede da Fiocruz, o Ministério da Saúde possui mil leitos no Rio de Janeiro em seis grandes hospitais, Lagoa, Ipanema, Servidores do Estado, Cardoso Fontes e outros. Há hospitais nacionais, de câncer, traumatologia-ortopedia e cardiologia; além dos hospitais universitários das universidades estaduais. Há denúncias sistemáticas sobre a falta de investimentos federais para a reposição da força de trabalho, a precarização das condições de trabalho e atendimento à população. Os hospitais federais, Sr. Governador, estão desfinanciados e desmantelados. Hoje, há 808 leitos federais no Rio de Janeiro que estão inoperantes, ou não funcionam. Sr. Governador, somente, por exemplo, o Hospital Bonsucesso, que tinha 511 leitos, hoje possui só 370.

Boa parte desses hospitais não se envolveu diretamente no enfrentamento da pandemia da Covid-19. Alegando não terem sido contratados pelo Governo Federal. Na verdade, o que nós podemos constatar – esta é a minha interpretação – é que se interessou por colocar essa rede à disposição do enfrentamento da Covid-19.

13:00 R Eu queria, portanto, perguntar a V. Sa.: quantas reuniões o senhor teve com o Presidente da República ou com o Sr. Governador da pandemia? Eu peço que seja bem objetivo, porque eu tenho muitas perguntas a fazer a V. Sa.

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Senador, obrigado pelas perguntas. Obrigado pela atenção.

Eu pedi ao Presidente que ele me entregasse os hospitais federais, todos, obviamente junto com a verba, para serem administrados pelo Estado. Realmente não faz sentido, no Estado do Rio de Janeiro, ter hospitais federais administrados pelo Estado. Não é mais capital e... Veja, V. Exa. falou: mais de 800 leitos. Eu queria construir 1,5 mil leitos de hospitais de campanha. A conclusão a que eu chego é que não me deram os leitos e ainda sabotaram os hospitais de campanha exatamente

A verdade é que esses 800 leitos poderiam estar à disposição do Rio de Janeiro – eu pedi no início do meu governo, em 2019. Eu pedi, eu estive com o Presidente, pedi a ele o porto do Rio de Janeiro. O Governo do Estado pudesse fazer a privatização do porto, assim como eu fiz a privatização da Cedae. Indiferentemente da concessão de infraestrutura da história do País, e eu fiz em 18 meses de Governo. E eu queria administrar o SUS. E poderíamos, inclusive, na pandemia, estar mais preparados se, lá atrás, eu tivesse obtido, por exemplo, o porto.

Um outro problema também, Senador, que eu verifico que agravou a situação da pandemia foi não me entregarem os hospitais fechados, mas, se nós analisarmos a verba que vai para o Rio de Janeiro, ela não mudou – salvo engano, é a mesma verba para o Rio de Janeiro e os hospitais estão fechados. Então, uma investigação nesses hospitais – por que esses hospitais não estão indo para lá, quebra de sigilo – pode chegar à conclusão de quem é o beneficiado pelo dinheiro que está sendo enviado para o Rio de Janeiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é importante, Sr. Governador. O Governo Federal não quis ceder e nem colocar para funcionar os leitos que tem no Estado do Rio de Janeiro. Inclusive, não conseguiu constituir 1,7 mil leitos nesses hospitais de campanha, onde aconteceram...

O SR. WILSON WITZEL – Mil e quinhentos, mil e quinhentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... essas coisas todas.

Portanto, se o Governo Federal tivesse colocado à disposição só os hospitais ligados ao Ministério da Saúde, e os outros deles estão também com leitos desativados –, a demanda por leitos de hospitais de campanha teria caído pela metade.

O SR. WILSON WITZEL – Talvez nem fossem necessários os hospitais de campanha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente. Isso aí.

O SR. WILSON WITZEL – Não deram os leitos e ainda sabotaram os hospitais de campanha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa é uma demonstração.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A opção dos hospitais de campanha foi a melhor opção. O Sr. Governador, ele está aqui impichado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Humberto, o Sr. Governador está respondendo. Salvo melhor juízo, V. Exa. está inscrito. Na sua oportunidade, esta Mesa lhe garantirá a palavra. Senador Humberto, prossiga.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pergunto também sobre a relação às medidas não medicalizantes, como distanciamento social, distanciamento físico, uso de máscaras e outros. Como reagiu diante das medidas que V. Sa. e também o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro tomaram em relação a

consegui me reunir com o sucessor dele e estive uma vez com o Ministro Pazuello visitando o Hospital de Oportunidades, os hospitais federais não foram colocados à disposição do Estado do Rio de Janeiro. Na minha opinião não tive a colaboração absolutamente nenhuma para poder fazer o enfrentamento, o combate ao coronavírus.

13:08 **O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mais uma pergunta de novembro de 2020, os gestores que estavam à frente do escritório do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro licitação que somam quase 28,8 milhões. Só pra reformar galpões do Ministério da Saúde, na Zona Norte, foi não chegou às últimas consequências, porque houve por parte de órgãos de fiscalização a orientação de que

Mas eu pergunto: diante da tragédia que o Estado do Rio de Janeiro viveu e continua vivendo, V. Sa. acha que do Ministério da Saúde ou de galpão do próprio ministério quando esses recursos poderiam ser utilizadas adequadas e necessárias?

O SR. WILSON WITZEL – Entendo exatamente nesse mesmo sentido, foi isso que eu pedi, pra que o Ministério hospitais federais. Nós íamos fazer uma reestruturação da rede de saúde do Rio de Janeiro, com os hospitais questões que o senhor está mencionando... Os hospitais federais não têm leito, não oferecem, o serviço é prejudicado durante a pandemia, não foi diferente. O dinheiro chega: algo em torno de quase R\$3 bilhões. E tem gente por aí. E uma investigação com a quebra de sigilo diz quais são as empresas que prestam serviço pelos hospitais prestam serviço pra OS. Vai verificar que tem saque em dinheiro de altos de valores, elevados, nessas empresas ter gente por trás do recebimento desses valores em espécie.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem, eu agradeço entendendo que das questões a que V. Sa. se referiu aqui na sua defesa não me cabe entrar no mérito. Espero que todo o Brasil tudo o que eventualmente aconteceu.

Mas, no que diz respeito à condução do enfrentamento à Covid-19 no Rio de Janeiro, nós podemos chegar responsável em grande parte por esse processo trágico que se viveu e se vive no Rio de Janeiro é o Governo aqueles que, durante todo esse processo, sabotaram as medidas de afastamento, de isolamento social apregoaram contra os testes e que, no momento em que poderiam abrir toda a estrutura do Ministério da hospitais também do Ministério da Educação, não o fizeram. Foram absolutamente omissos. E esse capítulo inclusive, com as denúncias que foram feitas aqui pelo depoente em relação ao papel das chamadas organiza

13:12 Diante disso, eu me sinto satisfeito com os aspectos aqui que investiguei, que levantei no que diz respeito à c
R mim só vieram as respostas a confirmar a minha avaliação de que a gestão que o Governo Federal deu a es teve o objetivo claro de implementar essa imunidade coletiva por transmissão e relata, reflete um absoluto população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar para a Senadora Eliziane, mas antes comunico nosso convidado que eu não farei interrupção, e nós encerraremos essa sessão às 16h, porque tem uma reunião nós temos de participar desta reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu só pergunto um depoente poderá apresentar a sua versão em relação também aos ataques que sofreu aqui ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A hora que ele... Ele tem todo o tempo possível.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mais um advogado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Witzel, eu inicio perguntando para o senhor acerca da relação do Governo Federal com os Governos durante o

O senhor pegou um período que é importante do ponto de vista do enfrentamento da pandemia, e nós apresentadas pelos gestores estaduais de todo o Brasil da falta de comunicação, de envolvimento junto ao Governo política, de uma transparência, de uma governança que efetivamente estivesse focada no enfrentamento da inclusive a política nacional a partir do princípio do SUS. E, em cima disso, nós tivemos várias recomendações apontava exatamente uma falta de planejamento, uma falta de uma ação mais unificada, eu diria assim. Então Benjamin, ele coloca o seguinte: ele aponta a falta de planejamento para compra de insumos, medicamentos e

A minha pergunta para o senhor é exatamente o que o senhor sentiu nesse momento, nessa unificação e implantação dessas políticas que foram – todas elas – em todo o mundo orientadas e que são muito elementos *lockdown*, uso de máscaras, uso de álcool em gel. O senhor sentia naquele momento, como aliado do Governo adoção dessas medidas que eram recomendadas pela Organização Mundial de Saúde e, naturalmente, orientada orientação da ciência?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Senadora Eliziane, obrigado pela pergunta.

É fato notório que todos os Governadores, através do fórum, estavam clamando por uma organização central no início do meu depoimento, no início da minha contribuição aqui, havia uma narrativa estruturada de que os Governadores iriam aproveitar a pandemia para roubar. Essa narrativa foi avançando, e nós vimos o que aconteceu: sem apoio no combate à pandemia; tivemos grandes dificuldades para poder obter os insumos, respiradores, os leitos e a narrativa de, além de os Governadores estarem destruindo empregos, querer jogar responsabilidade, politização iria ser fragilizada, querendo colocar a responsabilidade nos Governadores, porque essa é a temática do Governo Governadores pela pandemia.

Saúde, ele nomeia o seu corpo técnico. Quem toma as decisões para contratação são os técnicos. A estratégia obviamente, é o Governador. Então, a minha estratégia foi: diante da negativa dos leitos dos hospitais federais organizado por parte do Governo Federal com as Forças Armadas, para hospitais de campanha com as Forças Armadas, determinação pra que se fizessem hospitais de campanha.

Esses hospitais de campanha foram planejados por essa empresa. E, nos termos da Lei 13.979, no art. 3º, inciso III, isso eu estou falando avaliando a situação jurídica do caso. E foi feita uma avaliação. A Lei 13.979 não excluiu aquilo que se chama uma guerra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você tinha conhecido também foi o contratado para a construção de hospitais no Estado do Amazonas, não é?

O SR. WILSON WITZEL – Bom, essa instituição... Eu vim a saber da existência dela quando ela foi selecionada pra fazer a instalação dos hospitais de campanha. Já tinha feito em São Paulo, já estava fazendo na Bahia, salvo erro.

13:20 **A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor tem indicação junto a membros do Governo Federal?

O SR. WILSON WITZEL – Senadora, aqui, na delação do Edmar, que fica... Do Edmar, não, do depoimento do Edmar, conversa com Edmar Santos, o Edmar relata a ele – vou me poupar de ler aqui, mas depois encaminho à senadora, eu só vim a conhecer durante duas vezes pra dizer a ele que, se ele não entregasse hospitais, eu iria intervir com decreto intervindo nos hospitais federais, através da Fundação Estadual de Saúde, e todos valores que foram pagos ao Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. Edson Torres disse que à época o Bertholdo estava em Brasília e teria tido um contato com o então governador. Eu não sei se tem credibilidade ou não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Bertholdo era ligado ao governador?

O SR. WILSON WITZEL – É, aqui na p. 6 do depoimento dele: "Que Edmar disse que não seria possível estabelecer um relacionamento [...] [em um bom relacionamento] com o então Ministro Mandetta e este o teria apresentado [Edson Torres] disse a Edmar que cuidasse do labas; Que ainda em março de 2019 Edmar disse, em uma reunião que participei, essas reuniões eram feitas pelas minhas costas], que era muito amigo da família proprietária do [...]".

Então, esse trecho está no depoimento do Edson Torres. Agora, se o Bertholdo esteve no gabinete do Ministro Mandetta, CPI quebrar sigilos desse Sr. Bertholdo e do próprio Ministro Mandetta, à época, pra saber se houve alguma interação. Essa é a que consta aqui do depoimento do criminoso Edson Torres.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nosso tempo vai passar. Eu queria fazer a pergunta para o senhor acerca do Dr. Zoser. O senhor conhece ele?

O SR. WILSON WITZEL – Desconheço quem seja.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tem relação com ele?

O SR. WILSON WITZEL – Não conheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor sabe o nome dele?

O SR. WILSON WITZEL – Não sei quem é.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O advogado, Dr. Zoser?

O SR. WILSON WITZEL – Desconheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor lembra do nome do Ministro Pazuello – e aí, acompanhado do Zoser –, no Estado do Rio de Janeiro, para uma visita à Fiocruz. O senhor lembra?

O SR. WILSON WITZEL – Qual foi a época? Qual foi a data?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ela foi no dia 25 de março de 2020.

O SR. WILSON WITZEL – Não fui convidado pelo Ministro Pazuello.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor teve contato com ele?

O SR. WILSON WITZEL – Não fui convidado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor nunca ouviu falar dele?

O SR. WILSON WITZEL – Não, o Governo Federal evitava me convidar pra reuniões no Rio de Janeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo. Ex-Governador do Rio de Janeiro, o senhor é exatamente acerca da atuação de milicianos. Eu pergunto ao senhor se alguém que já teve experiência, inclusive nessa área do acompanhamento de processos, em várias áreas –, assumiu o Governo do Rio de Janeiro, colocou aqui um pouco mais cedo, o senhor atuou fortemente no enfrentamento em relação a essas milícias, o comportamento deles no período de pandemia, por exemplo. Qual configuração? Eu sei que meu tempo é limitado, mas gostaria que explicasse um pouquinho como se dava.

em relação a milicianos. Eu determinei, quando assumi o Governo do Estado do Rio, a criação do departamento de crime organizado. Sugerir ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e foi criada, através de lei, uma vara especial que não tinha. A ideia era criar cinco varas; criou-se uma, com juízes especialmente dedicados a isso.

Então, há muito material, certamente, pelo menos havia, não sei se continua... Mas, pelo menos na minha opinião, as empresas e pessoas ligadas ao movimento dito miliciano. Tem que requisitar à Polícia Civil do Rio de Janeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – No começo da referência, e o senhor colocou o seguinte: que espera que a ordem democrática seja restabelecida. Aí, mandante do caso Marielle vai ser descoberto?". O que motiva essa sua fala? O que o senhor pode falar, o senhor... E aí é bom lembrar: o senhor não falou essa frase apenas uma vez, aqui, no seu depoimento; o senhor falou, por exemplo, o senhor a ser motivado a falar exatamente isto: "Quem sabe a gente chega aos mandantes do caso dessa mulher, que foi impacto não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

13:28 **O SR. WILSON WITZEL** – É verdade.

R Senadora, a minha condução como Governador não é interferir na investigação. Quando eu chamei os delegados, eu havia me comprometido com a família da Marielle, com a mãe, que eu inclusive recebi no Palácio Guanabara para saber quem eram os executores e mandantes. Com dois meses de Governo, em fevereiro, os executores fizeram reunião que eu tive com os delegados – eu não tive acesso ao processo. Não é meu papel, como Governador, fazer com que a polícia funcione, assim como é meu papel fazer com que a saúde funcione. O senhor quer que vocês têm de elementos do ponto de vista de autoria e mandante?" Os delegados me disseram: "Nós temos quem são. Eu sugiro a vocês que fechem essa parte do inquérito e abram um novo inquérito". Uma sugestão para essa nova fase, vocês vão encontrar quem é o mandante do crime".

Quando se fez a prisão dos executores da Marielle, deu-se prosseguimento às investigações dos mandantes desse inquérito requisitado pelo Ministro da Justiça, para, no meu entender – no meu entender –, coagir a testemunhas a quis mais prestar o depoimento, e o meu *impeachment* foi na sequência de todos esses atos, e a polícia, hoje, é um banho-maria, no meu sentir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na sua opinião, o senhor tem alguma relação ao caso Marielle...

O SR. WILSON WITZEL – Começou ali. Começou ali.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Witzel, eu queria partir do ponto deixado agora pela Senadora Eliziane. Pelo que eu entendi do que V. Sa. fez, as medidas restritivas adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro quando V. Exa. estava no exercício do cargo, eu gostaria que confirmasse: o senhor entende que algumas dessas ações, e, para corroborar isso, eu peço aqui uma informação de 2019, antes inclusive da pandemia, V. Exa. ainda estava no Governo, em que o então Ministro Gustavo Bebiari foi internado no hospital do Rio de Janeiro, e suspeita da atuação de milícia.

Pelo que V. Sa. destacou ainda há pouco, respondendo à Senadora Eliziane, teve atuação de milícias contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro. V. Sa. confirma isso?

O SR. WILSON WITZEL – Foi o que aconteceu, que eu também tive notícia pela imprensa. Agora, só para esclarecer, num hospital federal, nos termos do art. 109 da Constituição, cabe à Polícia Federal apurar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WILSON WITZEL – E o fato não foi apurado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, após esse fato, houve atuação miliciana contra as medidas restritivas, as medidas de isolamento?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu não posso afirmar isso, porque as carreatas eram organizadas, e as medidas de isolamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, Sr. Relator...

Sr. Relator, Sr. Relator... *(Pausa.)*

Sr. Relator, eu considero importante nós registrarmos nesta CPI os nomes dos Parlamentares que foram de porque esses, assim... Claramente, o Sr. Governador aqui declina nome de Parlamentares que obstaculiz Covid.

O SR. WILSON WITZEL – Inclusive, Senador, eles são réus, eles foram réus numa ação civil pública promov para que não fizessem as carreatas. Alana Passos, Anderson Moraes, Poubel, eles foram claramente réus nes

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não pod informações que acredita que também, desses atos contra o isolamento, contra as medidas restritivas, tev milicianos?

O SR. WILSON WITZEL – É bem provável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Sr. Governador, no Rio de Janeiro, salvo melhor juízo, o senhor me corrija, tem 650 leitos de hospitais federais o Governo Federal?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mais de 800.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor chegou a informar o Governo Federal sobre esses leitos fechados e ao Fórum de Secretários Estadu

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu, no início de 2019, pedi a administração dos hospitais, obviamente R\$3 bilhões. Pra esses hospitais, dá e sobra pra abrir os leitos. E, em 2019, nós já tínhamos esses leitos abertos também não fomos atendidos, com o objetivo exatamente de asfixiar a gestão da pandemia pra fazer prevalece

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, o Governo requisições...

por V. Exa. à frente do Governo do Rio?

O SR. WILSON WITZEL – Há um fato de que eu vou manter sigilo e, se houver a sessão em segredo de justiça

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um fato...

O SR. WILSON WITZEL – ... que é o regime de recuperação fiscal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe-me: um f

O SR. WILSON WITZEL – Um fato gravíssimo que eu vou revelar numa sessão que for em segredo de justiça

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WILSON WITZEL – Senão não haverá condições...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um fato de interver

O SR. WILSON WITZEL – Que envolve intervenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em vosso Governo

O SR. WILSON WITZEL – No meu Governo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Além...

O SR. WILSON WITZEL – Além disso, nós tivemos o regime de recuperação fiscal, que só foi assinado após do Rio de Janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor chegou Federal de que isso ocorreria só após o seu *impeachment*?

O SR. WILSON WITZEL – Fui advertido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Governo Federal Hospital Geral de Bonsucesso? E o senhor se recorda das prisões ocorridas por ter milícia à frente da direção

O SR. WILSON WITZEL – Os hospitais federais, os hospitais federais são intocáveis, ninguém mexe ali. Tem o dono daqueles hospitais federais. Tem um dono, tem alguém...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor fala "dono

O SR. WILSON WITZEL – É, tem um dono, ali tem um dono. E tem investigação sobre isso que eu sei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode descobrir quem são os donos?

O SR. WILSON WITZEL – Quebrando o sigilo das OSs que prestam serviço lá...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós encontraremos

O SR. WILSON WITZEL – ... quebrando o sigilo do superintendente que foi exonerado – teve um que foi exonerado, quebrando o sigilo dele; quebrando o sigilo das OSs que prestam serviço e das empresas que quebram de sigilo, que deve ser sob segredo de justiça para que se possa avançar sem expor, num primeiro mo

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor acredita de Inquérito seguir nesse caminho, encontraremos quem são, abre aspas, "os donos", fecha aspas...

O SR. WILSON WITZEL – Exatamente.

as medidas de combate a pandemia foi atendido ou deixou de ser atendido por conta das posições políticas?

O SR. WILSON WITZEL – Muito pouco, muito pouco. Recebemos talvez alguns respiradores, mas muito pouquinhos. Agora esses números todos são muito insignificantes diante da pandemia, mas é uma conduta que foi calculada e atende um pouquinho aqui, um pouquinho ali, dá uns respiradores pra não dizer que não deu nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WILSON WITZEL – Totalmente insuficiente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor disse que foi caracterizadamente um ato político de perseguição por suas posições serem opostas às do Governo Federal. O Governador do Rio de Janeiro, no dia do vosso *impeachment*, estava aqui em Brasília.

O SR. WILSON WITZEL – No dia do meu afastamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia do vosso afastamento?

O SR. WILSON WITZEL – Na véspera do meu afastamento, ele estava em Brasília.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor sabe, tem notícia de que, após isso, houve, ocorreram mudanças no trato com o Governo Federal? E o Sr. Fabrício Queiroz, passaram a frequentar o Palácio Guanabara?

O SR. WILSON WITZEL – Tem foto disso. Depois da minha saída, a relação do Governo Federal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É fato que a filha do

passada... lá ter resistência. Infelizmente, sofri o *impeachment*, de uma forma totalmente parcial. Não adianta o Ministério Público falar o que quer, de forma irresponsável; o juiz vai definir com base naquilo que o Ministério Público citando trecho da delação aí, como foi citado, trecho da decisão, porque a decisão do Ministro é pautada nas aí, lá na frente – eu nunca fiz isso como juiz – lá na frente, absolvido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, só comunicando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só comunicando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... fazer uma pergunta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, e ao Sr. Relator que estou requerendo o depoimento em reservado a esta CPI do Sr. Wilson Witzel. Acho que Sa. poderá prestar a esta CPI.

Não há mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Governador, para complementar as perguntas O senhor saiu dia 28 de agosto de 2020?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Eu fui afastado dia 28 de agosto, com base em... numa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é só... Foi dia 28.

O SR. WILSON WITZEL – Foi dia 28 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Naquela época, dia 28 de agosto, já tinha empresas, laboratório O senhor ainda chegou a discutir com alguém do Governo Federal a compra de vacinas?

O SR. WILSON WITZEL – Não. Eu... Eu estava desenvolvendo, no Instituto Vital Brazil, o soro do Covid, com utilizar nos pacientes internados. E a vacina, eu estava preparando o Instituto Vital Brazil para receber a vacina. Governo Federal não conversava comigo. O Presidente não conversava comigo. O Presidente ignorava qualquer coisa para poder conversar sobre questões que dependem de opinião pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque em agosto o Governo brasileiro já tinha recebido várias vacinas?

O SR. WILSON WITZEL – Nunca chegou ao meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e de outras empresas. Por isso que, como o senhor participou...

O SR. WILSON WITZEL – O Presidente Bolsonaro chegou a dar uma declaração no cercadinho dizendo que o mundo sabe onde o Witzel vai estar logo mais. É uma afirmação curiosa de um Presidente: "Ah, logo mais, estar". Só quem fala isso é quem tem a segurança e a garantia de que alguém está trabalhando para ele para...

Eu não sei se o senhor tem conhecimento da Constituição do Estado do Rio de Janeiro ou de qualquer Governadores fazer qualquer tipo de ato defiscalização e, sim, atos de gestão. Eu não sou gestor... Eu sou engenheiro, não tenho *expertise* em relação à construção de hospital de campanha. A minha determinação providenciava a construção de hospital de campanha. Tem a determinação de que tudo isso fosse feito pelo Estado. Haja vista que a Lei 13.979 permitia, inclusive, a requisição dos hospitais, podia, inclusive, ter sido feito como foi o caso da construção de outros dois hospitais de campanha pela iniciativa privada. A forma pela qual foi feito o projeto, a Governador cabe dar determinações para que sejam cumpridas. Se elas vão ser cumpridas ou não, sob pena de responsabilizar Governadores e Prefeitos de forma objetiva, o que é inaceitável tanto na teoria quanto na prática, teoria criminal.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, é por isso que o senhor disse, não, que não tinha nada a ver com isso, que o senhor não era engenheiro. Então, o senhor agora nos explica... Então, a eficácia disso, se ia acontecer ou se não ia. O senhor só pediu para contratar e...

O SR. WILSON WITZEL – Vamos simplificar, para ficar mais fácil.

13:52 **R** Quando o médico me pede para comprar um bisturi e o secretário traz o orçamento para ser aprovado na Assembleia no Rio de Janeiro, é algo em torno de R\$5 bilhões –, eu não vou perguntar para ele se o bisturi é bom ou não, porque a campanha tem que ser feita assim ou assado ou a forma como ele vai fazer. A determinação é: a saúde não pode sofrer. Quer comprar fuzil? É necessário? Então, o orçamento vai contemplar a compra de fuzil. Agora, eu não sei se, portanto, eu não posso dizer para V. Exa. se houve acerto ou não. Quem tem que dizer isso são os peritos.

Agora, no meu processo de *impeachment* eu pedi para fazer uma perícia para que nós pudéssemos saber exatamente a ação de improbidade sobre os hospitais de campanha, não respondo ação penal sobre os hospitais de campanha por perícia por maioria. Indeferiu! Nós estamos recorrendo em relação a isso. Eu entendo que o julgamento de fato e julgamento que não foi realizado de acordo com o devido processo legal. E, se tivesse deferido a perícia, eu teria perguntas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Outra pergunta: o senhor considera que a contratação criminoso e fraudulenta do labas contribuiu para o resultado?

O SR. WILSON WITZEL – Bom, inicialmente, dizer que a contratação é criminoso ou não é, neste momento, impossível. Ação criminal que envolva o hospital de campanha, não houve perícia, e, portanto, nós podemos dizer que foi regular ou irregularmente, isso somente após o devido processo legal.

O que eu posso dizer para V. Exa. é que o que contribuiu foi o negacionismo do Governo Federal; foram os hospitais federais que poderiam evitar que nós tivéssemos construído hospital de campanha. E fica claro, pela análise dos hospitais federais e a sabotagem dos hospitais de campanha por Deputados estaduais ligados a ele, o Presidente, é a articulação cristalina de que tudo isso foi planejado para sabotar o controle da pandemia no Brasil.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor...

Segundo o Ministério Público Federal, a primeira-dama recebeu um pouco mais de meio milhão de reais em propina.

O SR. WILSON WITZEL – Bom, propina fica por sua conta. São honorários advocatícios que ela recebeu por causa de Renda. Não é em espécie. Muito pelo contrário, na conta da minha mulher, não entrou dinheiro em espécie. Na conta da minha esposa, entraram honorários advocatícios. Ela é advogada, regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, trabalhando com toda a dificuldade. Então, por favor, eu peço que V. Exa. não mencione a palavra propina, porque isso é crime.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Segundo o Ministério Público Federal.

O SR. WILSON WITZEL – Pois é. Segundo esse Ministério Público Federal, que precisa ser investigado...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor acha todo mundo é contra o senhor?

O SR. WILSON WITZEL – Olha, quanto tempo demorou para dizer que o Presidente Lula estava certo? Que ele estava certo? Demorou – né? Uma hora nós vamos chegar lá.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor recebia mesada de aliados? O senhor tinha residências oficiais no Rio e fora do País para supostamente ocultar recursos financeiros?

O SR. WILSON WITZEL – Em hipótese alguma. Jamais!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O que era o clube do charuto?

princípio da legitimidade daquilo que ele leva, normalmente eu, como juiz, várias vezes fiz uma análise criteriosa do caso, no Brasil, a análise criteriosa, pelo princípio do *in dubio pro societate*, que, graças a Deus, está muito lamentavelmente, lá na frente, a gente faz a absolvição, que é o que está acontecendo em vários casos, e eu a

Então, infelizmente, o Ministério Público do Brasil, de uma forma geral, tem muitos bons profissionais, mas não investiga uma perseguição política inaceitável, que não é só a mim, tem mais Governador sendo perseguido.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. ex-Governador Witzel, eu fico muito triste com o senhor, como juiz, condenou. Eu acho que o senhor foi uma negação para o Estado do Rio de Janeiro, para a Justiça, para o Judiciário, pra não dizer uma vergonha. O senhor é um Juiz Federal. Eu vi um depoimento seu emocionado pra fazer coisas erradas. E o senhor envergonhou a Justiça brasileira. O senhor pode ter certeza disso, tá?

O SR. WILSON WITZEL – Eu tenho o direito de falar. O senhor está dizendo que eu envergonhei a magistratura, isso não é verdade, muito pelo contrário.

Durante o período em que eu estive na magistratura, eu fui um juiz efetivo, eu fui um juiz comprometido, sentenças submetidas ao tribunal foram sentenças regularmente julgadas. Eu passei 17 anos na magistratura disciplinar administrativo. Eu passei 17 anos fazendo um trabalho sério. Saí da magistratura pra ser Governador, incomodando. Eu não baixo a cabeça pra ninguém que quer fazer desse País uma bagunça. Não vou parar de fazendo o meu trabalho e, pra decepção de muitos, vou continuar na política e não vão me impedir de ajudar a quem se aproveitem da boa vontade daqueles que estão acreditando numa lorota de que nós estamos numa democracia e um Governo que é fascista e que se demonstrou antidemocrático.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas de mão limpa, não é? E o senhor, não?

O SR. WILSON WITZEL – Quem sabe? Vamos ver...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Entendeu?

O SR. WILSON WITZEL – Tem o Tribunal Penal Internacional aí...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor vem aqui dizer que é sério, mas não comprovam isso. Então, portanto, o senhor envergonhou a Justiça brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Witzel. Próximo inscrito é o Senador Otto Alencar. S. Exa. não está aqui, vamos garantir a palavra no seu retorno. O Sr. Senador Eduardo Girão, V. Exa. Em seguida – se V. Exa. me permite, só para poder destacar os demais –, Sr. Senador Marcos do Val, Senador Rogério Carvalho, Senador Heinze, Senadora Soraya Thronicke. Se os Senadores da Comissão, pela ordem, nós asseguraremos a palavra anteriormente, conforme foi estabelecido antes por esta Comissão. Sr. Senador Girão, V. Exa. está com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado.

Eu queria dar as boas-vindas ao ex-Governador Wilson Witzel aqui nesse recinto, aqui na CPI. O senhor está aqui com uma autoria, assinado por 45 Senadores da República do Brasil que querem rastrear os bilhões de reais de verbas desviadas. Esse é o nosso trabalho, isso não é narrativa. Isso não quer dizer que é contra ou a favor de Governo. Isso quer dizer que é verdade e não fica falando a palavra verdade de forma banalizada. Antes de o senhor caminhar por este roteiro, nós tivemos um episódio triste que mostra a cara desta CPI, a cara verdadeira desta CPI, Senadora Soraya Thronicke.

14:04 **R** Eu tenho muitas discordâncias e critico publicamente o posicionamento do Presidente da República. Todo mundo aqui usando máscara, não usa; às vezes desrespeita jornalistas, e a gente não deve fazer isso. Senador Flávio, eu tenho o pai, mas o que está acontecendo aqui é algo politiquês. Param-se reformas importantes para o País, como reforma da previdência, a gente socorrer, dar as mãos para as pessoas, para antecipar o calendário político visando sangrar o Governador. Quando eu chego no cargo no Governo Federal, eu não tenho nenhuma emenda extra, eu voto contra algumas bandeiras, mas eu não quero enganar a gente! Nós já estamos indo para o último ano do Governo, e não aceitaram ainda. A gente precisa aceitar. O último ano é o nosso. Será que se quer investigar os bilhões de reais que foram enviados para Estados e Municípios mesmo?

Hoje, antes de o ex-Governador entrar aqui, nós tivemos um fato emblemático, e a população está vendo. O Consórcio Nordeste, e olhem que nós temos 82% desta CPI compostos por Senadores do Norte e do Nordeste. Não vou insistir, Senadora Soraya Thronicke, porque eu quero buscar a verdade com V maiúsculo, e não apenas uma palavra.

O Governador Wilson Witzel, que está aqui, é de um Estado que tem protagonizado o símbolo da corrupção. O Nordeste é para aquela nossa região importante, o Rio de Janeiro é para o Brasil, em termos de sucessivos Governadores. Não vou virar essa página e buscar responsabilidades.

Governador, o senhor tem um roteiro de vida incomum. Foi militar, onde aprendeu valores importantes para a função onde são primordiais o conhecimento e o cumprimento estrito das leis. Em seguida, o senhor foi eleito Governador do Rio de Janeiro no combate à violência e à corrupção. Mas, segundo o jornal *Gazeta do Povo*, o seu governo se viu de frente com o superfaturamento na compra de respiradores para o combate ao coronavírus, licitações investigadas sobre o suposto envolvimento com esquema de desvios na saúde, em plena pandemia, por meio de fraudes em contratos. Não vou perguntar o seguinte... Esta frase não é minha; esta frase é uma frase que virou um mantra hoje no País com o uso da palavra pública em época de pandemia não é apenas corrupção, é assassinato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A reunião está encerrada.

Convocamos os Srs. Senadores para amanhã no horário regimental.

(Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reu



[ENGLISH](#) | [ESPAÑOL](#) | [FRANÇAIS](#)


 [Intranet](#)

[Servidor efetivo](#)

[Servidor comissionado](#)

[Servidor aposentado](#)

[Pensionista](#)

 [Fale com o Senado](#)

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Brasília DF - CEP 70165-900 | Telefone: 0800 0 61 2211

DOCUMENTO 02

ATO COATOR - REQUERIMENTO DE ABERTURA DE SIGILO BANCARIO, FISCAL, TELEFONICO E TELEMATICO – REQUERIMENTO 857



SÃO PAULO | CAMPINAS | BRASÍLIA

Escritórios Internacionais*: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, México, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Suíça (*Lawrope)

www.emerenciano.com.br



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº , DE - CPI da Pandemia

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no §3º do art. 58 da Constituição Federal, do disposto na Lei nº 1.579/52, bem como dos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requiro a TRANSFERÊNCIA DOS SIGILOS:

a) **telefônico**, de 2020 até o presente, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país;

b) **fiscal**, de 2020 até o presente, através do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados:

- Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica);
- Cadastro de Pessoa Física;
- Cadastro de Pessoa Jurídica;
- Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada);
- Compras e vendas de DIPJ de Terceiros;
- Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física);
- Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica);
- DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica);
- DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito);
- DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde);
- DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira);
- DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF);



- DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias);
- DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte);
- DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais);
- DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais);
- CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados);
- DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais);
- DAI (Declaração Anual de Isento);
- DASN (Declaração Anual do Simples Nacional);
- DBF (Declaração de Benefícios Fiscais);
- PAES (Parcelamento Especial);
- PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação);
- SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados);
- SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal);
- SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito);
- COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) **bancário**, de 2020 até o presente, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras;

d.1) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa Google Brasil Internet Ltda. (Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 18º andar, CEP 04538- 133, São Paulo/SP), para que forneça:

- Dados cadastrais;
- Registros de conexão (IPs) Informações de Android (IMEI) Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Drive, incluindo o backup do WhatsApp;
- Cópia integral de todo conteúdo armazenado no Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF);
- Lista de contatos vinculados as contas mencionadas, com números de telefones e nomes;
- Cópia integral de todas as mensagens (Gmail) enviadas/recebidas/armazenadas (rascunhos e lixeira), com seus anexos, em formato originalmente salvo pelo usuário, preservando a estrutura de diretórios criada pelo mesmo;
- Cópia integral de todas as mensagens enviadas, recebidas e armazenadas, conteúdos multimídias (fotos, vídeos,



áudios) e qualquer outro anexo compartilhado através do sistema de troca de mensagens instantâneas Hangout;

- Localizações pretéritas e atuais do uso da(s) conta(s) (Location History), incluindo localizações geográficas específicas, por meio de GPS, Bluetooth ou sinal Wi-Fi;
- Relação dos locais salvos no GOOGLE MAPS e demais dados armazenados no aplicativo;
- Os históricos de pesquisas realizadas pelo usuário do dispositivo, incluindo pesquisas no Google Maps;
- Informações de pagamento, incluindo dados dos cartões de crédito (operadoras);
- Listagem das redes WI-FI acessadas pelas contas indicadas;
- Informações dos aplicativos baixados e instalados no Google Play;

d.2) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa WhatsApp Inc., para que forneça:

- "User Info, IP Addresses, Sym Address Book, Account Notes, Full Group Memberships e Profile Picture" (dados cadastrais da conta, informações do aparelho, versão da APP, data e horário do registro, status de conexão, última conexão com data, hora e porta lógica, endereço de email, informações de cliente Web);
- registros de acessos IPs desde 2020 e IP da última conexão;
- histórico de mudança de números;
- perfil do usuário com foto; about - antigo "status";
- Nomes dos grupos, seus administradores, integrantes dos grupos com seus respectivos números de telefones e fotos - lista de grupos; e
- agenda de contatos simétricos e assimétricos).

d.3) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se empresa Facebook para que forneça, a respeito das plataformas Facebook, Instagram e Facebook Messenger, todo o conteúdo relativo às contas de titularidade do investigado, em especial mensagens privadas, participação em grupos fechados, comentários e postagens, lista de amigos e toda atividade nelas realizada.

d.4) **telemático**, de 2020 até o presente, oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda, por meio da Privacy & Law Enforcement Compliance (e-mail lawenforcement@apple.com) para que forneça todo o conteúdo relativo às contas e aparelhos de titularidade do investigado, especialmente dados de localização, GPS, Bluetooth, endereço IP, localização de pontos de acesso Wi-Fi e torres de celular e outras tecnologias para

determinar a localização aproximada de seu dispositivo, bem como o conteúdo armazenado no iCloud.

TODOS do Sr. Carlos Wizard Martins, CPF 358.707.459-34, para esta Comissão, de março de 2020 até o presente.

A presente ordem de transferência há de ser cumprida, sob pena de desobediência, devendo as informações requeridas serem enviadas em meio eletrônico.

JUSTIFICAÇÃO

Os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito já demonstraram a existência de um "gabinete das sombras" que ditaram os rumos da atuação do governo federal no combate à pandemia. Esse gabinete defendia a utilização de medicação sem eficácia comprovada, apoiava teorias como a da imunidade de rebanho, e fez campanha contra as vacinas.

O Sr. Carlos Wizard Martins é um de seus membros mais influentes e um de seus financiadores. Em junho do ano passado, o Sr. Wizard chegou a declarar, em primeira pessoa: "Temos uma equipe de inteligência do ministério. Essa equipe encontrou indícios de que alguns municípios e estados estão inflacionando os dados para receber benefícios federais, isso é lamentável."

Mais do que um mero conselheiro do ex-Ministro Pazuello, o Sr. Wizard também defendeu publicamente o tratamento precoce contra o coronavírus e se posicionou contrariamente a medidas de confinamento, havendo indícios de que tenha mobilizado recursos financeiros para fortalecer a aceitação das medidas que o Presidente da República julgava adequadas, mesmo sem qualquer comprovação científica.

Em seu depoimento perante esta Comissão, o ex-ministro Pazuello afirmou que convidou Wizard a assumir a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde em junho de 2020, mas que o empresário não aceitou a proposta. Na época, repercutiu uma fala do Sr. Martins em que ele acusou governadores e prefeitos de inflacionar o número de mortes por Covid-19, o que gerou uma nota de repúdio por parte de secretários da Saúde.



SF/21456.57130-64

Ainda que não tenha assumido o cargo de secretário do Ministério da Saúde, Wizard atuou oficialmente como conselheiro da pasta por cerca de um mês.

Esta Comissão, inclusive, aprovou a convocação do Sr. Carlos Wizard mas o convocado não respondeu às convocações encaminhadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito e seu paradeiro, hoje, é incerto. Há suspeitas de que ele tenha ido aos Estados Unidos para se vacinar. Fato curioso um membro do assessoramento "das sombras" ao governo federal que fez campanha contra a vacina.

Portanto, a transferência dos dados ora solicitados é essencial para os trabalhos desta Comissão para que seja possível delimitar a participação do Sr. Martins, e do "gabinete das sombras", na definição das políticas públicas de combate à pandemia.

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

REDE/AP



SF/21456.57130-64

Instruções de Impressão

Imprimir em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).
 Utilize folha A4 (210 x 297 mm) ou Carta (216 x 279 mm) - Corte na linha indicada
 Caso não apareça os Códigos de Barra no fim do boleto, clique em F5 do seu teclado.

Caso uma janela de impressão não tenha sido ativada, [clique aqui para imprimir](#)

Recibo do pagador



001-9

00190.00009 02941.663003 00310.753173 1 86830000022379

Beneficiário Supremo Tribunal Federal		Agência/Cód. Beneficiário 4200-5 / 00333203-9	Espécie R\$	Qtde.	Nosso número 29416630000310753-8
Endereço Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, 70175-900					
Número do documento 1156368	CPF/CNPJ 00.531.640/0001-28	Vencimento 16/07/2021	Valor documento 223,79		
(-) Desconto / Abatimento *****	(-) Outras deduções *****	(+) Mora / Multa *****	(+) Outros acréscimos *****	(=) Valor cobrado 223,79	
Pagador CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS CPF: 35870745934 RUA BARAO DE JAGUARA 655 2 ANDAR CENTRO / CAMPINAS / SP - 13015925					

Instruções

Governo Federal - Guia de Recolhimento da União - GRU Cobrança

Recolhimento de custas: Feitos de Competência Originária

Mandado de Segurança

Código de controle para reimpressão: 1156368

Após o vencimento, esta GRU é automaticamente cancelada.

Emita uma nova no site do STF - www.stf.jus.br.

A GRU foi emitida com base nos dados informados pelo usuário e nos valores constantes da vigente tabela de custas.

É de responsabilidade do usuário o eventual pagamento a menor do valor da guia.

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02941.663003 00310.753173 1 86830000022379

Local de pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA, ATÉ O VENCIMENTO.					Vencimento 16/07/2021
Beneficiário Supremo Tribunal Federal		CPF/CNPJ 00.531.640/0001-28	Agência/Código beneficiário 4200-5 / 00333203-9		
Endereço Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, 70175-900					
Data do documento 16/06/2021	Nº documento 1156368	Espécie doc. RC	Aceite N	Data process. 16/06/2021	Nosso número 29416630000310753-8
Uso do banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	Valor Doc.	(=) Valor documento 223,79
Instruções Governo Federal - Guia de Recolhimento da União - GRU Cobrança Recolhimento de custas: Feitos de Competência Originária Mandado de Segurança Código de controle para reimpressão: 1156368 Após o vencimento, esta GRU é automaticamente cancelada. Emita uma nova no site do STF - www.stf.jus.br. A GRU foi emitida com base nos dados informados pelo usuário e nos valores constantes da vigente tabela de custas. É de responsabilidade do usuário o eventual pagamento a menor do valor da guia.					(-) Desconto / Abatimentos *****
					(-) Outras deduções *****
					(+) Mora / Multa *****
					(+) Outros acréscimos *****
					(=) Valor cobrado 223,79
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS CPF: 35870745934 RUA BARAO DE JAGUARA 655 2 ANDAR CENTRO / CAMPINAS / SP - 13015925					Cód. baixa
Pagador					Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



Pagamento realizado com sucesso!

Forma de pagamento:

Débito em conta

Agência / Conta corrente:

4558 / 000010830545

Código de barras:

**00190.00009 02941.663003
00310.753173 1 86830000022379**

Data de Vencimento:

16/07/2021

Pagamento:

16/06/2021

Banco:

Banco Do Brasil Sa

Valor nominal:

R\$ 223,79

Encargos:

R\$ 0,00

Descontos:

R\$ 0,00

Valor Pago:

R\$ 223,79

Nome do Beneficiário:

Supremo Tribunal Federal

Documento do Beneficiário:

000531640000128

Nome do pagador final:

Maria Isabel Soares Bermudez

Documento do pagador final:

004.240.150-05

Data da transação

16/06/2021 - 20:05

Autenticação bancária

MBB3548DC9ACF57B50FF092

Central de Atendimento Santander

4004-3535 (Capitais e Regiões Metropolitanas)

0800-702-3535 (Demais Localidades)

SAC 0800-762-7777

Ouvidoria 0800-726-0322



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

AVISO

É de responsabilidade do advogado ou procurador o correto preenchimento dos requisitos formais previstos no art. 9º, incisos I a IV, da Resolução 427/2010 do STF, sob pena de rejeição preliminar, bem como a consequente impossibilidade de distribuição do feito.

O acompanhamento do processamento inicial pode ser realizado pelo painel de petições do Pet v.3 e pelo acompanhamento processual do sítio oficial.

Protocolo	00562174220211000000
Petição	62749/2021
Classe Processual Sugerida	MS - MANDADO DE SEGURANÇA
Marcações e Preferências	Medida Liminar
Relação de Peças	1 - Petição inicial Assinado por: ADELMO DA SILVA EMERENCIANO 2 - Procuração e substabelecimentos Assinado por: ADELMO DA SILVA EMERENCIANO 3 - Documentos comprobatórios Assinado por: ADELMO DA SILVA EMERENCIANO 4 - Ato coator Assinado por: ADELMO DA SILVA EMERENCIANO 5 - Custas Assinado por: ADELMO DA SILVA EMERENCIANO
Polo Ativo	CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (CPF: 358.707.459-34) Representante(s): ADELMO DA SILVA EMERENCIANO (OAB: 69169/PR)

Polo Passivo	Descrição da pessoa pública: PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI
Data/Hora do Envio	17/06/2021, às 20:58:44
Enviado por	ADELMO DA SILVA EMERENCIANO (CPF: 055.641.968-56)



Supremo Tribunal Federal

TERMO DE RECEBIMENTO E AUTUAÇÃO

e-MS 37997

IMPTE.(S):	CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS
ADV.(A/S):	ADELMO DA SILVA EMERENCIANO
IMPDO.(A/S):	PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO SENADO FEDERAL - CPI DA PANDEMIA
ADV.(A/S):	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
Procedência:	DISTRITO FEDERAL
Órgão de Origem:	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Nº Único ou Nº de Origem:	00562174220211000000
Data de autuação:	18/06/2021 às 07:47:07
Outros Dados:	Folhas: Não informado. Volumes: Não informado. Apensos: Não informado.
Assunto:	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Quebra de Sigilo Bancário / Fiscal / Telefônico , QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO COVID-19
Custas:	Preparado.

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Certifico, para os devidos fins, que estes autos foram distribuídos à Senhora MIN. ROSA WEBER, com a adoção dos seguintes parâmetros:

Característica da distribuição:	Prevenção Relator/Sucessor
Processo que Justifica a prevenção Relator/Sucessor:	MS 37976
Justificativa:	RISTF, art. 69, caput

DATA DE DISTRIBUIÇÃO: 18/06/2021 - 16:14:00

Brasília, 18 de junho de 2021

Coordenadoria de Processamento Inicial

(documento eletrônico)

MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.997 DISTRITO FEDERAL

RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
IMPTE.(S) : **CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS**
ADV.(A/S) : **ADELMO DA SILVA EMERENCIANO**
IMPDO.(A/S) : **PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO SENADO FEDERAL - CPI DA PANDEMIA**
ADV.(A/S) : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**

MANDADO DE SEGURANÇA. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. QUEBRA DE SIGILOS. PEDIDO DE INFORMAÇÕES.

Vistos etc.

1. Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por Carlos Roberto Wizard Martins contra ato praticado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPI-Pandemia), consistente na determinação de quebra de sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário do impetrante, diante da aprovação do Requerimento nº 857/21.

2. Em brevíssimo resumo, alega-se que tal determinação é ilegal, pois: (i) não foram realizadas diligências prévias à decretação das medidas invasivas; (ii) a quebra teria extensão desproporcional, ferindo o direito à intimidade, e seria desarrazoada, pois ausente demonstração da sua necessidade a partir de elementos de prova colhidos anteriormente; (iii) teria ocorrido aprovação em bloco de uma série de Requerimentos, sem que fossem individualizadas as fundamentações; (iv) haveria tentativa de devassa, realizando-se a quebra com o intuito de justificá-la posteriormente, a partir de eventuais achados; e (v) jamais teria ocupado qualquer cargo público, tampouco influenciado na tomada de decisões.

3. Deduzidos os seguintes pedidos:

(i) em liminar, (a) *a suspensão imediata dos da eficácia e dos efeitos jurídicos já produzidos pelo ilegal ato apontado como coator praticado abusivamente contra o Impetrante;* (b) *caso já tenham sido*

MS 37997 MC / DF

emitidos os ofícios, requer-se seja determinado o imediato recolhimento, bem como seja comunicado às empresas, órgãos bancários e fiscais destinatários para que adotem todas as cautelas possíveis em não encaminhar quaisquer dados ilegalmente solicitados, sob pena de responsabilização cível e criminal; e (c) caso a Comissão Parlamentar de Inquérito já tenha recebido as informações sigilosas requisitadas que informe a V.Exa. e adote as cautelas de descarte, para tornar indisponível qualquer informação ou dado referente ao Impetrante, sob pena de responsabilização cível e criminal;

e (ii) no mérito, a concessão da ordem, confirmando-se a decisão liminar, para fazer cessar a violação de direito líquido e certo, bem como a coação ilegal a que está sendo submetido o Impetrante, reconhecendo a ilegalidade do ato coator fulminando-o de completa invalidade.

4. Registro que o feito foi a mim distribuído, por prevenção, nesta sexta-feira, dia 18.6.2021, às 16h14min (eDOC. 7).

É o relatório.

Notifique-se a autoridade impetrada para que preste informações no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, como medida prévia ao exame da liminar.

Cientifique-se a União, por seu órgão de representação judicial, a fim de que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei nº 12.016/2009).

Publique-se.

Brasília, 18 de junho de 2021.

Ministra Rosa Weber

Relatora